

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras



Trabalhadoras, Domésticas, Mães.

Uma análise crítica de construções discursivas de identidades femininas de
duas gerações de mulheres portuguesas

Maria Krebber Mestre

Orientador: Prof. Doutor Carlos Alberto Marques Gouveia

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de Linguística,
especialidade Linguística Aplicada

2016

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras



Trabalhadoras, Domésticas, Mães.

Uma análise crítica de construções discursivas de identidades femininas de duas gerações de mulheres portuguesas

Maria Krebber Mestre

Orientador: Prof. Doutor Carlos Alberto Marques Gouveia

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de Linguística,
especialidade Linguística Aplicada

Júri:

Presidente: Doutora Maria Cristina de Castro Maia de Sousa Pimentel, Professora Catedrática,
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutora Maria Clara Bicudo de Azevedo Keating, Professora Auxiliar, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- Doutora Maria Carminda Bernardes Silvestre, Professora Coordenadora, Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria
- Doutora Marta Susana Filipe Alexandre, Professora Adjunta Convidada, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria
- Doutor Carlos Alberto Marque Gouveia, Professor Associado com Agregação, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientador
- Doutora Luísa Maria Rodrigues Flora, Professora Associada, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Instituição Financiadora: Fundação para a Ciência e Tecnologia, Bolsa de Doutoramento
(SFRH/BD/ 71242 / 2010)

2016

Indicação de direitos de cópia

A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Universidade de Lisboa têm licença não exclusiva para arquivar e tornar acessível, nomeadamente através do seu repositório institucional, esta tese, no todo ou em parte, em suporte digital, para acesso mundial. A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Universidade de Lisboa estão autorizadas a arquivar e, sem alterar o conteúdo, converter a tese ou dissertação entregue, para qualquer formato de ficheiro, meio ou suporte, nomeadamente através da sua digitalização, para efeitos de preservação e acesso.

À Lea,
para que, quando fores grande,
tudo o que está aqui já sejam resquícios de tempos passados.

Agradeço...

Ao Rui, por me apoiar a todo o momento e por me aturar em todos os estados de espírito possíveis e imaginários ao longo destes anos.

Às mulheres que aceitaram participar neste projeto:

Alexandra, Alice, Amélia, Ana, Ana Maria, Anabela, Arlete, Aurete, Carla, Celeste, Céu, Conceição, Cristina, Dulce, Dulce, Elfrida, Elisabete, Fernanda, Gracinda, Guilhermina, Isabel, Isabel, Joana, Júlia, Leonor, Leopoldina, Mafalda, Margarida, Maria Carlos, Maria dos Anjos, Maria Helena, Maria José, Maria Laura, Maria Luisete, Maria Madalena, Paula, Rita, Rita, Rosa, Sandra, Sandra, Sandra, Sandra, Sofia, Sofia, Susana, Susana, Teresa, Ulda

Por me terem dado um pouco do seu tempo, por me terem deixado entrar nas suas casas e nas suas vidas durante o tempo da entrevista. Sem o vosso contributo, este projeto não teria sido possível.

À Marta Marques pela paciência e dedicação com que transcreveu as entrevistas.

Ao Carlos A.M. Gouveia por acreditar que a ideia inicial poderia vir a ser uma tese e por todo o apoio dado ao longo destes anos.

Aos amigos e colegas que comentaram partes deste trabalho.

Resumo

Só em 1974, depois da revolução de Abril derrotar o regime salazarista/marcelino, as mulheres portuguesas se tornaram cidadãs de pleno direito – relativamente tarde, em comparação com o que aconteceu noutros países europeus. Quarenta anos depois, a situação das mulheres em Portugal é caracterizada por uma ambiguidade. Por um lado, há um número elevado de mulheres a trabalhar a tempo inteiro, por outro, as mulheres ainda carregam a maior parte da responsabilidade com o cuidar das crianças e o trabalho doméstico. Esta tese pretende analisar criticamente as representações das identidades relacionadas com estas três áreas de ação feminina: trabalho fora e dentro de casa e maternidade. Para este propósito, entrevistei quarenta mulheres portuguesas de duas gerações, questionando-as sobre a sua experiência em relação a estas áreas.

As transcrições das entrevistas foram submetidas a uma análise discursiva, seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistémico-Funcional, com um foco particular na análise da Transitividade, da Avaliatividade e da Modalidade. Os resultados destas análises foram postos em relação com as variáveis de caracterização social das entrevistadas, como idade e nível educacional.

Em termos muito gerais, a análise demonstrou que ser trabalhadora e ser mãe são duas identidades fundamentais para as mulheres entrevistadas. As identidades relacionadas com o trabalho fora de casa estão ligadas à noção da mudança nas relações de género, no sentido da criação de igualdade de género, enquanto as identidades relacionadas com o trabalho doméstico e com a maternidade mostram traços evidentes de persistência de desigualdades. No que diz respeito às desigualdades no trabalho fora e dentro de casa, são construídas de forma explícita e crítica, enquanto as desigualdades relativamente à maternidade são mais frequentemente naturalizadas e aceites. As representações mostraram ser influenciadas pelas variáveis idade e nível educacional, embora não de uma forma muito clara e inequívoca.

Palavras-chave: Relações de género, Identidades femininas, Portugal, Representação, Transitividade, Avaliatividade, Modalidade

Abstract

Only in 1974, after the Carnation Revolution defeated the nationalist regime, Portuguese women became fully entitled citizens, relatively late compared to other European countries. Forty years later, the situation of women in Portugal is characterized by ambiguity, due to the fact that, compared to other European countries, there is a high percentage of women fully employed outside their homes but on the other hand women still continue shouldering most of the responsibility in relation to childcare and domestic work. This thesis sets out to critically analyse the discursive representations of identities related to these three main areas of female action: work outside the house, domestic work and motherhood. For this purpose forty interviews with Portuguese women from two generations were conducted, where the women were questioned about their experience in relations to these topics.

The interview transcripts were subject to discursive analysis following the theoretical-methodological assumptions of Critical Discourse Analysis and Systemic Functional Linguistics, with particular emphasis on the analysis of Transitivity, appraisal resources and Modality. The results were put in relation to the social variables of the interviewees, such as age and educational level.

In general terms, the analysis showed that being a worker and a mother are fundamental identities for the interviewed women. The identities related to work are closely linked to ideals of gender equality and change of gender relations, while the identities related to domestic work and motherhood show more eminent traces of inequality and continuity. The persistence of gender inequality is constructed explicitly and critically when it comes to domestic work, but naturalized and accepted when it comes to motherhood. These representations showed to be influenced by age and educational level of the interviewees.

Keywords: Gender relations, Female identity, Portugal, Representation, Transitivity, Appraisal, Modality

Índice

Introdução	1
-------------------	----------

Capítulo 1 – Identidade e discurso

1.1. Identidade - Uma breve história do conceito	5
1.2. Identidades pós-modernas	10
1.3. Identidade e linguagem	19

Capítulo 2 – Género

2.1. Sexo e género	25
2.2. Género e poder	33
2.3. Género em mudança	39

Capítulo 3 – Discurso, género e identidade

3.1. Discurso e discursos	47
3.2. Discurso e contexto	51
3.3. Discurso e poder	57
3.4. Discurso e género	60

Capítulo 4 – Aspetos de Portugal no feminino

4.1. O trabalho feminino e a maternidade em Portugal	67
4.2. O caso do tímido feminismo português	78
4.3. Estudos de discurso e género em Portugal	80

Capítulo 5 – Entrevistas na teoria e na prática

5.1. Introdução	87
5.2. O que são entrevistas?	88
5.3. Interação e relação entrevistador-entrevistado	92
5.4. Gravação	96
5.5. Transcrição	99
5.6. Um possível produto final – Descrição do <i>corpus</i>	105

Apêndice 5.A – Convenções de transcrição	110
Apêndice 5.B – Estruturação do <i>corpus</i>	111
Apêndice 5.C – Caracterização das entrevistadas	112

Capítulo 6 – Instrumentos de análise e categorias identitárias

6.1. Uma perspectiva funcional da linguagem: Linguística sistémico-funcional	113
6.2. Mapear identidades	122
6.3. Categorizar identidades	132

Capítulo 7 – Identidades de trabalhadora

7.1. Introdução	139
7.2. Mudança e continuidade no trabalho fora e dentro de casa	140
7.2.1. “Antes as mulheres não trabalhavam...” – O aparecimento de uma nova identidade acional	141
7.2.2. Mudança e continuidade no espaço doméstico	150
7.2.3. Acumulando trabalhos	156
7.3. Igualdade e Diferença – a questão do género no trabalho	160
Apêndice 7.A – O aparecimento de uma nova identidade	166
Apêndice 7.B – Mudança e continuidade no espaço doméstico	166
Apêndice 7.C – Igualdade e diferença	167

Capítulo 8 – Representações de maternidade

8.1. Introdução	169
8.2. Tornando-se mãe... - mudanças provocadas pela maternidade	170
8.2.1. O aparecimento de algo novo	171
8.2.2. Desaparecimento de algo preexistente	178
8.3. Ser mãe e ser pai... Discursos de igualdade e diferença	184
8.3.1. Pais em desvantagem – Discursos de diferença	185
8.3.2. Igualdade	192
Apêndice 8.A – Qualificação da mudança provocada pela maternidade	196
Apêndice 8.B – Aparecimento de algo novo	196
Apêndice 8.C – Desaparecimento de algo preexistente	197
Apêndice 8.D – Intensidade da relação	198

Capítulo 9 – Discussão

9.1. Ordens de género em Portugal contemporâneo	199
9.2. A influência das variáveis idade e nível educacional	207
9.3. Um olhar crítico sobre o método de trabalho	212
9.4. O que ficou de fora	213
9.5. Balanço final	214

Conclusão	217
------------------	-----

Referências bibliográficas	219
-----------------------------------	-----

Anexo – Entrevistas em formato digital

Introdução

Sem dúvida, o Portugal de 2016 é muitíssimo diferente do Portugal de há trinta ou quarenta anos atrás. Houve mudanças significativas, às vezes drásticas a nível político, económico e social (Pinto 2004). Tão grandes foram as mudanças que autores como Barreto (2004) questionam a sensação dos portugueses de ainda estarem a viver no mesmo país. Na última década assistimos ainda a uma aceleração do processo de globalização, de tecnologização, a uma crise económica e financeira, a novas vagas de emigração face a esta crise e muitos outros processos e acontecimentos que mudaram Portugal e os Portugueses. E as mulheres no meio disto tudo. À primeira vista, parece que o lugar delas também terá mudado. Alguém estranharia, hoje em dia, ao ver uma mulher a conduzir, a lecionar numa universidade, a vestir minissaias ou a ir sozinha para algum lado? Ao mesmo tempo vemos homens mais novos a empurrar carrinhos de bebé ao fim-de-semana, a estender roupa no estendal de casa, nas salas de espera dos hospitais pediátricos, mas também vemos outros, mais velhos, a jogar às cartas no jardim em frente à casa, a beber nas tascas dos bairros típicos, vemos as avós assumirem o cuidar dos netos quando estes não vão à creche e não os avôs, etc. Uma questão geracional? Quando espreitamos para dentro das casas portuguesas, vemos também mulheres mais novas a assumirem as tarefas domésticas e o cuidar das crianças quase na totalidade, enquanto o companheiro pratica desporto e se encontra com amigos. Se não é uma questão geracional, será então uma questão educacional? Mas podemos observar a divisão tradicional das tarefas também em casais com elevado grau de escolaridade! Será que não mudou nada então? Qual é o lugar das mulheres atualmente em Portugal? Parecido ou diferente de há trinta anos atrás? Como é que as mulheres se veem enquanto mulheres na sociedade portuguesa atual? Foram estas as principais perguntas que motivaram o processo de investigação desta tese.

Partindo do nobre mas necessariamente irrealista objetivo de dar uma resposta satisfatória a todas estas perguntas, o projeto de investigação foi encolhendo até ganhar a presente forma.

Entre 2011 e 2013 entrevistei quarenta mulheres portuguesas sobre diferentes aspetos da sua experiência feminina em Portugal: mudanças, igualdade, relações familiares, maternidade e experiência corporal. Estas entrevistas foram transcritas e analisadas focando dois aspetos principais: representações de trabalho feminino e de

maternidade. Trata-se, por isso, de um trabalho que analisa exclusivamente a perspectiva feminina sobre as identidades e relações de género, não envolvendo a outra parte de um suposto sistema dicotómico, ou seja, esta tese não dá voz aos homens portugueses. As identidades masculinas e o lugar dos homens na sociedade portuguesa são tratados exclusivamente a partir do discurso das mulheres: são as identidades e os lugares que as mulheres atribuem aos homens.

As entrevistas foram submetidas a uma análise de aspetos linguísticos, recorrendo aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso (Fairclough 1992, 2003) e da Linguística sistémico-funcional (Halliday 2004, Eggins 1994, Martin & White 2005).

Os trabalhos que estudam as relações de género de um ponto de vista linguístico ainda são muito raros em Portugal. Esta tese, para além de apresentar alguns resultados que considero importantes, pretende abrir caminhos, demonstrar a pertinência de uma abordagem mais pormenorizada e sobretudo crítica de análise linguística que nesta dimensão ainda não existe em Portugal. Ambiciono demonstrar que as escolhas a nível lexicogramatical muitas vezes contradizem os macrodiscursos da igualdade, revelando permanências de estruturas tradicionais de género que não seriam visíveis de outra forma. Identificando elementos linguísticos que carregam traços ideológicos naturalizados, mas que são prejudiciais ao projeto de mudança social no que diz respeito às ordens de género, pretendo contribuir para este mesmo projeto. Uma consciência acrescida de que as escolhas linguísticas encerram o potencial de construírem o lugar dos atores sociais de uma ou de outra forma, é outro objetivo desta tese. Pretende-se direcionar o foco para o significado de palavras e estruturas gramaticais que da mesma forma que têm o potencial de manter uma determinada ordem social também têm a capacidade de a mudar.

A presente dissertação divide-se em nove capítulos, antecidos por esta introdução e seguidos por uma conclusão geral final.

Os capítulos 1, 2 e 3 são de natureza essencialmente teórica, constituindo os três pilares teóricos desta tese. No **Capítulo 1** discute-se o conceito da identidade, traça-se o seu percurso histórico para chegar à sua caracterização no período pós-moderno e exploram-se ligações possíveis entre identidade e discurso. O **Capítulo 2** explora teorizações de género, com foco especial na relação entre género e poder e apresenta algumas reflexões sobre mudanças nas ordens de género e no papel do feminismo nestes processos de mudança. O **Capítulo 3** liga os conceitos identidade e género ao conceito

de discurso no âmbito da Análise Crítica do Discurso, envolvendo questões de contexto e poder.

O **Capítulo 4** constitui o enquadramento histórico-social para a análise, apresentando alguns indicadores estatísticos que mostram mudanças e permanências em diferentes áreas da experiência feminina em Portugal desde a segunda parte do século passado até aos dias de hoje. No **Capítulo 5** discutem-se aspetos relacionados com o instrumento metodológico escolhido, as entrevistas. Reflete-se sobre os processos de gravação e transcrição e a forma como estes contribuem para a constituição do *corpus* de análise, para, no final, se fazer uma descrição do *corpus* específico que está na base desta tese.

Os capítulos 6, 7 e 8 podem ser caracterizados como essencialmente analíticos. O **Capítulo 6** abre com a apresentação dos principais instrumentos analíticos, antes de passar a uma proposta de classificação e categorização das identidades construídas nas entrevistas. Os **Capítulos 7 e 8** descrevem os resultados das análises das identidades Trabalhadora e Mãe, respetivamente.

No **Capítulo 9**, pretendo resumir os principais resultados dos capítulos anteriores, relacionando-os com a componente teórica por um lado e com as variáveis de caracterização social das entrevistadas por outro.

A **Conclusão** constitui o balanço final do trabalho, onde irei retomar as perguntas iniciais e refletir sobre a validade do trabalho efetuado.

Capítulo 1 – Identidade e discurso

O primeiro capítulo desta tese tem como foco a identidade, enquanto conceito fundamental deste trabalho. Na primeira parte, pretendo descrever brevemente a evolução do conceito ao longo da sua história, ligando a sua transformação às mudanças ocorridas nas sociedades ocidentais. A segunda parte é dedicada à conceção pós-moderna das identidades enquanto realidades contextualmente específicas e relacionais, que está na base deste trabalho. Será discutida a ideia da crise que as identidades atravessam, devido à desconstrução do conceito na pós-modernidade. Na terceira parte do capítulo, pretendo explorar as ligações entre discurso e identidade. As identidades serão caracterizadas como sendo construídas discursivamente, tendo em conta determinados objetivos comunicacionais, atribuindo-lhes uma natureza necessariamente provisória e fluída.

1.1. Identidade - Uma breve história do conceito

Não é de um momento para o outro que surge no indivíduo a consciência dele próprio como indivíduo e da sua capacidade de agir sobre a própria vida. Trata-se de um processo cuja descrição completa, se é que isto é possível, ultrapassa claramente o propósito e a dimensão desta tese. Quero, no entanto, nas páginas seguintes, identificar alguns momentos chave que contribuíram para o surgimento do indivíduo moderno e para as conceções (pós-) modernas à volta da sua identidade.

Segundo Abels (2010), é no Renascimento que na Europa nasce o indivíduo tal como o compreendemos hoje. A perspectiva humanista que surgiu no século XVI centrava a sua visão do mundo no ser humano como possuidor de racionalidade e – criticando a sociedade da altura – pretendia construir uma sociedade alternativa que permitisse ao homem o melhor desenvolvimento das suas capacidades e da sua personalidade. Nos países que a ela aderiram, a Reforma individualizou a relação do indivíduo com Deus, uma vez que o primeiro podia agora entrar em diálogo direto com o segundo, não necessitando mais de nenhum intermediário. A crítica que Martin Luther (1483-1546) e outras figuras centrais da reforma faziam à igreja católica, o facto de a fazerem e de com ela ganharem um grande número de apoiantes, abalava fortemente,

talvez pela primeira vez, os fundamentos da pretensão da igreja à verdade absoluta. Era, afinal, possível uma visão alternativa do mundo. A separação entre ciência e religião, que teve a sua expressão mais forte na fundação de universidades sem autorização papal um pouco por toda a Europa a partir do séc. XVI, tinha o mesmo efeito, porque estabelecia e consagrava quadros explicativos alternativos aos propostos pela igreja católica. Deste modo, o conhecimento começava a multiplicar-se. No século XVIII, o Iluminismo incentivava o indivíduo a utilizar a razão, tentando desta forma espoletar a sua libertação de estruturas de pensamento conformadoras e cristalizadas e propondo-lhe que construísse o seu próprio caminho de vida. Nessa altura, a identidade veio a constituir-se como um fenómeno subjetivo, exclusivamente interno ao indivíduo. O indivíduo como entidade totalmente centrada e unificada construía a sua identidade acumulando conhecimentos e experiências ao longo da vida e, enquanto possuidor de razão, seria agente livre do seu destino, tendo na sua posse todos os mecanismos para a sua autorrealização. Se tradicionalmente era só um “administrador de talentos que lhe eram atribuídos por Deus” (Abels 2010: 17)¹, propunha-se agora que usasse os seus talentos para melhorar a sua condição de vida.

Na história de Portugal, o momento histórico que provavelmente melhor exemplifica o crescimento do racionalismo – e ao mesmo tempo o declínio da pretensão da igreja à verdade absoluta – foi o terramoto de Lisboa de 1755. A partir desta tragédia começou-se a espalhar a possibilidade de pensar que nem todos os acontecimentos eram resultado direto da vontade de Deus: a morte de milhares de pessoas nas próprias igrejas era dificilmente compatível com uma vontade divina. A seguir à catástrofe, o plano urbanístico de reconstrução de Lisboa, elaborado sob a orientação do Marquês de Pombal (1699-1782), com o seu traçado geométrico ortogonal, reorganizava a cidade, tornando assim visível a nova racionalidade vigente. O mesmo Marquês de Pombal ordenava que os novos edifícios seguissem um modelo que os tornasse antissísmicos – não se aceitava mais estar à mercê de forças maiores, fossem elas Deus ou outra coisa qualquer. De agora em diante, convocar-se-ia o poder da ciência, e o espírito científico e o racionalismo seriam os vetores organizadores do processo de construção das novas cidades.

¹ Tradução minha do original alemão: “Aus dem Gedanken heraus, dass der Mensch auf Erden nur der Verwalter der Talente ist, die Gott ihm gegeben hat, folgte konsequent der Anspruch, dass jeder sich auch als *einzelner* mit seiner individuellen Leistung seinem Gott zu stellen hat. Arbeit und Lebensführung wurden methodisch und reflektiert.“

Na época do Romantismo, o foco no indivíduo tornou-se ainda mais forte, mantendo-se, no entanto, o conceito da identidade como um núcleo interior e estável de personalidade. Cada indivíduo era entendido como sendo único e possuindo uma essência autêntica. A capacidade de ação com que era dotado deveria idealmente ser posta ao serviço da procura desta essência, que o conduzia ao cumprimento do seu destino. A responsabilidade de procurar e encontrar o verdadeiro ‘eu’ ainda ecoa nas concepções mais populistas da identidade nos tempos atuais.

As sociedades ocidentais e o lugar que o indivíduo nelas ocupa mudaram radicalmente com o advento da Modernidade². A industrialização, muitas vezes vista como marcando o início desta nova época³ foi um processo cujas consequências transformaram o indivíduo, livrando-o de constrangimentos antigos. Para tal, foi determinante a constituição de grandes centros de produção em massa, os quais, atraindo enormes quantidades de mão-de-obra, faziam crescer os centros urbanos. Como explicou Durkheim (1989), o afastamento das pessoas das suas comunidades de origem enfraquecia laços sociais tradicionais (família) e favorecia o estabelecimento de laços utilitários (colegas) e em última análise a autodeterminação e a individualização. Segundo este autor, a individualização atinge um ponto em que o individualismo representa a única coisa que os indivíduos têm em comum. O mundo moderno seria assim caracterizado pelo paradoxo da individualização, por um lado, e da massificação, por outro, pelo que o indivíduo teria que afirmar constantemente a sua individualidade perante o perigo de se perder nas massas.

No mundo do trabalho, ele tinha a possibilidade de se destacar pelo seu desempenho individual, o que potencialmente melhorava as suas condições de vida e aumentava simultaneamente nele a ideia de si próprio como sendo diferente dos outros trabalhadores concorrentes. Ao mesmo tempo as lutas operárias mostravam-lhe que em conjunto era possível lutar e efetivamente conseguir melhorias das condições de trabalho e de vida das pessoas. Este paradoxo ainda se observa nas sociedades ocidentais atuais com um crescente esvaziamento da dimensão coletiva e um aumento do individualismo (Luhman 1986).

² Outra hipótese é que tenham sido as mudanças na forma como o indivíduo se via a ele próprio em relação à sociedade que levaram à viragem para esta nova época.

³ O início da modernidade, tanto quanto é possível identificá-lo, pode ser localizado em momentos distintos. Para além disso, diferentes áreas do conhecimento despertam para a modernidade em momentos distintos. Uma discussão teórica mais detalhada da modernidade não é possível no âmbito desta tese.

Segundo Giddens (1991), a modernidade também institucionalizava o princípio da dúvida radical. Não só a religião, mas também a ciência perdeu o seu poder explicativo absoluto. O conhecimento anteriormente tido como definitivo teve que ser retificado, para além de passarem a coexistir diferentes formas de explicar o mesmo fenómeno. Todo o conhecimento passava a ser temporário, considerando-se válido só até ao momento em que posteriores desenvolvimentos viessem impor-se e alterá-lo.

Pode dizer-se que na modernidade o indivíduo adquire uma consciência crescente da sua posição no mundo, deixando de se resignar com o seu suposto destino predefinido. Segundo Abels (2010), é no momento em que o indivíduo começa a assumir o sucesso das suas ações que começa a individualidade. Apesar de a sua ação ser constrangida por uma série de fatores, o reconhecimento de que a sua própria ação é capaz de mudar o rumo da própria vida leva o indivíduo a compreender essa mesma vida não como cumprindo um destino inevitável mas sim como um projeto sobre o qual ele tem influência.

Outro elemento importante na constituição do indivíduo moderno é a construção do Estado-providência, o qual contribui para uma “individualização institucionalizada” (Beck & Beck-Gernsheim 2002). Estruturas e apoios sociais permitem ao indivíduo romper com as estruturas sociais tradicionais, sobretudo com a família, tornando viável um projeto de vida mais individualizado. Uma vez que o Estado passa a assegurar as necessidades básicas das pessoas em tempos de crise, os laços familiares perdem a centralidade que detinham anteriormente como rede solidária de proteção e amparo. A sua manutenção tornava-se uma opção⁴.

Se até ao início do século XX a identidade e o desenvolvimento da mesma estavam confinados ao indivíduo possuidor desta identidade, por esta altura a Psicanálise reconhece a influência de aspetos sociais na formação do indivíduo e da sua identidade. Apesar de estar sobretudo interessado nos processos internos da subjetividade, Sigmund Freud (1856-1939), como fundador da psicanálise, via o desenvolvimento do sujeito como sendo influenciado por processos de socialização, sobretudo pelo meio familiar (Benwell & Stokoe 2006). As personalidades de indivíduos adultos que resultavam destes processos de socialização não eram centradas nem unificadas, mas sim necessariamente divididas internamente e cheias de conflito

⁴ Nesta linha de pensamento seria de esperar que o fraco desenvolvimento do estado social em países como Portugal (Ferrera 1999) levasse à manutenção de fortes laços familiares travando assim a individualização. Jan Hofstede, no seu modelo de cultura nacional, atesta, de facto a Portugal um elevado grau de coletivismo (<http://geert-hofstede.com>, consultado a 23-2-2016).

(Connell 2002). Nas sessões de psicanálise, o indivíduo era conduzido na sua procura do EU autêntico, a fim de resolver estes conflitos interiores. Uma crítica possível de se fazer à psicanálise é que ela conduzia o indivíduo para um comportamento em conformidade com as regras estabelecidas pela própria psicanálise. De qualquer das formas, tornava-se cada vez mais evidente que o indivíduo se definia (também) pelo seu lugar na sociedade, o que significava que a identidade não podia ser só pessoal e subjetiva, mas antes o resultado da complementaridade entre a dimensão individual e a dimensão resultante da interação social. Reconhecia-se desta forma que, não só o indivíduo dificilmente existia isoladamente, como o seu sentido de pertença a e identificação com os mais variados grupos sociais constituem um elemento fundamental na construção da sua identidade.

Por volta da segunda metade do século passado, a intensificação dos processos de globalização assim como a crescente pervasividade da tecnologia voltaram a transformar novamente as nossas sociedades. Estas novas mudanças levaram alguns teóricos a considerar que estamos perante uma nova época, deixando a época da modernidade para trás. Em 1979, Jean-François Lyotard declara o “fim das grandes narrativas”, isto é, o fim do potencial explicativo de princípios orientadores universais e absolutos como ‘Deus’ ou ‘razão’ ou de macroteorias como o Marxismo. Estes grandes princípios seriam substituídos por uma quantidade de narrativas mais pequenas com potencial explicativo a nível micro. Segundo Lyotard, as alterações são suficientemente significativas para se poder falar num abandono da modernidade e numa passagem para a pós-modernidade. Dependendo da perspetiva teórica, outros autores, assumindo a existência de uma descontinuidade, distinguem a era em que vivemos de forma mais ou menos clara da modernidade e encontraram outras formas para a designar: modernidade tardia ou alta (Giddens 1991), sociedade de risco (Beck 1986), modernidade líquida (Baumann 2001), sociedade em rede (Castells 2007), para mencionar só algumas. Sem querer entrar a fundo neste debate filosófico e epistemológico, podemos facilmente observar que o mundo de hoje se distingue fundamentalmente daquele, digamos, do início ou do meio do século passado e não é de estranhar que as mudanças ocorridas se reflitam também na experiência e conceptualização da identidade.

1.2. Identidades pós-modernas

Mudanças sociais

As novas ordens sociais vieram alterar profundamente as concepções tradicionais da identidade. Tal como exemplifiquei anteriormente, nas sociedades tradicionais a identidade representava uma evidência não questionada. O indivíduo assumia o seu lugar pré-definido numa estrutura social hierarquicamente organizada que era tida como imutável. Para além disso, o indivíduo era tido como uma unidade e mantinha este carácter unitário durante toda a sua vida (Renn 2010). As passagens de uma identidade para outra eram sinalizadas de forma clara: por exemplo, através de ritos de passagem que marcavam a transformação do indivíduo ‘criança’ num indivíduo ‘adolescente’ e, mais tarde, num indivíduo ‘adulto’, etc.

Com as mudanças que pudemos observar na sociedade, o conceito de identidade torna-se mais complexo. Na medida em que as grandes estruturas tradicionais como a família, a religião, a comunidade, etc. vão perdendo relevância na vida das pessoas, deixando de representar inevitabilidades, mas estando sempre sujeitas a reavaliações e alterações, a posição do indivíduo na estrutura social transforma-se, passando de algo fixo para algo também sujeito a negociações e alterações. Num mundo em que já nada é simplesmente, o indivíduo também deixa de poder *ser* simplesmente. Aliás, ele tem à sua disposição uma infinidade de possibilidades de construção da sua identidade; em teoria, tudo lhe é possível, num mundo globalizado, em que as redes sociais e os novos média lhe dão acesso a um número muito maior de identidades do que nas sociedades tradicionais. Nesta infinidade de possibilidades, a identidade torna-se um projeto reflexivo (Giddens 1991). É na reflexão sobre a própria biografia particular e opcional que ela surge (Renn 2010), deixando de ser uma substância e assumindo carácter de construção. “*In extremis*”, resume Renn (2010), “o indivíduo torna-se o seu próprio produto”⁵.

⁵ Tradução minha do original alemão: “Der Lebenslauf ist mehr als die Aktualisierung eines vielleicht zunächst unbekannten, aber ob origo festgelegten „Schicksals“, er ist dem Anspruch nach das Ergebnis der transitorischen Selbstbestimmung und dynamischen Selbstverwirklichung. In extremis ist das Individuum sein jeweils eigenes Kunstprodukt.“

Mudanças de perspectiva: Características gerais de identidades numa perspectiva pós-moderna

A impossibilidade de definirmos uma (ou até várias) identidade(s) fixa(s) como propriedade de um indivíduo não se prende só com as mudanças sociais que modificaram a sua vida, mas também com uma mudança de perspectiva sobre o próprio conceito. As ‘novas’ visões sobre as identidades veem-nas como relacionadas entre si, intimamente ligadas ao contexto e essencialmente relacionais. Explicarei cada uma destas características nos parágrafos seguintes.

Relativamente à inter-relação das identidades, Woodward (2008) afirma que elas não são atribuíveis a uma única fonte, mas representam sempre o resultado (provisório) da interação de várias influências. As possíveis identidades de mulher, por exemplo, nunca existem por si só, mas sempre numa relação de interdependência com outros fatores e outras identidades ligadas ao estatuto social, à idade, ao nível educacional, à profissão, etc. Qualquer tentativa de isolar o género como categoria identitária sujeita a análise não pode esquecer que só puxou um ponto específico de uma rede e que este ponto não existe a não ser dentro desta rede.

Se prosseguirmos a metáfora das identidades como uma rede, num determinado contexto são puxados pontos específicos desta rede, uma vez que nem todas as nossas possibilidades de construção identitária são igualmente relevantes em todos os contextos (situacionais e históricos). Hardiman & Jackson (1997) propõem uma explicação interessante para o facto de algumas identidades serem mais ‘sentidas’ pelos indivíduos do que outras. Estes autores sugerem que é possível distinguir identidades de agente e identidades de alvo. As primeiras estão ligadas a grupos sociais dominantes, cuja posição dominante permite aos seus membros estabelecerem normas culturais e organizacionais, constituindo assim a realidade não só para eles próprios mas também para os indivíduos pertencentes aos grupos dominados. Uma vez que os grupos dominantes estabelecem o que é ‘normal’ de acordo com a sua própria imagem, sentirão esta imagem muito menos do que os grupos dominados que não correspondem à norma em vigor. Neste sentido, uma pessoa de cor branca no contexto europeu não irá ter presente esta identidade de raça na mesma medida que uma pessoa de cor negra. No caso das identidades de género, falar nas identidades femininas como exclusivamente dominadas, isto é, de alvo, seria atualmente uma visão demasiado simplista. Pelo contrário, no caso do presente projeto, podemos considerar que a situação de entrevista terá construído um contexto de dominância feminina, uma vez que todas as

intervenientes seriam mulheres, que até poderá ter levado à desvalorização das identidades femininas neste mesmo contexto.

Seguindo a argumentação de Hardiman & Jackson (1997), as identidades de mulher seriam sentidas mais fortemente e consequentemente construídas de forma mais acentuada em contextos em que as mulheres se sentiram oprimidas. Um obstáculo inultrapassável a esta conceptualização é a dificuldade de ter acesso àquilo ‘que as pessoas sentem’. Contudo, de uma forma mais consensual, podemos afirmar sem problema que a escolha da construção de uma identidade ou outra, de forma mais ou menos acentuada, num contexto ou noutro depende dos objetivos do indivíduo neste mesmo contexto, o que revela o carácter utilitarista das identidades: elas servem um propósito e constituem um posicionamento estratégico (Benwell & Stokoe 2006). Mudando o contexto e/o o propósito, potencialmente mudarão também as identidades que o indivíduo constrói. A sua construção e a transição de uma identidade para outra são processos que podem ocorrer de forma consciente, mas mais frequentemente este trabalho identitário acontecerá de forma inconsciente.

O carácter relacional das identidades pode ser interpretado de duas formas. Na primeira aceção, no sentido de só ganharem significado social na interação com outros atores sociais; na segunda, no sentido de ganharem significado somente em relação com outras posições identitárias possíveis e disponíveis (Bucholtz & Hall 2010). O primeiro aspeto faz surgir a questão hipotética de se poder ou não falar em construção identitária num indivíduo que vive totalmente isolado do mundo. A resposta a esta pergunta é complexa, dependendo obviamente da conceptualização da identidade que está na sua base. Numa conceção interacionista que requer uma presença física do ‘outro’ para o qual o indivíduo constrói a sua identidade, um eremita não constrói de facto nenhuma identidade porque não está ninguém fisicamente presente a quem ele precisava de dizer quem ele é ou pretende ser. Mas quando Benwell & Stokoe (2006: 6) definem as identidades como “aquilo que as pessoas são umas para as outras”⁶, podemos perfeitamente imaginar que esta presença não tem que ser forçosamente física. A interação que leva à construção de identidades pode perfeitamente ocorrer entre o indivíduo e uma entidade abstrata (Deus, por exemplo) ou imaginada (o mundo que rodeia o sítio onde o eremita se refugiou), entre o indivíduo e ele próprio ou uma visão idealizada dele que se destaca daquilo que ele era antes do seu estado de isolamento do

⁶ Tradução minha do original inglês: “Generally, we understand the term ‘identity’ in its broadest sense, in terms of *who people are to each other* (...)”. Itálicos no original.

mundo... A pergunta permanece hipotética, porque um indivíduo verdadeiramente isolado é difícil de imaginar.

O segundo aspeto – das identidades ganharem significado somente em relação com outras posições identitárias – enfatiza que a construção identitária envolve processos de construção de semelhança e diferença (Bucholtz & Hall 2010). Uma identidade específica “depende, para existir, de algo fora dela: a saber, de outra identidade, de uma identidade que ela não é, que difere [dela], mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista” (Woodward 2008: 9). Quer dizer que para construir o ‘eu’, o indivíduo precisa de construir simultaneamente o ‘outro’, algo que é diferente daquilo que ele quer ser.

Existência material?

Apesar de, de um ponto de vista construtivista, as identidades serem temporárias e fluidas, sem nenhuma fundamentação material, elas são mais do que meras ilusões ou quimeras. Embora não sejam ‘reais’, como escreve Bourdieu (1991), as identidades ganham existência real como representações mentais. Elas existem no imaginário das pessoas, fazem parte da sua experiência social, estruturam a sua visão do mundo e ganham materialidade desta forma. Uma das críticas que se podem fazer ao conceito de identidade é precisamente o de correr o risco de (re)construir e estabilizar as categorias identitárias que as suas expressões pós-modernas se propõem destabilizar e desconstruir. Devido à relevância que estas categorias têm para as pessoas que as constroem, parece-me, apesar de tudo, que o conceito mantém a sua pertinência.

Elemento emocional

Outra característica fundamental das identidades e talvez a característica que mais as torna uma espécie de ‘campo minado’ é a sua dimensão emocional. Nas palavras de Barker & Galasinski (2001: 28)⁷, as identidades “são descrições emocionalmente carregadas de nós próprios”. O indivíduo, ao construir a sua

⁷ Tradução minha do original inglês: “Identity, it is argued, is not best understood as an entity but as an emotionally charged description of ourselves.”

identidade, faz referências a grupos ou indivíduos com os quais se identifica emocionalmente. É esta relação emocional que torna difícil a desconstrução das categorias identitárias e a demonstração do seu carácter instável e aleatório.

Crise de identidades?

A impossibilidade de definir clara e inequivocamente quem somos nós neste mundo atual levou alguns teóricos a falar numa “crise de identidades” (Dubar 2006). Outros apontam para o facto de as identidades só surgirem realmente em situações de crise, que podem consistir, por exemplo, precisamente no desafio que a resposta à pergunta ‘quem sou eu’ coloca. Como Abels (2010) refere, raramente pomos a questão “quem somos” de livre vontade, mas sentimos necessidade de o fazer quando a forma como queremos ser vistos numa determinada situação é posta em causa: por exemplo, quando o nosso interlocutor nos constrói de uma forma que não nos convém ou agrada, ou então quando a estabilidade do nosso ser é questionada pela fragmentação e multiplicidade de experiências no mundo pós-moderno. Não é por acaso que a questão da identidade surge sobretudo nesta época pós-moderna, tal como Baumann (2011: 19) aponta:

One thinks of identity whenever one is not sure of where one belongs; that is, one is not sure how to place oneself among the evident variety of behavioural styles and patterns, and how to make sure that people around would accept this placement as right and proper, so that both sides would know how to go on in each other's presence. “Identity” is a name given to the escape sought from that uncertainty.

Na citação acima, Baumann fala no desconforto que o conceito pós-moderno de identidade provoca nas pessoas e na necessidade que estas têm de reconstruir certezas perante a incerteza que as rodeia, realçando também o papel que o conceito de identidade pode assumir neste processo. A incerteza causada pelas novas ‘realidades’ é muitas vezes contrabalançada por uma procura de certezas que se encontram em concepções essencialistas das identidades que são “nostalgicamente mantidas no dia-a-dia, apesar dos desafios teóricos nas descrições críticas recentes da modernidade ‘tardia’ ou alta, da pós-modernidade e da globalização” (Benwell & Stokoe 2006: 18)⁸.

⁸ Tradução minha do original inglês: “This notion of identity as a ‘project of the self’ has a long pedigree, beginning with Enlightenment rationalism and idealism, sustained through Romantic notions of personal

A oposição em que se encontram descrições populares e académicas de identidade torna-se mais que evidente, se olharmos para as estantes de sugestões de leituras das livrarias. Títulos como *A Terceira Medida do Sucesso - Nem dinheiro nem poder. Saiba o que precisa para se sentir realizado* (Arianna Huffington, Editorial Presença), *Os Óculos da Felicidade. Descubra a sua força emocional* (Rafael Santandreu, editora Pergaminho) ou *A Verdade Nua e Crua sobre Homens, Mulheres e Dinheiro* (Kevin O’Leary, editora Self PT) mostram uma predominância de perspetivas tradicionais sobre a identidade como algo inato, como um EU autêntico, verdadeiro, que não se altera com o passar do tempo e que pode ser escondido ou até perdido por baixo, digamos, de camadas de experiências e influências que nos desviam da nossa essência. Estes títulos dão a entender que o indivíduo tem um potencial que necessita de ser realizado, forças que têm de ser descobertas e que existem verdades absolutas sobre ele que podem ser reveladas. Estas perspetivas sobre a identidade, que neste caso seria mesmo só uma, são designadas por perspetivas essencialistas. Também a ideia romântica do cumprimento do próprio destino se encontra nestas visões. Para o indivíduo poder viver uma vida plena e autêntica, ele precisa de se encontrar a si próprio, isto é, a sua essência. A manutenção destas visões essencialistas no senso comum é, segundo alguns autores, uma resposta à perda de certezas tradicionais e constitui uma “certeza construída” (Beck 1986), uma vez que a ideia do indivíduo como sendo igual a ele próprio não passa de uma construção de narrativas biográficas coerentes que ignoram toda a ambiguidade e complexidade do indivíduo e do mundo que o rodeia (Benwell & Stokoe 2006).

Também Castells (2007) descreve identidades como fontes de um sentimento de comunidade em oposição à nova ordem em que o indivíduo se sente desamparado, não representado e sem poder. Para contrabalançar isso, ele regressa a identidades supostamente óbvias, como territoriais e também de género como realidades inegáveis, porque baseadas em ‘factos’ geográficos ou biológicos, e consegue assim uma certa estruturação e estabilização da realidade. O essencialismo pode também ser um instrumento político e intelectual muito poderoso, que serve para atingir objetivos específicos (Bucholtz & Hall 2004). No caso dos títulos acima mencionados, o

self-fulfilment and improvement, and nostalgically retained in everyday life, despite theoretical challenges within recent critical accounts of ‘late’ or ‘high’ modernity, postmodernity and globalisation.”

essencialismo serve para vender livros de auto-ajuda. Em outros casos, ao estabelecer uma relação entre a posição social de um indivíduo ou grupo e alguma condição prévia, biológica ou mental, evita-se a observação crítica da incapacidade de gerar igualdade de oportunidades, mantendo-se assim o *status quo* como única forma de organização possível.

Por outro lado, temos as perspectivas não-essencialistas, que compreendem as identidades como construções temporárias, social e historicamente situadas, de imagens de nós próprios que servem propósitos específicos. Estas perspectivas focam as diferenças entre indivíduos que supostamente pertencem ao mesmo grupo social e as semelhanças entre indivíduos de grupos diferentes (Woodward 2008), desvendando assim o carácter meramente abstrato das identidades de grupo. Não é possível falarmos de uma identidade feminina sem considerarmos a diversidade vigente no grupo das mulheres, por um lado, e, por outro, as semelhanças que existem entre homens e mulheres. As perspectivas construtivistas dão também conta da mudança daquilo que significa *ser* alguma coisa ao longo do tempo ou em diferentes contextos. Os significados de ‘ser mulher’ hoje, distinguem-se claramente dos que eram possíveis há 100 anos atrás e mesmo hoje em dia são diferentes para mulheres em diferentes contextos sociais, religiosos, geográficos, etc. Teorias construtivistas tratam a identidade como o resultado da filiação em crenças e possibilidades específicas às quais os indivíduos têm acesso no seu contexto social (Ivanic 1998). Esta filiação é sempre temporária e nunca fica completada ou finalizada. Como define Abels (2010), a identidade é o constante e incessante trabalho na imagem daquilo que queremos ser.

Constrangimentos à construção de identidade(s)

À primeira vista esta nova concepção de identidade representa um acréscimo de liberdade. Mas rapidamente podemos dar conta de que com a nova liberdade também surgem novos condicionamentos e que no final de contas, a liberdade não é tão grande assim. A dissolução das ‘molduras sociais’ em que os indivíduos encaixavam e simplesmente *eram*, sem questionarem a forma das suas existências, faz com que o indivíduo moderno tenha que decidir constantemente quem *quer* ser. Ele é obrigado a construir o seu percurso, as suas narrativas, a sua biografia, por exemplo, escolhendo um emprego/uma profissão ou outro/a (ou não escolher nenhum), escolhendo um

companheiro de vida (ou não escolher nenhum), escolhendo o lugar onde tomar café (ou não tomar café), etc. Toda a sua ação e construção identitária acaba por ser uma opção entre várias possíveis e o indivíduo poderá vir a ser responsabilizado pelas suas opções. Este processo de escolha que podemos designar de ‘realização pessoal’ perde assim o seu carácter opcional tornando-se uma exigência e uma norma social que incide sobre a pessoa (Renn 2010). Michel Foucault (2002) identificou neste processo não uma eliminação, mas uma simples transformação de estruturas de poder. Em vez de ser condicionado diretamente, o indivíduo é condicionado pela obrigação de escolha e pela obrigação de aumentar a sua qualidade de vida, tomando as decisões acertadas em todos os momentos. Ele torna-se responsável pelo sucesso do seu projeto de vida, assim como pelo seu eventual falhanço, enquanto, anteriormente, este projeto estava já traçado para si à nascença e ele só tinha que assumir o seu lugar.

Mas não é só a obrigatoriedade de escolha que condiciona o indivíduo; é também o facto de ele ser limitado na sua escolha por uma série de fatores. Este aspeto toca na velha disputa sociológica sobre a relação entre a agência e a estrutura, entre liberdade e condicionamento e sobre qual das duas será predominante. Esta questão é fundamental para os estudos de identidade e ressurgirá repetidamente ao longo deste trabalho de várias formas. Sem a querer ou poder aprofundar no âmbito desta tese, quero posicionar-me algures no meio entre os dois extremos: pressuponho que os indivíduos não são completamente livres na construção identitária, nem totalmente condicionados pelos diferentes tipos de estrutura que os rodeiam. As estruturas agem sobre o leque de escolhas disponíveis que será determinado pelos mais diversos fatores como o que é considerado inteligível, a socialização do indivíduo que lhe dá acesso a determinadas opções e não a outras, o contexto de situação que torna determinadas identidades possíveis e outras não. A agência do indivíduo consiste na escolha dentro deste leque de opções disponíveis ou na contestação da sua limitação através de ações desafiadoras.⁹

⁹ A partir de um outro ponto de vista, igualmente legítimo, poder-se-ia argumentar que o conceito de liberdade é incompatível com qualquer tipo de constrangimento, mesmo este não sendo total, ou seja, a existência de um *leque* de opções não é expressão de liberdade mas sim de constrangimento.

A ‘marketização’ das identidades

Um traço fundamental das sociedades ocidentais da atualidade que tem grande relevância para a construção de identidades é a *marketização*¹⁰ do sujeito e do discurso (Fairclough 1993). Numa sociedade em que a oferta de bens e serviços excede a procura, as empresas lutam por consumidores, fazendo uso de estratégias de marketing agressivas e sedutoras. Com o objetivo de vender, os meios de comunicação (tv, revistas, publicidade, etc.) constroem identidades, muitas vezes assumidas por indivíduos famosos de todas as áreas da vida pública, que funcionam como modelos para o cidadão comum imitar. Desta forma, constrói-se uma relação entre ser-se como o indivíduo da publicidade e a posse de bens ou o acesso a serviços que se pretendem comercializar (usar o mesmo creme antirrugas que a Catarina Furtado, ter a mesma conta bancária que o Cristiano Ronaldo, ter o mesmo relógio que o Hugh Jackmann, etc.). Através destes modelos identitários, o mercado torna-se um elemento crucial no condicionamento da liberdade de escolha individual em relação à sua autoexpressão (Giddens 1991). Reconhecendo o carácter pluri-identitário dos indivíduos (pós)modernos, os média propõem uma pluralidade de modelos identitários na sua incessante procura de satisfazer supostas necessidades dos indivíduos e criando outras. Para as mulheres, por exemplo, podemos encontrar nos média uma grande variedade de modelos identitários que se estendem da *femme fatal* dos anúncios de cosméticos e perfumes até à dona de casa dos anúncios de produtos de limpeza, para não falar das identidades femininas construídas com todas as suas *nuances* nos filmes e nas séries de televisão.

Identidade pessoal e social

Dois conceitos que são frequentemente usados em estudos sobre a identidade são ‘autoidentidade’ ou ‘identidade pessoal’ em oposição à ‘identidade social’. Também em relação a estes conceitos existem definições diferentes. Giddens define identidade social como “características atribuídas a um indivíduo por outros” (2007: 694), enquanto outros autores definem o mesmo conceito como a maneira como a pessoa “se

¹⁰ Utilizo o neologismo “marketização”, derivado do inglês “marketization”, no sentido de as identidades servirem para publicitar e vender bens e serviços e para a construção de uma vantagem de um produto sobre outros.

posiciona no contexto familiar e social” (Lalanda 2012: 365). A identidade pessoal é geralmente definida como o sentido do indivíduo sobre ele próprio, assumindo assim um cariz mais psicológico. Numa conceção mais alargada, a identidade pessoal também pode incluir as ideias do indivíduo sobre o mundo que o rodeia (Giddens 2007: 694). Neste trabalho, não faço distinção entre estes dois conceitos. Presumo que a autoidentidade na definição mais psicológica, como imagem do indivíduo sobre ele próprio, dificilmente está acessível no âmbito de uma análise de discurso. Analisarei a identidade como representações no discurso, representações que o indivíduo faz dele próprio, da sua vida interior, mas também de outros indivíduos.

Identidade e papel social

Também não pretendo distinguir os conceitos de ‘identidade’ e de ‘papel social’, para não ter que entrar num debate epistemológico e teórico sobre as diferentes definições associadas a cada um deles que – a meu ver - não iria contribuir em nada de substancial para este trabalho. Se definirmos papel social, no sentido de Giddens (2007: 699), como o “comportamento esperado da parte de um indivíduo que ocupa determinada posição social”, já se torna claro que este conceito se integra perfeitamente no conceito de identidade acima traçado. A identidade inclui a forma como o indivíduo se vê enquanto ocupante de uma posição social e perante as expectativas de comportamento a ela associada.

1.3. Identidade e linguagem

Construção discursiva das identidades

O que é que o que foi dito até aqui tem a ver com a linguagem? Entre todos os meios semióticos de que dispomos para trabalhar a nossa imagem, a utilização da linguagem foi frequentemente identificada como a mais importante. Obviamente podemos também transmitir quem somos ou quem queremos ser através da nossa aparência (roupa, corte de cabelo, piercings, etc.), através das nossas ações não linguísticas (comprar revistas de moda ou de automóveis, etc.), através da nossa mera presença física em algum lugar específico e não noutra (numa manifestação contra a

precariedade ou num estádio de futebol), etc. Mas frequentemente transmitimos quem queremos ser através daquilo que dizemos (ou não dizemos) ou através da forma *como* o dizemos. A definição de Giddens (1991) das identidades como narrativas biográficas coerentes que constituem o projeto reflexivo do EU sublinha precisamente isso. Nestas narrativas construímos coerência entre passado, presente e futuro, de forma a dar sentido àquilo que acontece à nossa volta, e fazemo-lo usando construções linguísticas. É nestas construções linguísticas que surge a nossa identidade, que pode, neste sentido, ser caracterizada como construída discursivamente.

A conceção da identidade como discursivamente construída contradiz concepções da linguagem como refletindo uma realidade extralinguística neutra e independente, afirmando que a linguagem não é um mero instrumento de reprodução de algo pre-existente, mas sim um meio de *constituição* de uma ‘realidade’ sempre condicionada. Derrida (1983) radicalizou esta visão, constatando que aquilo a que chamamos ‘realidade’ são sempre só representações e que, neste sentido, não existe nenhuma realidade para além do texto. Outras visões menos radicais admitem a existência de um mundo para além do texto. Neste sentido, dois indivíduos até podem olhar para o mesmo objeto, mas o olhar de cada um será condicionado por uma série de fatores (Butler 1993). Consequentemente, as descrições que podem surgir desta observação serão sempre diferentes, focando aspetos distintos da mesma ‘realidade’, revelando assim interpretações diferentes dela mas nunca serão um espelho da realidade observada. Aplicado às identidades isto significa que qualquer que seja a nossa conceção das mesmas – essencialista ou construtivista – a sua representação através da linguagem nunca é o espelho da(s) identidade(s).

Assumindo a existência de uma identidade intrínseca, a sua representação discursiva será sempre *uma* interpretação da mesma. Assumindo uma perspetiva construtivista, não há nada que possa ser interpretado, não há nenhuma identidade pré-discursiva que possa ser refletida, mesmo de forma condicionada. Há, isso sim, representações discursivas que constroem as identidades *in loco*.

Uma vez que as visões essencialistas dificilmente resistem confrontadas com a multiplicidade de experiências que constituem a vida dos indivíduos no mundo atual, neste trabalho pressuponho uma relação construtivista entre língua e identidade: as identidades são – em parte – construídas discursivamente. Neste sentido, pressuponho que aquilo que dizemos e a forma como o dizemos não revela de forma nenhuma quem nós somos, mas sim quem *queremos ser* naquele momento enunciativo específico.

A construção de identidades no discurso pode ser entendida como um jogo de atribuição e assunção que pode acontecer de forma mais ou menos consciente. No caso das identidades pessoais, o enunciador assume uma identidade quando a constrói para ele próprio e atribui identidades quando o processo de construção recai sobre outra pessoa, esteja esta presente na situação enunciativa ou não. O interlocutor tem sempre ao seu dispor a opção de aceitar ou contestar seja a autoatribuição do enunciador, seja a atribuição que é feita a ele próprio ou a uma terceira pessoa. No caso das identidades sociais ou coletivas, o enunciador atribui uma identidade a um grupo social (às mulheres, por exemplo), distanciando-se simultaneamente deste grupo e da identidade construída, porque não faz parte do grupo, ou então – no caso de ser parte deste grupo – assume esta mesma identidade. Do lado do interlocutor existem as mesmas opções de aceitação ou recusa, fazendo ele parte do grupo identificado ou não.

É de sublinhar que muitas vezes vários tipos de atribuição/assunção ocorrem simultaneamente. Ao construir o outro, o enunciador irá potencialmente construir-se também a si próprio. Para além disso, como escreve Abels (2010), atribuições de identidades acontecem sem que o indivíduo as tenha pedido: mesmo quando não nos perguntamos quem somos, temos que estar à espera de receber respostas mesmo sem perguntar.

Este jogo de atribuição e assunção foi formulado por Judith Butler (2001), com referência a L. Althusser, utilizando os conceitos de interpelação e aceitação. No ato de aceitação, o indivíduo interpelado torna-se aquele que foi interpelado. Quando num café o empregado de balcão se dirige a mim dizendo “Menina...”, ao responder “Um galão, por favor”, eu aceito que a identidade de menina me seja atribuída e torno-me de facto esta “menina”, com todas as consequências inerentes em termos de distribuição de poder. Não se pode dizer que o empregado no seu ato de enunciação confirme uma identidade que é minha por natureza (aliás, pessoalmente não me revejo na identidade de “menina”) e também não descreve uma realidade pré-discursiva, mas constrói uma representação subjetiva, espacial e temporalmente limitada que naquele momento engloba a construção de uma identidade para mim. O processo de interpelação/aceitação constitui o que Butler chama uma “totalização temporária” (1993: 309), uma vez que ele implica uma exclusão de todas as outras categorias identitárias que teriam sido possíveis de construir e que assim ficaram invisíveis. A atribuição do nome “menina” implica a

ocultação de toda uma série de outras categorias possíveis como “senhora”, “doutora”, “querida”, etc. No caso da cena do café, isto pode não ter consequências significativas, mas em outras situações terá. O exemplo também serve para demonstrar que a interpelação está inserida em estruturas discursivas de poder normativo que tornam impensável o empregado chamar-me, por exemplo, “senhor” ou “menino”, porque não reúne os requisitos fisiológicos necessários de pertença aos grupos respetivos, enquanto outras opções como “borracho” ou “gorda”, embora possíveis, são improváveis, porque implicariam uma forte probabilidade de contestação da minha parte, o que não estaria no interesse do empregado.

Nesta tese, o aspeto interacional das identidades passa para segundo plano uma vez que o discurso das mulheres entrevistadas será analisado focando a construção de identidades femininas que a falante assume para ela própria ou atribui a outros indivíduos enquanto mulheres ou homens. Os dados não permitem a análise dos processos de aceitação ou recusa dos indivíduos categorizados (ver capítulo 5, sobre a postura do entrevistador). O único momento em que podemos presumir que houve uma interpelação/aceitação é o momento do primeiro contacto com as entrevistadas em que lhes foi dito que seriam entrevistadas enquanto mulheres e filhas e mulheres e mães. À partida, todas elas, ao aceitarem ser entrevistadas, terão aceite estas classificações.

Diferentes graus de consciência na construção

Queiramos ou não, estamos sempre a fazer trabalho identitário; fazemo-lo é de forma mais ou menos consciente. Haverá situações em que afirmamos claramente quem somos, sustentando esta afirmação por narrativas que criam coerência entre eventos no nosso passado e comportamentos atuais, eventualmente fazendo previsões para o futuro. Desta forma, fixamos temporariamente a nossa identidade no discurso. Isto não quer dizer que num outro contexto situacional não a fixemos temporariamente de outra forma. Mas, mesmo quando não temos intenção declarada de dizer aos outros quem queremos ser, é impossível não fazermos trabalho identitário. Quando falamos ou escrevemos um texto, por mais isentos que tentemos ser, dizemos sempre algo sobre nós. Ainda que um autor tente evacuar-se do seu texto, essa mesma preocupação estará explícita e constituirá ela própria uma marca identitária, no sentido de o autor considerar

que na situação específica a objetividade/isenção seria a melhor forma de atingir o seu objetivo.

Um dos objetivos principais deste trabalho é tornar visíveis os processos de construção de identidades que normalmente ocorrem de forma inconsciente e destacar o papel que a linguagem pode ter neste processo. Este papel é muitas vezes subestimado e desvalorizado. Uma análise linguística, como a que proponho neste trabalho, pode ‘revelar’ posicionamentos a nível léxico-gramatical, dos quais o falante não tem consciência.

Síntese

Procurei, neste capítulo, demonstrar que a forma como o indivíduo se vê a si próprio está relacionada com a mundivisão em que se insere, o que provoca mudanças na definição do conceito de identidade ao longo da sua história. Espero ter tornado claro que as visões essencialistas da identidade, como sendo única e imutável, dificilmente se adequam à experiência de vida nas sociedades atuais, na medida em que não conseguem traduzir a complexidade das formas contemporâneas de organização social. Isto torna necessária uma perspetiva atualizada sobre as identidades que passam a ser temporárias, múltiplas e utilitaristas. Identifiquei o discurso como o lugar por excelência para a construção das identidades. É através da maneira como falamos e daquilo que dizemos que construímos quem queremos ser numa situação específica. A construção identitária pode ser um processo consciente, mas mais frequentemente ocorrerá de forma inconsciente, o que a torna um objeto de estudo pertinente para uma análise crítica que tem o objetivo de tornar visíveis as identidades construídas e as suas emanações sociais.

Capítulo 2 – Género

Neste segundo capítulo, exploro o segundo grande pilar teórico da presente tese, abordando aspetos fundamentais da teorização do género. O capítulo é dividido em três subcapítulos. O primeiro aborda a relação entre género e sexo. Depois de uma breve reflexão sobre a simbiose que, no senso comum, frequentemente caracteriza a relação entre os dois conceitos, faço uma pequena excursão às origens do questionamento desta mesma simbiose, para, de seguida, apresentar quatro possíveis teorizações desta relação. O segundo subcapítulo visa problematizar a relação entre género e poder. Reflito sobre o potencial explicativo do conceito de patriarcado e sobre o exercício do poder através da norma, antes de focar de forma mais pormenorizada uma conceção foucauldiana do poder como dinâmico e relacional. No mesmo subcapítulo discuto também a possibilidade de o sistema de género constituir uma ferramenta de exercício de poder. Na terceira e última parte do capítulo apresento algumas considerações sobre as mudanças de género, incluindo uma reflexão crítica sobre o papel do feminismo na sociedade atual.

2.1. Sexo e Género

A importância do sexo (e do género)

Quando um novo ser humano está a caminho, uma das informações mais aguardadas é saber se é de sexo feminino ou masculino. Ainda muito antes d@¹¹ bebé nascer, por volta da 11ª semana de gravidez, as ecografias permitem aos (futuros) pais ‘saber o que é’. Caso não tenham interesse na revelação dessa informação, são incentivados pelo pessoal médico a ‘saber’ e frequentemente pressionados por amigos e família a ‘revelar’ o sexo d@ bebé. Mas porque é que saber ‘o que é’ é tão importante e exatamente o que ficamos a saber quando sabemos se o novo elemento da família é um menino ou uma menina? Muito pouco, na verdade. Mas saber o sexo d@ bebé permite-nos ativar uma série de representações sociais de feminilidade e masculinidade infantil e permite-nos relacionarmo-nos com o novo indivíduo, comprando roupa e brinquedos

¹¹ Utilizo o grafismo @ no final da palavra para realçar a inclusão dos dois géneros nos casos em que o português me obriga a escolher um ou outro. Não o faço de uma forma continuada e consequente, também para não criar obstáculos desnecessários à leitura do texto, mas só quando o realçar desta inclusão me parece relevante.

‘adequados’, decorando o quarto, escolhendo o nome, etc. Estas nossas ações começam o processo de transformação d@ bebé num ser genderificado¹². A língua portuguesa torna a opção de não saber/revelar o sexo d@ bebé antes do nascimento difícil de viabilizar, uma vez que só existem dois géneros gramaticais e, mesmo na hipótese de ocultar o nome e o seu género gramatical, esse último é visível em outras categorias gramaticais. Outras línguas são mais flexíveis neste aspeto. O alemão, por exemplo, para além de ter um género gramatical neutro ao qual pertencem também as palavras ‘Baby’ (bebé) e ‘Kind’ (criança), restringe a visibilidade do género gramatical à classe dos nomes.

A escolha do nome próprio da criança é um momento importante no processo de genderificação. A legislação portuguesa revela-se mais restritiva do que outras neste aspeto, obrigando os pais a escolher um nome que não deixe dúvidas acerca do sexo biológico¹³ da criança, impossibilitando desta forma a escolha de nomes ‘unissexo’ que são possíveis noutros contextos culturais¹⁴. Uma lista de nomes permitidos e não permitidos ajuda os pais a tomar a decisão ‘correta’¹⁵. Quando @ bebé nasce, é registad@ oficialmente como sendo do sexo feminino ou masculino e el@ propri@ irá repetir este ato de categorização inúmeras vezes ao longo da sua vida, cada vez que se regista como masculino ou feminino num formulário ou num registo qualquer. Só excecionalmente é possível fugir a este sistema binário. Na Alemanha, desde o dia 1 de novembro de 2013 é possível registar um@ bebé sem especificar o sexo. Mas o que pode parecer uma mudança radical e libertadora acaba por não o ser. Só se admite esta possibilidade em casos de intersexualidade, isto é, quando indicadores fisiológicos contraditórios não permitem uma atribuição clara do sexo¹⁶ e prevê-se, em todo o caso, a atribuição de uma das duas categorias num momento posterior. Isto significa que para

¹² A utilização desta palavra não será consensual nem comum em Português. Encontrei-a pela primeira vez num texto de Sofia Aboim (2008) e considero-a uma tradução adequada para o termo inglês ‘gendered’, i. e., ela será utilizada para identificar algo que é influenciado por construções sociais de feminilidade e masculinidade.

¹³ Decreto-Lei nº 131/95 de 06-06-1995 Artigo 103.º

¹⁴ A legislação de outros países permite nomes unissexo como “Chris” ou “Alex” no mundo anglófono ou “Dominique” em francês.

¹⁵ Pode ser consultada em: http://www.irn.mj.pt/sections/irn/a_registral/registos-centrais/docs-da-nacionalidade/vocabulos-admitidos-e/downloadFile/file/NomesAdmit.pdf?nocache=1214922851.67, consultado a 11 de dezembro 2014 – esta lista tem vindo a ser atualizada e alargada, pelo que as opções de nomes também vão aumentando.

¹⁶ § 22,3 Personenstandsgesetz (Lei de Registo Civil): “Kann das Kind weder dem weiblichen noch dem männlichen Geschlecht zugeordnet werden, so ist der Personenstandsfall ohne eine solche Angabe in das Geburtenregister einzutragen.” (na minha tradução: no caso de a criança não poder ser classificada como pertencendo ao sexo feminino ou masculino, procede-se ao registo da mesma sem a respetiva indicação no registo civil.)

as autoridades como para a maioria da população continuam a existir só as duas opções tradicionais, e nem estas têm carácter opcional¹⁷. A identificação do sexo, seja ela feita antes ou no momento do nascimento, pode ser encarada como o ponto de partida para a classificação e divisão da sociedade em duas categorias, dois grupos supostamente dicotómicos, e cada nascimento, institucionalizado ou não, em todo o mundo repete este processo de categorização. É no mesmo momento que recomeça também sempre de novo a mistura de dois conceitos, um mais fisiológico, o sexo, e outro mais social, o género.

“Não se nasce mulher...”

Quando se começou a refletir sobre o lugar de homens e mulheres na sociedade, os conceitos de ‘sexo’ e ‘género’ estavam fundidos, ou melhor, o conceito de género era inexistente. O lugar de homens e mulheres na sociedade, o comportamento supostamente específico dos membros de cada grupo e as suas competências eram vistos como derivando diretamente do sexo biológico. A filósofa, escritora e feminista Simone de Beauvoir (1908-1986) foi uma das primeiras pensadoras cujo questionamento do determinismo biológico no ‘ser mulher’ e do resultante lugar social da mulher na sociedade teve um impacto considerável¹⁸. Em *O segundo sexo* (2011 [1949]), Beauvoir separa aspetos fisiológicos de aspetos sociais de masculinidade e feminilidade, enfatizando a importância de variáveis sociais na formação das identidades de género. Este aspeto do seu pensamento encontra a sua expressão mais clara na sua célebre frase: “Não se nasce mulher: torna-se”. Beauvoir demonstra que a subordinação feminina na sociedade não é resultado de características fisiológicas femininas, mas sim o resultado de um processo de socialização que transforma metade da população mundial em ‘mulheres’ e a outra em ‘homens’, sendo a cada um destes grupos atribuídas características específicas, que por sua vez são utilizadas para justificar a existência destes mesmos grupos. A autora explica de forma extensa como, durante o processo de socialização, raparigas são incentivadas a adquirir características

¹⁷ Em 2014, a rede social Facebook anunciou que alargaria as opções de escolha relativamente à identificação do sexo dos seus utilizadores norte-americanos, acrescentando mais de 50 opções de autoidentificação. No entanto, estas opções continuam indisponíveis por exemplo para os utilizadores portugueses.

¹⁸ Não é de estranhar que o questionamento da ordem tradicional de género tenha começado pelo ‘lado’ das mulheres, uma vez que elas eram as principais prejudicadas por esta ordem.

supostamente femininas como passividade, dependência, submissão à dominação masculina, etc. Sendo a norma ‘masculina’, a mulher é transformada num desvio desta norma, num ‘outro’ insignificante que se define pela negativa, em oposição à norma masculina. Assim, Beauvoir propõe que a alteridade da mulher seja entendida como uma consequência da dominação masculina e não como resultado de alguma essência intrínseca de feminilidade.

Teóricos trabalhando na área do género distinguem os conceitos ‘sexo’ e ‘género’ de forma mais ou menos clara e rigorosa. O termo ‘sexo’ é comumente utilizado para indicar a dimensão fisiológica de ser ‘homem’ ou ‘mulher’, incluindo órgãos sexuais, potencial reprodutivo, hormonas, cromossomas, etc., sendo com base nestes elementos que o indivíduo é categorizado no início da sua vida, como demonstrei anteriormente. Por outro lado, ‘género’ refere-se normalmente à dimensão social de ser ‘homem’ ou ser ‘mulher’ (Giddens 2007). Geralmente, a dimensão do género é entendida como um contínuo com diferentes graus de feminilidade e masculinidade, isto é, os indivíduos podem comportar-se, falar ou vestir-se de forma mais ou menos feminina ou masculina¹⁹. Estes conceitos de masculinidade e feminilidade são culturalmente e historicamente específicos: o que se entende por tipicamente feminino numa cultura ou num momento histórico não é necessariamente entendido como tal noutra cultura ou noutro contexto histórico (Wodak, ed. 1997). Os padrões sociais de masculinidade e feminilidade são adquiridos na interação com o contexto social (com pais e pares, na escola, através dos média, etc.), o qual apresenta modelos de comportamento, sanciona qualquer ação que não vá ao encontro destes modelos e premeia quem age em conformidade com as ordens de género²⁰.

A relação entre sexo e género

Apesar de hoje em dia existir um consenso bastante alargado relativamente à coexistência de uma componente social e de uma componente biológica no ‘ser mulher’ ou no ‘ser homem’, a conceptualização da relação entre estas duas componentes continua a ser discutida. Nicole-Claude Mathieu (1989, citada em Cameron 1997)

¹⁹ Talbot (1998) propõe que seria mais correto entender não só o género mas também o sexo como um contínuo. Como há diferentes ‘graus’ de feminilidade e masculinidade, também há um número elevado de indivíduos cujos corpos não encaixam nem no protótipo masculino nem no feminino.

²⁰ Eckert & McConnell-Ginet (2003) fazem uma descrição detalhada do processo de socialização que forma sujeitos genderificados.

distingue três paradigmas de teorização da relação sexo/género²¹. O primeiro paradigma defende que os aspetos sociais dependem de factos biológicos, uma vez que o biológico precede o social. O género é, neste sentido, uma expressão socialmente mediada de factos biológicos e a diferença ao nível fisiológico leva a outras diferenças de carácter social, como, por exemplo, ao nível da força física, do desejo sexual, de interesses recreativos, do carácter, etc. Esta teorização revela-se problemática, uma vez que negligencia a relevância de dinâmicas sociais na constituição do género e da reciprocidade das influências entre o social e o biológico. Connell (2002), por exemplo, lembra que desde há milhões de anos os corpos humanos não existem fora de estruturas sociais e que o desenvolvimento físico tem sido influenciado por uma variedade muito grande de processos sociais como a distribuição de alimentos, costumes sexuais, guerras, trabalho, educação, medicina, etc., todos eles influenciados pelo género como dimensão social. As estruturas sociais não podem, por isso, ser meras consequências de ‘verdades’ biológicas, embora, no entanto, elas estabeleçam as condições nas quais os corpos vivem e se desenvolvem²².

Dados os problemas inerentes à relação determinista entre os dois conceitos, o segundo paradigma identificado por Nicole-Claude Mathieu separa categoricamente o sexo do género. O género torna-se assim um conjunto de expectativas e normas culturais que os indivíduos assimilam e em função das quais atuam. Nesta aceção, o género é o processo de marcar socialmente a diferença biológica entre os sexos sem que haja alguma relação lógica de causa-efeito entre as duas dimensões. Esta separação contém algum potencial libertador, uma vez que retira o carácter de inevitabilidade à linearidade entre sexo e género, tornando possível e legítimo representações de género que não ‘correspondem’ ao respetivo sexo. Mas a liberdade de escolher o género, que esta teorização parece sugerir, é enganadora: os indivíduos evidentemente não podem escolher o seu género livremente, mas são incentivados a assumir o género que corresponde ao seu sexo biológico. Para além disso, como explicam Eckert & McConnell-Ginet (2003), uma separação absoluta é difícil de sustentar, já que as fronteiras entre os dois conceitos são tudo menos claras. Onde exatamente se localizaria

²¹ Connell (2002) faz uma distinção muito semelhante, designando os três paradigmas “The body as machine”, “The two realms” e “The body as canvas”.

²² Outros argumentos contra esta abordagem determinista identificados pelo autor são o facto de a biologia ter muitas dificuldades em prever realidades sociais, o que deveria ser possível, pressupondo uma relação determinista. O mesmo autor também sublinha que até à data não foi possível demonstrar que alguma diferença psicológica, alegadamente identificada entre homens e mulheres, tenha de facto as suas origens na diferença biológica.

a linha que separa sexo e género? Outro problema que se mantém neste paradigma é a primazia da biologia nesta dicotomia. As ‘verdades’ biológicas, sendo materiais e muitas vezes visíveis, têm tendência a serem mais ‘verdade’ do que as sociais (Connell 2002).

Nenhum dos dois paradigmas apresentados oferece uma explicação pelas diferenças de valor e de poder implícitas na dicotomia homem/mulher e masculino/feminino (Connell 2002).

A terceira abordagem, na procura de responder às críticas dirigidas às duas anteriores, declara que a própria suposição de que o sexo se constitui como fundamentação de dimensões sociais de género tem na sua génese razões sociais e interesses políticos e económicos. Esta teorização pós-estruturalista é muito influenciada pelo pensamento do filósofo Michel Foucault. Segundo Foucault (2002; 1994), os corpos são produtos de práticas disciplinatórias impostas por sistemas de conhecimento de diferentes áreas profissionais, como a medicina, a psicologia, a criminologia, etc. Estes sistemas não só estabelecem o que é comportamento ‘normal’ ou ‘anormal’, como constroem o que é um corpo normal feminino e/ou masculino, constituindo assim realidades biológicas que parecem não ter alternativas (Butler 1990). Pode-se observar uma inversão da relação entre os dois conceitos nesta abordagem. A ordem social binária é entendida como construindo ‘factos’ biológicos, uma vez que apenas aspetos biológicos específicos ganham relevância social enquanto outros parecem ter apenas consequências mínimas (o sexo e a raça, por exemplo, *fazem* diferença enquanto a cor de cabelo, a altura ou o grupo de sangue não costumam fazer) (Cameron 1997). A decisão de distinguir indivíduos com características biológicas femininas de indivíduos com características masculinas é, assim, em última análise, uma decisão social e historicamente construída (Eckert & McConnell-Ginet 2003).

Esta terceira abordagem foi criticada por desvalorizar a dimensão física quase na mesma medida em que a primeira abordagem desvaloriza a dimensão social. Segundo Connell (2002), esta primazia do social sobre o biológico também não é adequada, uma vez que os símbolos das estruturas genderificadas remetem direta ou indiretamente para a relação reprodutiva entre homem e mulher, ou seja, para a dimensão da diferença física. Uma teorização adequada deve, segundo este autor, ser capaz de dar conta disso, não devendo também ignorar o que ele chama de ‘elefante no quarto’, ou seja, o facto

de os corpos masculinos e femininos apresentarem diferenças físicas inegáveis²³. Outra crítica feita às abordagens pós-estruturalistas prende-se com a conceptualização do sujeito como essencialmente passivo e desprovido de agência. A ação deste é limitada à internalização e imitação de normas de feminilidade e masculinidade. Dada esta falta de agência, coloca-se a questão: como então serão possíveis atos de resistência e processos de mudança?

O conceito de “social embodiment” de Connell (2002) propõe uma nova visão, solucionando questões colocadas por algumas das críticas feitas às abordagens anteriores. O autor teoriza a relação entre dimensão física e social dando conta da importância da materialidade dos corpos, por um lado, e de processos sociais, por outro, assim como da influência mútua entre as duas dimensões. Com base nisso, o autor define género da seguinte forma: “Gender is the structure of social relations that centers on the reproductive arena, and the set of practices (governed by this structure) that bring reproductive distinctions between bodies into social processes” (2002: 10).

De acordo com Connell, os corpos são transformados por processos sociais em parte genderificados, mas, ao mesmo tempo, eles próprios são agentes cujas práticas constituem o mundo social e com isso as próprias estruturas que condicionam as suas transformações. Nesta lógica, e reencontramos o pensamento de Derrida (1967) referido no Capítulo 1, o mundo social não é só reproduzido nas práticas, mas é constituído por elas. O mesmo vale então para as estruturas de género, ou seja, ao mesmo tempo que estas condicionam a ação dos sujeitos, são também elas próprias condicionadas por essa mesma ação. A ação do sujeito, condicionada pelos sistemas de conhecimento, representa sempre uma reconstituição destes mesmos sistemas, que pode ser feita de muitas maneiras diferentes (Butler 1990). É nesta reconstituição que se localiza a possibilidade de mudança, tema que abordarei mais tarde (em 2.3).

(Heteros)Sexualidade

Judith Butler (1990) alarga o sistema binário de sexo e género a mais duas dimensões: sexualidade e desejo. Contrariando conceptualizações fortemente influenciadas pela psicanálise, que veem na sexualidade a força central para o

²³ Judith Butler, depois da publicação do seu livro *Gender Trouble* (1990) foi criticada – sobretudo na receção alemã da obra – por propor uma negação total da materialidade dos corpos (por exemplo Lindemann 1993; Duden 1993, etc.)

desenvolvimento humano, Foucault (1994) mostrou que, longe de ser uma entidade natural, também a sexualidade foi construída cultural e historicamente por discursos dominantes. Butler (1990) teoriza que, neste momento da história, identidades de género inteligíveis são aquelas que constituem coerência e continuidade não só entre sexo e género, mas também entre estes e a prática sexual e o desejo. O sujeito 'é' quem el@ deseja e com quem el@ efetivamente mantêm relações sexuais. A liberdade do indivíduo em combinar diferentes opções disponíveis em cada uma das dimensões continua a ser muito reduzida e condicionada pela dominância de algumas identidades normativas. Uma identidade feminina dominante é aquela que se baseia num corpo com características femininas, que deseja corpos masculinos, que mantem efetivamente relações sexuais com indivíduos de sexo masculino e que se comporta segundo as normas sociais de feminilidade. Butler (1990) refere-se a Foucault quando afirma que esta coerência não é algo natural, mas resultado de processos regulatórios cuja razão e cujo objetivo é a heterossexualidade. A norma da heterossexualidade, apoiada em discursos regulatórios que fazem referência à sua função de reprodução da espécie humana, torna todas as outras possibilidades de sexualidade excecionais e marginais na melhor das hipóteses, anormais e patológicas na pior, reforçando assim o sistema binário dos dois sexos, que só funciona pressupondo a complementaridade de masculino e feminino.

De facto, na análise das relações de género, a importância da sexualidade não pode ser subestimada, mas, por outro lado, também não deve ser sobrevalorizada na sua capacidade explicativa, relativamente às outras dimensões. Bucholtz & Hall (2004) defendem – a meu ver corretamente – que género e sexualidade são conceitos teóricos distintos. Enquanto inicialmente os estudos da sexualidade faziam parte dos estudos de género, mais recentemente têm-se emancipado constituindo um campo de estudo independente. Apesar disso, qualquer estudo em uma destas áreas dificilmente pode ignorar a estreita ligação entre os dois conceitos, acima demonstrada. Na análise tornar-se-á evidente que a heterossexualidade constitui uma base fundamental para a construção das identidades femininas dominantes.

2.2. Género e poder

O Patriarcado

No subcapítulo 2.1 procurei demonstrar que questões de poder são centrais na teorização das relações de género. Foi na tomada de consciência da sua subordinação social que as mulheres começaram a questionar a ordem de género e é porque continua a haver diferenças de poder baseadas no género que se continua a debater o tema. Mas uma observação mais pormenorizada revela que – tal como acontece com os conceitos de ‘sexo’ e ‘género’ – a relação entre género e poder também não é nem simples, nem linear. O conceito de patriarcado explica as relações de poder entre homem e mulher de forma aparentemente simples. Num sistema patriarcal, os homens são privilegiados e possuem poder, que exercem sobre as mulheres que são subjugadas e oprimidas em todas as áreas sociais. Este poder pode ser exercido de forma direta ou indireta, de um grupo sobre o outro, ou pode atuar através de instituições como a família, as empresas, a igreja, etc. Toda a sociedade está estruturada para o benefício dos homens, condicionando o acesso das mulheres a capital simbólico, social, político e económico (Connell 1987), com o fim de as manter nos seus lugares de subordinação aos homens.

Não existe consenso sobre a origem do patriarcado. Diferentes tipos de feminismo atribuíram este poder supostamente universal dos homens sobre as mulheres a diferentes origens. O feminismo revolucionário identificou as capacidades reprodutivas das mulheres como estando na base da sua subjugação já que estas capacidades – para além de serem controladas pelos homens – tornam-nas vulneráveis e dependentes dos homens, pelo menos durante alturas ‘críticas’ como a gravidez, o momento de dar à luz e o pós-parto (Firestone 1971). Uma vez que antigamente a função principal da mulher era gerar filhos e na medida em que estes momentos de fragilidade representavam quase um ‘continuum’, resultavam em situações de dependência generalizada. Outras vertentes do feminismo localizaram a origem do patriarcado na família, no âmbito da qual o homem controla não só a reprodução mas também a produção, isto é, o trabalho familiar (Delphy 1980). Diferentes modelos feministas marxistas questionaram a autonomia do sistema patriarcal. Argumentando que a opressão das mulheres na sociedade não pode ser analisada independentemente de outras formas de opressão como a racial ou a de classe, tentaram relacionar o patriarcado e modos de produção capitalistas (Beechey 1979). Outros teóricos, ainda, encontram respostas na psicanálise, localizando a origem do patriarcado não no homem

mas na figura do pai (Mitchell 1974). Esta procura de uma origem universal tem sido criticada mais recentemente por – em vez de revelar algum tipo de verdade – produzir mitos que justificam a dominação masculina (Connell 2002). De facto, todos os modelos acima mencionados apresentam-na como inevitável.

Homens com poder, mulheres sem? Olhando para a materialidade das relações do género, não só nos dias de hoje, fica claro que as coisas não são assim tão simples. Como se explica que mulheres como Angela Merkel²⁴ ou Isabel dos Santos²⁵ tenham conseguido tornar-se politicamente e/ou economicamente tão poderosas? Será que elas se apropriaram de características masculinas para conquistar o seu poder ou será que o poder delas tem outra origem? Como se explica a dificuldade que homens não heterossexuais e/ou não brancos encontram em ascender a posições de poder? Como se explicaria ainda o facto de haver áreas da vida social em que as mulheres são dominantes como a saúde e a educação²⁶? Estas e outras ‘exceções’ à regra do patriarcado mostram-nos que o poder tem de ser encarado como sendo multifacetado e complexo (DeFrancisco 1997) e que precisamos de um conceito dinâmico e relacional do poder.

O poder da norma

Tal conceito dinâmico e relacional do poder encontra-se no trabalho de Michel Foucault (2002). O filósofo francês estava interessado não tanto na natureza ou na origem do poder, mas sobretudo na forma como ele atua e é exercido. Segundo Foucault, houve uma profunda transformação das práticas de poder, que desde o século XVII têm vindo a basear-se cada vez menos na proibição e na repressão e mais no princípio da norma que funciona como força disciplinatória. Como já referi no âmbito da teorização da relação entre sexo e género, os sistemas de conhecimento têm o poder de categorizar os indivíduos de várias formas (normal vs. louco, etc.) constituindo simultaneamente normas de diferentes tipos (ligadas ao aspeto, ao comportamento, etc.). Estas normas são internalizadas pelos indivíduos ao ponto de estes não só se vigiarem

²⁴ Angela Merkel, chanceler da Alemanha desde 2005, a primeira mulher neste cargo na história do país.

²⁵ Isabel dos Santos, filha do atual presidente angolano, é considerada a mulher mais rica de África, segundo a revista *Forbes*. Tem negócios em diversas áreas como a hotelaria, as telecomunicações, bancos, petróleo e diamantes.

²⁶ Tenho, naturalmente, consciência da explicação geralmente aceite de que estas duas profissões representam uma extensão de qualidades consideradas naturalmente femininas, nomeadamente o ‘cuidar’ ou ‘tratar’ de doentes, velhos e crianças (cf. Capítulo 4).

uns aos outros mas também de se auto-vigiarem constantemente, medindo a distância que os separa da norma. Este mecanismo sensor permite ao indivíduo detetar, nele próprio ou em outros, comportamentos considerados desviantes, impelindo-o a um realinhamento com a norma (Bartky 1997). Se, no que diz respeito à manutenção das ordens de género, as categorias são evidentes (masculino e feminino), já as respetivas normas são difusas e muitas vezes contraditórias. Judith Butler (1990) explica que a internalização das normas de género e de sexualidade nunca é total, as identidades de género nunca são fixas, mas sempre instáveis, o que torna necessário a sua constante (re-)encenação. Por isso também Butler fala num ‘tornar-se’, numa ‘performance’ incessante das identidades de género que traduzem as normas em práticas concretas, naturalizando assim o próprio sistema de relações de género (cf. Capítulo 3).

Fica evidente que o conceito foucauldiano substitui o poder de fonte única por um poder amplamente disperso que opera de forma íntima e difusa (Foucault 2002). O poder não tem, por isso, a sua origem numa única pessoa (por exemplo, no marido ou no pai), num grupo específico (por exemplo, nos homens) ou numa instituição em particular (por exemplo, no governo), mas atravessa todos eles, construindo *relações* de poder (Seier 2001). Daqui resulta uma simultaneidade de múltiplas estruturas de poder que se cruzam, intercetam e influenciam mutuamente. Desta forma, estruturas de género relacionam-se com outros sistemas, como raça, sexualidade, classe, etc., que podem potenciar ou atenuar a ação do primeiro. Isto faz com que a atuação dos regimes de género não seja experienciada, vivida e/ou discursivamente construída da mesma forma por diferentes tipos de mulheres (Lazar 2005) ou homens. Algumas mulheres experienciam de facto múltiplas discriminações: pela sua condição de género e pela sua orientação sexual e/ou cor de pele, pela sua condição social, etc. (Butler 1990, hooks 2015 [1981]), enquanto noutros casos as desvantagens associados ao género podem ser compensadas – até a um certo ponto – por um elevado estatuto social ou poder económico²⁷.

²⁷ É altamente improvável que Angela Merkel tivesse o mesmo poder se, em vez de chanceler da Alemanha fosse primeira ministra de Portugal. O poder dela depende em grande medida do país que ela representa e que a torna mais poderosa do que homens com cargos equivalentes mas de países menos influentes. Por outro lado, a ‘compensação’ do género por outras variáveis raramente é total. Apesar de ser a mulher mais rica de África, o poder económico de Isabel dos Santos é muitíssimo menor do que o de Aliko Dangote, homem mais rico de África. Segundo a revista Forbes, falamos de uma diferença entre 3,3 mil milhões e 14,9 mil milhões de dólares (www.forbes.com, consultado a 16 de fevereiro 2015).

A natureza dinâmica do poder

Outra característica do poder na concepção de Foucault é que ele não é absoluto, no sentido de não haver uma pessoa ou um grupo possuidor de todo o poder e que o mantém para sempre. Poder e resistência condicionam-se mutuamente e o indivíduo oprimido nunca é totalmente impotente. O seu poder está na possibilidade de resistência, embora esta possibilidade dependa de uma série de fatores. Simultaneamente, a situação de opressão em que este indivíduo se encontra tem de ser encarada como *uma* possibilidade, contemplando a hipótese de alteração, por mais estável que a constelação possa parecer num momento específico. Uma consequência disto é que o poder adquire um carácter potencialmente temporário e transitório. Como escreve Fairclough, “o poder pode ser ganho e exercido somente através da luta social na qual ele também pode ser perdido” (2001: 43)²⁸. Também Foucault utiliza uma metáfora guerreira, a da ‘batalha constante’, para evidenciar que conflitos, alterações e inversões das estruturas de poder lhes são inerentes; as relações de poder transformam-se com o tempo e reorganizam-se por meio da contestação (Seier 2001).

O carácter relacional do poder

Outro aspeto a ter em conta é a natureza relacional do poder, não só no sentido de diferentes estruturas de poder estarem inter-relacionadas, mas também num sentido mais ‘local’. Numa interação concreta entre um homem e uma mulher, por exemplo, uma suposta superioridade masculina existe como uma possibilidade entre muitas de construir a relação entre os participantes. Mas ela só entra efetivamente em ação quando for aceite como válida e adequada pelos *dois* participantes. Sem uma mulher à sua volta que reconheça a sua superioridade enquanto homem, esta superioridade efetivamente não existe. O sucesso da reivindicação de uma posição superior depende também de uma série de fatores, nomeadamente, entre outros: (a) das alternativas de relacionamento às quais cada um dos indivíduos tem acesso e (b) das consequências sociais que o indivíduo antecipa como resultado da sua ação.

²⁸ Tradução minha do original inglês: “(...) power, whether it be 'in' or 'behind' discourse, is never definitively held by anyone person, or social grouping, because power can be won and exercised only in and through social struggles in which it may also be lost.”

O sistema de género ao serviço do poder

Relativamente à atuação do poder em relação ao género, Connell (1987) identifica três formas principais: (a) o exercício do poder pela força bruta, que continua a estar associada com um tipo de masculinidade específico, (b) o exercício de poder através de instituições e da maneira potencialmente genderificada como estas estão organizadas e (c) o exercício do poder através do consenso, isto é, do poder hegemónico (Gramsci 1994). As ideologias de género são hegemónicas, no sentido de muitas vezes não serem sequer entendidas como dominação. Para provavelmente a maior parte das pessoas, o sistema de género não só é aceitável e consensual (Lazar 2005), como também é visto como desejável. Isto só é possível porque ele dissimula a sua natureza opressiva. Em relação às outras duas formas, o poder hegemónico tem a vantagem de eliminar praticamente todo o potencial de conflito das relações de poder, tornando-se assim uma forma extremamente eficaz de exercer poder, também no que diz respeito ao género.

O sistema de género, longe de ser um sistema neutro e inócuo, é um instrumento político de exercício e manutenção de poder (DeFrancisco 1997) que constrói diferença e dominação (Eckert & McConnell-Ginet 1992a). Nas palavras de Lazar (2005: 5-7):

Gender is an ideological structure that divides people into two classes, men and women, based on a hierarchical relation of domination and subordination, respectively. (...) the gender structure imposes a social dichotomy of labour and human traits for women and men, the substance of which varies according to time and place.

Como a mesma autora expõe, o sistema de género atribui a ‘homem’ e a ‘mulher’, a ‘masculino’ e a ‘feminino’, determinados significados associados a práticas sociais concretas, as quais atuam como constrangimentos para outras práticas futuras. Estes significados diferenciados e dicotómicos são assimétricos e criam relações hierarquizadas entre os membros dos dois grupos. Nas palavras de Connell (2002: 5): “(...) the effort to sustain the gender categories also sustains the relations between them – and therefore sustains the inequalities they produce, and the harm they do”. É o próprio sistema de género que se revela assim prejudicial e limitador para os indivíduos. As suas consequências negativas, as desigualdades e os danos causados não existem só do lado das mulheres. Aliás, a teorização das relações de poder como uni-direcionadas, exercitadas de forma direta ou indireta pelo homem ou por sistemas abstratos sobre a mulher, negligencia os condicionamentos sofridos do lado dominante/dominador. Ser homem fisicamente não é suficiente para ascender a uma posição de benefício social, dado o entrelaçamento do género com outras variáveis como raça, sexualidade, etnia,

idade, classe, etc. E mesmo aqueles indivíduos que estão a ser beneficiados pela ordem tradicional do género (homens heterossexuais, brancos, classe média/alta...), são limitados na sua ação. A manutenção do seu estatuto superior exige-lhes abdicarem de uma série de posicionamentos de sujeito, disponíveis na sociedade. Tirar uma licença de parentalidade prolongada, dedicar-se a atividades ‘femininas’ como fazer tricot ou experimentar outras formas de sexualidade iriam pôr em risco esta superioridade. Tendo em conta que o sistema de género só beneficia um número relativamente reduzido de indivíduos, enquanto é prejudicial para todos os outros, a sua manutenção torna-se um paradoxo que Gramsci previu no seu conceito de hegemonia: beneficiados e prejudicados trabalham de igual modo para a manutenção de um dado sistema (Connell 1987). Uma razão pela qual estas estruturas se mantêm é o facto de configurarem limites e darem orientação num mundo em que as escolhas se fazem dentro de um leque cada vez mais alargado de hipóteses. O facto das estruturas de género atribuírem um lugar relativamente claro ao indivíduo, de lhe imporem limites no que é possível ser, face à infinidade de possibilidades de construção identitária na sociedade ocidental atual, pode transmitir segurança aos indivíduos. Isto pode explicar o sucesso de programas de rádio e de tv, livros, etc. que enfatizam a diferença de género, apesar de os Estudos de Género se esforçarem por tornar visível o seu carácter prejudicial.

Identificar o sistema ideológico do género e resistir-lhe constitui uma tarefa cada vez mais complicada, não só porque as suas manifestações são cada vez mais subtis, mas também porque estruturas patriarcais interagem com interesses corporativos e de mercado (Lazar 2005), ao ponto de hoje em dia as necessidades da estrutura patriarcal se fundirem com as necessidades das estruturas do mercado. Identidades em geral (cf. Capítulo 1) e identidades de género em particular passaram a ser um bem que se tenta vender ou que ajuda a vender outra coisa. ‘Ser’ passa a significar ‘ter’ alguma coisa que supostamente torna o consumidor individual mais próximo de e mais parecido com uma norma, muitas vezes incorporada por uma pessoa mais ou menos famosa que funciona como modelo a imitar. A apresentação manipulada destes modelos torna-os impossíveis de alcançar para a maioria da população, o que assegura que o indivíduo nunca pare de consumir os produtos que prometem levá-lo para mais perto do ideal (Barkty 1997).

Outra razão pela qual as estruturas de género se mantêm pode ser encontrada no prazer que os indivíduos tiram do desempenho das suas categorias e das práticas associadas (Connell 2002). Barkty (1997) mostra que as mulheres, em vez de se sentirem oprimidas, desempenham práticas disciplinatórias com prazer e sentem-se

empossadas por dominarem estas práticas. Onde os estudos de género veem uma redução da mulher a um objeto de desejo masculino, muitas delas sentem-se empossadas pelo seu poder de sedução. Isto é só um exemplo que evidencia o desafio que os Estudos de Género enfrentam: o de ultrapassar a distância que os separa do dia-a-dia das pessoas e que constitui um dos grandes desafios da área.

Os vários pontos de contacto entre os conceitos de identidade e género (elemento emocional/prazer, marketização, etc.) mostram a relação intrínseca entre eles. Por esta razão, quando se fala em género, normalmente fala-se em identidades de género, o que implica que o género assume – para além das mencionadas aqui – todas as características das identidades apresentadas no capítulo anterior: o género torna-se assim uma realização interacional, contextualmente específica e relacionada com outras categorias identitárias. Como todas as outras identidades, ele ganha materialidade nas representações mentais que as pessoas fazem dele.

2.3. Género em mudança

Género e mudança

A história do género é uma história de mudança. Para os saudosistas dos ‘bons velhos tempos’, as mudanças ocorridas nas últimas décadas têm sido radicais e obviamente negativas; para as feministas, as mudanças no papel da mulher não foram suficientemente profundas, enquanto provavelmente a maior parte das pessoas reconhecerá mudanças positivas e negativas, momentos de mudança rápida assim como lugares de permanência. Embora as mudanças desejadas por uns não sejam aquelas desejadas por outros, é inquestionável que ‘homens’ e ‘mulheres’ estão em lugares sociais bem diferentes relativamente ao que se passava há 100 anos. A mulher deixou (geralmente) de estar confinada ao espaço doméstico e às identidades a ele associadas, abraçando novas opções de construção identitária²⁹. Esta mudança está alinhada com a liberalização das identidades em geral, descrita no Capítulo 1.

Mudanças sociais resultam de tensões entre estruturas e práticas (Chouliaraki & Fairclough 1999). Os indivíduos raramente se movimentam exclusivamente dentro dos

²⁹ O mesmo pode ser dito em relação às opções de construção das identidades masculinas, embora estas tenham experienciado uma libertação menos acentuada – existem hoje em dia posições de sujeito para os homens que há 100 anos eram impensáveis para a maioria deles: pais de licença de parentalidade, homens que aceitam não ser quem sustenta a casa, homens que não exibem símbolos de masculinidade tradicional, etc.

limites que as estruturas impõem. Naturalmente não será a ação isolada de um indivíduo fora destes limites que alterará uma estrutura bem estabelecida, mas práticas repetidas por um número cada vez maior de indivíduos podem pôr em causa a naturalidade aparente de uma estrutura. No entanto, como observa Lazar (2005), nem todas as ações que não correspondem à norma têm o potencial de alterar esta mesma norma. Pelo contrário, algumas ações podem até reforçar a norma existente, eventualmente pela distância que as separa do imaginário da maioria das pessoas ou por não serem consideradas alternativas válidas à estrutura existente.

Relativamente às mudanças nos regimes de género em particular, Connell (2002) distingue forças externas e dinâmicas internas que agem sobre as estruturas de género e que levam à sua alteração. Nas forças externas o autor inclui mudanças tecnológicas, urbanização, exigências do capitalismo, a comunicação em massa, secularização, modernização e ocidentalização. Outra dinâmica externa que teve grande impacto sobre as relações de género é a crescente individualização (Beck & Beck-Gernsheim 2002) que se traduz na emergência do indivíduo como unidade básica da sociedade. A sua busca pela autorrealização, a preocupação com a sua identidade, a procura da autenticidade, a reflexividade que Giddens (1991) descreve como uma característica do mundo pós-moderno, tudo isso tem contribuído para um “reforço da autonomia do indivíduo como cidadão, acima de pertenças ‘naturalizadas’ a grupos específicos” (Aboim 2008: 570) (cf. Capítulo 1). Será, assim, na sua perceção de si mesmo como indivíduo único, com uma experiência de vida irrepetível, que encontraremos o potencial para superar as estruturas de género.

No que diz respeito às dinâmicas internas, Connell (2002) distingue quatro estruturas principais que constituem o sistema de relações de género e que se cruzam e sobrepõem: relações de produção, relações de poder, relações emocionais e relações simbólicas. Em todas elas é possível detetar mudanças: a percentagem de mulheres entre a população trabalhadora tem vindo a aumentar em Portugal desde os anos 60 e encontra-se hoje entre as mais altas da Europa (relações de produção); no entanto, só relativamente tarde, com a primeira Constituição depois da revolução de 1974, as mulheres portuguesas obtiveram a igualdade de direitos (relações de poder). No que diz respeito à dimensão emocional, podem-se observar duas grandes mudanças: a progressiva desinstitucionalização das relações emocionais dos casais heterossexuais e a criação da possibilidade de institucionalizar relações homossexuais em 2010; poder-se-á ainda observar uma maior liberdade sexual e relacional. Estas mudanças são possíveis,

porque as estruturas desenvolvem “tendências de crise”, isto é, contradições internas que forçam a estrutura e acabam por transformá-la. No que diz respeito às relações de produção, por exemplo, a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho entrou em conflito com as diferenças de ordenados e perspectivas de carreira limitadas. Este conflito ainda vigora, como mostram as entrevistas feitas no âmbito deste projeto (Capítulo 7), o que demonstra que parte da estrutura tradicional ainda se mantém. No que diz respeito às relações simbólicas, Connell (2002) explica que os significados, assim como a construção discursiva das identidades, é, por natureza, instável e por isso sujeita a mudanças constantes. A interdependência das quatro estruturas torna-se evidente se considerarmos que, por exemplo, a desinstitucionalização da família foi possível sobretudo graças ao trabalho assalariado e à construção do estado social, que criaram a possibilidade de independência económica para as mulheres, o que, por sua vez, lhes permitiu saírem de casa dos pais e/ou dos maridos (Aboim 2008).

Feminismo, Pós-feminismo, Degenderificação?

O contributo do feminismo para estas mudanças sociais dificilmente poderá ser questionado. No entanto, ao mesmo tempo que o feminismo contribuiu para a mudança da posição da mulher na sociedade, esta mesma mudança está a desconstruir ‘a mulher’ como sujeito do feminismo, pondo em causa o próprio projeto feminista (Butler 1990). Por um lado, a heterogeneidade de experiências que constituem o ‘ser mulher’ na atualidade e, por outro, a singularidade identitária de cada indivíduo de sexo feminino que daí resulta, começaram a pôr em causa a existência da ‘mulher’ como grupo homogêneo sobre o qual incide a ação libertadora do feminismo. A própria palavra ‘feminismo’ parece muitas vezes carregar um valor pejorativo³⁰. As conquistas das mulheres como grupo em geral e de algumas mulheres em particular evidenciam a distância entre a mulher dos tempos áureos do feminismo tradicional e a mulher contemporânea, tornando incontornável a pergunta sobre a utilidade do projeto e do movimento feminista nos dias de hoje.

³⁰ Nas entrevistas feitas para este trabalho poucas mulheres mencionam o feminismo e fazem-no exclusivamente para se distanciar dele. Perante a possibilidade de o discurso delas apresentar valores que poderiam ser confundidos com posições feministas, estas mulheres sentem necessidade de afirmar que não são feministas. A uma avaliação semelhante chegam Coelho & Ribeiro, observando que as mulheres entrevistadas no âmbito do projeto delas “associam as feministas ao radicalismo, à recusa da masculinidade, ou mostram um grande desconhecimento e afastamento dos ideais feministas” (2006: 19).

Apesar do feminismo ser tudo menos um movimento homogéneo, há aspetos que são comuns a todas as suas facetas. Estas características parecem-me estar bem representadas na definição de Karen Offen (2008: 36):

As feministas podem ser identificadas como quaisquer pessoas, mulher ou homem, cujas ideias e acções (...) respondam a três critérios: 1) que reconheçam a validade das interpretações das próprias mulheres sobre a sua experiência vivida e necessidades, e que reconheçam os valores que as mulheres reclamam publicamente como seus (...) na apreciação do seu estatuto na sociedade face aos homens; 2) que exibam a sua consciência, desconforto ou até revolta face à injustiça institucionalizada (ou desigualdade) em relação às mulheres enquanto grupo, pelos homens enquanto grupo, em determinada sociedade; 3) que advoguem a eliminação dessa injustiça desafiando, mediante esforços para alterar as ideias prevaletentes, e/ou as instituições e práticas sociais, o poder coercivo, a força, ou autoridade que defenda as prerrogativas masculinas nessa cultura particular. Assim ser feminista é necessariamente ser contrário à dominação masculina na cultura e na sociedade, qualquer que seja o local geográfico ou situação histórica.

Esta definição evidencia alguns aspetos – a meu ver – problemáticos. Irei discutir estes aspetos nos próximos parágrafos.

Sobretudo vertentes mais tradicionais do feminismo insistem na diferença de género como categoria analítica mais importante, exagerando a importância de semelhanças intragrupoais, negligenciando diferenças dentro do suposto grupo e semelhanças entre indivíduos deste e de outros grupos. Ao assumir a diferença de sexo/género como um facto consumado, estas formas de feminismo acabam por assumir uma visão essencialista enquanto o pensamento pós-moderno visa libertar qualquer teoria, incluindo a feminista, de reivindicações de veracidade e falsidade tornando visível a multiplicidade da experiência humana.

Enquanto o feminismo continua a utilizar categorias unificadoras e totalizadoras (Whelehan 1995), seja a nível académico, seja a nível das experiências dos indivíduos no seu dia-a-dia, estas categorias deixaram de servir. Ao longo da história, a interferência de outros fatores que se sobreponham à condição das mulheres não permitiu que estas se dessem conta das semelhanças de experiências que as unia, da posição subjugada, subestimada, discriminada e oprimida que era comum a todas – ou pelo menos à maioria das mulheres. Nos tempos pós-modernos parece que esta interferência de outras variáveis está novamente a sobrepor-se à ideia de uma experiência coletiva feminina.

Há quem identifique no feminismo uma das grandes narrativas cujo fim Lyotard declarou em 1985 (cf. Capítulo 1). A fragmentação da experiência pós-moderna faz com que ‘ser mulher’ signifique coisas diferentes para mulheres diferentes. Dentro do

próprio movimento, as contribuições do ‘feminismo negro’ (bell hooks, por exemplo 2015) e das teorias ‘*queer*’ (Judith Butler, por exemplo 1990) revelam que não só o feminismo tradicional estava longe de representar todas as mulheres, como na prática menosprezava o impacto de questões de raça, classe, sexualidade, etc. sobre a experiência de ser mulher.

Apesar de reconhecer, obviamente, o objetivo de melhorar a situação das mulheres como louvável, parece-me problemático e limitador insistir na necessidade de mudança e melhoria da situação das mulheres em exclusivo. Este não deixa de ser um projeto unilateral e por isso de alcance reduzido. Num sistema dicotómico igual àquele que muitas formas de feminismo pressupõem, querer mudar exclusivamente um lado do sistema ignora o facto de essa mudança ter implicações ‘do outro lado’ do sistema, devido à natureza interdependente desta dicotomia. Por exemplo, o tradicional lugar do homem como ‘ganha-pão’ em exclusividade só é possível se a mulher ocupa o lugar de cuidadora da família. Independentemente de se tratar de famílias mais ou menos tradicionais, mantendo-se a necessidade de ocupar estas duas funções, a mulher ao sair do seu lugar tradicional deixa-o vazio, resultando numa deficiência para o funcionamento familiar. O mesmo aconteceria se o homem decidisse que queria também passar a ser cuidador em exclusividade, deixando para isso o seu lugar de ganha-pão. Para corrigir o desequilíbrio causado é preciso ou recorrer a pessoas externas ao núcleo mais restrito da família ou reestruturar a organização da mesma para que as duas funções fiquem redistribuídas para os (dois) elementos adultos. O que acontece frequentemente, na realidade, é uma acumulação das duas funções da parte da mulher, o que resulta num novo desequilíbrio causado precisamente pelo facto de só se ter mexido de um lado do cálculo, do lado da mulher. Para além disso, a insistência cega numa necessidade de mudança só do lado feminino do sistema binário, reforça – a meu ver – a valorização negativa associada a tarefas tradicionalmente femininas (organização da casa, cuidar dos filhos, etc.), o que, por um lado, ignora que estas podem ser perfeitamente gratificantes e, por outro lado, faz com que ‘os homens’ continuem a não querer assumi-las, não só por porem em causa um determinado tipo de masculinidade hegemónica, mas também pela falta de reconhecimento social a elas associadas.

Devido a estas e outras problemáticas associadas ao conceito do feminismo, surgiu sobretudo nos média a ideia vaga de uma nova era, a do pós-feminismo. Hall & Rodriguez (2003) identificam quatro afirmações comuns às perspetivas pós-feministas:

em primeiro lugar, o apoio ao movimento feminista decresceu desde os anos 80 do século passado ao mesmo tempo que, em segundo lugar, a adesão a pensamentos antifeministas aumentou. Em terceiro lugar, muitas mulheres consideram o feminismo irrelevante, ou porque falhou no cumprimento do seu objetivo de criar igualdade de género ou porque, de facto, consideram que esta igualdade já existe e por isso a luta feminista não será mais necessária. Por último, muitas mulheres têm uma posição ambivalente com o feminismo: exigem salários e oportunidades iguais, independência e liberdade sexual e reprodutiva – que são claramente reivindicações feministas – mas recusam o rótulo ‘feminista’. Para Hall & Rodriguez, como o próprio título do seu artigo indica, o pós-feminismo não passa de um mito que circula nos média e no discurso público e deve a sua existência sobretudo a estes meios. No entanto, elas reconhecem também a possibilidade de este discurso pós-feminista vir a ser ‘verdade’, na medida em que for incorporado e internalizado pelas pessoas. Sendo incorporado impossibilita a luta coletiva necessária para conseguir atingir o objetivo da igualdade, o que torna este discurso potencialmente perigoso.

Outros autores afirmam que o feminismo conseguiu resolver os problemas da sua unilateralidade e parcialidade internamente. Reinventando-se, passou a abraçar um novo projeto: o da ‘degenderificação’ da sociedade.

The old battles between the feminism of equality and the feminism of difference have been largely superseded by the new frontier of feminism: the de-gendering of society that implies the transformation of men [...] feminism has reached a stage of transformation in which the new Project is to cancel the distinction between men and women as a cultural category. Neither men nor women, but individuals with specific biological attributes searching to share life under a variety organizational forms, is the historical horizon that has emerged in the twenty-first century on the basis of the liberation struggles of the last half century. (Castells 2007: xviii)

Embora duvide do quadro de consenso generalizado que a citação acima sugere, o autor levanta algumas das questões fundamentais nas discussões sobre igualdade de género atualmente: qual é a sociedade que queremos, no que diz respeito ao género? E quanta igualdade? Apesar de ao nível jurídico, a igualdade de todos os indivíduos estar consagrada nas constituições dos países ocidentais, ao nível da experiência do dia-a-dia o conceito de igualdade revela-se polissémico e de difícil realização (Aboim 2008), levantando mais perguntas do que respostas. Querem/podem homens e mulheres ser tratados da mesma forma em todos os domínios da vida social (no exército, nas maternidades, em balneários de escolas, etc.)? Ou queremos somente uma igualdade de oportunidades? Será esta igualdade de oportunidades possível sem a eliminação de

diferenças no tratamento? E será legítimo estabelecer desigualdades, de forma a atingir a igualdade (cotas para mulheres em parlamentos, em cargos de chefia, etc.)?

Face às discriminações inevitáveis associadas a qualquer quadro de desigualdade parece-me que a desgenderificação seja de facto um objetivo desejável. Só eliminando o género, ou seja, anulando o significado social que é atribuído ao sexo, as pessoas passam a ser “indivíduos com atributos biológicos específicos”, nas palavras de Castells, citado acima. Segundo Connell (2002: 70), a chave para isto acontecer passa pelo reconhecimento do carácter histórico do género: “Recognizing the deeply historical character of gender has an important intellectual and political consequence. If a structure can come into existence it can also go out of existence. The history of gender may have an end”.

A análise dos dados demonstrará que o fim da história do género está longe de ser um objetivo assumido pela maioria das mulheres e que pelo contrário, ‘ser mulher’, em oposição a ‘ser homem’, ainda constitui uma fonte fundamental de orientação social e individual, de significado e reconhecimento, ou seja, de construção de identidade. Muitas vezes, discursos de diferença de género são referidos para valorizar as mulheres, sem ter em conta que esta diferença, sobretudo quando ela é naturalizada e normalizada, tem consequências negativas para ambos os lados.

Síntese

Este capítulo pretendeu demonstrar a natureza complexa do conceito ‘género’ que ao longo da sua existência tem sido relacionado de formas diferentes com outras variáveis que o influenciam, nomeadamente sexo, sexualidade e poder.

A relação entre sexo e género foi, ao longo da história, teorizada de formas diferentes num contínuo entre a simbiose e a desconstrução total, sendo que, como demonstraram autores como Connell (2002), a resposta provavelmente se encontrará algures entre os dois extremos.

O estudo das relações de poder revelou-se fundamental para a análise das questões de género, seja porque consideramos que o sistema de género distribui o poder de forma desigual entre homens e mulheres, seja porque considerarmos que o sistema em si é fonte de desigualdades de poder. Enquanto o Feminismo, pelo menos na sua vertente tradicional, está associado à primeira consideração, estando empenhado a combater o patriarcado, as teorias mais recentes, ‘desconstrucionistas’, pretendem

‘desgenderificar’ a sociedade, uma vez que consideram que mantendo-se as categorias de género, nas quais o feminismo insiste, não será possível constituir igualdade entre os indivíduos.

Capítulo 3 – Discurso, género e identidade

Este capítulo pretende esboçar os principais fundamentos teóricos da Análise Crítica do Discurso, discutindo alguns dos seus conceitos centrais. Depois de tentar definir a forma como o conceito de ‘discurso’ será entendido nesta tese, passo ao conceito de ‘discursos’ como sistemas de estruturação de conhecimento no sentido de Foucault e à forma como estes influenciam a produção do discurso. A segunda parte do capítulo é dedicada à relação entre o discurso e o seu contexto. Apresento as propostas de Fairclough e da Linguística Sistémico-Funcional para a teorização desta relação. Na terceira parte relaciono os conceitos discurso e poder, mostrando que o discurso não só tem o potencial de construir relações de poder como também de as desconstruir. Na última parte do capítulo foco a relação entre ‘discurso’ e ‘género’. Irei delinear brevemente o desenvolvimento da relação entre género e linguagem/discurso, desde as conceptualizações de défice e diferença até aos conceitos das comunidades de práticas e da performatividade que influenciam trabalhos mais recentes.

3.1. Discurso e discursos

Discurso

Neste trabalho, adoto uma perspectiva crítica sobre a construção das identidades de género no discurso. Enquanto os primeiros dois conceitos, ‘identidades’ e ‘género’, foram abordados nos capítulos anteriores, será agora o momento de falar sobre o ‘discurso’ e sobre a sua relação com as identidades e o género. Definir ‘discurso’ não é uma tarefa fácil, uma vez que o conceito foi e continua a ser definido de formas diferentes por diferentes autores, em diferentes disciplinas, conforme as perspectivas teóricas de quem utiliza o conceito.

No âmbito da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), ‘discurso’ é geralmente entendido como trechos mais ou menos extensos de linguagem escrita ou oral (Fairclough 1992) que comunicam significado num dado contexto³¹. ‘Discurso’

³¹ O conceito de discurso pode também ser utilizado num sentido mais abstrato, como por exemplo, em Wodak (2011: 39): “[discourse] is an analytical category describing the vast array of meaning making resources available to everybody. At this level one can also use the term ‘*semiosis*’ (encompassing words, pictures, symbols, design, colour, gesture, and so forth).”

refere-se, por isso, a mais do que à linguagem; ‘discurso’ é o sistema linguístico em uso, formando eventos comunicativos complexos (van Dijk 2001a) em que a linguagem se relaciona com outros elementos do processo social (Fairclough 2014). E o texto? A fronteira entre texto e discurso nem sempre é clara, uma vez que também existem diferentes definições de ‘texto’. As definições mais amplas deste conceito chegam a ser praticamente idênticas ao conceito de ‘discurso’ delineado acima. Neste trabalho, entendo e utilizo ‘texto’ no sentido mais estreito³² proposto por Fairclough (1992): textos serão entendidos como a materialidade linguística do discurso, ou seja, o produto oral ou escrito do processo de produção textual. Nesta percepção, o texto constitui uma dimensão do discurso e o contexto outra.

A análise linguística em ACD pode incidir sobre todas as estruturas do texto: estruturas fonológicas, sintáticas, semânticas, retóricas, organização visual, elementos paraverbais, etc. Este leque enorme de possibilidades de intervenção analítica torna impossível uma análise completa de qualquer trecho de texto, como aponta van Dijk (2001b), ainda mais quando temos à nossa disposição uma grande quantidade de dados. Qualquer análise será sempre incompleta, uma vez que forçosamente terá de deixar de fora muitos elementos que poderiam ter sido interessantes e relevantes para a análise. O presente trabalho não constitui nenhuma exceção a esta realidade.

O discurso, na definição acima traçada, torna-se um objeto de estudo interessante não só para a Linguística, mas também para outras áreas de conhecimento como a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, para mencionar só algumas. Como van Dijk (2001a, 2001b) escreve, a análise do discurso é essencialmente multidisciplinar e tem o potencial de responder a questões colocadas em diferentes áreas. Isto é ainda mais verdade para a ACD, uma vez que ela é orientada para problemas sociais, o que torna a interação entre as Ciências Sociais e a Linguística essencial (Resende 2009). A ligação entre a Sociologia e a Linguística é articulada, por exemplo, no trabalho de N. Fairclough, enquanto outros investigadores favorecem outros tipos de interdisciplinaridade: T. van Dijk aprofunda os pontos de contacto entre a Linguística e a Psicologia Social e R. Wodak trabalha a relação entre a Linguística e a História. Nestes quadros interdisciplinares, o lugar da Linguística é o de meio para outro fim. Uma vez que se entende que as realidades sociais são construídas e criadas, pelo menos

³² Mesmo esta definição pode ser considerada ampla, distinta de outras que consideram ‘texto’ o produto do ato da escrita. Embora não seja relevante no contexto do presente trabalho, a definição de texto aqui apresentada inclui, para além da linguagem, outros sistemas semióticos como imagens, efeitos sonoros, etc. (cf. Resende 2009).

em parte, pelo uso da linguagem, a análise da linguagem pode contribuir para identificar elementos linguísticos cujos usos criam realidades desfavoráveis a determinados grupos sociais e identificar pontos onde a mudança na linguagem pode contribuir para uma mudança social.

Discursos

A palavra ‘discurso’ adquire, geralmente, outro significado quando utilizada como nome contável. O conceito de ‘discursos’ é um conceito chave para a Análise de Discurso e tem a sua origem no trabalho de Michel Foucault (1997). Fairclough define-os como “formas diferentes de estruturar áreas de conhecimento e de ação social” (1992: 3)³³, Sunderland (2004: 6) entende-os como sistemas de significado amplos e constituintes. Discursos são sistemas de pensar e de falar que constroem aspetos da realidade a partir de uma perspectiva particular (Litosseliti 2006, Sunderland 2004). No ato de enunciação, os falantes fazem referência a estes sistemas que circulam nas suas sociedades e que os ajudam a dar sentido à sua experiência. Os discursos apresentam uma certa estabilidade no tempo (Fairclough 2003), são considerados socialmente aceitáveis, pelo menos por alguns falantes, e reconhecíveis pelos interlocutores (Sunderland 2004). A relação entre discursos e ação verbal é dialética – como é o caso de outros relacionamentos entre estrutura e ação, anteriormente referidos. Por um lado, os discursos permitem a nossa ação verbal, uma vez que aquilo que dizemos só adquire significado no âmbito de determinado(s) discurso(s); por outro lado, eles condicionam a ação verbal, definindo aquilo que nos é possível dizer.

Representando a realidade de uma forma específica, focando determinados aspetos e negligenciando outros, os discursos são inerentemente ideológicos, mantendo ou contestando relações de poder existentes numa comunidade. Discursos genderificados, ou seja, discursos sobre homens e mulheres, sobre as suas ações, os seus comportamentos, as suas posições, etc. (Litosseliti 2006), influenciam assim a nossa maneira de ver homens e mulheres na sociedade. Existindo, simultaneamente, múltiplos discursos genderificados numa dada sociedade – discursos de igualdade, discursos de diferença, discursos sexistas, discursos feministas, discursos de maternidade, de

³³ Tradução minha do original inglês: “(...) ‘discourse’ is widely used in social theory and analysis, for example in the work of Michel Foucault, to refer to different ways of structuring areas of knowledge and social practice.”

paternidade, etc. – a ACD, quando foca questões de género, está particularmente interessada naqueles discursos que posicionam homens e mulheres de formas diferentes, como ocupando lugares distintos na sociedade, e que naturalizam esta diferença.

Sendo os discursos fundamentais na construção das identidades, considera-se que a eles estão inerentes diferentes posições de sujeito que @ falante pode atribuir às pessoas/aos grupos de que fala, atribuindo assim uma identidade a estes indivíduos/estes grupos. Como referi no Capítulo 1, esta atribuição pode ser aceite ou contestada pelos interlocutores. Um desafio neste processo é a dificuldade em identificar os discursos, uma vez que podem estar dissimulados ou naturalizados, apresentando uma dada perspetiva sobre a realidade como não tendo alternativa. Ao mesmo tempo, ao fazer referência a determinados discursos e não a outros, @ falante constrói a sua própria identidade como ator social numa situação enunciativa específica. Ao falar de homens e mulheres, a partir de um discurso sexista, @ falante mostra quem el@ quer ser na situação enunciativa concreta, sem que, com base nisso, possamos concluir alguma coisa relativamente ao seu *ser*.

Textos de todo o tipo carregam traços linguísticos de determinados discursos, que podem ser mais ou menos evidentes (Sunderland 2004). Um texto raramente apresenta traços de um único discurso, mas será mais frequentemente uma mistura de vários, que se podem suportar mutuamente ou então – sobretudo em textos que não foram submetidos a nenhuma revisão posterior à sua produção, como é o caso de textos orais – estar em conflito mais ou menos evidente. Esta presença de diferentes vozes num único texto tem sido teorizada de formas variadas, podendo-se aqui mencionar o conceito de interdiscursividade de Fairclough (1992), o conceito de heteroglossia de Bakhtin (1986) ou ainda o conceito de dilemas ideológicos proposto por Billig *et al.* (1988). Facto é que a ação dos discursos é complexa, assim como a relação entre eles. As ordens de discurso, definidas por Fairclough como a “totalidade de práticas discursivas dentro duma instituição ou sociedade, assim como a relação entre elas” (1992: 43)³⁴, são sistemas abertos à entrada e saída de discursos, à sua redefinição, contestação, etc. Traços linguísticos que indicam a presença de determinados discursos incluem escolhas lexicais, estruturas gramaticais, mas também a inclusão e exclusão

³⁴ Tradução minha do original inglês: “The stress on interdiscursive relations has important implications for discourse analysis, since it places at the centre of the agenda the investigation of the structuring or articulation of discursive formations in relation to each other within what I shall call, using a Foucaultian term, institutional and societal ‘orders of discourse’ – the totality of discursive practices within an institution or society, and the relationships between them.”

representacional de atores sociais, etc. O trabalho de identificação e nomeação destes discursos é sempre interpretativo (Sunderland 2004).

3.2. Discurso e contexto

Na ACD, o conceito do discurso é inseparável do conceito de contexto. É esta percepção do discurso como estando inserido em estruturas sociais que distingue a ACD da Linguística chamada “autónoma” (Pedro 1997). É precisamente a predominância de paradigmas não críticos em muitas disciplinas, incluindo a Linguística, nos anos sessenta e setenta do século passado, que faz surgir o projeto da ACD em simultâneo com outras abordagens críticas noutras disciplinas como a Psicologia, as Ciências Sociais, etc. As origens da ACD são múltiplas, podem ser encontradas na Teoria Marxista, na Filosofia da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, no pensamento de Louis Althusser, Michel Foucault e Michel Pêcheux, na Linguística Crítica, assim como nas abordagens feministas à linguagem e à comunicação. Todas estas influências contribuem para que a linguagem seja vista como inseparável do contexto da sua enunciação (Wodak 2011, Fairclough 1992).

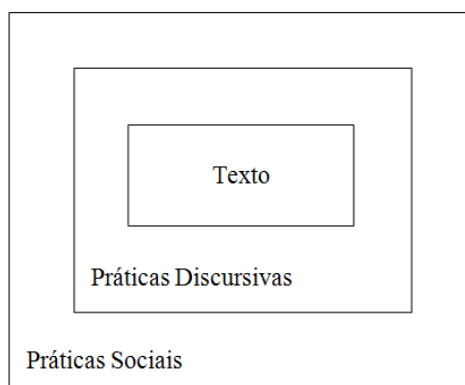
Um dos desafios que a ACD enfrenta é o de ultrapassar a distância que aparentemente separa texto e contexto, teorizando de que forma o segundo se manifesta no primeiro e que influência o primeiro tem sobre o segundo. Como se relaciona um texto com estruturas sociais das quais surge, como hierarquias de poder, desigualdades sociais, etc. (Benwell & Stokoe 2006).

De seguida apresentarei duas propostas de teorização da relação entre texto e contexto que informaram a presente tese: a proposta de Fairclough da relação dialética entre dimensão social e discursiva e a proposta da LSF do contexto como um nível mais abstrato de significação que é realizado por meio da linguagem (por exemplo, Martin 2014; Gouveia 2014).

Relação dialética entre texto e contexto

Norman Fairclough (1992), no seu modelo tridimensional do discurso, propõe que um evento discursivo seja visto como sendo simultaneamente uma peça de texto,

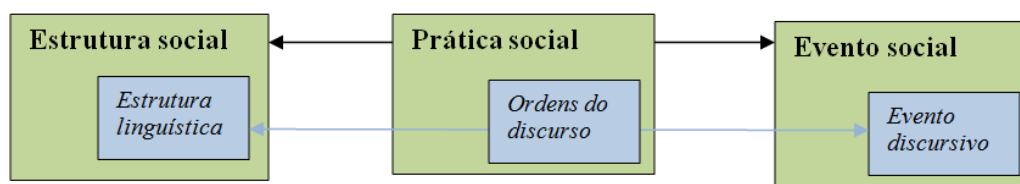
uma instanciação de prática discursiva e uma instanciação de prática social (Quadro 3.1).



Quadro 3.1
Modelo Tridimensional do discurso de Fairclough (1992)

Temos, assim, na primeira dimensão, o texto como material linguístico que é inserido em duas dimensões contextuais. A primeira dimensão de contexto inclui processos de produção, distribuição e receção, enquanto a segunda dá conta de estruturas sociais e políticas, relações de poder, ideologias e lutas hegemónicas. Estas duas dimensões de contexto influenciam o texto e são influenciadas por ele. Consequentemente, a análise de um texto sem ter em conta o contexto ignora elementos chave que fazem com que o texto se apresente da forma como se apresenta.

Na proposta teórica de N. Fairclough (2003), dimensão social e linguística estão assim intimamente ligadas, constituindo a linguagem um elemento social a todos os níveis. O quadro seguinte (Quadro 3.2) pretende exemplificar isso:



Quadro 3.2.
Relação entre estruturação social e discursiva

Assim, (1) o sistema linguístico encontra-se entre as estruturas sociais abstratas. Como as estruturas sociais podem ser entendidas como o potencial de estruturação do espaço social, o sistema linguístico representa aquilo que é possível dizer com palavras; (2) os eventos sociais, no sentido de acontecimentos em sociedade podem (ou não) ter uma componente discursiva mais ou menos forte; (3) entre estruturas e eventos sociais

medeiam entidades organizacionais intermédias: as práticas sociais que podem ser entendidas como “formas de controlar a seleção de determinadas possibilidades estruturais e a exclusão de outras” e que, ao longo do tempo, ganham uma certa estabilidade (Fairclough 2003: 23-24)³⁵. Uma componente importante destas práticas são as ordens do discurso que, por sua vez, medeiam entre o potencial linguístico abstrato e o evento discursivo concreto³⁶. Segundo Fairclough (2003), estas ordens consistem em discursos, géneros (textuais) e estilos e representam formas recorrentes de estruturar um texto, associadas a domínios sociais específicos (Wodak 2011: 42).

É na interação entre práticas sociais e ordens do discurso que a ACD concentra o seu interesse, uma vez que a este nível intermédio é possível ultrapassar a dicotomia estrutura-ação a nível social e discursivo (discutida no Capítulo 1), sem perder de vista as potencialidades de ambas, fazendo transitar a análise entre os dois ‘extremos’ (Ramalho & Resende 2011). Esta teorização mostra a dimensão da envolvimento do discursivo no social, tornando evidente que a análise dos eventos discursivos não pode ser feita sem ter em conta, por um lado, que o evento discursivo é sempre parte integrante de um evento social e, por outro, que este está relacionado com estruturas mais amplas que vão para além do evento, nomeadamente estruturas de práticas sociais/ordens do discurso e estruturas sociais/linguísticas. Torna-se, assim, ainda mais evidente que um evento discursivo nunca constitui um ato individual, mas que, pelo contrário, falar ou escrever ou qualquer outra atividade semiótica é um ato social por natureza.

A mesma teorização também evidencia a relação dialética entre ação e estrutura. A última não só atua no sentido de limitar a primeira, mas torna-a, antes de mais, possível. O conhecimento do sistema linguístico permite atribuir significado àquilo que está a acontecer em termos sociais e discursivos: só utilizando palavras e estruturas gramaticais reconhecíveis para o interlocutor posso transmitir a minha mensagem. Ao mesmo tempo, as práticas discursivas transformam gradualmente as estruturas, adaptando léxico e gramática de uma língua às necessidades dos seus falantes. Este processo de transformação é muitas vezes impercetível e somente visível comparando o

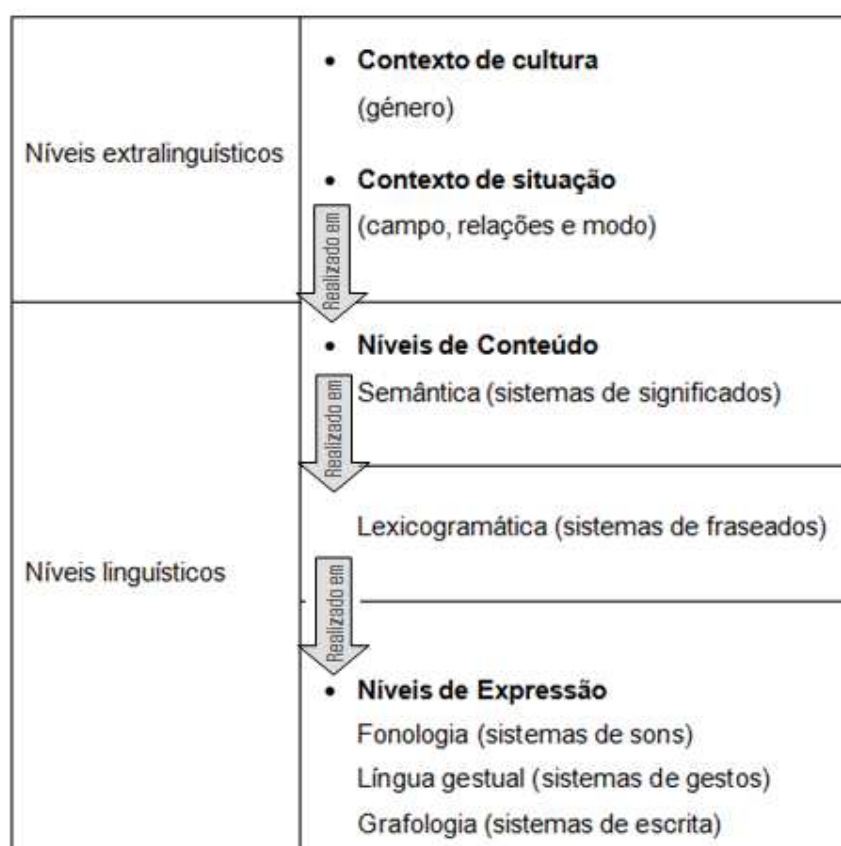
³⁵ Tradução minha do original inglês: “Social practices can be thought of as ways of controlling the selection of certain structural possibilities and the exclusion of others, and the retention of these selections over time, in particular areas of social life.”

³⁶ Para além do discurso, as práticas sociais articulam ainda relações sociais, fenómenos mentais e atividade material (Resende 2009).

sistema linguístico de uma mesma língua em dois momentos históricos separados, por exemplo, o português do século XV com o atual.

As ordens de género, como estruturas sociais, manifestam-se a todos os níveis do esquema apresentado acima, seja ao nível das estruturas, seja a nível das práticas, discursivas e sociais. Mediadas por práticas sociais e, em particular, pela componente discursiva destas práticas (as ordens do discurso), as ordens de género influenciam eventos concretos que, por sua vez, alimentam práticas e estruturas discursivas e não discursivas.

Uma abordagem diferente é proposta pelo quadro teórico linguístico mais influente na ACD, a Linguística sistémico-funcional (LSF). Neste quadro, a relação entre a dimensão social e a dimensão linguística é teorizada como ‘realização’. Assim, o linguístico realiza o social e o social está embutido no tecido gramatical da linguagem (Chouliaraki & Fairclough 1999: 140). A LSF, no seu modelo de estratificação dos significados, perspetiva o contexto como um nível extralinguístico, superior aos níveis linguísticos de significação, mas como sendo realizado nestes mesmos níveis linguísticos (Gouveia 2009, 2014; Martin 2014), como está ilustrado no quadro 3.3.:



Quadro 3.3.
Aspetos linguísticos e extralinguísticos (adaptado de Gouveia 2009)

As variáveis contextuais e as relações entre elas provocam a construção de um texto na sua especificidade. Como fica também visível no esquema representado acima, a LSF distingue duas camadas de contexto: género e registo. O registo de um texto é a combinação particular de três componentes contextuais: (1) o *campo* de experiência humana do qual o texto fala, (2) os participantes e as *relações* que entre eles se estabelecem e (3) o *modo* como a experiência é comunicada. Estas três componentes realizam-se em escolhas ideacionais, interpessoais e textuais e distinguem um texto em concreto de outros possíveis que apresentariam uma configuração de registo diferente, o que se refletiria ao nível das escolhas linguísticas.

A segunda camada contextual, o género, diz respeito ao propósito sócio comunicativo do texto. O texto é produzido para um fim específico, numa determinada cultura, que prevê estruturas textuais específicas para atingir esse fim. Enquanto as configurações de registo são, teoricamente, infinitas, sendo assim o registo responsável pela diversificação dos textos, o número de géneros é finito, servindo esta camada contextual para tornar os textos parecidos uns com os outros (Gouveia 2014).

Sujeitos participantes do discurso

O reconhecimento do discurso como prática social deve-se muito à noção de dialogismo de Bakhtin (1986)/ Voloshinov (1986). Enquanto, numa visão monológica, o texto é visto como fenómeno isolado, como uma única voz sem ligação a nada fora dele, numa visão dialógica dá-se conta do facto de o texto ser constituído sob influências externas a si, assim como da presença de outras vozes que nele ecoam. Assumir que qualquer texto é dialógico também significa assumir que ele é sempre construído por alguém para alguém, ideia já presente no modelo tridimensional de Fairclough. Isto tem, naturalmente, consequências para a conceptualização das identidades nele construídas: elas também são construídas para alguém. Como refere Taylor (1989: 36): “Sou um EU em relação a determinados interlocutores (...) um EU existe somente dentro do que chamo redes de interlocução”³⁷.

Um outro aspeto fundamental relacionado com os sujeitos que participam de um evento comunicativo é o facto de, em ACD e LSF, estes serem conceptualizados não como agentes neutros, mas como atores ideológicos. Nas palavras de Josênia Vieira

³⁷ Tradução minha do inglês: “I am a self only in relation to certain interlocutors (...) a self exists only within what I call webs of interlocation”.

(2002: 148): “Na concepção crítica, o sujeito não é apenas um agente do processo, mas um sujeito que é construído e que constrói os processos discursivos com base em seu carácter de ator ideológico”. Os agentes humanos, participantes de um evento discursivo, são seres sociais, isto é, estão enquadrados em processos e estruturas sociais, são fruto de uma socialização numa cultura específica ou em várias, orientados por ideologias e relações de poder. Estruturas linguísticas e práticas discursivas – como parte de processos sociais – propõem aos sujeitos posições ideologicamente mais ou menos marcadas que estes podem ou não assumir, condicionando assim a sua ação discursiva. Mas, ao mesmo tempo, os sujeitos desempenham um papel ativo na constituição destes mesmos processos, tendo o potencial para, com a sua ação discursiva, construir, desafiar ou manter as mesmas estruturas que condicionam a sua ação.

O contexto – em sentido lato – também inclui o próprio investigador. O papel do investigador na ACD difere, em grande medida, da sua posição noutros tipos de investigação não crítica. Ele torna-se um participante ativo (Edley & Litosseliti 2010), cujas vivências, experiências, expectativas e posicionamento ideológico influenciam a investigação em todas as suas etapas, da identificação de um problema social, através da escolha/formulação do quadro teórico e da constituição do *corpus* para análise, até à análise propriamente dita. Voltarei ao papel do investigador no âmbito do Capítulo 5.

Um projeto de carácter ideológico

Sendo a ACD frequentemente criticada pelo seu carácter abertamente posicionado, convém fazer notar que os analistas críticos não veem neste posicionamento um problema, mas sim uma inevitabilidade. A ACD reconhece que a muitas vezes aspirada neutralidade e objetividade científica é uma ilusão, porque todo o conhecimento é socialmente, historicamente e culturalmente construído e baseado em valores específicos de uma sociedade, cultura ou um momento histórico (Lazar 2005). Outra crítica possível de se fazer à ACD, que se relaciona com o posicionamento ideológico do investigador, é uma certa postura de superioridade assumida desse mesmo posicionamento. Se definirmos que o objetivo último da análise crítica das relações de género é uma sociedade justa e livre de opressão com base no género (Lazar 2005) – o que à partida é um objetivo louvável –, este objetivo é válido a partir de uma perspetiva ideológica específica, tendencialmente democrática e de esquerda, que tende a

menosprezar outras perspetivas possíveis, nomeadamente aquelas associadas a valores tradicionais. Não vejo nenhum problema nesta posição ideológica, uma vez que a liberdade das pessoas em relação à escolha dos seus percursos de vida e respetivas identidades me parece um objetivo claramente mais válido do que manter as pessoas em estruturas que servem os interesses de alguns e não dão ao indivíduo liberdade para o desenvolvimento da sua individualidade. Se, após tomarem consciência das suas opções, os indivíduos escolherem caminhos de vida e identidades tradicionais, esta é claramente uma opção válida. Ela tem é de ter como fundamento o conhecimento de um maior leque possível de opções de construção das identidades.

Resumindo, em ACD o contexto em todas as suas dimensões não é encarado como neutro, ao contrário, por exemplo, do que se passa numa visão sociolinguística do problema, antes é reconhecido o seu carácter ideológico (Pedro 1997). Uma vez que todo o texto surge num contexto específico e é influenciado por este, todo o texto é inerentemente ideológico.

3.3. Discurso e poder

Uma perspetiva crítica como a proposta pela ACD leva-nos de volta às questões de poder já discutidas no Capítulo 2. O discurso tem sido identificado como um *locus* de luta de poder, em que relações de poder social são construídas, mantidas, desafiadas e/ou contestadas. Segundo van Dijk, as relações entre poder e discurso são o foco principal do trabalho em ACD: “Critical Discourse Analysis (CDA) is a type of discourse analytical research that primarily studies the way social power abuse, dominance, and inequality are enacted, reproduced, and resisted by text and talk in the social and political context” (van Dijk 2001a: 352).

Um pressuposto teórico fundamental da ACD é o reconhecimento de que a linguagem não é neutra: o que dizemos não são ‘só palavras’, mas construções e criações de realidades extralinguísticas. O discurso não faz simplesmente referência a assimetrias de poder social, hierarquias e realidades de opressão pré-discursivas (Benwell & Stokoe 2006), mas efetivamente constrói-as. Uma forma de fazer isso – observada, por exemplo, por Michel Foucault (2005) – é recorrer ao potencial de categorização da linguagem. No Capítulo 2, foi já referido o potencial do discurso para construir as fronteiras entre categorias como ‘verdadeiro’ e ‘falso’, ‘normal’ e ‘louco’,

para categorizar a realidade e a ação dos seus protagonistas em ‘correto’ e ‘errado’, em ‘desejável’ e ‘desviante’, e os próprios atores em ‘homens’ e ‘mulheres’, ‘bonitos’ e ‘feios’, etc. A produção discursiva de qualquer tipo de conhecimento assenta em processos poderosos de inclusão e exclusão, sendo que os processos de categorização atrás mencionados não constituem exceção. Nesta perspetiva, a aparente estabilidade e naturalidade das categorias ‘homem’ e ‘mulher’ cai por terra, tornando-se evidente que também a criação destas categorias envolveu decisões ideologicamente motivadas e historicamente situadas sobre quem incluir e quem excluir de cada uma delas. A inexistência de categorias intermédias ou alternativas que fossem socialmente reconhecidas torna muito difícil falarmos (e pensarmos, pressupondo uma ligação entre linguagem e cognição teorizadas, por exemplo, por Sapir & Whorf (Whorf 2008)) de indivíduos sem os classificarmos de uma ou de outra forma, ou como homem ou como mulher.

Com referi no início no Capítulo 2, é o próprio sistema da língua portuguesa, e não só, que exige a utilização destas categorias, porque dificulta ou até impossibilita a não identificação do participante do discurso como homem ou mulher. Deste modo, pode dizer-se que a linguagem não é neutra, mas condicionada por estruturas de poder social (Seier 2001). As categorias ‘homem’ e ‘mulher’, ‘masculino’ e ‘feminino’ são, por isso, o resultado do entrelaçamento da ideologia com o discurso, que é reconstruído cada vez que estas ou outras categorias são enunciadas, confirmando formas de organização social específicas que correspondem a interesses particulares. De acordo com o pensamento de Foucault, apresentado acima, não faz sentido procurarmos a origem destas assimetrias de poder, se são os homens, as empresas, as classes sociais altas, etc., uma vez que esta origem será sempre difusa. Será mais produtivo entendermos o seu funcionamento e as consequências da sua atuação. Quem beneficia da representação específica de uma realidade e quem sai prejudicado? Quais as alternativas a esta representação?

Outra forma de o poder atuar através da linguagem é através da naturalização de determinadas realidades, dando-lhes um carácter de inevitabilidade, de naturalidade e normalidade, quando na verdade se trata somente de *uma* entre várias representações possíveis da mesma realidade. No auge da crise financeira que atingiu Portugal a partir de 2008, o anunciar de novas medidas de austeridade foi frequentemente acompanhado de enunciados do tipo “não temos outra alternativa”, quando havia grupos de pessoas que claramente viam alternativas. De forma mais subtil, por exemplo, um enunciado

como “a menor força física das mulheres em relação aos homens é fonte da sua discriminação” estabelece uma série de ‘realidades’ como naturais que poderiam perfeitamente ser questionadas. Para mencionar só dois aspetos: em primeiro lugar, a frase afirmativa pretende não deixar espaço para dúvidas de que a relação de causalidade entre força física e discriminação assim se confirma. Ainda podemos, porém, imaginar um questionamento desta construção do tipo “Não concordo com isso!”. Em segundo, a oração também normaliza uma outra afirmação mais difícil de questionar: “As mulheres têm menor força física do que os homens”. Esta afirmação aparece nominalizada no início da oração, o que não a torna imediatamente acessível a qualquer questionamento. Em vez disso, assume carácter de pressuposição, sublinhado pela utilização do artigo definido “a”. Um dos objetivos principais, comum a todas as diferentes abordagens em ACD, é o de desvendar e tornar visível a forma como o poder atua através do discurso, como grupos poderosos abusam do seu poder e como realidades são (re)construídas não só por quem beneficia delas, mas também pelos grupos vítimas dessas realidades e das situações de opressão e desvantagem que elas criam (Gramsci 1994). Em ACD, pretende-se assim desconstruir estruturas ‘naturalizadas’ e processos de legitimação de desigualdades sociais.

Idealmente, uma vez identificadas os processos de atuações do poder no discurso, bem como as desigualdades daí resultantes, a ACD também visa contribuir de facto para a transformação social, no sentido da promoção de uma maior justiça e igualdade (Kress 1996). Um passo fundamental no caminho para este objetivo é a criação de uma consciência crítica da parte dos falantes (Fairclough 2001). É necessário consciencializá-los do potencial que o discurso tem para produzir e reproduzir estruturas de poder e desigualdades sociais. Em particular no que diz respeito às identidades femininas, as mulheres necessitam de tomar consciência de que as suas identidades como mulheres são – pelo menos em parte – construídas pela forma como falam delas próprias e que o facto de a mulher ocupar um lugar específico na sociedade portuguesa, diferente do lugar do homem, tem – também pelo menos em parte – a sua origem na forma como homens e mulheres falam sobre homens e mulheres. Qualquer mudança do papel da mulher (e do homem) tem forçosamente de passar também pela mudança das formas de se falar das mulheres (e dos homens). Esta mudança é lenta, é certo, mas é possível. Como explicam Eckert & McConnell-Ginet (2003: 53):

Change does not happen in individual actions, but in the accumulation of action throughout the social fabric. (...) Language has its effect on society through repeated use, through

sequences of use, through the laying down of a history of use. (...) An individual act, therefore, enters into a broader discourse – and its ultimate effect will be the result of its life in that discourse: how it gets picked up, and by whom, and how it mixes with what other people are doing and thinking.

Mudanças na forma de usar a linguagem e, conseqüentemente, na forma como vemos o mundo são possíveis, porque – ao contrário da vontade dos guardiões da língua que a querem cristalizar num estado supostamente puro – os significados não são fixos e porque a necessidade dos utilizadores também muda. As mudanças podem ocorrer de forma ‘orgânica’ ou de forma ‘forçada’. No primeiro caso, existe uma necessidade social de novas formas de dizer – por exemplo, devido à tomada de consciência da representação desigual de diferentes tipos de pessoas no discurso. O limite para estas mudanças é obviamente imposto pela inteligibilidade. Certas normas têm de ser seguidas quando uma pessoa quer ser entendida. Estando esta condição assegurada, significados genderificados podem ser ironizados, contrariados, substituídos e/ou abandonados. Novas formas de referência mais democrática podem surgir e fixar-se no discurso dos falantes. Não é por serem novas que estas formas estão livres de fundamento ideológico. A língua e a sua utilização nunca perderão o seu carácter ideológico, o que muda é somente o tipo de ideologia.

O mesmo vale para o segundo tipo de mudança, a mudança linguística imposta ‘por cima’, isto é, por instituições ou organismos oficiais. Como os falantes não sentem necessidade das mudanças propostas por estes organismos, elas são muitas vezes contestadas. No caso das questões de género, assiste-se a uma certa ridicularização das reivindicações feministas que exigiram a visibilidade das mulheres nas designações de profissões, etc., pressupondo que estas mudanças linguísticas iriam mudar progressivamente a maneira das pessoas pensarem a realidade.

3.4. Discurso e Género

O sistema linguístico

Enquanto atualmente prevalecem conceptualizações construtivistas do género, nas quais o discurso ocupa um lugar central, os primeiros trabalhos académicos que ligavam género e linguagem assumiam outras perspetivas. O primeiro grande afloramento de trabalhos nesta área ocorreu nos anos setenta e oitenta do século

passado³⁸. Nesta primeira fase, uma parte dos investigadores, maioritariamente mulheres, concentrava o seu trabalho no próprio sistema linguístico que era considerado falocêntrico, na medida em que tornaria as mulheres invisíveis, por exemplo, através do masculino genérico ou da disponibilização de lexemas muito diferentes para designar homens e mulheres, mantendo assim os homens em posições de superioridade relativamente às mulheres³⁹.

A 'linguagem das mulheres' como deficitária

Uma segunda vertente de investigação tinha como objetivo identificar diferenças na maneira de homens e mulheres utilizarem o sistema linguístico. Estas diferenças, uma vez identificadas, foram teorizadas de diferentes formas, dependendo da perspetiva teórica assumida. Nos anos setenta, predominavam as teorias da dominação que conceptualizavam a linguagem das mulheres como um indicador da sua situação de oprimidas na sociedade. A publicação do livro *Language and Woman's Place*, de Robin T. Lakoff, em 1975, comumente aceite como o ponto de partida para a investigação feminista sobre a relação entre género e linguagem, é um exemplo desta linha de investigação. Como a autora refere no prefácio, este livro assenta não em estudos empíricos, mas em observações não sistemáticas, sobretudo no ambiente universitário e em “mind-stretching”, ou seja, em reflexões sobre o assunto. Lakoff (1975: 53-56) identifica nove formas linguísticas que caracterizariam uma forma particularmente feminina de falar⁴⁰. Segundo a autora, estas características expressam a impotência das

³⁸ Não se pode deixar de referir aqui um dos primeiros trabalhos que se debruçou com alguma extensão sobre a “linguagem das mulheres” e que é já muito anterior à época referida: em 1922, o linguista dinamarquês Otto Jespersen (1860-1943) dedicou um capítulo inteiro do seu livro *Language: its nature, development and origin* à “mulher”. Não podemos também deixar de notar que o facto de neste mesmo livro não existir nenhum capítulo sobre “o homem” e a sua linguagem constitui um exemplo muito claro de um processo de construção da mulher como um desvio à norma masculina que foi tão criticado posteriormente (veja-se, por exemplo, a crítica de Simone Beauvoir referida no Capítulo 2). As afirmações de Jespersen assumem hoje em dia um carácter (quase) caricatural, para além de não estarem fundamentadas numa investigação científica sistemática (Litosseliti 2006). O autor afirma, entre outros aspetos, que o discurso das mulheres apresenta muitas frases incompletas devido à falta de pensamento prévio: elas não *sabem como* acabar as frases.

³⁹ A título de exemplo pode ser referido o trabalho da linguista alemã Marlis Hellinger (2001, 2004).

⁴⁰ Lakoff identificou as seguintes características: (1) Grande inventário de léxico relacionado com atividades tipicamente femininas; (2) Adjetivos típicos ‘vazios’; (3) Entoação interrogativa onde não há necessidade (interrogativas tag e entoação interrogativa em frases declarativas); (4) Grande quantidade de elementos mitigantes (“hedges”) de todos os tipos; (5) Utilização mais frequente do intensificador “so” (tão/tanto) - em vez de usar “very” (muito); (6) Estrutura gramatical hipercorreta; (7) Utilização de formas de extrema delicadeza; (8) Mulheres não contam piadas; (9) Mulheres falam ‘em itálico’, isto é, com especial ênfase no tom, nos gestos, etc.

mulheres numa sociedade dominada pelos homens, revelando incerteza, fragilidade e falta de confiança da parte das mesmas, ao mesmo tempo que, por outro lado, este tipo de linguagem contribui para a manutenção das desigualdades de poder entre homens e mulheres na sociedade. Desde então, as sugestões de Lakoff têm sido criticadas por vários motivos e relativizadas por estudos posteriores⁴¹.

A diferença da 'linguagem das mulheres'

Um dos aspetos frequentemente criticado por trabalhos posteriores foi a conceptualização da 'linguagem feminina' como sendo deficitária em relação à 'linguagem dos homens', o que levou a uma mudança na interpretação da diferença. Sem questionar a alegada diferença na utilização da linguagem pelos dois grupos, estudos, sobretudo nos anos oitenta, propunham que a socialização diferenciada de rapazes e raparigas desse origem a duas culturas distintas, uma masculina e outra feminina. Dentro destas culturas vigorariam padrões conversacionais diferentes, que levariam a problemas de comunicação entre homens e mulheres (Maltz & Borker 1998; Tannen 1990). Segundo Gisela Klann-Delius (2005), o conceito da identidade figura como o conceito chave para esta nova orientação teórica. A linguagem feminina deixa de ser uma versão mutilada da linguagem masculina, anteriormente tida como norma, para passar a ser uma expressão, uma identidade à parte, de maneira nenhuma inferior à masculina. Críticos desta abordagem - e sobretudo do livro *You just don't understand*, de Deborah Tannen, publicado em 1990 - destacam que a mesma acaba por ignorar dinâmicas de poder e dominação e por fazer da diferença de género o resultado de processos de socialização inocentes, quando na verdade seriam condicionados por dinâmicas de poder. Um outro ponto frequentemente criticado é a generalização exagerada de um comportamento genderificado de um tipo específico (branco, classe média, heterossexual, etc.), ignorando outras formas existentes de feminilidade e masculinidade. Em vez de contribuir para uma sociedade mais justa, esta abordagem cimenta alegadas diferenças e estereótipos de género, deixando homens e mulheres exatamente no mesmo lugar social (DeFrancisco 1997; Keating 1994; Cameron 1992). Como esclarece Litosseliti (2006: 41), nem as conceptualizações da linguagem das mulheres como deficitária, nem as que a declaram simplesmente 'diferente' dão conta

⁴¹ Por exemplo o estudo de Janet Holmes (1986) que adota uma perspectiva funcionalista, identificando diferentes formas para a utilização das interrogativas *tag*, para além da identificada por Lakoff.

da complexidade da atuação das relações de género e da sua interação com outras variáveis:

The insufficient contextualization of gender and the failure to view gender as part of a complex system of intersecting social variables are the key reasons why these models are not currently influential within feminist linguistics. We now acknowledge that, when they exist, differences between the female and the male 'register' can be subtle and variable; that dominance and difference can both be at stake; and that any generalization about gendered differences is limited to a specific group or community situated in a social context.

É interessante – e problemático ao mesmo tempo – que, mesmo vinte e cinco anos após a publicação de *You just don't understand*, a ideia de duas culturas fundamentalmente distintas, veiculada pelo senso comum, continue a ser um quadro explicativo extremamente apelativo e influente. Aparentemente, no momento em que os estudos de género nas academias começaram a pôr de lado conceptualizações do género como pré-discursivo, fixo e – em última análise – inultrapassável, é que se começou também a criar uma distância entre as academias e o senso comum. Seja porque o tema das relações de género já é considerado irrelevante pela maioria dos indivíduos, seja porque a desconstrução do género levada a cabo pelas teorias mais recentes não é suficientemente apelativa, o senso comum só acompanha estes novos desenvolvimentos teóricos de forma muito pontual. Algumas destas conceptualizações mais recentes serão apresentadas nos próximos parágrafos.

Comunidades de prática

Nos últimos vinte e cinco anos, a teorização da relação entre linguagem e género sofreu transformações profundas. Lia Litosseliti (2006: 9) resume estas transformações da seguinte forma: “[There was a] shift from the view that we use language in certain ways because of who we are, to the view that who we are is partly because of the way we use language”.

Nas novas perspectivas pós-estruturalistas associadas ao construtivismo social, formas ‘femininas’ e ‘masculinas’ de utilização de linguagem deixaram de ser resultado do género como variável pré-discursiva. O género passa a ser o resultado de determinadas formas de usar a linguagem. Falar de uma forma socialmente associada a certos tipos de feminilidade e masculinidade passa a ser o resultado da cooperação ou

não-cooperação dos indivíduos com ideias socialmente construídas – estas sim, anteriores à situação comunicacional – sobre feminilidade e masculinidade.

A proposta da construção localizada do género (e de todas as outras categorias identitárias) à volta da participação em práticas concretas está associada ao conceito de ‘comunidades de prática’, elaborado por Penelope Eckert e Sally McConnell-Ginet (1992a, 1992b, 2003), com base no trabalho de Lave & Wenger (1991). De acordo com esta perspetiva, quando os indivíduos se juntam repetidamente à volta do mesmo projeto, seja ele a família, um grupo de trabalho ou de estudo, uma banda, um jogo de cartas ou outro projeto qualquer, vão desenvolvendo formas específicas de fazer coisas que funcionam dentro desta comunidade de práticas. Nestas comunidades vigoram conhecimentos comuns, crenças, formas de relacionamento e também determinadas formas de usar a linguagem que são específicas⁴² e que podem ser mais ou menos genderificadas. Um indivíduo participa numa série de comunidades e em cada uma delas, categorias como género, raça, classe, etc. podem assumir diferentes formas.

Como esclarecem Eckert & McConnell-Ginet (2003), é ao nível das comunidades de prática que os indivíduos fazem sentido da ordem social. Não o fazem sempre da mesma forma, mas sempre em resposta ao contexto, ou seja, às especificidades da comunidade. Assim sendo, as identidades estão estreitamente ligadas às comunidades de prática.

Some of these [communities of practice] may be more central to [the individual's] construction of a self, some more peripheral, and she⁴³ forges an identity in the process of balancing the self she is constructing across these communities of practice. This identity is inseparable from her participation in communities of practice, and each of these communities of practice can be defined only in terms of the interplay of the identities being constructed within it. (2003: 58)

Performatividade

A desconstrução do género foi levada ao extremo por Judith Butler, autora já referida no capítulo 2. Butler (1990) retira ao conceito do género qualquer possibilidade de estabilização, seja por processos de socialização, seja por comunidades de prática: o

⁴² Eckert & McConnell-Ginet (2003) esclarecem que nem todas as comunidades desenvolvem cada um destes elementos de forma igualmente pronunciada. Enquanto uma banda de *Heavy Metal* como comunidade de prática envolve formas específicas de vestir e um grupo de fãs de videojogos pode utilizar um vocabulário dificilmente acessível para pessoas fora do grupo, o mesmo já não será o caso provavelmente com uma família.

⁴³ Eckert & McConnell-Ginet utilizam um feminino genérico.

género passa a ser um constante ‘tornar-se’, dissolvendo-se “em atos interpretativos sem condição prévia de pessoas individuais” (Klann-Delius 2005: 15)⁴⁴. O género torna-se performativo, ou seja, algo que fazemos. A partir da teoria dos atos de fala (Austin 1985) e, em particular, dos atos de fala performativos, Butler compreende a performatividade como um aspeto do discurso: é o facto de o discurso produzir aquilo que enuncia. Esta produção discursiva deve ser entendida como sendo sempre uma reinterpretação, repetição e recontextualização. Não existe nenhuma *performance* original do género, mas todos os atos que nos constituem como ‘homens’ ou ‘mulheres’ são sempre já imitações de imitações, que ganham carácter de naturalidade devido à sua constante repetição (Osborne & Segal 1994). Os atos de repetição seguem normas que circulam nas sociedades e cuja mera existência demonstra o carácter performativo do género. Se o género fosse uma realidade inquestionável, não havia necessidade de o confirmarmos constantemente através das nossas ações. Como Connell (2002) sintetiza de forma excelente, não existem normas nem leis que impõem a terceira lei da termodinâmica; ela existe independentemente das nossas ações. Pelo contrário, o género só ganha vida, por assim dizer, através da nossa ação genderificadora.

Performatividade e construtivismo são duas abordagens que têm muitos pontos de contacto, sobrepondo-se em vários aspetos. Invocar um ou outro depende da perspetiva teórica, podendo considerar-se que um texto faz sempre, simultaneamente, as duas coisas: ele constrói a realidade e é performativo da mesma (Litosseliti & Sunderland 2002).

Análise do Discurso Crítica Feminista

Dada a orientação feminista de uma grande parte do trabalho sobre as relações de género, desenvolvido no âmbito da ACD, Michelle Lazar (2005, 2007) propõe a criação de uma nova vertente da ACD – a Análise do Discurso Crítica Feminista (ADCF)⁴⁵. As razões que a autora invoca para a criação desta vertente leem-se como

⁴⁴ Tradução minha do original alemão: “In ihrer Theorieentwicklung ist die Geschlechterforschung in einen Zustand geraten, in dem sich das Thema ‘Geschlecht’ in allen seinen Bezügen, auch in denen zu Sprache, in voraussetzungslos gedachte interpretatorische Akte Einzelner aufgelöst zu haben und somit einer wissenschaftlichen Analyse nicht mehr zugänglich zu sein scheint.”

⁴⁵ A tradução “Análise do Discurso Crítica Feminista” do original inglês “Feminist Critical Discourse Analysis” parece-me mais adequada do que a alternativa “Análise Crítica do Discurso Feminista” porque deixa dúvidas sobre qual dos elementos é descrito pelo qualificador “feminista”. No primeiro caso fica

processos de construção de identidades: por um lado, a necessidade de enfatizar a perspectiva comum que pode ser entendida como a criação de homogeneidade interna; por outro, a necessidade de dar visibilidade a este grupo dentro da ACD, o que pode ser interpretado como um processo de afirmação, enquanto grupo, em relação a outros grupos. Lazar (2005: 5) define os objetivos da ADCF da seguinte forma:

As feminist critical discourse analysts, our central concern is with critiquing discourses which sustain a patriarchal social order: that is, relations of power that systematically privilege men as a social group and disadvantage, exclude and disempower women as a social group.

Esta definição demonstra que – apesar dos benefícios evidentes que a criação de uma ADCF possa ter – também esta abordagem não se consegue libertar da dominação do conceito de patriarcado, o que – a meu ver – lhe limita o seu potencial explicativo e indutor de mudanças das assimetrias de poder presentes nas relações de género (cf. Capítulo 2).

Síntese

Neste capítulo construí o enquadramento teórico da análise no que diz respeito à sua vertente discursiva. No subcapítulo 3.1. defini discurso num sentido amplo como eventos comunicativos complexos, envolvendo, para além do nível linguístico, também níveis extralinguísticos de significação. A relação entre estes dois níveis foi discutida no subcapítulo 3.2., onde apresentei o modelo tridimensional de Fairclough e a proposta teórica da Linguística Sistémico-funcional de género e registo, refleti sobre a influência dos sujeitos participantes do discurso e identifiquei a Análise Crítica do Discurso como um projeto ideológico. O subcapítulo 3.3. foi dedicado à relação entre discurso e poder. Procurei demonstrar que mais pertinente do que procurar a origem do poder, é analisar a sua atuação no discurso através do potencial de classificação e naturalização que a linguagem tem. Na última parte, 3.4., refleti sobre a relação entre género e discurso e o desenvolvimento das teorizações desta relação desde o foco no sistema linguístico como falocêntrico até as teorizações mais recentes, como comunidades de prática e performatividade.

claro que se trata do grupo nominal “Análise do Discurso Crítica”, no segundo poderia também ser somente o “discurso”.

Capítulo 4 - Aspetos de Portugal no feminino

Neste capítulo pretendo fornecer o enquadramento socio-histórico para a análise das identidades femininas. Na primeira e mais extensa parte do capítulo, apresento dados sobre o desenvolvimento da situação das mulheres em Portugal, discutindo as mudanças e permanências no lugar das mulheres relativamente ao trabalho dentro e fora de casa e à maternidade, desde o Estado Novo até aos dias de hoje. Na segunda parte do capítulo, apresento as principais características do feminismo português evidenciando como esse se distingue de outros movimentos em outros países. A última parte do capítulo pretende situar o presente trabalho no panorama académico português na área de Discurso e Género. Para esse efeito, refiro os principais centros de investigação e trabalhos de investigação desenvolvidos nesta área até à data.

4.1. O trabalho feminino e a maternidade em Portugal – enquadramento socio-histórico para a análise das identidades

Introdução

Para este projeto foram entrevistadas mulheres de duas gerações: mulheres nascidas por volta do ano da revolução do 25 de Abril (1974) e as suas mães. Tendo em conta estes perfis etários, irei, nas páginas seguintes, esboçar o desenvolvimento da situação da mulher em Portugal, em relação ao trabalho e à maternidade, tendo em conta três períodos/momentos chave. O primeiro período chave é o do Estado Novo (EN), porquanto todas as mulheres da geração mais velha nasceram e cresceram dentro deste período. Não querendo subestimar a influência que todo o tempo depois da ditadura, com todas as alterações associadas, possa ter tido sobre a vida destas mulheres, considero que o EN, com toda a sua carga ideológica sobre o lugar da mulher na sociedade, foi determinante para a formação da noção que estas mulheres têm delas próprias, como mulheres, na sociedade portuguesa. O segundo momento histórico de grande importância é, a meu ver, o período revolucionário que, naturalmente, não se esgota com o ano de 1974. Este período afetou, mais ou menos fortemente, a vida das mães e a vida das filhas. As mães viram o enquadramento ideológico e os discursos sobre os seus lugares na sociedade alterados, tendo isto consequências nas suas práticas

ou não, enquanto as filhas nasceram já numa sociedade profundamente diferente daquela em que nasceram as suas mães. O terceiro momento chave é o da atualidade: o período em que ambas as gerações vivem, no qual se inserem as entrevistas sob análise e no qual ambas as gerações de mulheres constroem as suas identidades femininas⁴⁶.

Mulheres trabalhadoras no Estado Novo

O papel da mulher durante as décadas do EN é inseparável da ideologia da família defendida pelo regime da época. A família na sua constelação tradicional – marido, mulher, filhos – era um dos pilares do modelo de sociedade que António Oliveira Salazar (1889-1970) se propôs construir e/ou defender, tornando-se visível naquilo que viria a ser o *slogan* do regime: ‘Deus, Pátria, Família’. A família era constituída na igreja, com o casamento católico, que, a partir de 1940, era impossível de dissolver e que se completava simbolicamente com o nascimento de filhos.

Dentro do modelo tradicional da família, cada elemento tinha o seu lugar claramente definido e circunscrito. O homem era responsável pelo sustento material da família, enquanto a mãe cuidava do lar e dos filhos. Na célebre entrevista com António Ferro, Salazar desmente a possibilidade de esta divisão de tarefas inferiorizar a mulher:

A mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável de uma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, a mulher não é escrava⁴⁷. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, de educadora dos seus filhos não é inferior à do homem. (Ferro 1933: 133)

A impossibilidade de escapar do seu lugar bem definido era igual para homens e mulheres, mas a tentativa de construção de igualdade (a função da mulher não seria inferior à do homem) no discurso de Salazar não passa de um exercício retórico. Apesar da Constituição Portuguesa de 1933 estabelecer o princípio de igualdade entre os sexos, nesse mesmo texto lê-se que estes direitos podiam ser negados à mulher, quando o bem da família estava em causa. E mais ainda: a diferença de género foi tornada um princípio constitucional, porque era possível negar a igualdade à mulher, também

⁴⁶ Convém referir a dificuldade em obter dados comparáveis para todos os três momentos escolhidos. Ao longo do período em questão houve mudanças significativas na elaboração de estatísticas, sobretudo no que diz respeito ao trabalho, relativamente aos critérios de inclusão/exclusão em determinadas categorias, aos métodos de recolha de dados, etc. (cf. Lopes & Perista 2010: 192).

⁴⁷ A utilização deste enunciado por Salazar é interessante, uma vez que uma negação implica sempre o reconhecimento da existência de discursos que dizem, precisamente, aquilo que está a ser negado (Fairclough 2001). Neste sentido, Salazar está aqui a responder a críticas reais ou por ele pressupostas.

devido à natureza da mesma⁴⁸. Cova e Costa Pinto (2002) encontram, neste facto, um traço distintivo da ditadura portuguesa em comparação com outros regimes autoritários contemporâneos.

Sendo o lugar da mulher, na ideologia do Salazarismo, o de cuidadora da família, dos filhos e do marido, idealmente, este papel era incompatível com um trabalho fora do lar. As mulheres não teriam disponibilidade nem necessidade de trabalhar fora, porque o trabalho doméstico preenchia-as na totalidade e o marido trazia para casa o dinheiro necessário para elas e para os filhos. As poucas profissões vistas como adequadas às mulheres - enfermeira e professora - estavam relacionadas com o seu papel de cuidadora e implicavam um condicionamento do seu direito ao casamento (Monteiro 2010: 33). De uma forma geral, as mulheres estavam extremamente limitadas na sua escolha e no exercício de qualquer profissão e, no caso de serem casadas, dependiam em grande medida da aprovação do marido para poderem exercer qualquer atividade profissional fora de casa⁴⁹. Mas, apesar do regime se esforçar no combate ao trabalho feminino fora do lar, que era visto como um fator a contribuir para a decadência da civilização moderna, como explica Mónica (1996: 219), não lhe foi possível travar a crescente feminização do trabalho, em particular a partir dos anos sessenta. Na tentativa de escapar à miséria em Portugal ou ao recrutamento para a Guerra Colonial, grandes vagas de emigração provocavam um esvaziamento do país (Rosas 1993: 420) e uma escassez de mão-de-obra em todo o tipo de indústria. A mão-de-obra feminina aliviou esta escassez, trazendo benefícios para ambas as partes: para a indústria, a mão-de-obra feminina era mais barata do que a masculina, chegando, segundo Monteiro (2010: 34), a diferença salarial aos 50%; para as mulheres o ordenado, embora miserável, era indispensável para completar o orçamento das suas famílias (Lopes & Perista 2010: 192). Pode-se considerar que, em Portugal, estava a falhar um dos pressupostos determinantes para a dominância do modelo homem-provedor que se generalizou na Europa e na América do Norte a partir da segunda guerra mundial: em Portugal, os salários eram tão baixos que, dificilmente, um homem

⁴⁸ Lê-se no texto da Constituição de 1933: Artigo 5.º § único: A igualdade perante a lei envolve o direito de ser provido dos cargos públicos, conforme a capacidade ou serviços prestados, e a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo, ou condição social, salvo, quando à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família, e, quanto aos encargos ou vantagens dos cidadãos, as impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das coisas. (<http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf> - consultado a 21-6-2016)

⁴⁹ Até 1967, os maridos tiveram de autorizar a assinatura de qualquer contrato de trabalho e, mesmo depois, mantinham o direito de poder anular um contrato celebrado sem a sua autorização (Monteiro 2010: 33).

sozinho podia sustentar uma família (Amâncio 2007). Por esta razão, foi desde muito cedo que mulheres trabalhadoras faziam parte do dia-a-dia em Portugal, apesar da taxa de atividade ter sido mais elevada entre a população feminina mais jovem, ou seja, muitas mulheres abandonavam o trabalho fora de casa provavelmente quando casavam ou tinham o primeiro filho (Monteiro 2010: 34).

Trabalhadoras em tempos revolucionários

A vontade de mudar a situação da mulher perante o trabalho surge dentro do sistema político, ainda nos tempos da ditadura. Em 1970, o Secretário de Estado do Trabalho e da Providência instaura o Grupo de Trabalho para a Definição de uma Política Nacional Global acerca da Mulher, que tem como objetivo a elaboração de um “plano de ação com vista à articulação e integração do potencial feminino nas políticas do desenvolvimento nacional” (Monteiro 2010: 37). Segundo Rosa Monteiro (*ibidem*), é graças ao sentido de oportunidade das mulheres que integram este grupo, presidido por Maria de Lourdes Pintasilgo (que viria a chefiar o V Governo Constitucional), que esta iniciativa veio a transformar-se numa “exploração abrangente da discriminação da mulher no direito português” (*ibidem*, p. 39). O resultado mais visível do trabalho do grupo é a Lei da Igualdade no Trabalho e no Emprego (1980) e a fundação da Comissão da Condição Feminina (1977). Rosa Monteiro realça, ainda, o paradoxo entre, por um lado, a existência em Portugal de legislação estabelecendo igualdade no trabalho, já nos anos 70, e, por outro, a permanência de certas desigualdades ainda nos tempos atuais.

Monteiro encontra uma razão para a existência deste paradoxo no facto de a igualdade dos sexos ter sido uma ambição das elites políticas, que queriam construir um país moderno e democrático, e não um projeto apoiado pela maioria da população feminina. Amâncio (2007: 189), argumentando no mesmo sentido, observa uma ausência de “debate político em torno da ideologia de género” e uma falta de “continuidade de políticas activas para a igualdade e para a família”, que tiveram como consequência a manutenção dos regimes de género vigentes.

Por volta do ano da revolução é possível observar um grande aumento do número de mulheres trabalhadoras em Portugal, mas a condição de trabalhadora não era necessariamente acompanhada por um elevado potencial emancipador. Pelo contrário, como escrevem Lopes & Perista (2010: 193), “[e]sta primeira fase de inserção laboral

das mulheres num mercado de trabalho em expansão caracterizou-se (...) por uma utilização fortemente empobrecedora das (...) capacidades (das mulheres), a que correspondiam condições de trabalho e remuneração de grande iniquidade”.

Mais para o fim da década de setenta existe também um desenvolvimento na direção oposta, isto é, no sentido das mulheres se afastarem ou serem afastadas do mercado de trabalho. O fim da guerra colonial e a chegada dos ‘retornados’ implicou uma entrada de mão-de-obra masculina que fez muitas mulheres ‘voltar para casa’. A isso somou-se a crise do petróleo (1973) – as mulheres foram as mais afetadas pelos despedimentos consequentes (Lopes & Perista 2010).

Trabalho feminino no Portugal contemporâneo

Desde os anos 70 do século passado até hoje, muita coisa aconteceu que fez com que a situação de homens e mulheres perante o trabalho se tenha aproximado mais de uma situação de igualdade. Já não se verificam constrangimentos legais ou institucionais na escolha do tipo de emprego. Também na ascensão a cargos mais elevados, as mulheres têm conseguido fazer algumas conquistas. Mas, na prática, Portugal, como outros países europeus, está longe de um estado em que haja igualdade de género. Até é possível identificar aspetos que indicam um desenvolvimento no sentido da acentuação da diferenciação de género no emprego.

Uma permanência de desigualdades pode ser observada na concentração da mão-de-obra feminina em determinados setores, nomeadamente na administração pública e nos serviços. Apesar de não lhes ser (em teoria) vedado o acesso a nenhuma profissão, as mulheres portuguesas continuam a escolher ou a serem recrutadas, preferencialmente, para estes setores. Nas empresas privadas, os cargos hierarquicamente superiores continuam a ser ocupados maioritariamente por homens.

Uma acentuação da desigualdade no trabalho pode ser observada no facto de a crescente precarização do emprego atingir, sobretudo, as mulheres. Desde os anos oitenta, os discursos e as práticas de flexibilização do trabalho têm vindo a ganhar uma posição dominante um pouco por todo o mundo ocidental. Como explica Casaca (2010: 283), “[e]sta estratégia ganhou particular relevância no tecido empresarial português, onde predominam estratégias de competitividade fundamentalmente orientadas para a redução de custos”. Desta forma, os trabalhadores portugueses não têm escapado ao

aumento da precaridade, incluindo o aumento das formas flexíveis e precárias de emprego, a “fragilização dos vínculos contratuais, a insegurança no emprego, trabalho a tempo parcial involuntário” (*idem*) e são mais as mulheres trabalhadoras do que os homens que sofrem com estes desenvolvimentos.

O trabalho doméstico ao longo do tempo

É difícil manter os mesmos momentos chave quando se olha para a evolução da situação da mulher portuguesa em relação ao trabalho doméstico, dada a escassez de estudos nesta matéria anteriores à década de 2000. Temos, muitas vezes, de recorrer a conclusões a partir da situação da mulher perante o trabalho assalariado fora de casa⁵⁰, para falarmos da sua situação em relação ao trabalho doméstico.

Durante o EN, apesar da elevada taxa de trabalho feminino em comparação com o contexto europeu, a maioria das mulheres portuguesas não trabalhava. Deste facto, podemos concluir que a maioria delas se ocupava exclusivamente com as tarefas ligadas ao lar: limpar a casa, preparar as refeições, tratar da roupa da família, etc. As mulheres das classes sociais mais privilegiadas constituíam uma exceção por terem os meios de delegar estas tarefas, parcial ou totalmente, a outras mulheres assalariadas e teriam tido maioritariamente outras ocupações. Com a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho, o tempo para a execução das tarefas domésticas, foi diminuindo. Hoje em dia, em Portugal, predomina o modelo de duplo emprego, em que homem e mulher trabalham ambos a tempo inteiro, enquanto noutros países o modelo ‘emprego e meio’ é muito mais frequente (cf. Crompton & Lyonette 2007 sobre a comparação entre Portugal e o Reino Unido). Nestes casos, a mulher representa maioritariamente o meio emprego.

Mas o modelo português, apesar de generalizado, parece criar conflitos de consciência, porque, como concluem Crompton & Lyonette (2007), a maioria das mulheres que trabalha a tempo inteiro considera, simultaneamente, que o facto de a mãe exercer uma profissão pode prejudicar as crianças pequenas. As mesmas autoras referem que, em Portugal, as mulheres assumem e desempenham, na sua maioria, tarefas tradicionalmente vistas como ‘femininas’, como lavar a roupa, cozinhar, limpar,

⁵⁰ Amâncio (2007) refere alguns estudos sobre a divisão das tarefas domésticas, mas nenhum deles tem Portugal como objetivo de estudo.

etc., enquanto os homens estão menos disponíveis para estas tarefas. Para além disso, as mulheres gastam consideravelmente mais horas com o trabalho doméstico do que os homens, trabalhando fora de casa de igual forma. No caso das mulheres, “o trabalho doméstico representa, em média, cerca de 35% do tempo globalmente despendido a trabalhar, contra 11%, no caso do conjunto dos homens (Crompton & Lyonette 2007: 121). Isto será também um fator que contribui para níveis de *stress* trabalho/vida privada significativamente mais elevados entre as mulheres do que entre os homens portugueses (*ibidem*). A sobrecarga da mulher pela acumulação de tarefas é um facto que não é nem surpreendente, nem novo, mas parece ter em Portugal uma expressão acima da média europeia.

Pode-se concluir que, no que diz respeito ao trabalho fora de casa, a situação das mulheres em Portugal mudou consideravelmente ao longo do período aqui traçado, no sentido de uma maior liberalização e da sua maior inclusão numa esfera que, na primeira metade do século passado, ainda era reservada maioritariamente aos homens. O emprego feminino é, hoje em dia, um dever social, apesar de muitas vezes ser considerado legítimo somente na condição de servir de suporte para garantir o sustento da família, pelo facto de a profissão como meio de realização pessoal, no feminino, ainda não ser totalmente aceite, como argumenta Aboim (2008). Apesar da manutenção de uma série de desigualdades, a esfera profissional revela-se mais permeável aos ideais de igualdade do que a esfera doméstica. Efetivamente, nem as mulheres deixaram de fazer a maioria do trabalho doméstico, apesar de trabalharem também fora (Amâncio 2007), nem os homens entraram no privado da mesma forma que as mulheres entraram no público (Aboim 2008).

Maternidade em Portugal

As experiências de maternidade modificaram-se intensamente entre a geração das mães entrevistadas para este projeto e a geração das suas filhas. Quero aqui destacar três mudanças principais que são, aliás, largamente conhecidas. As mulheres, hoje em dia, em comparação com as suas congéneres dos anos setenta (ou anteriores), têm menos filhos, são mais velhas quando os têm e têm-nos em melhores condições.

Ainda nos anos setenta, com três filhos por casal, a taxa de natalidade em Portugal era bastante elevada em comparação com outros países europeus, o que,

segundo Irene Pimentel (2001), pode ser um indicador do sucesso da ideologia natalista do EN. Para além de cuidar do lar e do marido, ter filhos e cuidar deles era uma das funções principais da mulher nessa época. Na quantidade de filhos por mulher, dentro do espaço da atual UE, Portugal só era superado pela Irlanda, com 3,87 filhos por mulher em idade fértil em 1970 (dados do EUROSTAT). Em 2014, o número médio de filhos por mulher em idade fértil em Portugal tinha caído para 1,23, sendo este o número mais baixo de toda a União Europeia⁵¹.

Ano	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2014
Nº médio de filhos por mulher em idade fértil	3,2	3,0	2,13	1,56	1,45	1,35	1,23

Quadro 4.1

Índice sintético de fecundidade. Fonte: Eurostat a partir de dados de Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

O número de nascimentos caiu, assim, em 2014, para menos de 40% do valor de 1960 (82.367 em comparação com os 213.895 nascimentos em 1960). As razões para este desenvolvimento são variadas. Nos seus dados, Almeida *et al.* (2004: 216) identificaram “três ordens de factores: o novo papel da criança na família e a importância da sua socialização escolar; as novas condições materiais de vida; o privilégio que se dá hoje a outros valores e estilos de vida”. As mesmas autoras referem que “a existência e difusão no mercado de meios contraceptivos eficazes e acessíveis, é raras vezes invocada”.

Em simultâneo com a diminuição do número de filhos, a idade da mulher quando tem o seu primeiro filho aumentou significativamente, como demonstra o quadro seguinte:

⁵¹ A descida das taxas de natalidade não é, obviamente, uma característica de Portugal. Nenhum dos países, cujas taxas de natalidade estão disponíveis através do portal www.pordata.pt, viu acontecer um aumento ou sequer uma manutenção da sua taxa de natalidade. Em 2014, a França registava a taxa de natalidade mais elevada, com dois filhos por mulher.

Ano	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2014
Idade média da mãe ao nascimento do 1º filho	25,0	24,4	23,6	24,9	26,8	29,2	30,0

Quadro 4.2.

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho. Fonte: Eurostat a partir de dados de Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

Nas entrevistas analisadas por Almeida *et al.* (2004: 220), para o adiamento do projeto da maternidade, as mulheres invocam argumentos que dizem respeito à sua vida e à vida do casal. Por um lado, referem “novas frentes de protagonismo feminino que implicam um adiamento do projeto procriativo e (...) o direito que a mulher tem de ‘gozar a vida’ de casal ou a ‘sua juventude’ antes de ser mãe”; por outro lado, embora com menos frequência, reconhecem “a necessidade de estabilidade de vida tanto do ponto de vista afetivo como material”. Parece, então, que o decréscimo do número de filhos por casal tem uma forte componente identitária. O *ser* mãe, hoje em dia, está em pé de igualdade ou, pelo menos, numa situação de maior concorrência com o *ser* outras coisas, como estudante, trabalhadora, cônjuge, etc. Ser-se muito de uma coisa implica menos espaço para as outras: ser-se mãe cedo pode impedir, por exemplo, um aproveitamento de oportunidades de consolidação profissional e pessoal vistas como irrepetíveis. A predominância do papel de mãe pode ser temporário, sendo possível a mulher recuperar, pelo menos em parte, estas oportunidades. Mas, sendo-se mãe muitas vezes, i. e., tendo a mulher mais do que um filho prolonga o período a predominância do papel de mãe, tornando mais difícil a recuperação do espaço perdido em termos profissionais e pessoais. Mesmo assim, na sociedade portuguesa, os valores familialistas mantêm a sua posição dominante (por exemplo, Aboim 2008). Um indicador neste sentido pode ser o número relativamente elevado de agregados familiares com filhos em Portugal, em comparação, por exemplo, com a Alemanha, apresentado no quadro seguinte:

	Total	Agregados familiares sem crianças	Agregados familiares com crianças
Alemanha	39.713,0	30.925,5	8787,5
	100%	77,87%	22,13%
Portugal	4.062,6	2.575,3	1487,3
	100%	63,39%	36,61%

Quadro 4.3.

Agregados domésticos privados com e sem crianças em milhares e percentagem em 2014. Fonte: Eurostat a partir de dados de Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

	Total de agregados familiares com crianças	1 criança	2 crianças	3 ou mais crianças
Alemanha	8787,5	4.571,9	3.213,3	1002,3
	100%	52%	36,57%	11,41%
Portugal	1487,3	883,0	505,6	98,6
	100%	59,37%	33,99%	6,63%

Quadro 4.4.

Agregados domésticos privados com crianças por n.º de crianças em milhares e percentagem em 2014. Fonte: Eurostat a partir de dados de Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

Em primeiro lugar, torna-se evidente que na Alemanha existem consideravelmente mais agregados familiares sem crianças do que em Portugal⁵². Mas mais interessante ainda é a distribuição do número de crianças, quando existem, no agregado familiar. Em termos percentuais, em Portugal há mais agregados com só uma criança do que na Alemanha, enquanto na Alemanha há mais agregados com duas ou mais crianças do que em Portugal. Seria, obviamente, especulativo tirar algum tipo de conclusão a partir destes dados, tendo em conta que as razões para estes números são complexas. Mas relacionando a taxa de natalidade com o número de filhos por agregado familiar em Portugal e na Alemanha, parece haver uma tendência no sentido do facto de não ter filhos ser mais uma opção para @s alem@s do que para @s portugueses@s, mas o projeto da maternidade/paternidade mais rapidamente se esgotar/concluir com um único filho em Portugal do que na Alemanha.

Um terceiro aspeto em que a experiência de maternidade mudou drasticamente de uma geração para a outra é a melhoria dos cuidados materno-infantis. Pimentel (2001) refere que estes cuidados, no tempo do EN, eram praticamente inexistentes.

⁵² Esta percentagem maior pode eventualmente ser explicada com o facto de, na Alemanha, haver um número muito mais elevado de pessoas a viverem sozinhas (40,3% dos agregados familiares estavam constituídos desta forma em 2014, enquanto em Portugal eram somente 20,9%).

Muitas mulheres, não só nos espaços rurais mas também nas cidades, davam à luz em condições mínimas de higiene e falta completa de assistência médica. Terá sido isto, certamente, um aspeto chave para a taxa de mortalidade infantil elevadíssima em Portugal (Pimentel 2001). A descida desta taxa, da mais alta na Europa, nos anos sessenta do século passado, para uma mais baixa do que a média europeia, em 2012⁵³, é, muitas vezes, referida como exemplificação do desenvolvimento do país durante este período.

Além dos cuidados médicos para as grávidas e para os recém-nascidos, foram criados outros mecanismos, no sentido de apoiar os pais no projeto de paternidade. Ao longo das últimas décadas, as mães têm vindo a ganhar uma série de regalias e formas de assistência durante a gravidez e depois do parto inacessíveis às mulheres de gerações mais antigas (abonos pré-natais, licenças de paternidade pagas, etc.). Sobretudo nos últimos anos, tem-se registado uma progressiva vontade de incluir o pai, de forma mais forte, numa quantidade de aspetos ligados à experiência da paternidade. Fala-se, hoje em dia, em licenças de ‘paternidade’ (em vez de ‘maternidade’) que podem chegar aos 180 dias, caso sejam partilhadas entre mãe e pai. Apesar de ainda se manter uma discrepância no que diz respeito à extensão dos deveres e direitos dos pais e das mães (licença obrigatória para o pai de 10 dias úteis e 6 semanas para as mães), existe um avanço claro, no sentido de um maior envolvimento do pai e um aligeirar da exclusividade da responsabilidade da mãe.

O entrelaçamento entre a situação perante o emprego e as questões de maternidade torna-se evidente quando constatamos que, apesar de todas as regalias e todos os direitos criados, o número de nascimentos continua a descer. Um fator a contribuir para esta realidade pode estar na crescente precarização do emprego que põe em causa todos os direitos e todas as regalias que para muitas pessoas deixaram de existir. Uma mulher que sente a sua situação profissional instável irá ponderar, de forma muito cuidadosa, se uma interrupção por gravidez e maternidade não irá pôr em causa a sua capacidade de sobrevivência ou autonomia, sobretudo então se aspirar a mais do que uma gravidez. O mesmo vale para os pais que querem fazer uso dos seus direitos.

⁵³ Os dados disponíveis no portal www.pordata.pt apontam para uma descida de 77,5‰ para 3,4‰

4.2. O caso do tímido feminismo português

Uma especificidade da situação das mulheres em Portugal tem a ver com o desenvolvimento da forma como o tema se discutia na sociedade e, muitas vezes, com a falta dessa discussão. Como tive oportunidade de referir anteriormente, a vontade de mudar a situação das mulheres não surgiu no seio da sociedade, nem foi uma vontade que era capaz de unir consenso entre um largo número de mulheres. Não houve nenhum movimento feminista português que se pudesse autodeclarar representante de, pelo menos, um grande número de portuguesas. Nas páginas seguintes irei, de forma sucinta, retratar alguns aspetos da natureza do movimento feminista em Portugal.

A ideia generalizada da natureza do movimento feminista em Portugal é expressa por Maria Regina Tavares da Silva (1983: 875):

“(O) movimento feminista em Portugal é (...) sempre um movimento moderado, nunca declaradamente subversivo nem violento, mais atento à satisfação das suas reivindicações pela força da persuasão, do direito e da educação do que pela força dos gritos e das manifestações”.

As manifestações de preocupações com a condição da mulher eram esporádicas até ao século XX. No início desse século, os primeiros sinais mais evidentes da luta pelos direitos das mulheres estão profundamente intrincados com os valores republicanos e integrados, para não dizer subordinados, no movimento republicano. Aos primeiros êxitos, como a lei do divórcio (1910) e as leis em relação à família (1910), não tardam de se seguir decepções como a recusa do sufrágio (1913). O trabalho relativamente dinâmico do movimento feminista durante a Primeira República⁵⁴, manifesto na fundação de várias associações defensoras da causa das mulheres⁵⁵, chegava a um fim abrupto com a instalação e consolidação do Estado Novo e da sua ideologia profundamente conservadora no que diz respeito à organização da sociedade, em geral, e ao lugar da mulher nela, em particular. A organização *Obra das Mães para a Educação Nacional* passou a estar encarregada, em exclusividade, das questões e problemáticas das mulheres, empurrando todas as outras organizações ou para a sua dissolução ou para a oposição política, onde a condição da mulher era novamente subordinada a outras questões políticas.

⁵⁴ Destacam-se os nomes de Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1927), Ana de Castro Osório (1872-1935), Adelaide Cabete (1867-1935), para mencionar só algumas e deixando de fora muitas outras igualmente importantes.

⁵⁵ Por exemplo *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* (1908-1919) ou o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, fundado por Adelaide Cabete em 1914.

Em 1948, Maria Lamas descreve, de uma forma extensa e meticulosa, a condição das mulheres em Portugal no seu livro *As mulheres do meu país*. A jornalista e escritora descreve a miséria muitas vezes aguda em que viviam, sobretudo, as mulheres nas zonas rurais em Portugal nos anos quarenta: a falta de condições mínimas de higiene, a falta de cuidados médicos básicos e a ignorância profunda. A obra não só constitui, hoje em dia, um valioso documento histórico, mas foi na altura um desafio para o regime que sentiu a sua imagem manchada por estas realidades desagradáveis virem a ser tornadas públicas.

Durante as quase cinco décadas de ditadura salazarista/marcelista houve diferentes momentos de aumento da importância dos movimentos lutadores pela emancipação da mulher, que muitas vezes estavam integrados em momentos em que as forças opositoras ao regime ganhavam força. Durante a candidatura do general Norton de Matos à Presidência, em 1949, surgiu uma Comissão de Mulheres que formulava reivindicações visando a igualdade, liberdade e assistência (Tavares 2007); o mesmo aconteceu durante a campanha de Humberto Delgado.

A estes momentos de maior protagonismo seguiam-se, geralmente, outros de maiores represálias e opressão do movimento, incluindo o encarceramento de mulheres consideradas suas líderes⁵⁶.

De um modo geral, pode-se dizer que o regime teve êxito na sua tentativa de congelamento e conservação das estruturas da sociedade, o que incluía o combate ao feminismo. Como em épocas anteriores, o feminismo não foi capaz de se espalhar entre a população mais generalizada, mantendo o seu carácter de movimento de um grupo pequeno de mulheres maioritariamente intelectuais.

Um momento importante, já para o fim da ditadura, em 1972, foi a publicação das *Novas Cartas Portuguesas* pelas escritoras Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa. Para além da crítica a variadas situações insustentáveis, como a guerra colonial, a opressão da ditadura e o poder excessivo da igreja católica na sociedade, a obra também denunciava publicamente a lamentável situação da mulher portuguesa. Mas a reação do regime teve o efeito contrário ao desejado. Em vez de silenciar as vozes críticas, a censura do livro e a abertura de um processo contra as autoras transformaram um acontecimento nacional num caso conhecido internacionalmente.

⁵⁶ Por exemplo, Maria Lamas foi presa e detida em 1949.

Durante o processo revolucionário, antes e depois do 25 de Abril de 1974, as mulheres foram levadas pelo vento de liberdade que então se sentia. Organizavam-se de muitas maneiras, na tentativa de melhorar o panorama social e político do país, incluindo questões específicas sobre os direitos das mulheres, mas este entusiasmo parece não ter durado muito. Rapidamente, as mulheres desapareceram de novo dos palcos públicos. Manuela Tavares (2007: 258) explica este desaparecimento da seguinte forma:

Poder-se-á pensar que no caudal de lutas em torno de questões básicas por alcançar: educação, saúde, igualdade salarial, creches, condições dignas de trabalho e habitação, não havia espaço para os feminismos. As mulheres estariam, deste modo, integradas na luta mais geral pela consolidação de condições democráticas de vida, assim como estiveram durante três décadas na luta da oposição contra o regime: sem grande espaço para as suas próprias reivindicações, sem forma de produzirem pensamento próprio.

Nos anos oitenta surgem os primeiros colóquios e seminários sobre a condição da mulher, que começam a estabelecê-la como uma área de investigação reconhecida, processo que culmina, em 1991, com a fundação da *Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*. No plano político, é de destacar o trabalho da *Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género* (CIG), organismo nacional que tem como objetivo a promoção e defesa da igualdade entre mulheres e homens⁵⁷. No plano do ativismo pode ser destacado o trabalho da *União de Mulheres Alternativa e Resposta* (UMAR), fundada em 1976, como resposta ao 25 de Abril. Ainda hoje, a UMAR declara-se “uma associação que se reclama de um feminismo comprometido socialmente, empenhada em despertar a consciência feminista na sociedade portuguesa.”⁵⁸

Mais recentemente, o movimento feminista ganhou outra vez alguma visibilidade durante as lutas pela contraceção e pelo aborto em Portugal (2007) e tem, ainda hoje, um papel fundamental na luta contra a violência sobre as mulheres.

4.3. Estudos de discurso e género em Portugal

Nas últimas décadas, em Portugal, os estudos de género têm vindo a estabelecer-se como uma área de estudo reconhecida nas principais universidades. Predominantemente, encontram-se integrados na área da sociologia. A título de exemplo, pode ser destacado o trabalho das investigadoras do Instituto das Ciências

⁵⁷ <http://www.cig.gov.pt/> - consultado a 21-6-2016

⁵⁸ <http://www.umarfeminismos.org/index.php/quemsomos> - consultado a 21-6-2016

Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), que nos últimos anos abordaram diferentes aspetos relacionados com o género dentro da família em Portugal e em comparação com outros países europeus (Wall (ed.) 2012; Wall & Amâncio (eds.) 2007; Wall, Aboim & Cunha (eds.) 2010). Um foco diferente dá o trabalho de Virgínia Ferreira, do Centro de Estudos Sociais (CES), em Coimbra, que se concentra sobretudo na análise da relação entre género e trabalho (ex. Ferreira (ed.) 2010). Para uma visão geral sobre o peso das diferentes disciplinas no estudo de todo o tipo de questões relacionadas com o género em Portugal, pode-se consultar a lista de investigadores associados ao Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG). Este centro, apesar de ter o objetivo da interdisciplinaridade, reúne sobretudo estudios@s da área da sociologia, alguns da psicologia social e, pontualmente, investigadores de outras áreas. Outra ênfase ainda é dada pela Unidade de Investigação ‘FACES de Eva’ na Universidade Nova de Lisboa (UNL). Tendo, igualmente, a pluridisciplinaridade como objetivo, domina uma abordagem do género a partir de uma perspetiva histórica⁵⁹.

Os estudos que analisam a construção do género no discurso, utilizando uma metodologia linguístico-discursiva, continuam a ser raros em Portugal. Uma das primeiras reflexões sobre linguagem e género, embora só em parte incidindo sobre o contexto português, encontra-se no livro *Os novos feminismos*, de 1981, da antiga primeira ministra de Portugal, Maria de Lourdes Pintasilgo⁶⁰. Trata-se de mais uma reflexão cujo objetivo não é a observação sistemática da realidade, mas uma meditação sobre a condição das mulheres. A relação entre língua e género é perspetivada de duas formas. Numa primeira perspetiva, os novos movimentos de libertação da mulher configuram contextos em que as mulheres, como grupo social, tiveram a possibilidade de tomarem a palavra e saírem da sua condição de mudez, i. e., de adquirirem uma linguagem anteriormente inexistente. A segunda perspetiva incide sobre a própria linguagem das mulheres que, ao longo do segundo capítulo do livro, é repetidamente

⁵⁹ A mesma ênfase histórica é dada no Curso Pós-Graduado de Especialização em História e Género na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, coordenado pela Professora Ana Maria Rodrigues, autora de uma vasta bibliografia que aborda o género de uma perspetiva histórica (Rodrigues 2012; Rodrigues & Silva 2011). Outra proposta de estudos pós-graduados na área do género é feita pela Universidade de Coimbra com o Curso de Estudos Feministas, no âmbito do qual encontramos uma componente linguístico-discursiva com o seminário Género, Linguagem e Comunicação das Professoras Clara Keating e Maria João Silveirinha. Podemos encontrar outros programas de Mestrado ou de doutoramento na área do Género em outras Universidades.

⁶⁰ Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004) ocupou o cargo de primeira-ministra durante seis meses, entre 1979 e 1980, sendo a terceira mulher na Europa e a primeira em Portugal a ocupar um cargo semelhante. Tratava-se, porém, de um governo de gestão por indigitação do então Presidente da República, general Ramalho Eanes. Ao longo da sua vida, Maria de Lourdes Pintasilgo esteve envolvida numa série de organismos, comités e movimentos preocupados com a condição das mulheres.

construída como diferente da linguagem dos homens. Embora o objetivo da autora não seja fazer uma caracterização desta linguagem, nas entrelinhas podemos identificar alguns supostos traços disso mesmo, de uma linguagem feminina, que irei descrever nos próximos parágrafos.

Segundo Pintasilgo, a mulher fala a partir de um lugar específico na sociedade que é diferente do lugar do homem. Este “falar de outra maneira, dizer outra coisa..., a partir de outro lugar vivencial, inscrevendo-se noutra registo” (1981: 40) tem o potencial de enriquecer a experiência humana, criando “uma cultura moldada por homens e mulheres e assim, mais profundamente humana” (*idem*). Encontramos aqui um conceito de complementaridade que se baseia na diferença: só se pode complementar aquilo que é diferente.

De acordo com as observações da autora, a fala das mulheres é diferente da dos homens porque “a palavra das mulheres diz-se no singular” (1981: 44). O discurso das mulheres é constituído por inúmeros relatos de experiência pessoal que, apesar da sua multiplicidade, têm um eco universal, ou seja, mulheres de qualquer condição reconhecem-se nos relatos umas das outras.

Pintasilgo não nega a associação tradicional das mulheres a características linguísticas como o mutismo, a tagarelice e o grito histérico, mas critica que o discurso das mulheres seja interpretado exclusivamente nestas linhas e numa interpretação linear destas supostas realidades linguísticas. O mutismo é, assim, reinterpretado como um lugar de recusa, a tagarelice como lugar de refúgio e o grito histérico como grito de revolta (1981: 47f). Esta reinterpretação positiva de características supostamente femininas de utilização da linguagem enquadra-se no pensamento feminista dominante da altura, nas teorias da diferença. Apesar disso, o facto de a autora ignorar que a ligação das mulheres como grupo social a determinadas características discursivas constitui, por si só, um exercício ideológico, que serve à manutenção das ordens tradicionais de género, é criticável a partir de uma perspetiva teórica mais recente.

Outro aspeto crítico na reflexão de Pintasilgo, que considero importante referir, é que a diferença que ela constrói entre linguagem feminina e masculina retira credibilidade à primeira. No discurso feminino, segundo Pintasilgo, “o importante não é o sentido literal das palavras: é o modo como a comunicação se estabelece” (1981: 54). Esta construção atira as mulheres, mais uma vez, para o lugar do qual supostamente se estariam a libertar: o confinamento ao campo das emoções, das relações interpessoais. Sendo incapazes de falar de forma assertiva e direta, ou de dar primazia à função

ideacional da linguagem, elas continuam excluídas de determinadas áreas de ação na sociedade em que estas competências são consideradas indispensáveis. A partir de um ponto de vista mais atual, teríamos de ser mais cautelosos, acrescentando que um texto que favorece a metafunção interpessoal acima da ideacional está ao serviço de determinados objetivos comunicacionais e pode ser enunciado seja por homens, seja por mulheres.

Igualmente presa num paradigma que teoriza a relação de linguagem e género, partindo da diferença entre homens e mulheres, por volta da mesma altura, Isabel Hub Faria (1986) descreve como, ao nível semântico, homens e mulheres organizam os seus discursos de forma significativamente diferenciada. A sua análise leva a autora a resumir que existem “duas gramáticas distintas para a diferença entre os sexos” e que homens e mulheres, enquanto agentes discursivos, utilizam “significantes aparentemente comuns para significados invisivelmente diferentes” (Faria 1986: 555). A consequência que ela extrai desta conclusão está alinhada com as teorias da diferença cultural entre os sexos, segundo as quais a diferença leva a obstáculos na comunicação intersexual ou até a torna totalmente impossível (cf. Tannen 1990): “E se falamos parecido, mas pensamos diferente, então talvez seja cada vez mais falacioso acreditar que é a falar que se resolvem as coisas” (Faria 1986: 555).

Mais recentemente, trabalhos académicos que adotam uma abordagem discursiva para investigar as relações de género continuam a ser raros em Portugal. Arriscando demonstrar a minha ignorância de outros estudos que possam existir na área, e aos quais não tive acesso, de seguida irei mencionar os exemplos que me parecem mais evidentes e importantes.

Um trabalho de Carlos Gouveia (2005) incide sobre as representações de pessoas homossexuais nos média portugueses. Seguindo uma abordagem teórico-metodológica que combina ACD e Linguística sistémico-funcional (LSF), Gouveia encontrou diferenças na representação de homens e mulheres homossexuais: mulheres lésbicas não são representadas como agentes de poder, ao mesmo tempo que os artigos analisados pelo autor parecem querer despertar o medo dos leitores relativamente à existência de *lobbies* de homens homossexuais.

Carmina Silvestre tem-se debruçado sobre relações de género no contexto do trabalho (2004a, 2004b, 2006) usando ACD e LSF como quadro teórico-metodológico. A sua análise de formas de tratamento no mundo empresarial, por exemplo, revelou diferenças de género no sentido de as mulheres escolherem formas de tratamento mais

formais e marcadores de distância. Esta tendência é particularmente evidente quando as mulheres estão em posições de superioridade, o que a autora explica com a necessidade contínua que elas sentem de se afirmarem nestas posições, enquanto o *status* superior dos homens constitui um dado adquirido, o que permite aos homens usarem mais formas de solidariedade sem risco de perderem a sua posição de superioridade (Silvestre 2004a).

Silvana Mota Ribeiro e Zara Pinto Coelho adotam uma perspetiva discursiva em senso lato, analisando, por exemplo, imagens publicitárias e a reação (discursiva) de leitoras de revistas femininas a estas imagens. As autoras concluem que, apesar das mulheres demonstrarem consciência e espírito crítico em relação às imagens da publicidade, não reconhecem que estas imagens possam ter algum efeito sobre a vida das mulheres reais (Ribeiro & Coelho 2006). No mesmo artigo, as autoras descrevem que as mulheres por elas entrevistadas “associam as feministas ao radicalismo, à recusa do masculino, ou mostram um grande desconhecimento e afastamento dos ideais feministas” (*ibidem*, p. 19). Num artigo mais recente sobre a estrutura genderificada de produção e discurso jornalísticos em Portugal, Ribeiro e Coelho (2009) encontraram uma discrepância entre representação visual e discursiva de mulheres em jornais Portugueses: enquanto nos textos as mulheres aparecem como agentes ativos e dinâmicos, nas imagens prevalecem representações de passividade e isolamento feminino.

Para concluir quero ainda referir brevemente duas investigadoras cujo trabalho relaciona questões discursivas com teorias de género: Inês Conde e Clara Keating. No seu projeto de doutoramento, ainda por concluir, Inês Conde propõe uma análise multimodal das representações de género em revistas femininas para adolescentes, a partir da perspetiva da Análise Crítica do Discurso. Clara Keating abordou questões de género na sua tese de doutoramento e trabalhos posteriores (2001a; 2001b), analisando o discurso de mulheres portuguesas, em contexto migratório, sobre questões de literacia.

Até à presente data, não é do meu conhecimento nenhum trabalho mais generalista na área de género e discurso em Portugal, que tenha como objetivo analisar as identidades de mulheres portuguesas a partir do seu próprio discurso, sem que estas mulheres fizessem parte do contexto académico. Também desconheço qualquer trabalho que foque representações discursivas de maternidade no contexto português. O presente trabalho pretende preencher estas lacunas.

Síntese

Podemos concluir que, o caso português, no que diz respeito ao lugar da mulher na sociedade, apresenta algumas particularidades em comparação com outros países europeus. Apesar de o trabalho fora de casa, para muitas mulheres portuguesas, ter começado a ser uma realidade ainda nos tempos da ditadura, não devemos esquecer que a ideologia oficial vigente até 1974 via a mulher como cuidadora da casa e dos filhos e que a mudança ideológica foi motivada sobretudo pela vontade de um círculo restrito de mulheres mais ou menos privilegiadas e não por uma maioria. Identifiquei alguns aspetos que ainda hoje em dia atribuem à mulher um lugar mais frágil nas relações de trabalho. No que diz respeito à maternidade, os dados estatísticos apresentados enquadram Portugal nas tendências europeias, não só de diminuição do número de filhos como também de adiamento da maternidade, sendo possível também identificar alguns aspetos marcantes como a natalidade extremamente baixa e a tendência para filhos únicos.

Na segunda parte do capítulo caracterizei o feminismo português como um movimento de uma elite, inicialmente, e praticamente marginalizado, na atualidade.

Na terceira parte do capítulo procurei demonstrar que os Estudos de Género têm vindo a ganhar aceitação também no mundo académico Português e destaquei o trabalho de alguns investigadores nesta área, sem pretensão de a listagem ser exaustiva.

Capítulo 5 – Entrevistas na teoria e na prática

Neste capítulo, apresentarei reflexões teóricas e práticas sobre o instrumento metodológico por meio do qual foi constituído o *corpus* que serve de base ao trabalho de análise desta tese: as entrevistas. Após uma breve nota introdutória, irei delinear as características mais marcantes do género entrevista, assim como as vantagens e desvantagens da escolha deste tipo de dados em comparação com outras opções como inquéritos ou gravações espontâneas. No terceiro subcapítulo irei refletir sobre a interação que se estabelece no âmbito de uma entrevista: sobre o facto de uma entrevista ser co-construída entre os seus participantes, sobre as micro-identidades que estão ligadas à situação da entrevista e sobre as relações de poder que nela podem surgir. Na quarta parte deste capítulo apresento considerações éticas ligadas à gravação de dados e transcrevo o guião que serviu de orientação para a condução das entrevistas. A seguir identifico aspetos relevantes do processo de transcrição dos dados, ou seja da transformação de dados orais em texto escrito. Por fim apresento uma descrição do *corpus* especificamente constituído para este trabalho.

5.1. Introdução

O trabalho de análise desta tese baseia-se num *corpus* de quarenta entrevistas que foram gravadas e transcritas propositadamente para este projeto. Entrevistei vinte mulheres portuguesas nascidas por volta do ano de 1974 e as suas mães, sendo que ambos os grupos, mães e filhas, apresentam uma estruturação interna no que diz respeito aos níveis educacionais dos seus membros. A escolha de entrevistas como instrumento metodológico foi informada por uma série de considerações acerca das vantagens e desvantagens do método e teve inevitavelmente um impacto importante sobre a análise e os resultados que dela surgiram. Nas seguintes páginas irei apresentar algumas reflexões teóricas que informaram esta escolha e considerar as principais formas como a situação de entrevista, enquanto contexto de produção, influencia os textos produzidos nesta situação. Só no final irei fazer uma descrição mais detalhada do *corpus* específico que está na base desta tese.

5.2. O que são entrevistas?

Tentativa de definição

De forma caricata, mas assertiva, Oakley (1986: 41) descreveu o paradoxo da natureza das entrevistas: “Interviewing is rather like marriage: everybody knows what it is, an awful lot of people do it, and yet behind each closed door there is a world of secrets”.

Há três aspetos a reter desta citação: primeiro, a pretensão generalizada de que sabemos o que são entrevistas; segundo, o grande número de estudos que as utilizam como fonte de algum tipo de informação; terceiro – e, de alguma forma, em oposição aos aspetos anteriores – o facto de entrevistas serem, na realidade, algo muito complexo. Os três aspetos serão discutidos ao longo deste capítulo. Sem ainda dar conta da sua complexidade, proponho a seguinte definição do género entrevista, da minha própria autoria, embora motivada por leituras várias (Souza, Santos & Dias 2013; Edley & Litosseliti 2010; Morgan 1988):

Uma entrevista é uma interação oral intencional, individual ou de grupo, em que um (grupo de) participante(s), o(s) entrevistador(es), pretende obter informações de um outro, o(s) entrevistado(s), sobre um determinado tema. A entrevista está inserida num contexto situacional e social específico.

Esta definição contempla algumas das características mais importantes do género, nomeadamente que ele surge de uma situação comunicacional criada de forma propositada para um determinado fim. O entrevistador/investigador (que podem, mas não têm necessariamente de ser a mesma pessoa) tem a iniciativa de fazer a entrevista acontecer, com a intenção de obter informações do sujeito entrevistado. Ao aceitar participar numa entrevista, o entrevistado disponibiliza-se para dar informações sobre o tema proposto, o que não significa que serão exatamente as informações que o entrevistador pretende obter.

Existem diferentes tipos de entrevista. O tipo escolhido para o presente trabalho é o da entrevista semiestruturada. Este tipo é caracterizado pela existência de um guião de perguntas, previamente elaborado, que orienta a ação do entrevistador, ao contrário, por exemplo, da entrevista livre que se desenvolve geralmente sem guião. No entanto, ao contrário da entrevista estruturada, o guião não tem de ser seguido rigorosamente. Assim sendo, a ordem das perguntas pode variar de acordo com o fluir da conversa. Algumas perguntas podem até nunca vir a ser colocadas, porque se considera que já

foram respondidas no âmbito de outra pergunta. Outras, ainda, podem ser aprofundadas com a ajuda de perguntas de recurso, porque se considera necessário obter mais informação, etc. O entrevistador tem uma certa liberdade na condução da entrevista, assim como o entrevistado tem alguma liberdade na construção das suas respostas⁶¹.

Cada vez mais entrevistas...

Edley & Litosseliti (2010) observam que cada vez mais investigadores de todo o tipo de áreas científicas utilizam entrevistas e grupos focais para obter dados para as suas análises. Apesar do seu grande potencial, cada investigador terá de decidir se as entrevistas lhe permitem encontrar as respostas às suas perguntas de pesquisa, tendo em conta os objetivos da sua investigação em concreto. Há especificidades que têm de ser tidas em conta, algumas das quais irei discutir nas páginas seguintes.

Podemos começar por aquilo que a entrevista não é. A entrevista não é uma forma neutra de obtenção de informação, nem serão neutros os dados obtidos. Pelo contrário, pode-se dizer que a entrevista produz dados sempre ‘contaminados’, no sentido de estes serem influenciados por uma grande quantidade de variáveis.

Não podemos esperar que, nas entrevistas, se revele algum tipo de verdade, nem que os sujeitos entrevistados digam aquilo que ‘realmente’ pensam ou que reportem aquilo que ‘realmente’ fazem (cf. Holmes 2006, Edley & Litosseliti 2010). Como Cameron (2001) refere, quando as pessoas respondem às perguntas do entrevistador, constroem uma representação delas próprias que corresponde ou àquilo que elas acham que o entrevistador quer ouvir, ou àquilo em que elas querem que o entrevistador acredite. Podemos acrescentar que, tendencialmente, os entrevistados tentarão construir uma imagem positiva deles próprios, ou a partir do seu próprio ponto de vista ou a partir do suposto ponto de vista do entrevistador. A análise de dados de entrevista poderá – na melhor das hipóteses – revelar o que as pessoas acharam pertinente e, de alguma forma, vantajoso dizer na situação de entrevista face às perguntas colocadas. O discurso dos entrevistados é sempre já o resultado de um processo de interpretação das intenções do entrevistador e de toda a situação envolvente, incluindo o local, a hora, a organização do espaço, etc.

⁶¹ Para uma caracterização dos diferentes tipos de entrevista e das suas especificidades, veja-se, por exemplo, o capítulo “Interviewing in qualitative research” em Bryman (2016) ou Richards (2003).

Um aspeto frequentemente apontado de forma crítica é o carácter artificial das entrevistas. Autores críticos como Potter (2002, 1996) propõem que se dê preferência a dados que passem o ‘teste do cientista social morto’, ou seja, dados que existam independentemente da presença ou ausência do investigador.

Como qualquer outro tipo de dados, o produto final da entrevista está numa relação de dependência com o seu contexto, do qual o entrevistador/investigador é parte constituinte. Em relação a dados de ocorrência espontânea, aos quais os críticos das entrevistas dão preferência, temos de ter em conta que o discurso produzido não é só influenciado pela variável contextual entrevistador/investigador, mas sim, inteiramente, um produto da ação de ambos (Cameron 2001). Para além de determinarem a existência dos dados, também impõem a sua agenda sobre eles. É o entrevistador/investigador que decide o tema sobre o qual o entrevistado é suposto falar, obrigando-o assim a produzir um discurso sobre ele, quando este assunto talvez não tenha nenhuma relevância na vida do sujeito. Esta predominância de uma variável contextual não pode ser ignorada no trabalho de análise, mas também não invalida os dados.

Neste sentido, em vez de falarmos em ‘conduzir’ entrevistas para recolher dados, deveríamos entender as entrevistas como momentos de criação de dados e de conhecimento (Edley & Litosseliti 2010). Esta perspetiva cruza-se com o conceito de linguagem como prática social, delineado, por exemplo, no Capítulo 3 deste trabalho. Sendo as entrevistas constituídas essencialmente por linguagem, durante as mesmas os participantes não reproduzem nenhuma realidade pré-discursiva, mas constroem ativamente uma representação desta realidade (se ela existe) – tida como adequada para esta situação específica (Holstein & Gubrium 1995).

Se o nosso objetivo não é constituir uma amostra de dados generalizável - e se tivermos em conta a natureza constitutiva da situação de entrevista -, todas as características potencialmente problemáticas se transformam em simples características, não mais ou menos problemáticas do que as características de outros tipos de dados. Tendo em conta que não é possível obter dados neutros, não contaminados, autênticos, etc., o desafio do analista é gerir as características que encontra.

Há outros aspetos que dão uma clara vantagem aos dados construídos em situações de entrevista, em comparação com dados gravados espontaneamente, e que, com certeza, explicam o seu sucesso como método de constituição de dados. Algumas destas vantagens serão discutidas a seguir.

O papel interventivo do entrevistador/investigador discutido acima traz uma vantagem importante: permite ao mesmo um elevado controlo sobre os seus dados finais. O controlo estende-se sobre todo o processo de preparação da entrevista, inclusive o de definição dos critérios para a seleção dos sujeitos entrevistados. Estes podem ser selecionados de acordo com as suas características e o entrevistador/investigador tem acesso a todas as variáveis que achar relevantes: idade, nível educacional, nacionalidade... é só perguntar. Durante a entrevista, o entrevistador/investigador controla o decorrer da mesma: assim, ele consegue criar dados sobre o tema que lhe interessa estudar, levando os seus interlocutores a produzir reflexões sobre esse mesmo tema por meio das perguntas que coloca. A entrevista permite, também, a criação de situações semelhantes para todos os momentos de gravação. Isto torna-as potencialmente mais comparáveis.

Ao contrário dos inquéritos, por exemplo, as entrevistas têm ainda o potencial de darem conta da complexidade do processo de interpretação das perguntas e da construção das respostas, a que Alexandre (2012: 65) chama a “coreografia das ideias”. Nas palavras de Cameron (2001: 14), mais do que outros instrumentos metodológicos, as entrevistas são capazes de representar o carácter confuso e, muitas vezes, desordenado da vida real. Trabalhando com transcrições de entrevistas torna-se evidente que nem as perguntas mais ‘simples’ têm uma resposta igualmente simples. Os processos de construção de significados são complexos, resultam frequentemente em contradições, em recuos e avanços, em linhas de argumentação abandonadas, em seguimentos de ideias que levam a um ponto final ou a lado nenhum. As entrevistas revelam parte deste processo (Cameron 2001; Edley 2001).

Apesar de tudo o que foi dito nos parágrafos precedentes, as entrevistas também não são o método perfeito de recolha de dados. Antes de optar por basear uma investigação num *corpus* de entrevistas é preciso considerar as desvantagens deste tipo de metodologia, algumas das quais apresento a seguir.

Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que o processo de constituir o *corpus* pode ser bastante demorado, passando pela seleção dos sujeitos entrevistados e pela condução das entrevistas, pela sua gravação e transcrição (cf. subcapítulos 5.4. e 5.5.). Em segundo lugar, a homogeneidade dos dados e a sua comparabilidade, mencionada como uma vantagem anteriormente, são sempre relativas e nunca totais. Uma vez que seria impossível controlar todas as variáveis que, potencialmente e de facto, influenciam os dados que surgem da entrevista - e uma vez que, para além das características que os

sujeitos entrevistados têm em comum, cada um deles terá o seu percurso de vida individual que irá, inevitavelmente, influenciar o seu modo de estar na entrevista -, os dados serão, em última análise, heterogêneos. Em terceiro e último lugar, quero destacar que, apesar do género entrevista ser familiar a todas as pessoas, dada a sua omnipresença em todo o tipo de média (Edley & Litosseliti 2010) e não só (Briggs 1986), no caso deste projeto de investigação, a maior parte das entrevistadas, muito provavelmente, nunca tinha sido submetida a uma entrevista antes.

A falta de familiaridade com a entrevista pode provocar angústias, uma vez que a situação pode ser entendida como uma espécie de teste em que está em causa uma *performance* adequada. Para além disso, responder às perguntas obriga os entrevistados a uma certa reflexividade, a um olhar distanciado sobre as suas vidas (Lalanda 2000) e a expressar as suas ideias de forma minimamente coerente e quase monológica. Esta terá sido uma situação desconhecida e, certamente em alguns casos, desconfortável para alguns sujeitos. No mesmo sentido vai uma consideração de Angouri (2011), que leva a pensar que haverá falantes que podem não ter as capacidades metalinguísticas de expressar a sua visão das coisas e/ou as suas intenções. Assim sendo, mesmo sentindo-se à vontade na entrevista, o entrevistado pode sair dela frustrado e com a sensação de não ter sido capaz de expressar aquilo que queria.

Em jeito de conclusão, pode dizer-se que a decisão de utilizar entrevistas para recolher os dados necessários para um projeto deverá sempre ser o resultado da apreciação das vantagens e desvantagens, das potencialidades e das limitações do método.

5.3. Interação e relação entrevistador–entrevistado

Dados co-construídos

A entrevista é um momento de interação entre dois ou mais intervenientes que inevitavelmente influenciam, cada um por si e na relação que se estabelece entre eles, o resultado final: o texto da entrevista. Esta influência, em LSF, é teorizada na variável ‘relações’ do nível contextual do registo (cf. Capítulo 3). O conhecimento que surge da entrevista é co-construído pelos dois (ou mais) participantes (Eggins & Slade 1997). Desta forma, o entrevistador torna-se mais um participante ativo, cujas intervenções – por mais pequenas que sejam – influenciam inevitavelmente o resultado final.

Para minimizar os efeitos da situação encenada da entrevista, as minhas intervenções, enquanto entrevistadora, ao longo das respostas, tiveram como objetivo aproximar a situação de um género mais familiar, a conversa espontânea, de quotidiano, recorrendo a estratégias de polidez positiva, mostrando concordância. Nos poucos casos em que foi impossível concordar com as afirmações das entrevistadas, mas em que uma resposta mínima era inevitável, também me escaparam manifestações de ceticismo.

No âmbito deste trabalho, o aspeto interacional será negligenciado em grande medida, uma vez que, para efeitos de análise, os discursos das entrevistadas serão entendidos quase como monólogos. Tenho, naturalmente, consciência de que não o são e de que todas as minhas intervenções, enquanto entrevistadora, assim como a forma de colocar as perguntas, de dar respostas mínimas, a minha postura, as minhas reações e expressões de opinião, terão influenciado as entrevistadas e, com isso, o resultado final na forma dos dados obtidos.

Identities de entrevistador e entrevistado

Tendo em conta o que foi dito sobre as identidades no capítulo 1, é claro que, em entrevistas, são construídas identidades de diferentes tipos e existe uma relação dialética entre estas identidades e a entrevista como evento social e discursivo, em que as duas são mutuamente constitutivas (Lee & Roth 2004). De acordo com a teorização esboçada por Bucholtz & Hall (2010), os participantes não só constroem macro-identidades relacionadas com categorias sociais (como o género, a nacionalidade, a idade, etc., algumas das quais serão analisadas nos capítulos 7 e 8), mas também constroem simultaneamente micro-identidades como formas de posicionamento em relação à ação a decorrer em concreto⁶². Nestas micro-identidades podemos incluir as de ‘entrevistadora’ e ‘entrevistada’. A relevância destas identidades não ultrapassa a duração da situação de entrevista e a forma como são construídas pode variar ao longo da interação. Para a entrevistadora podemos imaginar identidades que se situam num contínuo entre um privilegiar da informação e um privilegiar da interação. Ou seja, por um lado, alguém que simplesmente quer registar as palavras das suas interlocutoras, que está preocupado sobretudo com a qualidade do produto final e não tanto com a situação

⁶² Bucholtz & Hall (2010) identificaram ainda um nível intermédio de identidades. Infelizmente não me foi possível aprofundar esta teorização, que parece muito interessante, devido à falta de concretização no artigo em questão e ao facto de não voltar a aparecer noutras publicações às quais tive acesso.

da sua produção e, por outro lado, alguém que está sobretudo interessado nas histórias de vida e nas opiniões das entrevistadas/interlocutoras, valorizando a situação da entrevista e perdendo de vista o produto final. Entre estes dois polos identitários localiza-se uma grande quantidade de possibilidades intermédias de posicionamento. Nas entrevistas conduzidas para este projeto foi meu objetivo valorizar, de forma igual, a situação e o produto final, criando uma situação agradável para os intervenientes, mas sem perder de vista o objetivo da gravação dos dados. Por vezes, estes dois objetivos pareciam mutuamente exclusivos e o equilíbrio desejado nem sempre foi conseguido.

A constituição mútua e dialética entre assumir e atribuir identidades, discutida no Capítulo 1, torna-se evidente se considerarmos que, ao assumir uma determinada identidade, a entrevistadora atribui simultaneamente uma identidade à sua entrevistada. Voltando ao contínuo traçado acima, estas identidades podem variar entre um papel largamente desvalorizado e uma valorização acentuada. Estas atribuições podem ser aceites ou contestadas pelas entrevistadas.

As entrevistadas também dispõem de uma série de auto-identidades que o género entrevista lhes propõe e que têm a possibilidade de assumir ou não. Em teoria, é possível imaginar outro contínuo constituído por um polo em que as entrevistadas assumem uma postura em conformidade com as posições pré-definidas pela situação da entrevista, i. e., a entrevistada aguarda pelas respostas, responde às perguntas, para e aguarda a próxima pergunta, assegurando-se, eventualmente, de vez em quando, se está a corresponder àquilo que a entrevistadora pretende (aconteceu isso, por exemplo, com três das entrevistadas deste estudo - F01, F07, FL05), e outro polo em que a entrevistada assume o controlo da situação, não se deixando interromper, desviando o discurso para temas que mais lhe interessam, etc. (tal aconteceu com, por exemplo, duas das minhas entrevistadas - ML03 ou ML15). Em entrevistas mais próximas do segundo polo, é a entrevistadora que se torna um instrumento para os fins da entrevistada. A primeira disponibiliza a plataforma para a entrevistada poder expor as suas ideias.

Entrevistas e poder

Como uma forma de interação social, as entrevistas são influenciadas por relações de poder. Estas relações, apesar de poderem ter uma componente pré-discursiva, são predominantemente construídas na própria situação de entrevista. Na

Análise Crítica do Discurso, questões de poder e a sua distribuição desigual por diferentes tipos de atores sociais são um elemento de análise central, como ficou evidente no Capítulo 3. À partida, quando pensamos em relações de poder numa situação de entrevista, a distribuição de posições parece clara: o entrevistador é quem detém o poder da situação, pelo facto de ser ele a colocar as perguntas. É ele quem decide sobre que assuntos o entrevistado é suposto falar; decide quando o entrevistado fala, ou seja, depois de ele próprio ter colocado a pergunta; decide sobre o tempo que é concedido ao entrevistado para responder à pergunta, quando este excede o tempo, o entrevistador pode interrompê-lo; tem o direito de redirecionar uma resposta que se parece desviar daquilo que ele espera obter em termos de informação; e, uma vez obtidas as informações desejadas, é o entrevistador que finaliza a entrevista. Todos estes direitos são – à partida – negados ao entrevistado. Este, ao aceitar participar numa entrevista, em princípio, aceita as regras inerentes. Mas seria errado pressupor que o entrevistado não tem poder nenhum na entrevista. Nem todas as entrevistadas se sujeitam de forma igual a estas regras. Há, de facto, quem as transgrida, exercendo o seu poder de resistência, impondo a sua própria agenda sobre a situação da entrevista. Há mulheres que interrompem as perguntas, há mulheres que dirigem elas próprias perguntas à entrevistadora, há mulheres que questionam as categorias propostas nas perguntas e há, sobretudo, mulheres que não se deixaram interromper. Cada uma destas ações representa uma rutura com as regras, invertendo, em certa medida, a hierarquia de poder que estava pré-estabelecida.

As relações de poder também podem ser invertidas quando há um maior conhecimento de um lado do que do outro sobre o tema em questão (Alexandre 2012). No presente caso, apesar de ambas as intervenientes estarem em pé de igualdade no que diz respeito à experiência de ser mulher, nas especificidades desta experiência, as entrevistadas, em muitos casos, eram mais especialistas do que a entrevistadora: a experiência da entrevistadora de ser mulher em Portugal foi sempre mais reduzida do que a das mulheres entrevistadas, a entrevistadora era mais nova do que as entrevistadas e a maternidade era uma experiência que a entrevistadora, na altura, ainda não tinha, ao contrário de muitas mulheres entrevistadas.

Outro aspeto que merece ser referido brevemente é o facto de este projeto dar a palavra a indivíduos que, normalmente, não teriam oportunidade de expor as suas ideias e a sua visão do mundo. Por si só, isto pode ser considerado um exercício de valorizar estes indivíduos e de conferir validade à sua visão do mundo. O facto de as mulheres terem sido seleccionadas para as suas experiências serem ouvidas, de se considerar a sua opinião, das palavras delas serem objetos de análise científica, terá certamente criado alguma sensação de importância em mulheres que, tradicionalmente, terão um lugar pouco público e que talvez consideram as suas próprias ideias como irrelevantes, ou porque têm poucos estudos ou pouca experiência com o “mundo”.

5.4. Gravação

Considerações sobre questões éticas – Consentimento

Recolher dados em entrevistas é também um método apazível pelo facto de evitar uma série de potenciais conflitos éticos que a gravação de fala espontânea muitas vezes coloca. O aspeto mais importante é que os sujeitos têm consciência da gravação e do facto de o discurso deles ser utilizado posteriormente para fins de análise. A consciência, da parte das entrevistadas, de que o discurso delas seria submetido a algum tipo de análise, coloca outra questão: quanto é que o entrevistador/investigador deve/pode revelar acerca dos seus objetivos? No caso desta investigação específica, todas as entrevistadas receberam, mais ou menos, a mesma informação genérica acerca do propósito da entrevista: que se tratava de um projeto de investigação que visava estudar a situação das mulheres em Portugal. Esta informação é correta, ao mesmo tempo que é incompleta. Apesar disso, decidi ficar pela explicação genérica para reduzir o possível impacto que uma explicação mais pormenorizada dos objetivos do estudo poderia ter tido. Em primeiro lugar, considerei que dizer que estava interessada em estudar a forma como as mulheres construíam as suas identidades, através da maneira como falam, teria sido no mínimo confuso para a esmagadora maioria das mulheres, colocando-me a mim, como entrevistadora, numa posição superior, detentora de

⁶³ Utilizo esporadicamente o termo inglês “empowerment” devido à falta de uma tradução adequada e largamente aceite para português.

conhecimentos inacessíveis às minhas interlocutoras. Considerei esta possibilidade contraproducente. Em segundo lugar, pensei que, revelando que estava interessada na forma como elas falavam, teria direcionado o foco das mulheres precisamente para a forma de falar, na tentativa de falar ‘corretamente’, usando eventualmente uma linguagem que não lhes era familiar. De certa forma, isso já terá acontecido pelo facto de as mulheres terem sido informadas de que estavam a ser entrevistadas no âmbito de um projeto de doutoramento, ligado a uma universidade, etc., mas considerei que o foco no conteúdo teria, até um certo ponto, suavizado este impacto institucional.

Todas as entrevistadas foram informadas sobre o tratamento posterior dos dados. As entrevistas seriam gravadas (o gravador estava visível durante todo o tempo de entrevista e o momento em que era ligado foi claramente anunciado), transcritas e analisadas. Uma entrevistada retirou o seu consentimento depois da entrevista, com a justificação de que não lhe agradaria o facto da transcrição da sua entrevista estar anexada ao texto da tese, teoricamente acessível a toda a gente, tornando de certa forma públicas informações consideradas (excessivamente) privadas. Esta entrevista – e a da respetiva mãe – foram naturalmente retiradas do *corpus*.

Considerações sobre questões éticas: Anonimato

Foi garantido anonimato a todas as entrevistadas. Para este efeito, retirei dos textos da transcrição todos os elementos que pudessem servir para identificar as mulheres, nomeadamente nomes próprios e nomes de instituições específicas às quais se encontram ou encontraram ligadas. Os nomes das mulheres foram substituídos por uma combinação de letras e números (ex. F10, ML15, etc.) que oculta a identidade da mulher, deixando contudo visível uma série de dados potencialmente interessantes. As combinações de letras e números são constituídos da seguinte forma: A letra F ou M indica a pertença da mulher em questão ao grupo geracional das filhas (F) ou das mães (M). Dentro do grupo das filhas, o acréscimo da letra L identifica as que possuem um nível educacional elevado, ou seja, as filhas licenciadas são identificadas pela combinação de letras FL, as não licenciadas somente pela letra F. Para tornar visível o grau de parentesco entre as mulheres, as mães de filhas licenciadas são identificadas pela combinação ML, sendo que o L neste caso não identifica o grau de escolaridade da mãe, mas sim, da filha. As mães de filhas não licenciadas são identificadas pela letra M,

independentemente do seu grau de escolaridade. Os números, para além de indicarem a sequência da gravação dentro dos grupos F+M e FL+ML, também têm a função de identificar pares de mães e filhas. Assim sendo, FL01 é filha de ML01, F01 é filha de M01 etc.

A decisão de utilizar as combinações de letras e números, em vez de pseudónimos, é motivada pela tentativa de desviar a atenção do leitor – e em última análise a da própria investigadora – do indivíduo específico, tentando integrar este indivíduo num grupo de indivíduos que partilham uma série de características. No meu caso como investigadora, esta tentativa só em parte teve sucesso, porque, apesar de trabalhar com as siglas despersonalizadas durante alguns anos, continuei a associá-las às mulheres escondidas ‘por detrás’ delas e às situações em que as entrevistei.

O meu papel de entrevistadora, que me envolveu diretamente na constituição do *corpus*, terá certamente influenciado as interpretações e as conclusões tiradas dele através da análise. Desta forma, pode-se dizer que o anonimato foi somente garantido na apresentação dos dados e dos resultados da análise, isto é, em relação aos leitores desta tese. Não foi possível estabelecer o anonimato durante o próprio processo de análise.

O guião

Tratando-se de entrevistas semiestruturadas, foi construído um guião de perguntas que serviu de orientação durante a entrevista. Este guião determinou a variável campo do nível contextual do registo (cf. Capítulo 3), ao definir sobre *o quê* as mulheres iriam falar, o que teve, obviamente influência sobre o texto das entrevistas. Através das perguntas, procurei tornar a categoria ‘género’ relevante para o tempo das entrevistas. As perguntas tentam cobrir o que considere os campos mais importantes da experiência de ‘ser mulher’: as mudanças na vida das mulheres, igualdade/diferença de género, vida familiar, maternidade e o corpo feminino. Para algumas das perguntas foram formuladas perguntas de recurso, que acabaram por ter uma presença permanente em todas as entrevistas. Segue a transcrição do guião das entrevistas:

P1- O mundo mudou bastante nos últimos 30 anos. Acha que a vida das mulheres mudou também?

P1.1. Acha que a vida da sua mãe/filha, enquanto mulher, foi diferente da sua?

P1.2. Ser mulher hoje é mais fácil ou mais difícil do que há 30 anos?

P2- Na sua opinião, existe igualdade entre homens e mulheres, hoje em dia? (na sociedade, no trabalho, na vida familiar)

P3- Fala-se nas “meninas do papá”, mas também se diz que existe uma ligação de grande proximidade entre mãe e filha. Qual é a sua experiência? Acha que existe uma relação/ligação especial ou mais forte entre mãe e filha que não existe entre mãe e filho? Ou pelo contrário, as filhas estão mais ligadas ao pai?

P4- Acha que a vida de uma mulher muda com a maternidade? Em que aspetos?

P4.1. A experiência de ser mãe é equivalente à de ser pai?

P4.2. Como vê as mulheres que decidem não ser mães?

P5- Há muitas mulheres que vão ao SPA, gostam de cuidar do seu corpo ou da sua aparência em geral. Acha que o corpo físico feminino tem alguma influência sobre a vida da mulher? (causa chatices, limitações, ou abre possibilidades, bem estar, orgulho?)

P6- O que significa para si ser mulher no ano 2011/12/13?

Destas seis perguntas, só três foram consideradas para este trabalho. As respostas à P3 foram analisadas num artigo que está em processo de avaliação para publicação; um trabalho sobre as respostas à P5 será publicado numa edição da Palgrave Macmillan, a partir do congresso ‘Talking Bodies 2013’. A P6 saiu completamente, não tendo as suas respostas sido consideradas para este estudo ou para qualquer outro até ao momento.

As perguntas cujas respostas foram, efetivamente, consideradas para a análise nos capítulos 7 e 8, vão ser discutidas no âmbito dos respetivos capítulos.

5.5. Transcrição

Linguagem oral e linguagem escrita

Ao analisar entrevistas estamos a lidar com dados da oralidade que se distinguem claramente de dados da escrita, como resume Kress (2010: 82):

(...) there are significant differences between speech and writing, at times maybe more significant than the similarities. This makes it surprising that speech and writing are subsumed under the one label, ‘language’. From a social-semiotic perspective, the use of the one label obscures their distinctiveness as modes with related yet importantly distinct affordances.

Kress realça a distância que – às vezes – separa ‘fala’ de ‘escrita’. Mas é preciso ter em conta que nem todos os textos escritos são muito distintos de todos os textos da oralidade; aliás, um grande número de textos reúne traços de um e de outro modo.

Pensemos, por exemplo, em discursos públicos que, com frequência, têm um suporte escrito, mas são, efetivamente, enunciados oralmente⁶⁴, ou nos textos produzidos nos *chatrooms* das redes sociais, nos quais é utilizada uma linguagem que apresenta muitos traços de oralidade, mas que, de facto, é escrita. Dada esta mistura de características, Halliday (1987) propõe considerar ‘falado’ e ‘escrito’ não como conceitos dicotómicos, mas antes como dois polos de um contínuo entre os quais existe um espaço grande de zonas intermédias. De seguida, pretendo apresentar algumas características que são mais prováveis de aparecer em textos da oralidade, isto é, em textos que se situam no polo da oralidade do contínuo proposto por Halliday, onde também se enquadram as entrevistas.

Para começar, Halliday (1987) refere algumas das características mais comumente associadas à linguagem oral: hesitações, falsos começos, anacolutos, isto é, abandonos da construção gramatical inicial para começar uma diferente, repetições e ‘erros’ de *performance*. Estas características – todas elas presentes em todas as entrevistas conduzidas para este projeto – devem-se, sobretudo, à falta de planeamento prévio da linguagem oral. Se registássemos o processo de construção de um texto escrito na sua plenitude, iríamos encontrar os mesmos elementos, só que estes foram eliminados do texto final (erros de ortografia e de gramática que são corrigidos e apagados) ou nem sequer aparecem registados em papel (hesitações na formulação, pausas na produção, etc.), enquanto no texto oral isto não é possível. O texto oral constitui um processo, enquanto o escrito apresenta o resultado final de um processo. Os erros de *performance* referidos acima remetem para a dicotomia de Chomsky (por exemplo 1994), que contrapõe a *competência linguística*, isto é, o conhecimento efetivo e profundo do falante da sua língua, à utilização desta mesma, isto é, à *performance*. Quando comparada com a *competência*, a *performance* apresentar-se-á geralmente imperfeita, repleta de variações e desvios. Esta perspetiva dá um lugar privilegiado à escrita, uma vez que esta apresenta menos ‘desvios’, fazendo simultaneamente da linguagem oral uma fraca imitação da linguagem escrita, ignorando as especificidades de ambas.

Em vez de conceber escrita e fala como manifestações mais ou menos ‘perfeitas’ de uma mesma competência linguística, autores como Halliday (1987), Kress (2010) e outros propõem que se vejam as duas como modos distintos, isto é, como duas fontes diferentes de construir significado (Kress 2010). Thornbury & Slade (2006) reúnem um

⁶⁴ O mesmo pode ser dito sobre as perguntas das entrevistas: estão escritas no papel do guião, mas são efetivamente enunciadas de forma oral.

grande número de características do modo ‘fala’, das quais só irei mencionar algumas que – a meu ver – são mais evidentes no género entrevista.

- (a) Em comparação com a escrita, a fala apresenta uma menor densidade lexical do que a escrita. Isto deve-se ao facto de perante o número muito parecido de itens lexicais nos dois modos, a textos da oralidade apresentam, normalmente, um maior número de palavras assim como um maior número de orações (Halliday 1987).
- (b) A estrutura frásica da fala é geralmente intrincada, as frases são compridas, combinando parataxe e hipotaxe.
- (c) A linguagem oral é frequentemente agramatical, devido “à pressão presente no (seu) planeamento juntamente com a natureza construtiva da conversação” (Thornsbury & Slade 2006: 201). Assim, a fala é caracterizada por muitos enunciados abandonados, interrompidos, retomados num momento posterior, etc.
- (d) Segundo Chafe (1982 *apud* Halliday 2005), a fala apresenta mais referências à primeira pessoa, mais processos mentais em que o falante é Experienciador, mais partículas enfatizantes, mais elementos que tornam mais vago aquilo que é dito e mais citações diretas – características que apontam para a linguagem oral como uma forma de interação.
- (e) Thornsbury & Slade (2006) referem que elementos modais são mais frequentemente encontrados em dados de conversação do que em outros géneros textuais, o que – segundo os autores – não surpreende, uma vez que a modalidade está muito fortemente ligada à expressão de significados interpessoais, que são um elemento central nas conversas e também nas entrevistas como formas de conversa.
- (f) A linguagem falada tem, na generalidade, um carácter inconsciente. Esta inconsciência refere-se não só ao próprio ato de falar e ao sistema que está por detrás deste ato, mas também àquilo que está a ser dito e à maneira como é dito. Halliday (1987) refere que a maior parte dos falantes negaria ter dito aquilo que uma transcrição da sua fala ‘revelaria’ e seria, certamente, incapaz de reproduzir de novo e com exatidão aquilo que acabou de dizer. Se considerarmos que através da linguagem se constrói realidade, esta inconsciência é, no mínimo, surpreendente. A maioria dos falantes não tem consciência do alcance da sua

ação discursiva. Não tem – e na oralidade menos ainda do que na escrita – noção das realidades que está a construir, nem do facto de estar a construir alguma. Vários autores veem na consciencialização do ‘poder’ do discurso um dos objetivos principais de abordagens críticas ao discurso (ex. Fairclough 1999).

A transcrição: a construção de um texto escrito a partir de dados da oralidade

Os dados orais têm uma característica que torna imprescindível construir uma representação escrita destes dados para qualquer fim analítico: a fala tem de ser processada enquanto acontece. O som das palavras desaparece assim que elas foram enunciadas e só uma transcrição lhes confere permanência. Palavras, estruturas gramaticais, entre outras, ficam e mantêm-se visíveis durante o tempo necessário. Esta permanência das palavras é essencial para executar qualquer tipo de operação analítica (Cameron 2001). Freitas (2010), numa tentativa de definir o termo transcrição, foca o mesmo aspeto, escrevendo que a transcrição é uma forma de nos lembrarmos daquilo que aconteceu oralmente:

Uma transcrição é uma anotação ou apontamento feito para recordar uma expressão humana, para auxiliar a memória futura desse acontecimento. (...) Na literatura linguística, o termo transcrição passou a denotar, explicitamente desde Bird e Liberman (2001), um tipo de anotação que se aplica a dados da oralidade.” (Freitas 2010: 17-18)

A transcrição não é, porém, um simples registo, mas sim um processo de transformação de uma coisa noutra coisa diferente e, como tal, é marcada por uma série de decisões da parte de quem a executa. Será, por isso, mais correto falar não numa transformação mas sim na construção de um texto novo que, embora baseando-se no texto oral, apresenta características distintas. Baker (2006) fala na transcrição como uma descontextualização, devido ao facto do produto final do processo ter contextos de produção e de receção totalmente distintos do texto oral ‘original’. No caso das entrevistas, pode-se dizer que a sua versão oral é construída, essencialmente, para os intervenientes desta mesma interação discursiva, mesmo tendo os intervenientes presente que o texto será analisado a seguir. O texto oral é construído no seu tempo e lugar específico e carrega os traços disso mesmo. O texto transcrito surge num outro tempo e noutro lugar, o produtor do texto passa a ser o transcritor/investigador, enquanto o recetor será, principalmente, o analista/investigador.

A transcrição é um processo complexo durante o qual é preciso ter em consideração uma série de aspetos. Um primeiro aspeto são os canais sensoriais

distintos que processam dados orais e escritos: os primeiros são processados essencialmente pelo sistema auditivo, os segundos pelo sistema visual (Kress 2010). A transcrição será, assim, uma tentativa de tornar um texto, que estava destinado para ser ouvido, num texto que é possível ser lido. O transcritor terá de incluir todos os elementos linguísticos e para-linguísticos considerados relevantes (hesitações, falsos começos, autocorrekções, respostas mínimas do entrevistador, vocalismos da parte de um ou de outro, aspetos prosódicos, etc.), de forma a poderem ser lidos em vez de serem ouvidos (ou vistos, no caso de gestos ou mímica). Será necessário decidir quais destes elementos transcrever e quais não, uma vez que a inclusão de todos estes elementos seria impossível e levaria qualquer transcrição rapidamente aos limites da sua legibilidade.

Escrita e fala dispõem de recursos diferentes para construir significados que nem sempre têm correspondência: por exemplo, a escrita separa palavras de forma clara e usa a pontuação para indicar o fim de uma frase, enquanto na fala, muitas vezes, as palavras não são separadas tão claramente, nem o falante utiliza claramente a prosódia para indicar o fim de uma unidade, como faz na escrita com os sinais de pontuação. O investigador tem de decidir qual dos dois esquemas de organização seguir. Há outros recursos de significação que têm uma correspondência mais direta: no modo fala, a ênfase – ou falta dela – pode ser indicada por recursos como volume, prolongamento de vogais, velocidade, etc., enquanto na escrita, os mesmos significados podem ser construídos por recursos gráficos como o *bold*, sublinhados, maiúsculas, etc.

Considerando a quantidade de informação de todo o tipo transmitida numa entrevista, tal como em qualquer conversa cara a cara, é inevitável a perda de dados, informações e significados do momento da enunciação até ao momento em que os dados são analisados, como descreve Susan Condor (2011: 52):

The process of audiorecording interviews involves a loss of information concerning the body posture, gaze and facial expression of the interlocutors. The conventions used for transcribing these recordings often strip the original utterances of their prosodic features, including speed and volume of delivery, inflection and emphasis. Most established methods used for analysing interview accounts involve the segmentation of transcripts, thereby compromising the analyst's ability to employ the heuristic of linguistic copresence.

Baseada em Clark & Brennan (1991), a mesma autora refere três mecanismos fundamentais que as pessoas usam para dar sentido às conversas do seu dia-a-dia: (1) a *heurística da co-presença*, para estabelecer o significado de elementos indexicais como ‘aqui’ ou ‘agora’; (2) a *heurística da co-presença linguística*, para tratar informação que

já foi introduzida anteriormente no mesmo contexto; (3) a *heurística de filiação*, para calcular conhecimento e convicções prévias do respetivo interlocutor. Devido ao afastamento temporal e espacial do contexto em que acontece a análise dos dados, todas as três heurísticas estão comprometidas, o que pode levar a interpretações que não correspondem aos significados que os participantes da situação inicial quiseram fazer passar. No momento da análise, o investigador depara-se, então, com um texto desprovido de um grande número dos significados do ‘original’ em que se baseia. Mesmo tendo estado presente na entrevista, o tempo que muitas vezes separava os dois momentos fez-me esquecer alguns significados mais contextualmente específicos. Esta simplificação do texto compromete a análise ao mesmo tempo que a torna possível, uma vez que seria impossível analisar um texto oral transcrito na sua plenitude.

Transcrição na prática

Não existe nenhum esquema de transcrição estandardizado, pelo que as convenções de transcrição utilizadas para transcrever as entrevistas gravadas para este projeto são o resultado de tomadas de decisão da parte da investigadora. Algumas das decisões tomadas são descritas a seguir.

A acessibilidade dos textos⁶⁵ para os leitores foi um critério importante na transcrição dos dados, pelo que optei por uma transcrição ortográfica que respeita a estruturação do contínuo sonoro em palavras. Estas palavras são grafadas de acordo com a norma padrão, seguindo o acordo ortográfico. Não foram considerados aspetos como aféreses, assimilações, resultados de pronúnciação ‘descuidada’, etc. Realizações como [c’] ou [cu’] do lexema ‘com’ ou [p’] ou [p’r’] do lexema ‘para’ foram sempre transcritas de acordo com a forma dicionarizada do lexema. Outras opções de codificação foram tomadas, apesar de implicarem um acréscimo de dificuldade de leitura. A transcrição utiliza elementos de pontuação da escrita, como pontos e vírgulas, mas esta utilização segue critérios prosódicos, não tenta estruturar os textos em frases ou outro tipo de unidades gramaticais, porque, de facto, estas unidades são difíceis de identificar em textos orais. Assim, o texto das transcrições apresenta-se estruturado pela prosódia do texto oral (subida ou descida prosódica) e por pausas (contabilizadas a

⁶⁵ As transcrições de todas as entrevistas encontram-se no anexo a esta tese em formato digital. No entanto, esse anexo contém somente as transcrições daquelas partes das entrevistas que foram escolhidas para a análise, ou seja, das respostas às perguntas 1, 2 e 4.

partir de uma duração de mais do que 1,5 segundos). Decidi, também, representar todas as palavras em minúsculas. Esta decisão prende-se com a frequente utilização de maiúsculas como formas de marcar ênfases, no âmbito de transcrições de dados orais. Apesar de recorrer a outro tipo de marcação para ocorrências de entoação enfática (sublinhado), considerei que o aparecimento de maiúsculas no texto podia induzir o leitor em erro, pensando que se tratasse de algum tipo de ênfase. As minúsculas também se mantêm a seguir aos pontos finais, devido ao facto de não se tratar realmente de pontos finais de frases e por não estarem a ser seguidas na transcrição as convenções de representação gráfica da escrita.

Falas simultâneas, apesar de serem pouco frequentes, são marcadas no texto. O início da sobreposição é marcado por ‘//’ no primeiro falante e por ‘/’ no segundo; o fim da sobreposição é marcado por ‘\’ no primeiro falante e por ‘\\’ no segundo. Elementos de *feedback* como “hum”, “pois”, “ok”, “sim”, etc., são integrados no texto corrente, em parênteses e itálico, porque de facto não interrompem o discurso do falante, mas antes acompanham o seu fluxo, tornando assim mais fácil a leitura por não introduzir parágrafos desnecessários. Outros tipos de resposta mínima são introduzidos pela identificação do falante, por exemplo “E:...” para não se confundirem com representações de partes de compreensão incerta, também transcritas entre parênteses.

As repetições consideradas preenchimento de pausas não foram transcritas por extenso, mas codificadas em parênteses retos, indicando o primeiro número a quantidade de palavras repetidas e o segundo número a quantidade de repetições. Repetições que funcionam como ênfases são transcritas em toda a extensão.

A tabela completa das convenções de transcrição pode ser encontrada no apêndice 5.A. O leitor irá perceber que foram transcritos mais elementos do que os que foram efetivamente analisados neste projeto. Alguns elementos foram analisados noutros trabalhos sobre o mesmo *corpus*, outros saíram por razões de economia de tempo e recursos.

5.7. Um possível produto final – Descrição do *corpus*

O *corpus* reunido para este projeto enquadra-se naquilo que Baker (2006) chama um ‘*corpus* especializado’ (“specialized corpus”), i. e., foi construído de raiz para um

propósito específico. Tentarei, nas próximas páginas, descrever os aspetos mais importantes deste *corpus*.

No total, tive oportunidade de, ao longo deste projeto de investigação, entrevistar 54 mulheres portuguesas. Quarenta destas mulheres integram o *corpus* final deste projeto, constituindo dois grupos geracionais: vinte filhas e as suas vinte mães⁶⁶. O grupo das filhas divide-se em dois subgrupos, que se distinguem pelo seu grau de escolaridade mais elevado: dez filhas completaram o Ensino Secundário e, embora possam ter frequentado a Universidade, não a concluíram. As outras dez filhas possuem um grau académico (Licenciatura ou Mestrado). Todas as mulheres-filhas nasceram e residem na área da Grande Lisboa, embora seja notável que das filhas de nível educacional médio, isto é, com o 12º ano de escolaridade, 90% vive nos arredores da capital e só uma em Lisboa, enquanto nas filhas licenciadas a situação apresenta-se exatamente invertida. Para além do nível educacional, outro critério de seleção deste grupo foi a idade. Pretendeu-se reunir o testemunho de mulheres nascidas por volta do ano de 1974. Pressupondo que muitas das mudanças sociais ligadas à revolução do 25 de Abril começaram antes da efetiva queda do antigo regime, enquanto outras sucederam só anos depois e outras ainda estão por acontecer, as filhas, tendo nascido entre 1968 e 1974, nasceram e cresceram num período de transformação e têm vindo a beneficiar de mudanças profundas em relação à geração das suas mães (cf. Capítulo 4).

Sobretudo no que diz respeito à idade, o grupo das mães é muito mais variado, uma vez que neste grupo não ficou estabelecida nenhuma idade mínima ou máxima como condição para a participação no estudo. Em relação à idade, o grupo das mães é constituído por mulheres nascidas entre 1932 e 1953, ou seja, com idades entre os 58 e os 79 anos na altura da entrevista, o que significa que integra mulheres com diferença etária de até 20 anos. As mães mais novas ainda fazem parte do grupo geralmente designado como ‘os novos velhos’, pelo facto de, em muitos aspetos, se parecerem com adultos de meia-idade. Apesar de, como realça Karen Fingerman (2001), a idade não ser um indicativo inequívoco para a entrada ou saída da categoria ‘adulto’, a maioria dos gerontologistas iria classificar só os indivíduos com mais de 70 anos como ‘adultos mais velhos’.

A subdivisão do grupo das mães faz-se pelo nível de escolaridade: cinco mulheres-mães concluíram a 4ª classe (1º ciclo do Ensino Básico), cinco mães têm um

⁶⁶ O esquema da estruturação do *corpus* encontra-se no apêndice 5.B.

grau de escolaridade equivalente ao 9º ano (2º ciclo do Ensino Básico), cinco mães frequentaram ou concluíram o ensino secundário, e cinco mães possuem um curso superior. É interessante notar que, em termos gerais, nenhuma mãe apresenta um nível educacional mais elevado do que a sua filha. No caso das filhas não licenciadas, todas as mães têm um nível de escolaridade mais baixo do que as suas filhas. O nível educacional deste grupo é, em termos gerais, significativamente mais baixo do que o das mães com filhas licenciadas. Todas as mães com um curso superior têm filhas também, no mínimo, licenciadas. Isto mostra que, por um lado, houve uma evolução de uma geração para outra, no sentido de um aumento dos níveis educacionais, e, por outro lado, parece também deixar transparecer que, tendencialmente, o nível educacional da mãe constitui uma espécie de indicador mínimo para a escolaridade da filha, a partir do qual a filha perspetiva a sua própria vida em termos educacionais, uma vez que o nível educacional da filha nunca é mais baixo do que o da mãe.

Outro aspeto em que o presente mini-estudo parece representar ou confirmar as tendências demográficas de Portugal é o número de filhos nas duas gerações de mulheres, que é significativamente mais elevado na geração mais velha. O total dos filhos do grupo das mães é de 36, enquanto todas as filhas juntas têm 22 filhos.

A caracterização social completa dos sujeitos entrevistados encontra-se representada no apêndice 5.C. As características das mulheres permitem, entre outras, as seguintes análises comparativas:

- (1) Análises comparativas das duas gerações de mulheres, mães e filhas
- (2) Análises comparativas dentro da geração das filhas por nível educacional (2 grupos)
- (3) Análises comparativas dentro da geração das mães por nível educacional (4 grupos)
- (4) Análises comparativas da relação mãe - filha

Outras análises comparativas são possíveis, por proveniência ou por estado civil, mas não foram consideradas no âmbito deste projeto.

Na altura das entrevistas, tirando um par de mães e filhas, todas as mulheres viviam em casas distintas das suas filhas ou progenitoras. No que diz respeito ao estado civil, no grupo das filhas licenciadas (FL) prevalecem situações de união de facto, enquanto em todos os outros grupos a situação de coabitação dominante é a de casamento. A condição de ‘viver juntos’ só se observa na geração das filhas. Apesar de,

na altura da entrevista, nem todas as mães viverem com um parceiro – ou por divórcio, ou por viuvez – todas elas foram casadas e as filhas são fruto desses casamentos. Na geração mais nova, oito mulheres vivem com o parceiro sem estarem casadas e três são solteiras. É ainda interessante notar que, em todos os casos em que as mulheres entrevistadas vivem ou viveram com um parceiro, este parceiro é ou era do sexo masculino, ou seja, o quadro das relações a partir do qual as mulheres falam é, exclusivamente, heterossexual. Não tendo sido a orientação sexual um critério de seleção ou exclusão, este facto pode ser um indício da predominância de padrões heterossexuais na sociedade portuguesa, na qual o número de indivíduos que se assumem não heterossexuais tem vindo a aumentar, mas ainda representa uma minoria.

Houve outros critérios/variáveis que não foram registados de forma sistemática e que se revelaram potencialmente relevantes *a posteriori*, nomeadamente a situação das entrevistadas perante o trabalho. Incidindo uma grande parte da análise sobre identidades relacionadas com o trabalho, a falta desta informação representa uma desvantagem e impossibilitou alguns cruzamentos de dados e algumas conclusões potencialmente interessantes.

Não posso deixar de realçar a dificuldade da tarefa de constituição do *corpus* que forma a base deste projeto. A quantidade de requisitos para cada grupo de entrevistadas e, em particular, a interdependência dos grupos de mãe e filhas, tornaram o processo de gravação muito demorado e cheio de reveses. Em alguns casos, a filha reunia as variáveis necessárias, mas a mãe não ou vice-versa. Em outros casos, a dupla reunia os requisitos desejados, mas depois de entrevistar a filha não foi possível entrevistar a mãe por diferentes razões. Em outros casos, ainda, a filha estava disponível para ser entrevistada, mas a mãe recusava-se a participar. Devido a estas e outras dificuldades, o *corpus* foi reestruturado face à sua projeção inicial, até chegar à sua estrutura final.

A maior parte das mulheres não eram conhecidas da entrevistadora e o contacto com a mãe ou a filha foi estabelecido através de, pelo menos, um intermediário. As mulheres foram contactadas telefonicamente a fim de combinar uma hora e um local convenientes, e foram entrevistadas individualmente, algumas nas suas casas particulares, nas casas das suas filhas (no caso das mães) ou nas das suas mães (no caso das filhas), outras no seu local de trabalho, outras ainda em locais públicos. Maioritariamente, as entrevistas de mães e filhas foram gravadas em dias diferentes, em espaços diferentes, mas por vezes também no mesmo dia e no mesmo espaço, mas sempre de forma individual.

A transcrição foi feita ao longo de um período igualmente extenso, mas a maior parte foi realizada entre o final de 2012 e início de 2013 no âmbito de um estágio de licenciatura, realizado por Marta Marques, que assumiu uma grande parte da tarefa, difícil e demorada, de transformar cerca de vinte horas de gravação áudio em texto escrito. Destas vinte horas de gravação só foram transcritas aquelas partes em que as mulheres respondem às perguntas do guião. As partes introdutórias que serviram para reunir as informações necessárias sobre as mulheres só foram resumidas, de forma esquemática, no início de cada entrevista. Todas as transcrições foram submetidas a uma revisão posterior por parte da autora desta tese. Todo o trabalho de análise aconteceu com base nas transcrições. Não houve nenhum momento em que tenha voltado à gravação áudio.

Síntese

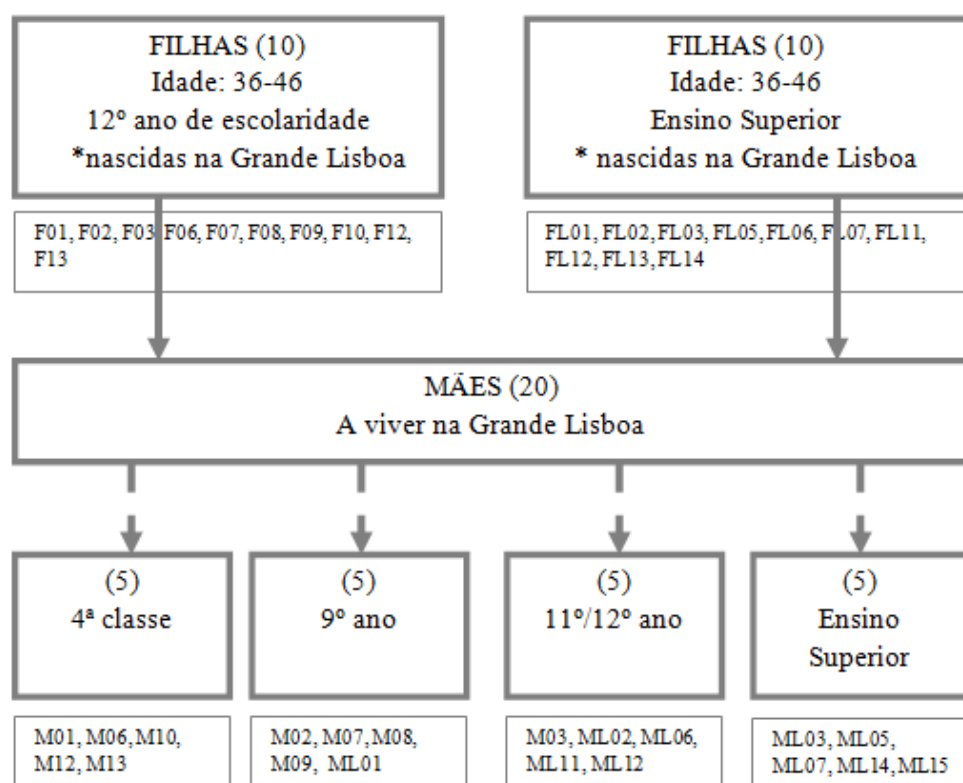
Neste capítulo, apresentei algumas considerações teóricas e práticas sobre o instrumento metodológico escolhido para esta tese: as entrevistas. Espero ter demonstrado que a situação em que a entrevista se desenrola, com todas as suas constituintes, influencia a entrevista em si e o texto que constitui o seu resultado final. Identifiquei o entrevistador/investigador como uma variável de influência elevada, seja na preparação, seja na condução, seja na análise das entrevistas e procurei enfatizar que uma análise crítica não pode ignorar esta influência. Apresentei o processo de transcrição das entrevistas como sendo indispensável para as tornar acessíveis à análise discursiva. Este processo é complexo, uma vez que transforma um texto com características da oralidade num outro texto que pelo seu contexto de receção tem de apresentar traços do modo da escrita. A transformação à qual o texto é submetido é tão grande que será mais correto falar da transcrição como uma construção de um texto novo. Concluí o capítulo com uma descrição mais detalhada do *corpus* construído para este projeto de investigação.

Apêndice 5

Apêndice 5.A – Convenções de transcrição

Símbolo utilizado	Significado
E: F01: M01: ...	Identificação da falante
pala:vra	Prolongamento de vogal
,	Entoação final continuativa: ligeira descida prosódica sem ser entoação terminativa
.	Entoação final terminativa: Descida prosódica mais acentuada
!	Entoação final exclamativa: Descida prosódica rápida
?	Entoação final interrogativa: Subida prosódica
--	Entoação suspensa por pausa ou quebrada
pal <u>av</u> ra	Ênfase
ã:	Pausa entre unidades entoacionais preenchida com vocalismo
(.)	Pausa curta e não preenchida com duração inferior a 1,5 segundos
(...3.0)	Pausa longa e não preenchida com duração igual ou superior a 1,5 segundos, com indicação da duração
pala-	Forma truncada
uma palavra[2:2]	Repetições [nº de palavras repetidas:nº de repetições]
[riso] [suspiro]	Vocalismos
//palavra\ /palavra\\	Sobreposição de falas
(xxx)	Palavra ou fala incompreensível
(palavra)	Transcrição incerta
15	Número de linha
“palavra”	Discurso direto/citações
[nome de x]	Nomes de pessoas
[nome de y]	Nomes de instituições

Apêndice 5.B – Estruturação do *corpus*



Apêndice 5.C – Caracterização das entrevistadas

Identificação entrevistada	Ano de nascimento	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Nº Filh@s	Sexo d@s filh@s	Idade d@s filh@s	Local de nascimento	Local de residência	Situação laboral	Duração da entrevista hh:mm:ss
F01	1971	39	12º ano	casada	1	♂	11	Lisboa	Grande Lisboa	ativa	00:24:58
F02	1972	39	11º ano	vive junta	0		0	Lisboa	Lisboa	ativa	00:21:37
F03	1974	36	12º ano	vive junta	0		0	Lisboa	Grande Lisboa	ativa	00:18:12
F06	1969	43	12º ano	solteira	1	♀	4?	Lisboa	Grande Lisboa	ativa	00:29:54
F07	1971	40	12º ano	vive junta	1	♀	10?	Grande Lisboa	Grande Lisboa	ativa	00:20:29
F08	1970	41	12º ano	casada	2	♀♂	10, 15	Lisboa	Grande Lisboa	ativa	00:31:32
F09	1974	38	12º ano	casada	1	♀	11	Lisboa	Grande Lisboa	ativa	00:50:32
F10	1968	43	12º ano	casada	3	3♀	14, 9, 5	Lisboa	Grande Lisboa	ativa	00:31:38
F12	1968	43	12º ano	casada	1	♀	18	Lisboa	Grande Lisboa	ativa	00:25:57
F13	1972	39	12º ano	casada	2	♀♂	18, 13	Grande Lisboa	Grande Lisboa	ativa	00:15:03

Identificação entrevistada	Ano de nascimento	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Nº Filh@s	Sexo d@s filh@s	Local de nascimento	Local de residência	Situação laboral	Duração da entrevista hh:mm:ss
M01	1950	60	4ª classe	casada	2	♀♂	Resto do País	Grande Lisboa	reformada	00:12:53
M02	1948	63	9º ano	casada	2	2♀	Resto do País	Grande Lisboa	reformada	00:15:08
M03	1952	59	11º ano	separada	1	♀	Lisboa	Grande Lisboa	ativa	00:30:56
M06	1932	79	4ª classe	divorciada	1	♀	Resto do País	Grande Lisboa	reformada	00:23:36
M07	1940	71	9º ano	viúva	3	2♀ 1♂	Lisboa	Grande Lisboa	reformada	00:42:14
M08	1948	64	9º ano	casada	1	♀	Resto do País	Lisboa	reformada	00:52:31
M09	1953	58	9º ano	casada	2	2♀	Lisboa	Grande Lisboa	reformada	00:29:38
M10	1944	67	4ª classe	divorciada	2	♀♂	Resto do País	Grande Lisboa	ativa	00:44:40
M12	1947	64	4ª classe	viúva	2	♀♂	Lisboa	Grande Lisboa	reformada	00:30:07
M13	1950	62	4ª classe	viúva	3	2♀ 1♂	Resto do País	Grande Lisboa	reformada	00:19:22

Identificação entrevistada	Ano de nascimento	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Nº Filh@s	Sexo d@s filh@s	Idade d@s filh@s	Local de nascimento	Local de residência	Situação laboral	Duração da entrevista hh:mm:ss
FL01	1974	37	Ens. Sup.	solteira	0		0	Lisboa	Lisboa	ativa	00:28:30
FL02	1972	39	Ens. Sup.	vive junta	0		0	Lisboa	Grande Lisboa	ativa	00:16:50
FL03	1972	39	Ens. Sup.	casada	1	♂	3	Lisboa	Lisboa	ativa	00:20:20
FL05	1969	43	Ens. Sup.	vive junta	0		0	Lisboa	Lisboa	ativa	00:15:56
FL06	1974	38	Ens. Sup.	casada	2	2♂	8, 10	Moçambique*	Lisboa	ativa	00:28:24
FL07	1974	38	Ens. Sup.	vive junta	1	♀	2	Lisboa	Lisboa	ativa	00:27:20
FL11	1974	38	Ens. Sup.	divorciada, solteira	1	♀	11	Lisboa	Lisboa	ativa	00:28:43
FL12	1975	37	Ens. Sup.	vive junta	3	3♀	3, 3, 2	Grande Lisboa	Lisboa	ativa	00:44:42
FL14	1973	39	Ens. Sup.	solteira	1	♂	7	Lisboa	Lisboa	ativa	00:31:10
FL15	1974	38	Ens. Sup.	vive junta	1	♀	2	Lisboa	Lisboa	ativa	00:29:23

* FL06 nasceu em Moçambique mas veio para Lisboa com 1 anos de idade, pelo que foi considerada parte do grupo das mulheres nascidas em Lisboa.

Identificação entrevistada	Ano de nascimento	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Nº Filh@s	Sexo d@s Filh@s	Local de nascimento	Local de residência	Situação laboral	Duração da entrevista hh:mm:ss
ML01	1953	59	9º ano	casada	1	♀	Grande Lisboa	Lisboa	reformada	00:21:39
ML02	1946	65	12º ano	casada	1	♀	Grande Lisboa	Grande Lisboa	reformada	00:31:48
ML03	1942	70	Ens. Sup.	casada	2	2♀	Lisboa	Lisboa	reformada	00:55:26
ML05	1942	70	Ens. Sup.	casada	2	♂♀	Resto do país	Lisboa	reformada	00:26:07
ML06	1950	61	12º ano	casada	2	♀	Resto do país	Lisboa	reformada	00:22:46
ML07	1953	59	Ens. Sup.	casada	2	2♀	Lisboa	Lisboa	ativa	00:52:26
ML11	1943	69	11º ano	divorciada	2	♂♀	Resto do país	Lisboa	reformada	00:28:21
ML12	1952	60	12º ano	casada	2	♂♀	Resto do país	Grande Lisboa	reformada	00:30:17
ML14	1944	68	Ens. Sup.	viúva	2	♂♀	Resto do país	Lisboa	reformada	00:26:34
ML15	1949	63	Ens. Sup.	divorciada	1	♀	Resto do país	Lisboa	reformada	01:20:00

Capítulo 6 – Instrumentos de análise e categorias identitárias

Este capítulo divide-se em três partes. Na primeira, apresento os principais instrumentos analíticos que se mostraram mais relevantes na análise das identidades, no presente *corpus*: os sistemas da Transitividade, da Avaliatividade e da Modalidade. Caracterizarei cada um destes sistemas, enquadrando-os na proposta teórica da Linguística sistémico-suncional e procurarei identificar o respetivo potencial para a análise das construções discursivas das identidades. No fim desta primeira parte farei uma breve referência ao programa informático utilizado. Na segunda parte do capítulo apresento uma análise essencialmente quantitativa, propondo um mapeamento das diferentes identidades identificadas no *corpus*, mostrando a sua frequência nas respostas às perguntas e reflito sobre a relação entre frequência e predominância de determinadas categorias identitárias. Na terceira parte, sugiro uma possível sistematização de diferentes categorias identitárias diferenciando identidades relacionais, acionais e individuais.

6.1. Uma perspetiva funcional da linguagem: Linguística sistémico-funcional

Introdução

A análise das construções identitárias nesta tese, de um ponto de vista metodológico, apresenta-se bastante heterogénea, ou seja, não se desenvolve recorrendo a um único instrumento de análise linguística, mas a uma série deles. Isto deve-se ao facto de o processo de análise ter sido liderado pelos próprios dados, que revelaram uma determinada categoria como sendo relevante num momento, mas não noutro. Aliás, pode ser feita a crítica, sobretudo à primeira parte da análise, de ser pouco linguística, mas sim o resultado de leituras cuidadas e repetidas que permitiram estabelecer as categorias analíticas. Isto deve-se ao facto de os dados serem muito heterogéneos, apesar da semelhança das circunstâncias em que foram construídos (cf. Capítulo 5). Há, de facto, poucas categorias gramaticais que são relevantes na maioria ou, até, só numa grande quantidade de entrevistas. Além do mais, teria sido uma tarefa impossível, por exemplo, identificar todos os processos em todas as entrevistas. Aliás, um dos grandes

desafios deste trabalho foi lidar com uma quantidade de dados tão grande, a um nível tão pormenorizado, como é a análise linguística.

Nas páginas seguintes descrevo, brevemente, os principais instrumentos utilizados na segunda fase da análise e o seu enquadramento teórico, a Linguística Sistémico-Funcional: o Sistema de Transitividade e os conceitos de Avaliatividade e de Modalidade.

Linguística sistémico-funcional, Análise Crítica do Discurso e identidades

Como já foi referido anteriormente, a Linguística Sistémico-Funcional (LSF) é o quadro de análise textual mais influente na Análise Crítica do Discurso (ACD). Martin (2000: 275) resume os benefícios da LSF para a ACD da seguinte forma:

For many, one of the real strengths of SFL in the context of CDA work is its ability to ground concerns with power and ideology in the detailed analysis of text as they unfold, clause by clause, in real contexts of language use (...). SFL provides critical discourse analysts with a technical language for talking about language – to make it possible to look very closely at meaning, to be explicit and precise in terms that can be shared by others (...).

ACD e LSF partilham uma perspetiva funcional da linguagem, ou seja, entendem que ela tem a forma que tem devido às suas funções na sociedade (Halliday 1978). Assim sendo, a linguagem não é um simples meio de transmissão de uma mensagem, de um emissor para um recetor, como era vista nas primeiras teorias sobre a comunicação (ex. Shannon & Weaver (1949) ou Jakobson (1960)), mas a sua função principal é a construção de significados. Como sistema semiótico, a linguagem disponibiliza aos seus utilizadores um número finito de recursos para cumprir esta função (Eggins 1994). Trata-se de recursos que existem seja a nível lexical, seja a nível gramatical e o seu significado constitui-se, em parte, através dos outros recursos alternativos disponíveis. Escolher uma palavra e não outra envolve o falante num processo de construção de significado, porque o significado de qualquer palavra deriva, em parte, da relação de oposição em que esta se encontra com outras palavras possíveis (*idem*).

O falante tem à sua disposição sistemas de escolhas de natureza léxico-gramatical, que estão relacionados com funções mais gerais que a linguagem desempenha ou, dito de modo inverso: “[A]s funções da linguagem, ou metafunções, dão lugar a

componentes gramaticais, sendo que tais componentes conjugam redes de sistemas de escolhas de caracterização semântica” (Gouveia 2009: 17).

Segundo a teoria desenvolvida, sobretudo, por M.A.K. Halliday (por exemplo, 2004), as funções mais gerais da linguagem são essencialmente três: a língua serve para (1) representar o mundo (metafunção ideacional); (2) estabelecer relações entre os participantes (metafunção interpessoal); e (3) organizar significados ideacionais e interpessoais para constituir um texto linear e coerente (metafunção textual). Para representar o mundo, ou seja, para construir significados ideacionais, o falante dispõe de recursos contemplados no sistema de Transitividade; para construir significados interpessoais pode escolher entre diferentes Modos e tipos de Modalidade; ao nível da metafunção textual, as escolhas operam ao nível do Tema.

Como esclarecem Benwell & Stokoe (2006: 116), o trabalho identitário manifesta-se sobretudo no âmbito da metafunção ideacional e da metafunção interpessoal:

For CDA, identity is firstly a *representation* in language (the ‘ideational metafunction’ (...)), and particular frameworks such as transitivity, vocabulary, identification and metaphor can be employed to analyse its construction. Secondly, identity is a *position* within discourse (the ‘interpersonal metafunction’), and details such as pronoun use, presupposition and mood can show how language constructs and positions the recipient. Finally, the *expressive* dimension of language (straddling ‘ideational’ and ‘interpersonal’ metafunctions) conveys alignments with particular political or evaluative positions, and can be analysed by attention to modality, attitudinal vocabulary and collocation. (*itálicos no original*)

No trabalho de análise, surgiram como particularmente relevantes, visando a construção das identidades, os sistemas de Transitividade, a Avaliatividade e a Modalidade. Os três sistemas serão discutidos brevemente nas páginas a seguir.

Transitividade

O sistema de Transitividade é particularmente relevante para a análise da construção discursiva de identidades. No modelo da Linguística sistémico-funcional, uma das funções da linguagem é a de representar (um)a experiência do mundo. Esta representação é feita através de três elementos léxicogramaticais: (1) o processo, (2) os participantes e (3) as circunstâncias ou, nas palavras de Gouveia (2009: 30): “a transitividade constitui-se como o recurso linguístico que dá conta de quem fez o quê a

quem em que circunstâncias”. Processos e participantes estão intrinsecamente ligados, ou seja, a escolha de um processo implica a escolha de determinado(s) tipo(s) de participante(s). Existem seis tipos de processo, i. e., formas gramaticais de representar atividades e ações: processos materiais, mentais, relacionais, existenciais, verbais e comportamentais. A escolha de um processo e não de outro corresponde à escolha (mais ou menos consciente) de representar o mundo de uma determinada forma, e não de outra, incluindo ou excluindo os participantes inerentes a estes processos. De seguida, irei apresentar brevemente os seis tipos de processos, assim como os seus participantes, ilustrando cada processo com um exemplo do *corpus* sob análise:

Os processos materiais, ou processos de fazer, constroem um participante Ator como levando a cabo uma ação que pode - mas não, necessariamente, tem de - estar direcionada a um segundo participante, a Meta.

Ex: ML12: a mulher (...) trabalhava muito em casa

Os processos mentais, processos de experienciar mentalmente ou de sentir, representam uma atividade interna, mental, envolvendo geralmente dois participantes: o Experienciador, que experiencia a atividade interna, e aquilo que por ele é experienciado, o Fenómeno. O segundo participante mostra que nem sempre os ‘participantes’ têm natureza humana.

Ex: F09: sinto muito isso na pele

Os processos relacionais, processos de ser e estar, constroem o participante principal, o Portador ou Identificado, como estando ou sendo de alguma forma, relacionando-o, assim, gramaticalmente com o segundo participante, o Atributo/Identificador.

Ex: ML12: a mulher é muito mais capaz do que o homem

Os processos existenciais carregam a ideia de algo existir, envolvendo um único participante, o Existente.

Ex: F09: ainda há muitas coisas ligadas a esta forma de pensar da minha avó

Os processos verbais, processos de dizer, constroem uma ação verbal que parte do participante Dizente que, geralmente, é humano. Aquilo que é comunicado, a Verbiagem, pode ser direcionado a um participante Recetor (geralmente humano) ou não, e pode conter um Alvo do processo, i. e., uma entidade que é ‘atingida’ por ele, sendo este Alvo também opcional.

Ex: ML12: os meus filhos dizem-me “não”

Por último, os *processos comportamentais* localizam-se na transição entre processos materiais e mentais e dizem respeito a “reflexos físicos exteriores de processos mentais” (Gouveia 2009: 33). O participante destes processos é que mostra estes reflexos, é quem ri, fala, escuta, etc.

Ex: ML11: as pessoas falam outra linguagem que não falavam no meu tempo

O seguinte quadro propõe uma sistematização da exposição feita:

Tipo de processo	Participante(s)
Material	Ator, Meta
Mental	Experienciador, Fenómeno
Relacionais	Portador, Atributo; Identificado, Identificador
Existenciais	Existente
Verbais	Dizente, Verbiagem, Recetor, Alvo
Comportamentais	Comportante

Quadro 6.1
Tipos de Processo e os seus participantes

A Transitividade permite ao enunciador assumir e atribuir identidades nas representações que efetua, por exemplo, como alguém mais ou menos ativo/passivo, ocupando um lugar de destaque ou secundário na ação descrita, como *sendo* de determinada forma, etc. Esta construção identitária não é linear, nem determinística, ou seja, a utilização de um tipo de processo nem sempre tem as mesmas consequências identitárias para os participantes da representação em questão. As consequências dependem de outras variáveis contextuais. O sistema de Transitividade permite, também, identificar relações de poder entre os participantes da representação através do conceito de agência/agenciação. Quem age sobre o mundo e sobre que aspetos deste mundo? Este ator e a sua ação são enunciados no texto ou encobertos ou até apagados (cf. Benwell & Stokoe 2006)? Potencialmente, processos e participantes carregam significados ideológicos (Fairclough 2001), mas frequentemente esta sua natureza ideológica não está acessível de forma imediata, mas sim normalizada ou naturalizada. Significados ideológicos são, assim, construídos e perpetuados sem que os seus enunciadores tenham consciência disso, como explica Eggins (1994: 11): “(M)ost language users have not been educated to identify ideology in texts, but rather to “read” texts as natural, inevitable representations of reality.”

Para voltar a tornar estes significados visíveis, nas minhas análises recorro, por vezes, a uma desconstrução mais pormenorizada do potencial semântico de

determinadas palavras, que são recorrentes no *corpus*, mas cujo potencial ideológico parece estar completamente encoberto.

Avaliatividade

Enquanto o sistema de Transitividade realiza a metafunção ideacional, a Avaliatividade e a Modalidade (esta será discutida no subcapítulo a seguir) realizam a metafunção interpessoal da linguagem. Avaliatividade e Modalidade inscrevem o falante no seu próprio discurso, enquanto ele se posiciona perante os seus interlocutores, mas também perante o conteúdo do seu enunciado.

A descrição da Avaliatividade, desenvolvida no âmbito da linguística sistémico-funcional, sobretudo por Martin & White (2005), é uma descrição de um sistema altamente complexo e a minha exposição irá somente escolher alguns pontos mais relevantes no âmbito desta tese, sem a intenção de dar conta de toda a complexidade da descrição proposta pelos autores referidos. De uma forma muito geral, a Avaliatividade é um dos recursos principais para a construção de significados interpessoais no discurso, juntamente com os recursos de Negociação e Envolvimento. Segundo Martin & White (2005), o produtor de um texto tem à sua disposição três formas de avaliar uma entidade, um acontecimento ou um estado de coisas: Atitude, Engajamento e Gradação. Os recursos de Atitude, por sua vez, podem ser subdivididos em Afeto, Julgamento e Apreciação.

Na minha análise, estes recursos de atitude e, em particular, os de Julgamento, revelaram-se particularmente relevantes. Julgar o comportamento de um indivíduo como sendo positivo ou negativo é um processo muito rico em termos da construção identitária discursiva. Julgando um outro, o falante constrói uma norma comportamental (Eggins & Slade 1997) e, ao mesmo tempo, atribui uma identidade positiva ou negativa à pessoa sobre a qual incide o julgamento, dependendo da conformidade ou não do comportamento em questão com a norma estabelecida. Simultaneamente, o falante assume para si uma identidade positiva, de conhecedor e guardião da norma social respetiva, representando-se como alguém que, em teoria, respeitaria essa mesma norma. Também os recursos de construção de reações emocionais, i. e., recursos de afeto, contribuem para a construção das identidades: ao construir uma emoção perante uma entidade, um acontecimento ou um estado de coisas, o falante faz referência a um

quadro culturalmente específico de valores associados a estas emoções. Numa cultura específica existem emoções conotadas como positivas e outras vistas como negativas. De qualquer indivíduo se espera que ambicione emoções positivas e evite as que são negativas (Martin 2000).

A avaliação pode acontecer através de um leque muito grande de recursos léxicogramaticais. Avaliamos, com mais frequência, entidades, acontecimentos ou estados de coisas através do uso de léxico atitudinal: nomes, verbos, adjetivos, advérbios, etc. (Martin 2000) têm o potencial de construir uma entidade como positiva, uma postura como correta, um acontecimento como desejável, etc. Esta avaliação pode ser feita de forma implícita ou explícita. Na escolha de uma ou de outra forma numa entrevista, o falante terá em conta questões de preservação de imagem, sobretudo do seu interlocutor, mas não só. É de ter em conta se o interlocutor faz parte do grupo de indivíduos avaliado, se é provável assumir um comportamento avaliado, etc. Desta forma, a avaliação constrói não só quem a faz mas também para quem ela é feita. A interpretação dos recursos avaliativos depende, fortemente, do contexto em que a avaliação acontece. Um instrumento de avaliação pode ter um valor positivo num contexto e um valor negativo noutra (Ravelli 2000; Eggins & Slade 1997).

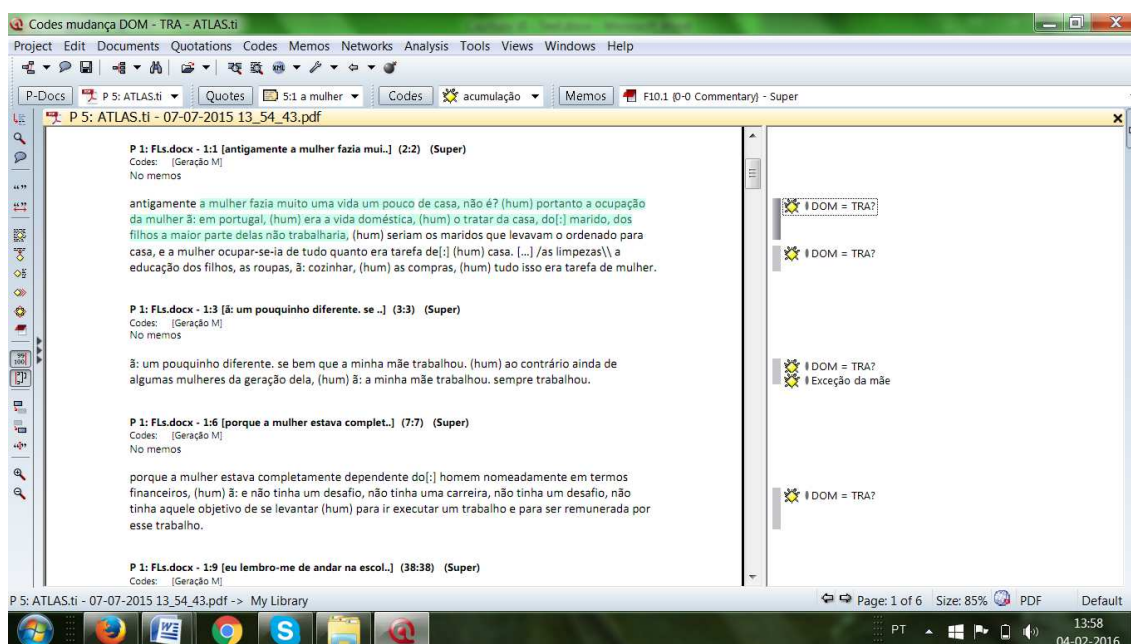
Modalidade

Outro conjunto de recursos gramaticais que carrega significados interpessoais é a Modalidade. Elementos modais permitem ao enunciador expressar o grau de compromisso que assume perante a veracidade daquilo que enuncia ou construir diferentes graus de obrigatoriedade para aquilo que enuncia. Na LSF, distinguem-se dois tipos de modalidade: (1) a modalidade em relação a factos, chamada modalização (*modalisation*) e (2) a modalidade em relação a ações, chamada modulação (*modulation*) (Ravelli 2000). A modalização acresce à mensagem em si informações sobre o grau da sua frequência e/ou probabilidade; a modulação acrescenta significados de obrigação, disponibilidade ou capacidade do agente para exercer a ação em questão (Eggins & Slade 1997: 99; Halliday 2004). Os dois tipos de Modalidade podem ser construídos por uma grande variedade de formas gramaticais, entre elas, advérbios, projeções de processos mentais, verbos modais, adjetivos, afixos, tempos verbais.

A Modalidade é um recurso importante na construção discursiva das identidades, porque permite uma construção muito evidente de atitudes e julgamentos, de factos e ações com as quais o falante se posiciona de forma clara. A modalização permite normalizar e naturalizar factos: algo que acontece com frequência elevada - ou que é muito provável acontecer - adquire carácter de algo que não surpreende, de algo que é normal acontecer. O posicionamento do falante perante este estado de suposta normalidade diz muito sobre a forma como ele quer ser visto na situação comunicacional em questão. No caso da modulação, este posicionamento fica ainda mais evidente. Construindo algo como obrigatório, faz surgir uma norma clara e uma exigência de agir em conformidade com esta norma. O grau de obrigação pode variar entre forte e fraco e os recursos mais frequentemente utilizados são os verbos modais como ‘dever’, ‘ter de/que’ e ‘poder’. A obrigatoriedade pode surgir internamente ao indivíduo em questão ou pode ser-lhe imposta por uma entidade externa. Uma fonte externa pode ser construída de forma explícita ou pode ser encoberta (Eggins & Slade 1997: 103).

Ajuda tecnológica – atlas.ti

A análise dos sistemas acima descritos não é automática porque, em todos os casos, ela é sempre influenciada por variáveis contextuais e pelo co-texto. Por esta razão, não foi possível recorrer a nenhuma ferramenta tecnológica para a análise propriamente dita. Para a preparação das análises, o programa *atlas.ti* revelou-se uma ferramenta muito útil. Para além de outras funcionalidades mal exploradas por mim, o programa permite a codificação de excertos de textos, cria um registo informático destas codificações para consulta posterior e permite a criação de novos documentos, contendo somente os trechos dos textos codificados de determinada forma. Apesar de não contribuir para o conteúdo da análise propriamente dita, o programa ajuda a dividir o texto em unidades mais pequenas, facilitando o manuseamento de textos de grandes dimensões, como é o caso do presente *corpus*.



Quadro 6.2.
Screenshot do processo de codificação no programa *atlas.ti*

Depois de, nesta primeira parte do capítulo, ter apresentado as ferramentas linguísticas e tecnológicas, às quais recorri durante a análise dos dados, passo agora à análise dos dados propriamente dita. A segunda parte do capítulo constitui uma proposta de macro análise, apresentando as categorias identitárias e a sua distribuição no *corpus*.

6.2. Mapear e classificar identidades

Identificar identidades

O primeiro passo na análise foi identificar, no *corpus*, as principais identidades que as mulheres constroem como resposta às perguntas colocadas. As identidades podem ser invocadas no texto de diferentes formas, mais ou menos diretas. Nas construções mais diretas, as identidades podem estar associadas à ocorrência de determinados itens lexicais chave como, por exemplo, verbos ou grupos verbais (“trabalhar”, “estudar”, “ficar (em casa)”, etc.) ou por nomes e grupos nominais (“pai”, “mãe”, “trabalho de casa”, etc.). Mas nem sempre a ocorrência de um destes itens lexicais indica a construção das identidades respetivas, o que torna impossível a automatização do processo de identificação. Uma entrevistada pode referenciar o nome “pai”, mas não construir nenhum tipo de identidade de pai, ou pode, ainda, construir uma identidade de pai sem recorrer a este item lexical. Ela pode usar outro item lexical,

como “homem”, para a sua construção da identidade de pai, que, noutro contexto, também poderia invocar outro tipo de identidade (“homem” em oposição a “mulher”). O processo de identificação das categorias identitárias, que constitui a base do trabalho analítico que se segue, torna-se assim uma tarefa trabalhosa e demorada, baseada na leitura repetida e aprofundada das transcrições das entrevistas. O resultado deste processo será, inevitavelmente, subjetivo, baseado na interpretação subjetiva dos dados pela investigadora. Outro investigador poderá chegar a resultados distintos no que diz respeito à classificação e categorização dos dados. A classificação aqui apresentada deve ser entendida, por isso, como uma proposta aberta para futuras reconfigurações. Feita esta salvaguarda, foi possível identificar no *corpus* as seguintes categorias identitárias:

Trabalhador@ (TRA)	Identities de lazer (LAZ)
Doméstica (DOM)	Identities de género (GEN)
Estudante (EST)	Identities corporais (CORP)
Cônjuge (CON)	Mulher <i>Bibelot</i> (BIB)
Pais (PAIS)	Mulher sem filhos (MSF)
Filh@ (FILH@)	Supermulher (SUPER)

Quadro 6.3.
Principais categorias identitárias

Nesta primeira fase, procurei construir categorias neutras, em termos de género, para poder dar conta daquelas construções que, por exemplo, constroem as identidades de mãe e pai como iguais. A distinção de duas (ou mais) identidades de Pais diferentes, de acordo com o género dos mesmos, é feita somente quando são as próprias entrevistadas a fazê-la. Em alguns casos, esta neutralidade não foi possível porque as identidades construídas são claramente femininas, como é o caso das identidades de Mulher *Bibelot*, Mulher sem Filhos e Supermulher. A designação da categoria identitária Mulher *Bibelot* foi emprestada da entrevista com FL11 e designa mulheres com funções meramente decorativas, ou seja, de fazer boa figura para dentro e fora da família. A identidade de Supermulher prende-se com uma forma específica de acumulação de tarefas que será discutida no Capítulo 7. Identidades de Lazer constroem a pessoa em relação às suas atividades de tempos livres; Identidades de Género atribuem identidades distintas a homens e mulheres, com base no respetivo género; Identidades Corporais dizem respeito à pessoa enquanto portadora de um corpo fisiológico, com todas as suas características (aspetos de beleza, de saúde, etc.).

Um pouco de análise quantitativa

Os quadros 6.4.- 6.9. mostram a distribuição das categorias identificadas pelas três perguntas analisadas.

		F01	F02	F03	F06	F07	F08	F09	F10	F12	F13		FL01	FL02	FL03	FL05	FL06	FL07	FL11	FL12	FL14	FL15
P1	TRA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	DOM	X	X	X		X	X	X		X	X		X					X	X	X	X	
	EST												X		X (?)		X		X	X	X	X
	CON	X	X						X	X		X	X	X		X	X		X	X	X	
	PAIS								X	X	X	X	X		X			X		X		X
	FILH@														X							
	GEN	X						X		X									X	X	X	
	LAZ									X					X					X		
	SUPER						X		X						X			X		X		X
	BIB																		X		X	

Quadro 6.4.

Distribuição das principais categorias identitárias nas respostas das mulheres da geração F à P1
(Acha que a vida das mulheres mudou nos últimos trinta anos?)

		F01	F02	F03	F06	F07	F08	F09	F10	F12	F13		FL01	FL02	FL03	FL05	FL06	FL07	FL11	FL12	FL14	FL15
P2	TRA		X	X	X	X	X		X	X	X		X		X	X	X	X	X	X	X	X
	DOM		X			X	X			X	X		X		X	X		X	X	X		X
	CON			X		X	X							X	X	X						
	PAIS		X				X					X					X		X		X	
	GEN		X	X		X		X	X					X			X					
	CORP													X								
	SUPER																	X		X		

Quadro 6.5.

Distribuição das principais categorias identitárias nas respostas das mulheres da geração F à P2
(Acha que existe igualdade entre homens e mulheres hoje em dia?)

		F01	F02	F03	F06	F07	F08	F09	F10	F12	F13		FL01	FL02	FL03	FL05	FL06	FL07	FL11	FL12	FL14	FL15
P4	PAIS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	MFS		X	X	X	X			X		X				X		X	X	X	X	X	
	FILH@									X												
	CON																		X	X		
	TRA		X				X	X					X	X	X					X	X	
	DOM		X																			
	GEN			X						X											X	
	LAZ		X		X	X							X	X	X		X	X		X	X	
	BIO																			X		

Quadro 6.6.

Distribuição das principais categorias identitárias nas respostas das mulheres da geração F à P4
(A vida da mulher muda com a maternidade?)

nível educacional 1							nível educacional 2					nível educacional 3					nível educacional 4				
		M01	M06	M10	M12	M13	M02	M07	M08	M09	ML01	M03	ML02	ML06	ML11	ML12	ML03	ML05	ML07	ML14	ML15
P1	TRA	X	X	X		X	X		X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	EST	X						X													
	DOM				X	X	X	X	X	X			X	X	X	X		X	X	X	
	CON	X		X	X	X	X	X				X	X	X	X	X		X	X		
	PAIS	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X			X		X			X
	FILH@	X	X	X				X							X	X					X
	GEN		X			X					X		X		X	X		X			
	LAZ											X						X	X		
	SUPER										X							X	X		

Quadro 6.7.

Distribuição das principais categorias identitárias nas respostas das mulheres da geração M à P1
(Acha que a vida das mulheres mudou nos últimos trinta anos?), por nível educacional

		M01	M06	M10	M12	M13						M02	M07	M08	M09	ML01						M03	ML02	ML06	ML11	ML12						ML03	ML05	ML07	ML14	ML15
P2	TRA	X			X							X	X	X						X				X						X	X	X				
	DOM				X	X						X		X						X				X						X	X	X				
	CON	X			X	X	X					X																		X						
	PAIS				X									X						X		X		X						X						
	FILH@																			X				X												
	GEN			X									X		X	X				X				X					X	X						
	CORP															X																				
	LAZ											X								X													X			

Quadro 6.8.

Distribuição das principais categorias identitárias nas respostas das mulheres da geração M à P2
(Acha que existe igualdade entre homens e mulheres hoje em dia?), por nível educacional

		M01	M06	M10	M12	M13	M02	M07	M08	M09	ML01	M03	ML02	ML06	ML11	ML12	ML03	ML05	ML07	ML14	ML15
P4	PAIS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	MSF		X				X		X			X	X	X	X	X				X	X
	FILH@				X		X								X					X	X
	CON	X					X	X	X	X		X				X					
	TRA							X	X	X	X	X					X	X		X	
	DOM							X	X	X				X				X			
	GEN										X			X				X			X
CORP			X														X				
LAZ				X				X				X				X			X	X	
SUPER											X								X	X	

Quadro 6.9.

Distribuição das principais categorias identitárias nas respostas das mulheres da geração M à P4
(A vida da mulher muda com a maternidade?), por nível educacional

As tabelas acima reproduzidas mostram que identidades foram construídas por qual das entrevistadas em relação a que pergunta. As entrevistadas estão agrupadas por geração (M / F) e, dentro dos grupos geracionais, por nível educacional (F, FL, MI, MII, MIII, MIV). Nunca é demais sublinhar que, devido ao carácter do processo de identificação das identidades descrito acima, as listagens não devem ser entendidas, nem pretendem ser, acabadas, exaustivas ou absolutas.

Para melhor entender a distribuição das categorias pelo *corpus*, procedi a uma simplificação das tabelas, que apresento a seguir (quadros 6.10. – 6.12). Para este passo já só foram consideradas as categorias que, relativamente a uma pergunta em concreto, foram construídas por, pelo menos, 25% das entrevistadas num dos grupos geracionais/educacionais, o que corresponde a, no mínimo, três entrevistas nos grupos F e FL e duas nos grupos MI - MIV. Dentro das tabelas, as categorias estão ordenadas por

frequência. Esta análise quantitativa serviu dois propósitos: em primeiro lugar, dada a impossibilidade de analisar todas as categorias identitárias construídas - nem nestas três perguntas, quanto mais em todo o *corpus* – serviu para identificar as categorias mais frequentes, para que estas pudessem ser analisadas de forma mais pormenorizada nos capítulos a seguir. O levantamento das categorias cria, assim, um enquadramento dos dados que serão analisados nos capítulos 7 e 8. Espero tornar claro, desta forma, que apesar de as categorias identitárias Trabalhadora e Mãe terem sido isoladas para fins analíticos, surgem de um conjunto maior, estando em inter-relação com outras categorias. Em segundo lugar, este passo permite identificar dados potencialmente interessantes que mereciam uma atenção que não lhes é dada nesta tese. Nesse sentido, serve esta análise quantitativa para levantar questões e, idealmente, indicar alguns caminhos para futuros trabalhos.

Pergunta 1 - Mudança?

P1	MI	MII	MIII	MIV	F	FL	TOTAL
TRA	80	60	100	100	100	100	92,5
DOM	40	100	80	80	80	70	75
CON	80	40	100	40	50	70	62,5
PAIS	80	80	60	60	40	50	57,5
GEN	40	20	60	40	20	30	32,5
SUPER		20		40	20	40	22,5
FILH@	60	20	40	20		10	20
EST	20	20				50	17,5
LAZ			20	60	10	20	17,5

Quadro 6.10.
Ocorrência das principais categorias identitárias nas respostas à P1 em %

Relativamente à pergunta 1 (*P1 - O mundo mudou bastante nos últimos 30 anos. Acha que a vida das mulheres mudou também?*), a categoria identitária considerada mais relevante é a de Trabalhador@. Uma vez que a pergunta visa a identificação de

momentos de mudança e de permanência na vida das mulheres, nos últimos 30 anos, podemos concluir que o trabalho é o campo em que as mulheres identificam mais mudança ou em que consideram que existe mais necessidade de mudança. Somente uma mãe do grupo com nível educacional mais baixo (MI) e duas mães com o 9º ano de escolaridade (MII) não atribuem ou assumem nenhum tipo de identidade relacionada com o trabalho, enquanto esta identidade é relevante para todas as restantes mulheres no âmbito da resposta à P1. A segunda categoria mais relevante é aquela relacionada com as atividades domésticas. Esta categoria é menos relevante para as mães com nível educacional mais baixo (MI) e para as filhas com nível educacional mais elevado (FL).

Outras identidades frequentes nas respostas a esta pergunta são ainda as de Cônjuge e Pais. As primeiras encontram a sua maior e menor frequência no interior do grupo das mães (MI+MIII vs. MII+MIV), sendo que, para o grupo das mães como um todo, a conjugalidade e as identidades relacionadas são mais relevantes do que para o grupo das filhas como um todo. As identidades de mãe e pai (Pais) são construídas, sobretudo, pelo grupo das mães de nível educacional mais baixo (MI e MII) e aparecem menos relevantes para o grupo das filhas (F + FL).

Ainda merecem um reparo três identidades que, num determinado grupo, aparecem com muito mais frequência do que em todos os outros: é o caso das identidades dos Filh@s no grupo MI, das Identidades de Lazer no grupo MIV e das identidades de Estudante no grupo FL. Cada uma destas conjugações de identidades e variáveis de caracterização social mereciam uma análise mais pormenorizada, mas que está para além do propósito desta tese.

Pergunta 2 – Igualdade?

P2	MI	II	III	MIV	F	FL	TOTAL
TRA	40	60	40	60	90	80	67,5
DOM	40	40	40	40	70	50	50
PAIS	20	20	60	60	40	30	37,5
CON	80	40		60	30	30	37,5
GEN	40	60	20	40	20	40	35
LAZ		20	20	20	10		10

Quadro 6.11.
Ocorrência das categorias identitárias nas respostas à P2 em %

Nas respostas à pergunta 2 (*P2 - Na sua opinião, existe igualdade entre homens e mulheres, hoje em dia?*), a hierarquia das categorias identitárias é muito parecida com a pergunta anterior: identidades relacionadas com a vida profissional fora de casa são as mais frequentemente construídas, embora sem reunir o mesmo grau de consenso entre as entrevistadas, como se verifica na pergunta anterior. São mais frequentes as filhas (F + FL) que debatem questões de igualdade e diferença entre homens e mulheres, recorrendo a exemplos do mundo do trabalho, do que as mães (MI - MIV). O mesmo vale para as identidades ligadas ao trabalho doméstico que, em termos gerais, são construídas mais frequentemente pelas filhas do que pelas mães. Dentro do grupo das filhas, este tema aparece mais frequentemente no grupo com nível educacional médio (F).

Outras identidades relevantes são as de Pais, com mais expressividade no grupo das mães e, dentro deste, nos dois grupos de mães com nível educacional mais elevado (MIII e MIV). As identidades de Cônjuge são relevantes sobretudo para as mães, apesar de não aparecerem construídas no grupo MIII.

Pergunta 4 – Maternidade?

P4	MI	MII	MIII	MIV	F	FL	TOTAL
PAIS	100	100	100	100	100	100	100
MSF	40	40	100	40	60	60	57,5
LAZ	20	20	40	40	30	70	40
TRA		60	20	60	30	50	37,5
CON	20	80	40	40		20	27,5
DOM		60	20	40	10		17,5
GEN		20	20	40	10	10	15
CORP	20			40		10	10
FILH@	20	20	20		10		10

Quadro 6.12.
Ocorrência das categorias identitárias nas respostas à P4 em %

Não surpreende que as identidades de Pais (Mãe e Pai) tenham sido as mais construídas nas respostas à pergunta 4 (*P4 - Acha que a vida de uma mulher muda com a maternidade?*). Cem por cento das mulheres consideraram-na relevante.

Outras identidades relevantes são mulher sem filhos (MSF), facto que se deve sobretudo à pergunta de recurso (P4.2 – *Como vê as mulheres que decidem não ter*

filhos?). É interessante notar que às Identidades de Lazer é atribuída uma posição de destaque nas respostas. Elas são mais frequentemente construídas pelas filhas de nível educacional mais elevado (FL) e constituem, dentro deste grupo, a categoria mais referida a seguir às identidades de Pais. Este aspeto será discutido com mais pormenor no Capítulo 8.

Dentro dos outros grupos geracionais-educacionais ainda merece destaque a reduzida frequência de outras identidades, para além da maternidade/paternidade nos grupos F e MI, assim como o destaque que é dado às identidades de Cônjuge nas respostas do grupo MII.

Identidades dominantes

A frequência da sua ocorrência pode ser um indicador para o predomínio de uma identidade no discurso de uma mulher. Em alguns casos, uma das identidades acima referidas é dominante ao longo de toda a entrevista, uma vez que a mulher redireciona as suas respostas sempre para ela ou porque todas as outras categorias são construídas a partir de uma outra. Para FL12, por exemplo, todos os caminhos parecem levar à sua identidade de Mãe, que é presente em todas as respostas menos à da P2. Algo parecido acontece na entrevista com FL14, que em várias respostas constrói e enfatiza uma identidade encaçada entre a maternidade e o trabalho, sendo que estas duas identidades são construídas, em simultâneo, em todas as suas respostas.

Noutros casos, a dominância de uma identidade não se identifica ao nível das macro-categorias até aqui discutidas. Na entrevista com M06, por exemplo, apesar de ela construir toda uma série de identidades ligadas ao trabalho, à paternidade, à maternidade, ao género, etc., há uma identidade dominante à qual M06 volta repetidamente e que influencia a construção de todas as outras. Em primeiro lugar, esta mulher constrói-se como crítica da sociedade atual, dos homens, dos jovens, etc. A situação de entrevista (ou a da conversa com a entrevistadora) parece ser entendida como uma oportunidade de expressar o seu descontentamento a vários níveis.

E: *ok. acha que existe igualdade entre homens e mulheres, hoje em dia?*

M06: não! pode haver igualdade entre homens e mulheres num sitio ou noutro, ã: consoante a mulher que estiver à testa da coisa, porque ã: eles e tudo o que é dos cinquenta anos para cima, (.) as mulheres são as vassouras. (*hum*) (...4.0) é raro (*hum*) (...2.5) eles dizem “eu amo-te, eu faço isto, eu faço aquilo” mas no fundo eles fazem é o que lhes apetece (*hum*) e escondem.

E: os homens--?

M06: não são todos (*hum*) mas é a maior parte.

Temos, assim, um indício pela existência de vários níveis identitários, como proposto por Bucholtz & Hall (2010). A identidade aqui discutida localiza-se ao nível intermédio, no sentido da proposta destas autoras. Ela não se liga claramente às macro-categorias, embora as influencie, e também não diz respeito ao seu posicionamento perante a situação de entrevista em si. Outro caso parecido é o de M08, que ao longo da entrevista e em relação a diversas macro-identidades constrói-se como uma pessoa especial. Ela foi privilegiada como miúda, era muito bonita, foi a paixão dos sogros, era uma grande amiga de pessoas conhecidas e importantes, teve muitos admiradores, etc. Em todo o seu discurso coloca-se num lugar especial em relação às outras pessoas, o que constitui uma identidade que até pode ser considerada mais dominante e relevante do que as identidades de Mãe ou de Trabalhadora que constrói ao longo da entrevista.

Na entrevista com ML03 podemos encontrar uma micro-identidade, no sentido de Bucholtz & Hall (2010), ou seja, que diz respeito ao estar da falante na entrevista. Esta identidade influencia todas as outras identidades, intermédias ou ao nível macro. As respostas de ML03 são geralmente dadas num tom acentuadamente jocoso, de quem está acima das questões colocadas, porque já viu tudo e nada a choca nem escandaliza. A imagem que desenha para si própria é, em primeiro lugar, uma imagem de mulher liberal e madura, tanto que, em diferentes momentos, desvaloriza as posições propostas pelas perguntas ou as intervenções da entrevistadora que colocam essa última na defensiva, como fica visível no excerto seguinte. Todas as outras identidades que constrói são influenciadas por esta identidade situacional.

E: mas também há mulheres que dizem, por exemplo, que a maternidade muda alguma coisa dentro da mulher, dentro-- há quem diga que dá assim um[:] clique

//qualquer-- não é [riso]

ML03: /não filha, não tive clique nenhum [risos]\ é que eu não sei o que é que possa-- onde é que eu posso ir buscar o clique-- clique--

E: não, não tem que ir buscá-lo-- [risos] //se não houve-- não--

ML03: /não-- se é que ele aconteceu em mim,\ como é que ele se deu? (*hum*) não foi um estalinho. ã: mudou o clique e ela ficou como? mudou para? //não consigo encontrar--\

E: /não que[:] a sua\[:] maneira de ver o mundo, da sua maneira de encarar o mundo //mudou-- quando foi-- quando foi mãe?

ML03: /o mundo, aquele todo? o mundo todo?\ oh filha, desculpe (*hum*) não lhe dar esse-- isso-- mas não sou capaz de lhe dizer. não. //não. não.\

E: /então-- ok.

Um caso interessante é, ainda, a entrevista com F09, na qual é forte a presença de uma identidade a nível intermédio e a nível micro. Através da maneira de falar, F09 constrói-se como observadora da sociedade que na entrevista apresenta as suas observações. Raramente hesita nas suas respostas, ou seja, apresenta-se como alguém para quem a reflexão sobre os temas propostos faz parte do dia-a-dia. Ela é conhecedora da realidade à sua volta e decifrar esta realidade é um exercício usual para ela. Em relação à sua postura perante a situação de entrevista, F09 mostra-se muito controladora da situação. A entrevista é uma espécie de palco sobre o qual elabora um monólogo, que ela própria estrutura de forma muito elaborada, e em que coloca perguntas às quais depois dá as respostas. Desta forma, F09 redireciona as suas respostas para os temas e aspetos que lhe interessam ou convêm, sem que se pudesse dizer que estava a vaguear porque está sempre a responder a perguntas, mesmo sendo colocadas por ela própria. O discurso apresenta poucos traços típicos de oralidade (hesitações, anacolutos, baixa densidade lexical, etc. cf. Capítulo 5). Considero que as duas identidades transparecem no excerto seguinte:

F09: portanto eu penso que a minha vida [riso] (*hum*) e a vida da minha filha serão um prazo ainda curto para haver uma mudança e um equilíbrio-- (*hum*) um equilíbrio maior. (*hum*) não é que já não exista, mas é preciso mais. (*hum*) portanto, voltando um bocadinho atrás, se é menina do papá, ou menina da mamã ã: (.) existem sim, quando[:2] então os pais querem dar mais ã: e facilitar a vida dos filhos. (*hum*) se[:] isso existe mais nas meninas? sim, porque em portugal também o universo é mais feminino. (*hum*) mas também existem meninos e do papá ou da mamã.

As considerações sobre as identidades a nível intermédio e micro não serão aprofundadas nesta tese, sendo, certamente, um campo de análise interessante e pertinente. Para já, serviu esta abordagem para esclarecer que existem, de facto, diferentes níveis de construção identitária que originam diferentes tipos de identidades.

6.3. Categorizar as identidades

Tendo em conta as características das identidades identificadas no *corpus*, é possível definir (pelo menos) dois tipos principais de identidades: identidades relacionais e identidades acionais. Esta classificação inspira-se vagamente na classificação dos processos da LSF, mas não esgota as possibilidades propostas por estes, seja porque não é possível fazer equivaler todos os tipos de processos a classes de identidades, seja porque nem todas estas classes encaixam em algum tipo de processo.

Identities relacionais

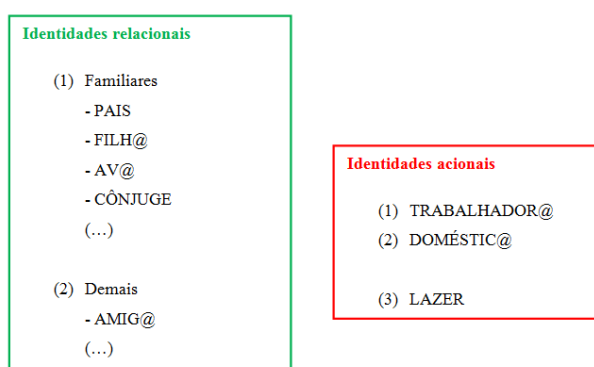
Entendo por ‘identidades relacionais’ aquelas que surgem da relação do indivíduo com outros indivíduos e que dependem da existência destes. O indivíduo é alguma coisa em relação a outro(s) indivíduo(s), por exemplo, Mãe em relação aos seus filhos, Avô dependendo da existência de netos, etc. Esta teorização dá conta da simultaneidade de identidades distintas, deixando em aberto como o indivíduo se relaciona com os outros de cuja existência a identidade em questão depende. Fora da família, a mulher mantém outros relacionamentos dependendo de outros indivíduos, originando identidades de amiga, de amante, de vizinha, etc.

Identities acionais

Designei ‘identidades acionais’ as identidades que são construídas em relação a uma atividade: identidades de Trabalhador@, de Doméstica, de Praticante de Atividades de Lazer, etc. As identidades de Trabalhador@ definem-se em relação à atividade principal da mulher, que pode ser um trabalho fora de casa ou o trabalho doméstico, desde que este constitua a sua atividade principal, como é o caso das mulheres domésticas. A identidade de Doméstica diz respeito à maneira da mulher se construir em relação ao trabalho doméstico quando este não constitui a sua atividade profissional principal. Esta separação entre atividades profissionais principais e outras secundárias pretende, já neste momento, pôr ao mesmo nível trabalho dentro e fora de casa como sendo igualmente exigentes e relevantes. Decidi pôr de lado a categorização alternativa, que seria a separação tradicional entre atividades no espaço público e no espaço privado, surgida no século XIX, com a emergência das sociedades industriais, por ter sido identificada como estando na origem da criação de diferenças de género (Aboim 2008). A partir do século XIX, homens e mulheres começaram a ocupar esferas e funções diferentes, tendo sido esta separação justificada com argumentos de uma suposta diferença biológica e psicológica (cf. Capítulo 2). Colocar uma categorização destas na base do presente trabalho seria, no mínimo, um contributo para a manutenção desta ordem de género que ainda está muito presente na sociedade portuguesa, como terei oportunidade de demonstrar. A distinção entre espaço privado e espaço público

implica, também, forçosamente uma desvalorização do trabalho doméstico que não pode ser do interesse deste trabalho crítico.

O trabalho doméstico ficará, assim, nesta análise, colocado ao mesmo nível do trabalho fora de casa e das outras atividades possíveis no tempo que resta ao indivíduo fora do seu trabalho principal. Pretendo, desta forma, retirar à partida o papel de destaque que hoje em dia é dado ao trabalho fora de casa, que muitas vezes é tido como sendo mais importante do que as atividades de lazer e mais valorizado do que o trabalho doméstico.

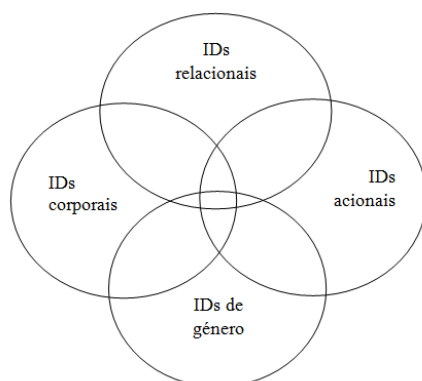


Quadro 6.13.
Identities relacionais e acionais

Esta categorização permite sistematizar as identities analisadas neste trabalho, mas não é completa, uma vez que deixa de fora outras identities já referidas anteriormente como, por exemplo, identities relacionadas com o corpo ou identities femininas que existem em oposição a identities masculinas. Uma sistematização completa, se for possível, seria uma tarefa difícil de executar no âmbito desta tese.

Obviamente, as duas categorias identitárias – relacionais e acionais – dificilmente se separam na totalidade. As identities sobrepõem-se frequentemente, como no caso de uma mãe que é dona de casa ou de cônjuges que trabalham juntos. As identities acionais – a não ser que se trate de um trabalho estritamente individual e solitário – têm sempre uma componente relacional, na medida em que a ação em questão envolve outras pessoas, como colegas de trabalho, chefes, empregados, outros elementos da família para os quais as ações da dona de casa são dirigidas, clientes, etc. O mesmo vale para todas as categorias identitárias. No quadro seguinte acrescento, a título de exemplo, as categorias Identidades Corporais e Identidades de Género para

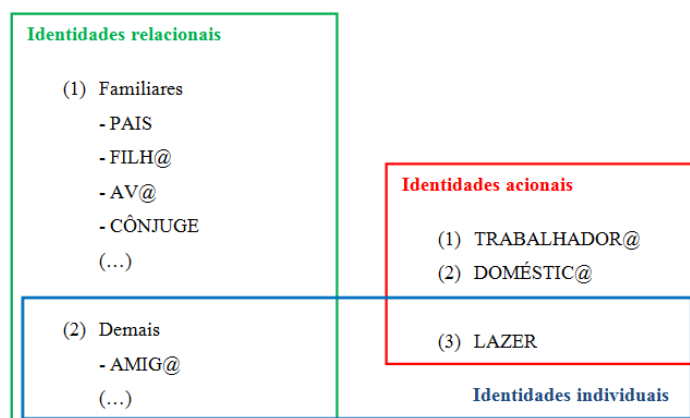
representar melhor a noção do entrelaçamento entre todo o tipo de categorias identitárias, sempre tendo em conta que o quadro não é completo, nem pretende sê-lo.



Quadro 6.14
Entrelaçamento das categorias identitárias

Identities Individuais

As identidades relacionais que não se relacionam com a família (em termos de espaço e de relacionamento) e as identidades acionais que não se relacionam com o trabalho fora ou dentro de casa podem ser entendidas como constituindo uma outra macro-categoria identitária, a das identidades individuais, como é demonstrado no quadro a seguir.



Quadro 6.15.
Identities individuais

As identidades Individuais são potencialmente relacionais (i. e., envolvem relacionamentos com outras pessoas) e/ou acionais (envolvem atividades), mas dizem respeito ao espaço individual da pessoa e ao tempo que ela tem (ou não) para ela própria. Esta categoria identitária inclui aspetos que muitas vezes são incorporados na

categoria de autoidentidade, utilizada em oposição à identidade social na Psicologia Social (Dubar 1991; Lalanda 2012), mas não é idêntica. Tendo em conta as exposições do Capítulo 3, entendo que o discurso não espelha a vida interior do indivíduo ou algum nível subconsciente que a Psicologia pretende alcançar. O que o discurso ‘revela’ são representações e construções de realidades que podem, mas não necessariamente têm de, ter algum equivalente exterior ou interior ao indivíduo. Para além disso, a interdependência entre uma dimensão exclusivamente pessoal e a dimensão social é tão grande que dificilmente são separáveis.

As identidades individuais parecem-me ser espaços potencialmente mais livres de construção identitária, não sujeitos aos constrangimentos institucionais impostos pelo trabalho e/ou pela família. Os relacionamentos e as atividades que contribuem para a sua construção são, tendencialmente, resultados de escolhas tomadas de forma mais livre e consciente e têm um carácter menos definitivo. Mais facilmente o indivíduo assume ou abandona a qualidade de membro de um ginásio do que um emprego ou um cônjuge. No caso dos amigos e dos cônjuges, as fronteiras são ténues, uma vez que os dois são, à partida, resultado de uma escolha, e não serão poucos os casos em que as amizades duram mais do que os casamentos. Mas pode-se assumir que o compromisso assumido com o cônjuge é maior. Piedade Lalanda (2000) investigou o espaço pessoal de mulheres a viver em conjugalidade e com família, ou seja, as identidades Individuais dentro do espaço físico da casa de família. A investigadora concluiu que o espaço do “ser íntimo fica reduzido por vezes a um espaço marginal, liminar ou mesmo *entresticial*”, que “a necessidade do espaço pessoal é sentida por muitas mulheres mas nem sempre concretizada” e que muitas vezes o trabalho fora de casa é entendido pelas mulheres como momento de realização pessoal, isto é, como fazendo parte da identidade individual.

A minha análise demonstrou que as identidades Individuais não são construídas frequentemente no *corpus*, o que por si só é um resultado interessante que, eventualmente, poderia vir a confirmar os resultados de Lalanda. Ao lado do predomínio das identidades familiares, por um lado, e daquelas relacionadas com o trabalho (fora ou dentro de casa), as identidades Individuais parecem ocupar um lugar meramente secundário na imagem que as entrevistadas constroem delas próprias, pelo menos na situação de entrevista.

Síntese

Neste capítulo apresentei os principais instrumentos/sistemas analíticos que serão utilizados a partir daqui: o sistema de Transitividade, a Avaliatividade e a Modalidade, acompanhado por algum enquadramento teórico destas ferramentas à luz da LSF. Também procurei identificar o potencial de cada um destes instrumentos analíticos para a análise de construções discursivas de identidades. A segunda parte do capítulo constitui um enquadramento temático, quantitativo, para a análise seguinte. Nela apresentei um mapeamento de todas as identidades quantitativamente relevantes no *corpus* sob análise. As identidades de trabalhadora (fora e dentro de casa) revelaram-se mais frequentes nas respostas às perguntas 1 e 2, as identidades de mãe nas respostas à pergunta 4. Espero ter demonstrado que as identidades mais frequentemente construídas nem sempre são as identidades predominantes numa entrevista. No entanto, a frequência, e não a predominância, foi escolhida como critério de seleção das identidades para as análises mais pormenorizadas apresentadas nos capítulos 7 e 8. Na terceira parte do presente capítulo apresentei uma proposta de classificação das categorias identitárias, distinguindo identidades relacionais, acionais e individuais.

Capítulo 7 – Identidades de trabalho

Neste capítulo, apresento as análises das construções identitárias relacionadas com o trabalho dentro e fora de casa. Após uma breve introdução, na primeira parte deste capítulo, a análise foca-se nas representações de mudança e continuidade relativamente a estes dois espaços de ação feminina. Sendo que a maior mudança descrita pelas mulheres é a passagem da condição de doméstica para a de trabalhadora assalariada, irei analisar criticamente as representações diferenciadas destes dois tipos de trabalho e o papel atribuído às mulheres no processo de mudança. No que diz respeito ao espaço doméstico, a análise focará o papel que os homens nele desempenham, antes de passar para a análise de um aspeto que liga espaço doméstico e trabalho fora de casa: a representação da acumulação de tarefas pelas mulheres. Na segunda parte do capítulo irei apresentar resultados da análise das representações de igualdade e diferença entre homens e mulheres relativamente à dicotomia ‘fora’ e ‘dentro de casa’ com um foco especial sobre a influência que a identidade de mãe pode ter sobre o trabalho fora de casa e vice-versa.

7.1. Introdução

As construções identitárias relacionadas com o trabalho dentro e fora de casa ocorrem com mais frequência nas respostas às perguntas P1 e P2 (cf. Capítulo 6). O aspeto da frequência foi o escolhido para determinar quais as perguntas a incluir na análise destas mesmas identidades.

A pergunta P1 (*O mundo mudou bastante nos últimos trinta anos. Acha que a vida das mulheres mudou também?*) foca questões de mudança. A formulação da pergunta pressupõe a ocorrência de uma mudança geral (o mundo mudou) num espaço de tempo específico (trinta anos), direcionando assim as respostas das entrevistadas. Perante este pano de fundo, é colocada a possibilidade de uma mudança na condição da mulher, de forma aberta (*Acha que a vida das mulheres mudou também?*): ela pode ser aceite ou recusada pelas falantes. Tratando-se de uma pergunta de resposta sim ou não, foi muitas vezes necessário pedir para elaborarem, então, em que áreas a mudança teria ou não ocorrido. As duas perguntas de recurso (P1.1. *Acha que a vida da sua mãe/filha*

enquanto mulher foi diferente da sua? e P1.2. *Ser mulher hoje é mais fácil ou mais difícil do que há trinta anos?*), que acabaram por ser colocadas em todas as entrevistas, oferecem pontos de ancoragem para esta elaboração, a partir dos quais é proposto às mulheres construir as suas respostas. As duas perguntas propõem uma comparação ao longo de um eixo temporal, contrapondo a experiência da mãe (no caso das filhas F) ou da filha (no caso das mães M) à sua própria experiência. A pergunta P2 (Na sua opinião, existe igualdade entre homens e mulheres hoje em dia?) pretende provocar uma comparação da situação das mulheres com a situação dos homens na atualidade.

As identidades de trabalhadora, apesar de não serem invocadas nas perguntas, são as que as mulheres consideram mais relevantes na resposta às questões colocadas. Elas são construídas, essencialmente, à volta de dois grandes eixos temáticos: o eixo de mudança/continuidade e o eixo de igualdade/desigualdade. Quanto ao primeiro eixo, as mulheres assumem ou atribuem identidades num jogo de comparação entre duas gerações de mulheres; quanto ao segundo eixo, a comparação acontece entre homens e mulheres. Os dois eixos intersectam-se frequentemente. Apesar disso, irei iniciar a análise considerando aspetos do primeiro eixo, antes de considerar aspetos do segundo.

7.2. Mudança e continuidade no trabalho fora e dentro de casa

Quase todas as mulheres afirmam, perante a P1, que a situação da mulher em Portugal mudou nos últimos 30/40 anos, sendo o trabalho a área escolhida por quase todas elas para elaborar esta mudança. Desta forma, as mulheres constroem a identidade da geração mais nova perante o trabalho em oposição à geração mais velha e vice-versa. As principais mudanças construídas são listadas no quadro a seguir.

Geração M (M-1)	Geração F (M)
<i>Não trabalhava</i>	Trabalha (14)

<i>Teve menos oportunidade de estudar</i>	Teve oportunidade de estudar mais (9)
<i>Começou a trabalhar mais cedo</i>	Começou a trabalhar mais tarde (8)
<i>Era menos realizada, teve menos desafios, e menos liberdade</i>	É (mais) realizada, tem (mais) desafios e (mais) liberdade (5)
<i>Teve menos oportunidades de trabalho</i>	Tem mais oportunidades de trabalho (4)
	Não quer trabalhar (4)
	Outros

Quadro 7.1.
Principais mudanças na vida das mulheres face ao trabalho fora de casa

O quadro acima foi constituído a partir das representações da geração mais nova. Sendo que na construção do EU está sempre implícita a construção de um OUTRO (Abels 2010), é possível deduzir a caracterização da geração mais velha a partir da caracterização da geração mais nova, como estando em oposição a ela (daí, no quadro 7.1., a caracterização é apresentada em itálico e a cinzento). No caso das representações da geração mais nova como não querendo trabalhar, não é possível estabelecer esta oposição de forma direta. Se as mulheres (ou algumas mulheres), hoje em dia, não querem trabalhar, não significa, necessariamente, que as da geração mais velha queriam fazê-lo, mas esta atitude pode perfeitamente estar em oposição a uma posição de não *poder* trabalhar. Não querer trabalhar configura, assim, uma caracterização da geração mais nova, sem que seja possível tirar conclusões sobre a mais velha.

A análise mais pormenorizada, que apresento a seguir, incide sobre a mudança que reúne mais consenso entre as mulheres: a passagem de uma condição de não trabalhadora para uma de trabalhadora.

7.2.1. “Antes as mulheres não trabalhavam...” – O aparecimento de uma nova identidade acional

Enquanto num momento histórico anterior as únicas identidades acionais femininas disponíveis estavam ligadas à domesticidade, num momento histórico posterior a categoria das identidades acionais experiencia uma abertura, no sentido do acréscimo de outras identidades ligadas ao trabalho fora de casa e ao lazer. Esta mudança não é representada, em todos os casos, como tendo acontecido na passagem da geração M para a geração F, mas algumas mulheres localizam-na na passagem da geração das avós (M-1) para a das mães (M). São ligeiramente mais as mulheres da geração mais velha que a localizam desta forma (M03, ML02, ML12, mas também F08

e FL07), sobretudo contrapondo a sua própria condição de trabalhadora com a das suas mães, que não tinham um trabalho assalariado fora de casa. Considerando o facto de todas as mulheres da geração mais velha entrevistadas para este projeto terem, em algum momento, exercido um trabalho fora de casa (apesar das suas trajetórias profissionais terem sido interrompidas muitas vezes), a predominância da localização da mudança entre as gerações M e F não deixa de surpreender. Não devemos subestimar a influência da pergunta sobre estas respostas. A pergunta propõe o espaço de 30 anos como quadro referencial e sugere às mulheres localizar uma mudança neste espaço de tempo. Esta mudança é descrita por 14 mulheres, sendo que a construção acontece de forma mais acentuada no grupo FL (apêndice 7.A).

Representações do trabalho doméstico

A construção da mudança como a passagem de uma condição de ‘não trabalhadora’ para uma de ‘trabalhadora’ levanta questões sobre a representação da domesticidade. Se as mulheres só começaram a trabalhar quando saíram de casa, o que faziam antes então? O que é o ‘trabalho’ e será que o trabalho doméstico não é trabalho?

A construção de uma oposição entre ‘trabalhar’, referindo-se ao trabalho assalariado fora de casa, por um lado, e ‘não trabalhar’, designando a condição de doméstica, acontece, por exemplo, no seguinte excerto da entrevista com FL01:

FL01: antigamente a mulher fazia muito uma vida um pouco de casa, não é? (*hum*) portanto a ocupação da mulher ã: em portugal, (*hum*) era a vida doméstica, (*hum*) o tratar da casa, do[:] marido, dos filhos a maior parte delas não trabalharia, (*hum*) seriam os maridos que levavam o ordenado para casa, e a mulher ocupar-se-ia de tudo quanto era tarefa de[:] (*hum*) casa. [...] /as limpezas\\ a educação dos filhos, as roupas, ã: cozinhar, (*hum*) as compras, (*hum*) tudo isso era tarefa de mulher. (...) a mulher estava completamente dependente do[:] homem nomeadamente em termos financeiros, (*hum*) ã: e não tinha um desafio, não tinha uma carreira, não tinha um desafio, não tinha aquele objetivo de se levantar (*hum*) para ir executar um trabalho e para ser remunerada por esse trabalho.

Podemos observar que, neste trecho, ao trabalho doméstico é negada a designação de ‘trabalho’ (“a maior parte delas não trabalharia”). A palavra “trabalho” configura, assim, como sinónimo do trabalho assalariado, fora de casa, enquanto todo o resto é referido como “ocupação” ou “tarefa”, tornando-se assim algo menor, uma simples

forma de passar o tempo ou um “trabalho habitual”⁶⁷. O trabalho fora de casa adquire, ao mesmo tempo, uma avaliação positiva, proporcionando uma experiência mais completa e edificante: ter um “desafio”, um “objetivo” ou uma “carreira”. Desta forma, apesar da quantidade de tarefas listadas por FL01 que integram a condição de “vida doméstica” (tratar da casa, do marido, das limpezas, da educação dos filhos, das roupas, das compras, cozinhar), ela deixa claro que a vida das mulheres nesta condição era limitadora, não satisfatória e consequentemente não desejável, desvalorizando todas as tarefas a ela associada. A identidade da mulher atual, trabalhadora, constrói-se simultaneamente valorizada e de forma claramente positiva. A utilização de “a mulher” como participante principal desta representação, os processos com polaridade positiva e negativa sem modulação ou modalização sublinham uma suposta validade geral das afirmações e o comprometimento total da falante com a verdade das mesmas. A condição descrita não era a de ‘muitas’ ou ‘algumas’ mulheres, mas de “a mulher” designando um grupo supostamente homogêneo. Todos os indivíduos cujas experiências não correspondem a esta descrição são construídos como exceção, sendo que a mãe de FL01 constitui precisamente uma destas exceções. Outra característica da mulher da geração mais antiga, que carrega uma crítica da mesma, é expressa em processo relacional atributivo, no qual “a mulher” se configura como portadora do atributo “dependente do homem em termos financeiros”, atributo de avaliação claramente negativa. Esta caracterização da mulher é frequente no *corpus* e atribui ao trabalho fora de casa um valor emancipador e, como tal, positivo, porque evita estes estados de dependência.

Raramente o processo “trabalhar” é utilizado para designar o trabalho doméstico.

F07: há trinta anos havia muitas mulheres a trabalhar em casa, não é? (*hum*) portanto, domésticas. hoje em dia há muitas mulheres que são domésticas e trabalham fora, portanto e (.) tudo o que está associado a isso, não sei se não é uma vida, quem tem estes dois trabalhos, que considere o trabalho de casa, um trabalho, ã: não é mais difícil apesar de tanta tecnologia.

F07 mostra consciência da diminuição do valor do trabalho doméstico quando se lhe nega a designação de “trabalho”, fazendo questão de o designar assim. Ela leva a valorização da condição de doméstica mais longe do que qualquer outra mulher no *corpus*, pondo a hipótese de esta ser “mais difícil” do que a de trabalhadora fora de casa.

⁶⁷ Definição de “tarefa” em Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-01-28 22:12:49]. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/tarefa>

É interessante também a possibilidade de acumulação de ser “doméstica” e trabalhar fora, uma vez que geralmente ser “doméstica” expressa uma noção de exclusividade. Em comparação com FL01, o panorama descrito é menos generalizado pela utilização do quantificador “muito”, seja para a condição da mulher de há 30 anos, seja para a sua condição na atualidade.

Outra forma de referência à condição de doméstica inclui os processos “estar” e “ficar” em casa. No caso do grupo verbal “estavam em casa”, em três casos ele não é acompanhado/seguido por nenhum processo material que lhe atribua um carácter mais dinâmico (do tipo ‘ficar em casa e fazer isto ou aquilo’). Assim sendo, a mulher surge simplesmente estando, sem exercer nenhuma atividade, ao contrário das pessoas que ‘trabalham’. Às domésticas, necessariamente conformadas com esta condição, é atribuída uma identidade de quem aceita a limitação, a estagnação e a paralisação. Ao mesmo tempo, à mulher trabalhadora é atribuída uma identidade dinâmica, comparativamente mais positiva. Uma vez que todas as mulheres em questão falam a partir do lugar da mulher trabalhadora, ou seja, todas elas trabalham fora de casa, ao assumir esta identidade assumem também a avaliação positiva nela inerente. Uma ideia ainda mais acentuada de paragem é transmitida pelo processo “ficar” em casa. FL11 constrói esta oposição de forma muito clara:

FL11: eu acho que ã: muitas mulheres não trabalhavam. não é. dependiam dos maridos, e[:2] ficavam em casa, a tomar conta dos filhos, também era um papel importante, ã: mas também sujeitas a ã: essa dependência financeira, não é. [...] [a minha mãe] fartou-se de trabalhar a vida toda, porque entretanto teve uma fase em que estava em casa realmente a tomar conta de nós, como todas as mulheres, d-- de uma classe média-alta, e depois quando eles se separaram teve que trabalhar também e trabalhou, e montou uma empresa, e fez um restaurante, (*hum*) e portanto sempre foi uma pessoa que trabalhou imenso.

Apesar de, inicialmente, FL11 valorizar o trabalho doméstico (no sentido lato, neste caso, o “tomar conta dos filhos”), não se refere a ele como trabalho, mas sim como “um *papel* importante”. O processo de “trabalhar” é reservado ao trabalho fora de casa, na primeira parte, e às atividades que a mãe desenvolveu depois de uma fase de domesticidade, na segunda. Nessa segunda parte, a identidade de trabalhadora da mãe surge como muito dinâmica, devido ao seu papel de agente único em processos materiais que têm como objetivo a construção de algo muito complexo: ela “montou uma empresa e fez um restaurante”. O excerto acaba com a afirmação de que ela sempre trabalhou, mas o advérbio “sempre” não abrange, neste caso, toda a vida, mas – na minha interpretação – só o período antes e depois da interrupção pela maternidade.

Procura-se, em vão, uma caracterização igualmente dinâmica da domesticidade no discurso de FL11. Ao lado dos processos materiais que caracterizam a identidade de trabalhadora da mãe, o processo “tomar conta” pode ser interpretado como meramente reativo, no sentido de reagir às solicitações dos filhos e, como tal, como contendo pouca iniciativa para uma ação independente, ao contrário de “montar uma empresa”.

No exemplo seguinte, a desvalorização da condição de doméstica é expressa na atitude conformista da mulher em questão (a mãe da falante).

F01: o meu pai era da[:] opinião que ela [a minha mãe] não devia trabalhar. (*hum*) até à altura em que teve que ir trabalhar, porque ele teve um acidente, teve bastante mal, e[:] na altura a minha mãe conseguiu-se empregar, e pronto. a minha mãe não[:] se consegue ver doutra maneira. mas até àquela altura o meu pai achava que ela não deveria trabalhar, pronto. ela acomodou-se. (*hum*) acomodou-se

O facto de a mãe se ‘acomodar’ na condição de doméstica atribui, novamente, à domesticidade um significado de estagnação e de paragem, para além de representar a opção mais fácil (difícilmente se imagina alguém a ‘acomodar-se’ na condição de administradora de uma empresa), também, mas não só, porque está em conformidade com as ideias do marido. É interessante observar a modalização neste exemplo. A condição de doméstica é provocada pela vontade do marido, que a impõe sobre a mulher de uma forma absolutamente incontornável: a palavra do marido é lei. A sua opinião no sentido de que a sua mulher não “devia trabalhar” tem carácter de decisão final. A representação do pai como Experienciador em processo mental (“o meu pai achava que ela não deveria trabalhar”⁶⁸) e não, por exemplo, como Dizente em processo verbal (ex. ‘ele proibiu à minha mãe de trabalhar’) mostra o alcance do seu poder: chega ele ‘achar que’ para que a sua visão da condição da mulher seja posta em prática. É uma das raras vezes no *corpus* em que um agente é claramente identificado como origem de poder normativo.

Só em condições extremas, de aperto financeiro, a condição da mãe de F01 se alterou: a transição para a condição de trabalhadora é acompanhada por elementos modais de obrigatoriedade. Não foi a vontade da mãe que provocou a alteração da sua condição, mas sim o facto do marido, devido a um acidente, não poder cumprir o seu papel de trabalhador e provedor em exclusivo. Perante esta situação, a mulher “teve que ir trabalhar”, eventualmente tanto contra a própria vontade como contra a do marido,

⁶⁸ Numa interpretação metafórica da oração inicial “o meu pai era da opinião que...” o pai também configura como Experienciador de processo mental, apesar de *stricto sensu* se tratar de um processo relacional.

que certamente teve o seu papel de ‘autorizar’ a entrada da mulher no mercado de trabalho.

A representação do trabalho doméstico como um não-trabalho atribui uma identidade mais ou menos negativa às mulheres da geração das mães, que se dedicam exclusivamente a ele. A identidade destas mulheres é construída como mais simples, mais limitada do que a identidade das restantes mulheres. A identidade de doméstica é uma identidade pouco dinâmica e, apesar da quantidade de tarefas que algumas mulheres referem como fazendo parte dela, muito parada. É, precisamente, esta caracterização um pouco negativa que, em simultâneo, constrói uma identidade positiva para as mulheres que têm um trabalho fora de casa, como passa a ser o caso da mãe de F01 (exemplo acima) que, uma vez assumida a nova condição, atualmente considera-a parte integrante da sua identidade (“não se consegue ver de outra forma”), o que lhe confere uma avaliação positiva por parte da filha. Ela conseguiu ultrapassar a sua condição limitada.

É interessante observar que, também em relação à geração mais nova, o trabalho fora de casa aparece, por vezes, acompanhado pela noção de obrigatoriedade. Num outro momento na entrevista com F01, as duas gerações de mulheres distinguem-se não pela (im)possibilidade de trabalhar, mas de não trabalhar, ou seja, enquanto na geração mais velha (M) as mulheres podiam *não* trabalhar, esta possibilidade já não existe para a geração mais nova (F).

F01: as mulheres nossas mães de há trinta anos, com a nossa idade, parte delas não trabalhavam. (*hum*) e hoje em dia isto já não é possível. (*hum*) não[:] nem é possível, nem cabe na cabeça de n- de quase nenhuma mulher ficar em casa a tratar dos filhos.

No exemplo de F01 fica evidente que o trabalho não só constitui uma inevitabilidade em termos materiais (já não é possível não trabalhar), mas também em termos identitários. O carácter inimaginável da condição de “ficar em casa e tratar dos filhos” reforça novamente a limitação que esta condição representa.

Em três entrevistas com mulheres da geração F podemos observar uma inversão da avaliação: FL03, FL06 e FL11 constroem o ‘não trabalhar’, isto é, a condição de doméstica, como algo positivo e desejável. Estas representações não aparecem em mais nenhuma entrevista e todas as mulheres que as constroem pertencem ao grupo das mulheres com um nível de escolaridade elevado.

FL03: penso que às vezes elas próprias também gostavam [riso] às vezes de ter menos coisas-- (*hum*) (xxx) e de não ter tantas decisões para tomar (*hum*) et cetera (*hum*) e já tenho

ouvido muitas pessoas a dizerem, pessoas da minha idade et cetera, a dizer que gostavam era de estar em casa, e de não estar a trabalhar, (*E: [riso]*) e gostavam de ter um marido, (*hum*) que ganhasse muito, [riso] e de não terem tantas chatices [riso] da igualdade.

FL11: até acho que era bom estar em casa sem fazer nada, (*E: [riso]*) [riso] a tomar conta dos filhos, (*hum*) acho que se calhar há dias eu me apetecia mesmo fazer isso.

FL06: os meus filhos andam numa escola de gente que há muitas mães que não trabalham, mas por outros motivos. (*hum*) porque têm imenso dinheiro. (*E: [riso]*) [riso] podem não trabalhar. [riso]

FL03 identifica uma vontade, da parte das mulheres, de voltar à condição tradicional feminina, caseira e dependente do marido. Na primeira parte do excerto, esta atitude é considerada passageira, algo que acontece “às vezes” - apesar de envolver o grupo de mulheres como um todo (“elas”) e não só algumas - adquirindo carácter definitivo na segunda. A própria FL03 constrói-se como estando fora do grupo de “elas”, assumindo uma posição crítica em relação à atitude descrita, ficando visível na ridicularização da condição de dependência e na contraposição dos lexemas “chatice” e “igualdade”. Perante o valor positivo da igualdade, a ideia de esta trazer ‘chatices’ representa um contrassenso, o que carrega um julgamento negativo das pessoas adeptas desta ideia. FL11 assume esta vontade para ela própria e é a única mulher no *corpus* a fazê-lo. Ao mostrar esta vontade, constrói a identidade das mulheres domésticas, novamente, como inativa, como não fazendo nada, e inclui nesta inatividade o “tomar conta dos filhos”. Também no caso de FL11, esta atitude é temporária, representando uma espécie de férias da sua atividade principal – o trabalho fora de casa. No caso de FL06 o “não trabalhar” é construído como um privilégio, algo que pessoas com dinheiro *podem* fazer, o que faz pensar que ela consideraria ‘não trabalhar’ se tivesse esta possibilidade.

Ao contrário da valorização do trabalho, que se observa na maioria das entrevistas, nos últimos exemplos deparamo-nos com uma mudança drástica no valor atribuído aos dois trabalhos. Sendo o trabalho fora de casa uma obrigação seja para a geração M, seja para a geração F, ele deixa de ser a condição desejável e a condição de doméstica passa a sê-la. No excerto da entrevista com FL03, o desejo de regressar à condição de doméstica resulta da procura de simplificação da vida perante as altas exigências do trabalho fora de casa. Nas representações de FL11 e FL06 parecemos estar perante uma versão diferente de domesticidade, certamente desprovida da maior parte das tarefas elencadas, por exemplo, por FL01.

Agentes de mudança?

Uma vez que estamos a falar de processos de mudança social, torna-se pertinente perguntar como é que estes processos acontecem e, sobretudo, o que os provoca, ou seja, quem são os agentes na mudança da condição da mulher? Como no exemplo de FL06, referido acima, a maioria das mulheres entrevistadas contrapõe simplesmente a condição da geração M à da geração F (ou, em alguns casos, da geração M-1 à da geração M), ficando, de um lado, o processo de ‘não trabalhar’ e, do outro, o de ‘trabalhar’. Desta forma, elas apresentam o ponto de partida e o de chegada, mas não o processo de mudança em si, omitindo, ao mesmo tempo, qualquer agente possível. Em outros casos, o agente é omitido apesar de a mudança em si ser referida. A expressão mais evidente disto mesmo encontra-se no discurso de ML02, que utiliza um processo existencial para representar a mudança: “houve uma evolução”. Para além do processo existencial omitir qualquer responsável possível da mudança ocorrida, uma “evolução” é um processo que, por natureza, acontece sozinho e de forma gradual, sem que seja necessário alguém para o fazer acontecer.

Noutros casos é possível inferir hipotéticos agentes de mudança, a partir daquelas pessoas ou entidades que são referidas como inibidores da mesma:

F01: o meu pai era da[:] opinião que ela não devia trabalhar

FL14: é assim, as mulheres antes não podiam trabalhar, não lhes davam trabalho, não podiam estudar [...] nas famílias não se[2:] incentivava isso.

No caso de F01, já discutido anteriormente, é possível pressupor que a mudança poderia ter acontecido, caso as famílias e, em particular, o marido tivessem incentivado os estudos e o trabalho das mulheres. Tendo a palavra do marido o peso que tem, ele não só teria a possibilidade de desincentivar a atividade profissional da mulher, como teria igualmente a possibilidade de incentivar a mesma. No exemplo de FL14, a identificação do agente inibidor da mudança é menos direta, uma vez que ele está ‘escondido’ por detrás do verbo na 3ª pessoa do plural. Como tive oportunidade de elaborar noutro trabalho (Krebber 2013: 172), ofuscar o agente de uma ação desta forma é uma estratégia frequente na linguagem oral e transmite uma certa impotência perante a ação da entidade encoberta. Esta forma gramatical “faz referência a um conjunto ou grupo de pessoas não especificado, portador de poder e autoridade. O enunciador sente que este grupo está muito longe da sua realidade e do seu quotidiano e que não tem qualquer influência sobre ele”. Ao mesmo tempo, torna-se impossível responsabilizar

estes atores sociais. De qualquer forma, as mulheres são representadas como vítimas da ação alheia, como tendo sido incapazes de – pelas suas próprias mãos/ações – mudarem o seu destino e a sua condição. A mudança só aconteceria no caso de as pessoas/entidades capazes de negar o trabalho às mulheres (os patrões? as empresas?) mudarem de atitude.

Na maior parte das entrevistas as mulheres ocupam um papel totalmente passivo perante a mudança, não tendo qualquer papel nos processos que mudaram as suas vidas de forma drástica. Só algumas - poucas - entrevistadas identificam as próprias mulheres como agentes:

F08: aí as mulheres começaram-se a emancipar, tinham-- já começaram a trabalhar fora de casa [...] a[:] minha mãe por exemplo, vem do interior, vem da beira baixa para cá estudar, acaba por se estabelecer aqui, e-- mas já vem com o intuito de[:] se emancipar!

A ação que provoca a mudança é da própria mulher, construída como Ator e Experienciadora, respetivamente, em processos materiais (“trabalhar fora de casa”) e mentais (“emancipar”) que indicam uma mudança, não só de comportamento, mas também de atitude. Esta mudança acontece de forma intencional, planeada, no caso da mãe de F08, o que faz dela uma agente de mudança por excelência.

Este papel de agente de mudança é ocupado também por outras mulheres, mas de forma diferente. Duas das mulheres da geração M constroem-se como agentes de mudança pela via da educação que permitiram às suas filhas.

M02: as minhas filhas já começaram com dezanove dezoito dezanove anos e não começaram mais tarde porque elas não quiseram estudar, não é. eu lutei, bem lutei para que elas continuassem os estudos não é? tirassem um curso superior só que nunca consegui

M02 representa-se a si própria como Ator de processo material: a “lutar” para que as filhas aproveitassem a oportunidade de estudar e, eventualmente, tirassem um curso superior. A responsabilidade pelo fracasso dos seus esforços está do lado das filhas, que são representadas a contraporem à ação da mãe um outro processo material como elemento de uma oração hipotática de polaridade negativa (“não quiseram estudar”), que se revela mais forte. Para a mudança acontecer, afinal, é preciso a conjunção da ação da mãe e da filha, sendo que a segunda tem mais poder de mudança, enquanto a primeira se configura como potenciadora.

7.2.2. Mudança e continuidade no espaço doméstico

A construção das identidades domésticas é, em termos gerais, menos frequente do que a construção de identidades relacionadas com o trabalho, o que pode indicar que são identidades consideradas menos relevantes do que as do trabalho. Há oito mulheres para as quais as identidades domésticas parecem não ser relevantes, nem no âmbito das respostas à P1, nem das à P2, ou seja, tais identidades não aparecem nas suas respostas.

Também as construções do lugar da mulher no espaço doméstico ocorrem nos dois eixos referidos no início do capítulo: mudança/continuidade, por um lado, e igualdade/diferença, por outro, sendo que, neste caso, o cruzamento dos dois eixos é mais evidente. Do lado da mudança podemos identificar duas mudanças principais: uma maior participação dos homens (que, potencialmente, cria mais igualdade) e uma (maior) acumulação de tarefas por parte da mulher (que, por sua vez, aumenta a desigualdade). No que diz respeito à continuidade, as mulheres referem que continuam a fazer muito trabalho doméstico e que este trabalho continua a ser distribuído de forma desigual entre homens e mulheres. Nas páginas seguintes, irei apresentar as análises das construções de mudança.

A influência do homem sobre a identidade doméstica da mulher - Uma nova mentalidade masculina?

A primeira mudança frequentemente construída no discurso das mulheres diz respeito, não tanto à mulher, mas ao homem, tendo influência direta sobre a posição da mulher. Os homens, sejam os da geração mais velha, sejam os da geração mais nova, hoje em dia, participam mais no espaço doméstico. Esta mudança é mais frequentemente observada pela geração das mães e em menor grau pelas filhas de nível de escolaridade elevado (apêndice 7.B, quadro 7.B.1.).

O resultado da mudança (sendo a mudança em si raramente representada) é um ‘homem novo’, cuja atitude é representada em diferentes tipos de processo. Podemos observar processos relacionais do tipo “os homens são diferentes” (F01) ou “os homens são mais compreensivos” (M13) em que os homens figuram como Portadores de determinados atributos, ou processos existenciais do tipo “há diferença na mentalidade” (F12). Entre os processos materiais que caracterizam a postura diferente do homem dominam os processos de ‘ajudar’. Esta dominância do processo ‘ajudar’ é potencialmente problemática, uma vez que posiciona os (no mínimo) dois participantes envolvidos no processo de forma diferenciada e nunca como iguais.

F01: embora os homens agora também sejam diferentes, também ajudem muito mais, alguns. não é? mas (*hum*) pr-- mas pronto. a educação também já é diferente. também acho que já não há tanto esse não[:2] tão rigoroso nesse sentido, mas[:] acho que sim. continuo a fazer mais coisas em casa[↑]. (*hum*) embora ele me ajude, mas pronto.

Desconstruindo o ato de ‘ajudar’, fica evidente a distribuição desigual da agência dos seus participantes obrigatórios. Quem ajuda, o homem, figura como mero ator secundário, cuja ação depende da ação do ator principal, da mulher, que teve a iniciativa de iniciar a ação e lidera a mesma. Assim, a participação do homem é diferente da de há trinta anos, se considerarmos que, nessa altura, o homem não tinha agência nenhuma no espaço doméstico. Mas a mudança é de nenhuma para pouca participação masculina, estando longe de um estado de igualdade, como aliás é reconhecido por F01. Sem a ação da mulher, a ação do homem deixa de existir. O mesmo acontece com processos materiais como em “os homens de hoje talvez já apoiam mais” (note-se que o advérbio “talvez” remete mesmo a ação secundária do homem para o campo da modalização de possibilidade) e “participar” (2 ocorrências). Um quadro diferente de envolvimento constroem os processos “partilhar” (4 ocorrências), “dividir” (1 ocorrência) e ainda a forma reflexiva “ajudarem-se”, que tem homem e mulher como agentes. Um caso especial é o de ML15, uma vez que esta entrevistada revela consciência da distribuição diferenciada implícita nos diferentes tipos de processo⁶⁹.

ML15: quando o homem quer ajudar, eu acho que nós ã: ainda não deixamos que ele faça. a minha geração ainda não deixa que ele faça. (*hum*) deixa, mas ã: é uma ajuda. (*hum*) é. e[:] as novas gerações já não é uma ajuda, faz parte do partilhar, o dividir, (*hum*) já é diferente. (*hum*) a minha geração ainda não mudou muito.

ML15 parece estar a contrapor “ajudar” como ação assistente a “fazer” como ação independente. Os homens são representados como tendo iniciativa e vontade para ajudar, sendo que a passagem para o “fazer” é-lhes vedada pela mulher. Constrói-se assim a mulher como responsável pela participação reduzida do homem, pelo menos na geração mais velha (M), e como possível potenciadora da emancipação do homem. Na geração mais nova, a nominalização do processo ajudar é recusada pela falante a favor dos verbos partilhar e dividir, igualmente nominalizados. Às mulheres mais velhas - e ML15 inclui-se neste grupo através da utilização do pronome “nós” - é atribuída uma identidade de guardiã do espaço doméstico que a geração mais nova não tem. A mulher

⁶⁹ F01, no exemplo anterior, revela, no fim do trecho transcrito, somente a consciência da distribuição desigual das tarefas, apesar do ‘ajudar’, mas não uma consciência de que este processo mantém esta desigualdade.

mais nova mais facilmente abdica do seu papel central nesse espaço, abrindo a possibilidade de divisão de tarefas (mais) igual.

A influência do homem sobre a identidade doméstica da mulher - Os 'bons exemplos'

As representações descritas acima referem uma mudança generalizada, referindo-se aos 'homens' em geral. Outras mulheres constroem a atitude e a ação de um homem, em particular, como um bom exemplo. A ação e atitude deste homem são tidas como positivas e exemplares, em comparação com um panorama geral, em que a maior parte dos homens não tem/tinha a mesma atitude. Noutros casos, o homem em questão serve de exemplo ilustrativo de uma mudança geral por parte dos homens. Os 'bons exemplos' são mais frequentemente construídos no grupo das filhas de nível educacional médio, sendo a sua distribuição praticamente igual, contrapondo os grupos F e M (apêndice 7.B., quadro 7.B.2.).

Maioritariamente, os bons exemplos referem-se a homens próximos das falantes: são sobretudo os maridos (em 12 casos) e os genros (5), mas também os pais (3) e só num caso o próprio filho.

Os 'bons exemplos' foram analisados tendo em conta três critérios: (1) a dependência/ independência da ação do homem, (2) o tipo de trabalho doméstico em que o homem é representado como agente e (3) eventuais construções de igualdade e desigualdade na distribuição das tarefas.

Dependência e independência da ação masculina ocorrem, mais ou menos, com a mesma frequência. Considera-se a ação do homem 'dependente' quando a existência ou o exercício da mesma depende de uma qualquer ação feminina – como discutido acima pela utilização do processo material 'ajudar'. Segue um exemplo de uma ação dependente:

M07: a minha filha está num sítio qualquer ã: “ó [nome do companheiro da filha F07], olha, adianta isto, faz isto, faz aquilo.” e ele não-- nem respostas tortas, nem nada, “está bem”, pronto.

No exemplo acima, a mãe (M07) constrói a filha (F07) como sendo beneficiada por uma atitude exemplar por parte do companheiro, que não reage mal às suas instruções. A falante não questiona o facto de a ação do homem ser meramente reativa, nem a desigualdade que está implícita nesta distribuição da iniciativa perante o trabalho

doméstico. O foco está na avaliação positiva da disponibilidade do homem de satisfazer os pedidos da companheira, normalizando uma ordem de género tradicional. No exemplo seguinte, F02 nega esta mesma distribuição, constituindo a ação masculina como independente. Esta independência é contrariada, de seguida, pela utilização do mesmo processo de “ajudar”, que se observa numa quantidade grande de entrevistas.

F02: o meu ex-marido ã: não precisava lhe dizer nada que ele próprio achava que tinha que fazer. ou que fazia. ou que-- pronto! que não[:] tinha que ser eu a fazer. (*hum*) se ele está ali e[:] me pode ajudar, porque é que há de estar ali sentado no sofá ou--

Na primeira parte, a ação em que o ex-marido figura como agente (“fazer”) é modulada por obrigação (“tinha que”). O resultante grupo verbal é projetado por um processo mental (“achava que”). A obrigatoriedade é imposta pelo próprio homem, construindo a sua ação como independente de qualquer ação feminina. A segunda parte do excerto está em oposição com esta construção de independência, uma vez que a mulher aparece como beneficiária da ação do homem, o que a reconstrói como agente principal das tarefas domésticas. Apesar da ação do homem ser independente, ela é construída pela mulher como um contributo para a sua própria ação, retirando-lhe grande parte da sua independência. Como comportamento alternativo a esta ação assistente é construída a não ação (“estar sentado no sofá”), o que valoriza claramente a primeira mas ignora a possibilidade de uma outra alternativa, a ação independente. Trata-se, desta forma, de um ponto de chegada, de uma configuração aceitável e positiva dos papéis perante o trabalho doméstico, sem qualquer potencial de conflito que poderia levar à mudança (cf. Capítulo 2).

Ocorrem no *corpus* outras representações do homem a ‘fazer’ coisas de forma independente, a ‘dar banho’, a ‘cozinhar’, etc., como no exemplo seguinte. A análise destas ações revela que o homem só atua de forma independente em áreas específicas, como é o caso no discurso de F08.

F08: nós cá em casa, por exemplo, o meu marido cozinha muito, (*hum*) cozinha tanto como eu, e além diss-- e eu passo a roupa porque ele também nunca passa, por exemplo, não é? (*E: [riso]*) mas (.) ã: e há desequilíbrios, por vezes há, mas eu acho que isso acaba por ser normal, e tem a ver com a personalidade das pessoas.

A culinária é o campo de eleição da atividade masculina em casa (7), seguido das atividades ligadas aos filhos (4), a limpeza (3) e o tratar da roupa (2). Enquanto ‘cozinhar’ já se estabeleceu como uma atividade masculina aceite, também presente

como tal nos *media*⁷⁰, o mesmo não se pode dizer das limpezas e do tratar da roupa, que continuam a ser um campo de ação quase exclusivamente feminino. Pode-se dizer que as mulheres cederam (parte d)as tarefas que carregam algum potencial de criatividade e autorrealização aos homens, enquanto as tarefas que não apresentam este potencial continuam nas mãos delas. Há duas mulheres que dizem expressamente que os maridos não passam a ferro (uma delas é F08) e, no *corpus* sob análise, nenhum homem é representado a desempenhar esta função.

Relativamente a eventuais construções de igualdade e desigualdade na distribuição das tarefas, podemos observar que, mesmo nas tentativas de construir igualdade na ação doméstica, não deixa de haver evidências precisamente do contrário.

Ainda no exemplo acima, o marido de F08 é apresentado como um bom exemplo, porque não só cozinha, mas “cozinha muito”. Mas cozinhando muito, ele cozinha tanto como a mulher, não mais. Consequentemente, F08 também cozinha muito, mas não o refere, porque para ela será o comportamento esperado e normal. O quadro de referência para o julgamento de homens e mulheres é construído como sendo diferente. F08 não passa a ser um bom exemplo de mulher por cozinhar muito, ao contrário do seu marido. O desequilíbrio fica mais evidente quando percebemos que, não só o marido não ocupa nenhuma posição de destaque na cozinha, como há outras tarefas domésticas que ele não executa, mas a mulher sim, nomeadamente o “passar a ferro”. Não é referida nenhuma atividade exclusivamente masculina para contrabalançar este desequilíbrio, porque a falante, provavelmente, não sente o quadro de distribuição de atividades como desigual, o que se torna evidente no fim do excerto, quando ela justifica a desigualdade com a personalidade das pessoas envolvidas. Apesar da tentativa aparente de construir igualdade e normalidade entre marido e mulher relativamente às tarefas domésticas, a análise mais aprofundada revela que, aquilo que as mulheres entendem como sendo ‘bons exemplos’, não o são. São sim manifestações de continuidade de desequilíbrios e de uma organização genderificada do espaço da casa e das tarefas a ele associadas. O mesmo acontece na entrevista com M12:

M12: por exemplo, eu por acaso, o meu marido ã: co-- como a gente trabalhava os dois, saíamos ao mesmo tempo e entrávamos ao mesmo tempo, ele ajudava-me na casa, limpava, tudo, só não[2:] passava a ferro porque não sabia, mas de resto tudo, aspirar e limpar o pó,

⁷⁰ Entre 21 de janeiro e 11 de fevereiro 2016, a revista “Visão” lançou livros sobre os segredos dos grandes chefes de cozinha portugueses. O facto de, entre os 16 chefes, que revelam os seus segredos, só haver 3 mulheres, é indicativo da aceitação e, aliás, da dominância do homem no papel de cozinheiro profissional.

se fosse preciso, dar cera no chão, (*hum*) agora passar a ferro é que não. (*E: [riso]*) ã: nem fazer comer. (*hum*) mas era porque não sabia mesmo.

Em primeiro lugar, podemos observar que a ação do homem depende novamente da ação da mulher, que é ajudada pelo homem. Mas só no caso de as tarefas domésticas serem entendidas como tarefas exclusivamente de mulher, de facto, o ajudar do homem pode ser entendido como algo positivo ou excecional, porque ele estaria a aceitar assumir tarefas pelas quais não seria responsável. Depois percebemos que, apesar de M12 dizer que o marido fazia “tudo”, havia pelo menos duas coisas que o marido não fazia: passar a ferro e fazer comer. Podemos imaginar que M12, para além de fazer tudo aquilo que o homem fazia, ainda passava a ferro e cozinhava.

7.2.3. Acumulando trabalhos

Outro aspeto em que a condição da mulher, atualmente, se distingue da de há 30 anos, diz respeito à acumulação de tarefas por parte da mulher. Enquanto as mulheres, antigamente, eram exclusivamente trabalhadoras domésticas, hoje em dia esta identidade e as tarefas a ela associadas têm de disputar o seu lugar com outras identidades acionais, nomeadamente as relacionadas com o trabalho fora de casa, mas não só. Esta acumulação resulta de processos de mudança e continuidade ao mesmo tempo, envolvendo seja as identidades de trabalhadora, seja as ligadas ao espaço doméstico.

Representações de acumulação de tarefas são mais frequentes entre a geração mais nova (apêndice 7.B., quadro 7.B.3.).

A acumulação é construída de formas diferentes, de acordo com a avaliação que a acompanha. Podemos identificar (a) uma avaliação negativa, que representa a mulher como sobrecarregada; (b) uma avaliação positiva, que constrói uma identidade de supermulher; e (c) uma avaliação neutra, em que a acumulação simplesmente acontece. São descritas, de seguida, nesta mesma ordem.

A Mulher sobrecarregada

Entre as entrevistadas que constroem uma acumulação de tarefas e a avaliam de forma negativa encontramos M10, que diz o seguinte:

M10: acho que a mulher hoje (.) tem dois papéis importantes, que é o papel-- neste caso três, o papel de mulher mãe, o papel de mulher dona de casa, (*hum*) papel de mulher[3:] ma-- marido, o papel da mulher no emprego, porque hoje não é fácil.

Nas palavras de M10, os papéis que “a mulher” acumula são vários: inicialmente, dois, depois da correção, três, e, de facto enunciados, quatro. Note-se também a ordem da enunciação que dá prioridade à identidade relacional de mãe, seguida pela identidade acional de dona de casa, depois pela de cônjuge e, por fim, pela de “mulher no emprego”. Este elenco mostra que já a mulher de ‘antigamente’ acumulava tarefas: as de mãe, dona de casa e cônjuge. Mais recentemente acrescentou mais um papel, o de trabalhadora fora de casa. É esta última tarefa que faz toda a diferença, porque é esta que faz com que “hoje não [seja] fácil”. Esta qualificação normaliza e naturaliza a acumulação já existente. Para além disso, a utilização do nome “dona de casa”, para referir a posição da mulher perante as tarefas domésticas, confere um carácter de exclusividade que dificilmente conjuga com um emprego a tempo inteiro fora de casa. Identifico nesta utilização de “dona de casa” um momento de continuidade. Apesar de a mulher, hoje em dia, ter outra identidade acional, continua a ser responsável máxima pela organização da casa.

ML14 vê na permanência da mulher neste lugar um obstáculo para a emancipação da mulher:

ML14: a mulher emancipou-se. é um facto. (*hum*) mas carregou muito mais trabalho para cima de si. (*hum*) porque ela não deixou, ela não aligeirou, (*hum*) a-- determinadas tarefas que já tinha. portanto, ela arranjou uma acumulação. (*hum*) de coisas. isso é o que eu acho. (*hum*) e acho que o grande conflito ainda hoje, é esse. (*hum*) é a acumulação de trabalho. (*hum*) para essa emancipação. (*E: hum, ok*) porque há tarefas que ela não deixou de fazer. (*hum*) e que continua a ser inerentes à mulher.

ML14 identifica a mulher como agente numa série de processos materiais (“emancipou-se”, “carregou”, “não deixou”, “não aligeirou”, “arranjou”) que a constroem particularmente ativa, seja no que diz respeito ao processo da sua própria emancipação, seja na construção de obstáculos para a conclusão deste mesmo processo. Como consequência, a mulher também seria responsável pela mudança da sua situação, papel que ela já desempenhou com sucesso anteriormente. Segundo ML14, teria sido de esperar que ela ‘deixasse’ determinadas tarefas para trás, que ‘aligeirasse’ a sua carga de trabalhos, que ‘deixasse de fazer’ determinadas coisas, mas isto não aconteceu.

As mulheres que constroem a acumulação de tarefas como uma sobrecarga observam uma continuidade e reclamam uma falta de mudança relativamente à

domesticidade da mulher, que não combina com a sua nova identidade de trabalhadora fora de casa.

A Supermulher

Outras mulheres também descrevem uma acumulação de tarefas, mas acompanhada por uma avaliação positiva: a mulher é *capaz* de fazer muitas coisas em simultâneo.

F12: pode ser um bocadinho sexista esta opinião. mas eu acho que a mulher é muito mais ã: versátil (*hum*) ã: do que o homem e-- (*hum*) porque nós estamos e eu já tenho falado com colegas minhas, nós estamos ali a trabalhar, durante o dia, mas a nossa cabeça não está só ali, está já a pensar o que vai fazer para o jantar, o que é que tem que ir comprar, o que é que (*hum*) não é? e já para o dia a seguir e hoje a minha filha tem isto, tenho que a ir buscar, tenho que a ir pôr, tenho que-- epá! é uma correria! [riso]

FL12: a mulher é muito polivalente, consegue desenvolver várias funções em simultâneo e não[:] (*hum*) vejo isso no homem, nunca.

Nos dois excertos acima, as falantes conferem às mulheres atributos (“a mulher é mais versátil”, “a mulher é polivalente”) que as distinguem claramente dos homens: as mulheres conseguem fazer várias coisas ao mesmo tempo, os homens não. Esta distinção é generalizada, ou seja, não se trata de observações esporádicas envolvendo um ou dois indivíduos, mas distingue “a mulher” de “o homem”. Ela ganha um carácter válido por ser apoiada em observações feitas pelas próprias falantes, (FL12: “não (...) vejo isso no homem”) ou em testemunhos reunidos por elas (F12: “tenho falado com colegas minhas...”). Estas duas mulheres e, como elas, também outras, constroem uma identidade feminina que é suposto valorizar a mulher em comparação ao homem. As suas descrições não focam a crescente quantidade de tarefas, das quais as mulheres têm de dar conta no seu dia-a-dia, nem é o facto de o fazerem ou de o terem de fazer visto como problemático. O destaque está no domínio bem-sucedido destas tarefas, que faz da mulher uma ‘supermulher’.

Avaliação neutra

Um terceiro grupo, ainda, constrói representações aparentemente neutras da acumulação de tarefas. Os processos “conjugar” (FL07) e “conciliar” (ML06) não põem

em causa o amontoar de tarefas na vida das mulheres, mas este facto é-nos apresentado como natural ou normal. Não é feita nenhuma avaliação dele, seja negativa ou positiva.

É interessante notar que todas as ocorrências de discursos de conciliação são acompanhadas por elementos modais de obrigatoriedade. Não identificando nenhum agente concreto ou abstrato que fosse responsável pela imposição, esta obrigatoriedade aparece como uma inevitabilidade inquestionável, sobretudo no excerto da entrevista com FL07.

FL07: mas eu acho que a vida das mulheres hoje em dia também não é fácil, porque têm de conjugar uma série de coisas. o trabalho, os filhos, a casa, portanto--

ML06: no entanto temos que conciliar sempre o trabalho de fo-- fora de casa, (*hum*) com o trabalho de casa. (*hum*) porque os homens não estão hum-- daque-- daquela época não estão muito preparados. eles dizem que sim mas não estão. (*hum*) para tomar conta duma[:] casa, não-- (*hum*) a coisa não funciona nesse aspeto.

No discurso de ML06, podemos identificar a razão pela qual a mulher tem de conciliar os dois trabalhos: os homens da geração dela não estão preparados “para tomar conta duma[:] casa”. Mas os homens não são quem impõe efetivamente a acumulação à mulher. Esse agente continua encoberto e a obrigação inevitável.

Incluindo as construções de conciliação, que são sempre acompanhadas por obrigatoriedade, 9 mulheres - no jogo entre trabalho dentro e fora de casa - constroem obrigatoriedade em relação às tarefas domésticas e ao cuidar dos filhos, mas não em relação ao trabalho fora de casa, como acontece no exemplo seguinte:

F10: eu ã: de manhã começo de manhã logo às sete da manhã, (*hum*) tenho que me levantar, [interrupção por outra pessoa] ã: lá-- tenho que me levantar, fazer o almoço para o colégio para as minhas filhas, tenho que vestir ã: ajudar a vestir a pequenina principalmente ã: depois saio de casa, vou levá-las à escola, (*hum*) da escola vou trabalhar, depois venho para casa ã: dar banho e não sei quê, fazer jantar, arrumar a cozinha, portanto

O elenco bastante extenso de tarefas construído por F10 – do qual, em cima, só transcrevo uma parte – apresenta alguns aspetos interessantes. Em primeiro lugar, nota-se que só algumas das tarefas que dizem respeito às filhas são acompanhadas por obrigatoriedade. Surge, novamente, a pergunta da razão da obrigatoriedade em relação a estas tarefas. F10 tem de as desempenhar, porque o pai das filhas, que está notoriamente ausente na representação do dia-a-dia de F10, não o faz? Quem impõe a obrigatoriedade? Em segundo lugar, nota-se que o trabalho fora de casa fica praticamente invisível ‘abaixo’ de uma quantidade muito grande de tarefas, descritas de forma muito detalhada, de trabalhos domésticos e que este trabalho não aparece como

uma obrigatoriedade. Pela descrição de F10, parece que é sobretudo o trabalho doméstico que sobrecarrega a mulher, enquanto o trabalho fora de casa aparece quase como um momento de descanso.

Outras nove mulheres constataam, simplesmente, que a acumulação existe (F06, F07, F13, FL01, FL06, FL07, FL12, ML01, M10), utilizando processos relacionais. Quatro destas mulheres (F10, F13, FL06, FL07) integram o processo relacional numa oração hipotática do tipo “acabamos por ter como encargo...” (FL06). A escolha do primeiro grupo “acabar por” é interessante, uma vez que sugere a existência de um momento de indefinição, que antecede a situação de acumulação, mas cuja resolução resulta nesta acumulação de tarefas por parte da mulher. A acumulação aparece, assim, como um ato de resignação. Surge a pergunta: quem definiu que a solução seria esta? Quem eram os agentes envolvidos no processo de definição e porque a solução não foi outra?

Resumindo, pode-se dizer que é possível observar um oscilar de avaliações no que diz respeito aos trabalhos dentro e fora de casa. Normalmente, o trabalho fora de casa acaba por sair mais valorizado, porque carrega um potencial maior de dinamismo, desafio e potencial de autorrealização do que o trabalho doméstico, que é representado como estático, como (a opção) mais fácil, mas, em última análise, não satisfatório. Para além disso, foi possível observar vários aspetos que conferem continuidade ao papel dominante da mulher em matéria de tarefas domésticas e uma naturalização deste estado de coisas.

7.3. Igualdade e diferença – a questão do género no trabalho

No que respeita ao eixo igualdade/desigualdade, as entrevistadas constroem a posição da mulher no trabalho em relação à posição do homem. Aqui, prevalecem construções de desigualdade, algumas das quais já foram discutidas no âmbito das representações da divisão das tarefas no espaço doméstico.

Também relativamente ao espaço de trabalho fora de casa, as mulheres identificam, sobretudo, desigualdades entre homens e mulheres que, como seria de esperar, atuam para a desvantagem da mulher. A tabela seguinte apresenta as principais diferenças construídas no discurso das mulheres:

Mulher	Homem
Discriminação no trabalho e trabalhos genderificados (8)	
Têm menos oportunidades e ordenados mais baixos (15)	<i>Têm mais oportunidades e ordenados mais altos</i>
Maternidade discrimina ♀ em relação a ♂ no trabalho (10)	<i>Paternidade não discrimina ♂ em relação à ♀ no trabalho</i>

Quadro 7.2.
Tipos de desigualdade entre homens e mulheres no trabalho

O primeiro item (*Discriminação no trabalho e trabalhos genderificados*) reúne todas as constatações genéricas da existência de diferenças entre homens e mulheres no mundo do trabalho, sem que fosse possível distinguir exatamente a situação de umas da situação dos outros. Oito mulheres referem, assim, que as mulheres são discriminadas no trabalho⁷¹ e que existem trabalhos que são executados, exclusiva ou maioritariamente, ou por homens ou por mulheres, sem que fosse especificado quais são.

Nos casos em que uma comparação direta é possível, a constatação de diferenças salariais reúne maior consenso, ou seja, constata-se que as mulheres ganham menos do que os homens e, para além disso, verifica-se a existência de menos oportunidades para as mulheres em comparação com os homens, em termos profissionais (15). Dez mulheres identificam a maternidade como um elemento diferenciador entre homens e mulheres, que atua em desvantagem da mulher, seja porque lhes retira oportunidades, seja porque o papel de mãe não é reconhecido pelas entidades empregadoras.

Só quatro mulheres, todas elas da geração mais velha (M01, M03, ML06, ML12), constataam que existe igualdade entre homens e mulheres no trabalho. Nas páginas seguintes, irei apresentar a análise da relação entre maternidade e trabalho.

A relação entre as identidades mãe e trabalhadora

⁷¹ Sendo as mulheres discriminadas, poderíamos deduzir que os homens não o são, mas não me parece ser esta a correlação pretendida.

Como tive oportunidade de referir no Capítulo 6, todas as identidades e categorias identitárias influenciam-se mutuamente. Uma relação que é construída com muita frequência nas entrevistas envolve a identidade de trabalhadora e a de mãe. As representações de maternidade, no âmbito da pergunta 4, serão discutidas mais em pormenor no Capítulo 8. Para já, irei aqui apresentar a relação estabelecida entre as duas identidades no âmbito das respostas às perguntas 1 e 2. Esta relação aparece representada nas duas direções: por um lado, a maternidade influencia a identidade de trabalhadora; por outro, o trabalho influencia a identidade de mãe. A influência é negativa em todos os casos, ou seja, a identidade de mãe representa uma desvantagem no mundo do trabalho e a identidade de trabalhadora prejudica a identidade de mãe. As duas identidades estão, assim, em conflito uma com a outra, seja porque as mulheres sentem esse conflito na própria pele, seja porque lhes é dito por outras pessoas que se trata de um conflito. Esta relação é representada, sobretudo, por mulheres da geração mais nova (Apêndice 7.C.).

Mãe -> Trabalhadora

A influência prejudicial da maternidade sobre a identidade de trabalhadora é construída, por um lado, como sendo real, por outro como sendo uma ‘invenção’ dos atores sociais que decidem sobre o destino da mulher no trabalho (empresas, chefes...). Duas mulheres referem que a mulher-mãe é prejudicada no trabalho porque é ela quem, de facto, falta ao emprego quando os filhos estão doentes (M09, ML14). É, assim, construída uma clara diferença entre a influência da maternidade e da paternidade sobre o emprego. Enquanto, no caso dos homens, a identidade de trabalhador não é influenciada pela identidade de pai, no caso das mães, o ser mãe invade a identidade de trabalhadora, sendo capaz de a afastar temporariamente. A paternidade está restrita ao tempo que não é ocupado pelo trabalho, enquanto a maternidade está sempre latente, podendo impor-se a qualquer momento. Se, por um lado, esta diferença é construída como existindo realmente, noutras entrevistas ela é representada como existindo essencialmente no imaginário dos atores sociais, que decidem o destino da mulher perante o trabalho. FL01, ML14 e M09 identificam estes atores como “as empresas”, às quais atribuem características humanas: as empresas “pensam”, ou seja, produzem um

pensamento sobre a possibilidade de admitir uma mulher para determinado lugar de trabalho.

ML14: portanto a igualdade não existe. (*hum*) daí às vezes a nível de trabalho ã: à partida essas coisas serem postas ã: como prioritárias, (*hum*) e a[2:] preferência depois acaba por ser para os homens, e não porque-- para as mulheres porque se pensa que elas darão mais problemas, entre aspas.

Sendo uma empresa, à partida, um organismo composto por um número variável de pessoas, a utilização deste nome como Experienciador num processo mental oculta os responsáveis por esta realidade e impossibilita qualquer responsabilização. A consequência da existência desta convicção imaginária é uma discriminação real da mulher pelas entidades, que decidem a sua admissão ou não admissão.

Uma única mulher identifica, de forma clara, o responsável numa situação de potencial discriminação.

FL14: no fim da entrevista perguntei-lhe. “ã: gostava de saber porque é que me fizeram esta pergunta, o que é que isso tem a ver com[:2] o portfólio que eu acabei de mostrar.” (*hum*) “porque a disponibilidade, não[:]-- a sua disponibilidade nunca seria a mesma de uma pessoa que[:] não tem filhos.” (*hum*) e eu apeteceu-me perguntar-- eu acho que na altura ainda era muito nova. eu hoje em dia já perguntava. eu apeteceu-me perguntar. “vejo que é casado. tem filhos? (*hum*) ã: os filhos interferem na sua atividade como diretor criativo.”

A narrativa de FL14 sobre uma situação de entrevista, em que ela ficou indignada pelo facto da pessoa que a entrevistou (o diretor criativo da empresa) ter perguntado se ela tinha filhos, identifica claramente nesta pessoa o responsável pela potencial discriminação. Esta identificação torna possível a responsabilização deste ator, o que de facto acontece, mas só de forma imaginária.

Trabalhadora -> Mãe

A entrevista com FL14, em que o conflito entre as identidades de mãe e trabalhadora é o tema mais importante, demonstra o dilema em que muitas mulheres se encontram. Não só a sua identidade de mãe influencia a sua identidade de trabalhadora, mas também o contrário: a identidade de trabalhadora não a deixa ser a mãe que ela queria. Os responsáveis por esta situação são, novamente, as entidades empregadoras, das quais FL14 exige o reconhecimento da identidade de mãe:

FL14: é assim. ã: de mim esperam, ou seja, de mim deram-me os meios para eu poder trabalhar ao lado de homens, (*hum*) percebes? mas não aceitam que eu sou mãe, e que eu também tenho direito a estar com o meu filho. ou seja se tu queres te sentir realizada profissionalmente, tens que ceder muito da tua vida, (*hum*) estás a entender? (*hum*) e o que eu queria era que aceitassem a diferença de eu se calhar queria ter uma profissão, queria ser bem sucedida e nem sequer estar em causa eu fazê-lo bem, mas eu ter por exemplo horários, para sair, (*hum*) entendes?

Na relação entre trabalho e maternidade, a primeira tende a impor-se prejudicando a segunda. As mulheres constroem este conflito como sendo uma característica da geração mais nova, com a exceção de M02, que se representa ela própria como tendo tido que gerir estas duas identidades já quando era mãe jovem, enquanto à maioria das mulheres à sua volta esta questão não se colocava, porque eram domésticas.

Outra forma de o trabalho influenciar a maternidade é representada por FL12 e ML14, que apresentam uma solução comum para o dilema que é dar espaço ao trabalho, numa fase inicial de vida, que cada vez mais se prolonga, e só numa fase posterior assumir a identidade de mãe. Desta forma, cada identidade tem a sua predominância num momento diferente e as duas não entram em conflito. Ao mesmo tempo, isto constrói como sendo impossível a coexistência harmoniosa das duas identidades.

Resumindo, pode-se observar um conflito identitário entre o ser mãe e o ser trabalhadora, que existe exclusivamente para as mulheres e não para os homens e em que, em última análise, as duas identidades acabam por sair prejudicadas, o que, por sua vez, pode ser fonte de frustração e de insatisfação constante.

Síntese

Na primeira parte deste capítulo, apresentei os resultados da análise do eixo temporal, ou seja, da forma como a situação da mulher é suposto ter evoluído ao longo dos últimos trinta anos no que diz respeito ao trabalho dentro e fora de casa. A maior parte das mulheres representou uma mudança da condição de doméstica para a de trabalhadora assalariada e acompanha esta representação com uma avaliação positiva. O trabalho doméstico é desvalorizado, sendo-lhe, por exemplo, negada a designação de “trabalho” ou sendo-lhe atribuído um carácter estático e simples em comparação com os desafios e o dinamismo do trabalho fora de casa. No próprio processo de mudança, as mulheres são representadas como essencialmente passivas. Relativamente às mudanças no espaço doméstico é atribuído um papel de destaque aos homens cuja mudança de

atitude influencia a identidade da mulher. No entanto, a análise crítica demonstrou que esta mudança de atitude dos homens não teve um alcance alargado e que, apesar de as mulheres quererem destacar bons exemplos de atitude masculina, o seu papel dentro de casa mantém-se de forma praticamente inalterada. A acumulação de tarefas que resulta dos processos de mudança e continuidade é avaliada de forma diferenciada pelas mulheres, sendo que algumas mulheres a constroem como uma forma de valorização das mulheres perante os homens.

A análise das representações que constituem o eixo igualdade – diferença nos diferentes tipos de trabalho, revelou a maternidade/paternidade enquanto fatores distintivos entre homens e mulheres. A influência dos dois sobre o trabalho fora de casa é diferente, sendo que a maternidade influencia negativamente a identidade de trabalhadora e vice-versa, enquanto a paternidade é construída como não tendo influência nenhuma.

Apêndice 7

Apêndice 7.A – O aparecimento de uma nova identidade

	F	FL	MI	MII	MIII	MIV	
ID Entrevista	F01 F03 F07 F08	FL01 FL06 FL07 FL11 FL12 FL14 FL15		M02	ML02 ML12		
Total	4	7	0	1	2	0	14
	11		3				

Quadro 7.A.1 – Ocorrências das representações da transição doméstica – trabalhadora

Apêndice 7.B - Mudança e continuidade no espaço doméstico

	F	FL	MI	MII	MIII	MIV	
ID Entrevista	F01 F02 F07 F12 F13	FL01	M02 M12 M13	M09 ML01	ML02 ML06	ML07 ML14	
Total	5	1	3	2	2	2	15
	6		9				

Quadro 7.B.1 – Construções de mudança na mentalidade masculina

	F	FL	MI	MII	MIII	MIV	
ID Entrevista	F02 F07 F08 F13	FL01	M12	M02 M07	ML11 ML12	ML03	
Total	4	1	1	2	2	1	11
	5		6				

Quadro 7.B.2. – Os bons exemplos

	F	FL	MI	MII	MIII	MIV	
ID Entrevista	F01 F06 F07 F08 F10 F12 F13	FL01 FL03 FL06 FL07 FL12	M10	M02 ML01	ML02 ML06	ML07 ML14	
Total	7	5	1	2	2	2	19
	12		7				

Quadro 7.B.3. – Construções de acumulação de tarefas

Apêndice 7.C. - Igualdade e diferença

	F	FL	MI	MII	MIII	MIV	
ID	F02	FL01		M02		ML14	
Entrevista	F06	FL11		M09			
	F08	FL12					
		FL14					
Total	3	4	0	2	0	1	10
	7		3				

Quadro 7.C.1. – Maternidade discrimina mulheres em relação aos homens no trabalho

Capítulo 8 – Representações de maternidade

Neste capítulo, apresento uma proposta de análise das construções da principal identidade relacional identificada no *corpus*: a identidade de Mãe. Após uma breve introdução, analisarei as representações de dois processos que integram o potencial transformador da maternidade sobre a vida da mulher e as consequências destas construções sobre a identidade de mãe em comparação com a identidade de mulheres que (ainda) não são mães: o aparecimento de algo novo e o desaparecimento de algo preexistente. Na segunda parte do capítulo, apresento uma análise crítica dos discursos de igualdade e diferença que acompanham as construções da identidade de mãe e que atribuem lugares diferenciados às mães e aos pais na relação com os seus filhos.

8.1. Introdução

Para a análise das representações de maternidade foram consideradas somente as respostas à pergunta 4, apesar destas representações não estarem restritas às respostas a esta pergunta (cf. Capítulo 6). Para além da pergunta principal, “Acha que a vida de uma mulher muda com a maternidade?”, foram formuladas as seguintes duas perguntas de recurso: 4.1- “A experiência de ser mãe é igual à experiência de ser pai?” e 4.2 – “Como vê as mulheres que decidem não ser mães?”. Estas perguntas serviam, inicialmente, para provocar mais representações de maternidade se a resposta das mulheres à pergunta principal fosse muito curta, mas acabaram por entrar no guião definitivo. Só nos poucos casos em que a entrevista já ia muito longa (por exemplo ML15), estas perguntas de recurso não foram colocadas.

A pergunta 4 (P4) teve como objetivo provocar construções discursivas de identidades de mãe, sugerindo, para este efeito, identidades relacionadas. A pergunta principal propõe uma comparação entre identidades de ‘Ainda-não mãe’ e identidades de Mãe, a primeira pergunta de recurso provoca uma comparação entre identidades de Mãe e de Pai e a segunda pergunta de recurso oferece identidades de ‘Não-mãe’ como ponto de referência para a construção da identidade de Mãe. Neste processo comparativo, as entrevistadas podem ocupar o lugar discursivo de quem assume ou de quem atribui estas identidades, dependendo de, por exemplo, se elas próprias são mães

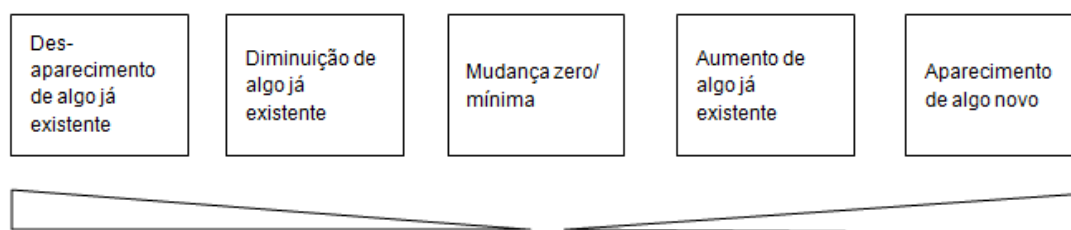
(o que é o caso, obviamente, de todas as mulheres da geração das mães, mas nem sempre o caso das filhas – cf. caracterização das entrevistadas, apêndice 5.C.), se se reveem nas identidades que constroem ou se as estão a construir, precisamente, para se construírem a si próprias como diferentes destas identidades. No âmbito desta tese, só serão analisadas as construções dos primeiros dois pares identitários: o par mãe–mulher sem filhos, focando a possibilidade de mudança (1) e o par mãe–pai (2), focando eventuais diferenças de género. As identidades de mãe em relação às de ‘não-mãe’ (3) serão discutidas em trabalhos posteriores.

8.2. Tornando-se mãe... - mudanças provocadas pela maternidade

A grande maioria das mulheres entrevistadas afirma a existência de uma mudança na vida da mulher, provocada pela maternidade. Observando as suas primeiras reações à pergunta, só três mulheres põem a hipótese de não ocorrer nenhuma mudança (F01, FL05, M07). Entre as mulheres que afirmam a existência de uma mudança, as qualificações da mesma variam entre “total” e “um bocadinho”, sendo que a maioria só afirma a ocorrência da mudança mas não a qualifica (Apêndice 8.A.).

Sendo a pergunta principal uma pergunta fechada, à qual era possível responder com “sim” ou “não”, em muitos casos foi necessário pedir a reelaboração da resposta dada, sendo que mesmo as três mulheres que consideram possível a inexistência de mudança, na reelaboração da sua resposta, constroem algum tipo disso mesmo.

As mudanças representadas podem ser classificadas da seguinte forma:



Quadro 8.1.
Tipos de mudança provocada pela maternidade

Partindo da possibilidade de não ocorrer nenhuma mudança (mudança zero, representada a meio do quadro), o grau de mudança aumenta num sentido quantitativo e/ou qualitativo para os dois lados. Para a direita, temos o acréscimo da mudança até ao

ponto em que alguma coisa totalmente nova aparece; para a esquerda, temos uma mudança no sentido da diminuição até ao completo desaparecimento de algo que existia antes do acontecimento que provocou a mudança, ou seja, antes da maternidade⁷². Nas páginas a seguir, irei discutir as representações dos dois extremos do esquema acima apresentado: o aparecimento de algo novo e o desaparecimento de algo existente.

8.2.1. O aparecimento de algo novo

Foram classificados como representando o ‘aparecimento de algo novo’ todos os trechos de entrevista que transportam a noção de que, com a maternidade, surgiu alguma coisa nova na vida da mulher que antes não existia. As novidades descritas pelas mulheres incidem sobre áreas muito diversas das suas vidas. Uma classificação destas áreas é proposta no quadro seguinte, incluindo os números das suas ocorrências:

Novidades externas (2 ⁷³)	Novidades internas (14)
	- Novidades físicas (5)
	- Novidades psicológicas (19)

Quadro 8.2.
Classificação de novidades provocadas pela maternidade

De forma geral, podem ser distinguidas ‘novidades externas’ e ‘internas’. As novidades externas referem-se a uma reorganização da vida devido ao aparecimento de novas rotinas, horários que se impõem, etc. Nas ‘novidades internas’ incluem-se sejam as novidades de ordem física, sejam as de ordem psicológica. As novidades físicas ou ficam abstratas (FL01, ML02) ou dizem respeito ao aparecimento de um “sono de sentinela” (F06), que faz com que as mães, durante a noite, acordem facilmente com o choro do seu bebé. Sendo as novidades psicológicas a categoria com mais expressão em termos de frequência (19 ocorrências), esta será analisada mais em detalhe nos parágrafos a seguir.

Como ‘novidades psicológicas’ foram classificadas todas as representações do aparecimento de novas sensações, emoções e sentimentos. A sensação nova referida

⁷² Seria legítimo notar que, em muitos casos, o aparecimento de algo novo implica o desaparecimento de algo preexistente e vice-versa. Dizer que apareceu uma nova responsabilidade, no sentido da mulher se tornar responsável, significa que, por outro lado, desapareceu uma irresponsabilidade anterior. O critério para a classificação foram as palavras das entrevistadas quando utilizam processos como “começamos a ter” ou “passamos a ser”, indicando o aparecimento de algo novo. O trecho foi categorizado como tal, ignorando a possibilidade teórica de inversão.

⁷³ Os números indicam o número de ocorrências de tema.

com mais frequência é a ‘responsabilidade’ (19), seguida por um grupo de diversas ‘emoções positivas’ (9), ‘preocupação’ (7), ‘dedicação’ (4) e um ‘regresso a uma matriz feminina’ (4), enquanto emoções como ‘medo’ e ‘espírito de proteção’ já só são referidas pontualmente.

Responsabilidade

Catorze mulheres referem que com o nascer de um filho aparece uma nova responsabilidade na vida da mulher. Este aparecimento é referido, sobretudo, nas entrevistas com as mulheres da geração mais nova (Apêndice 8.B., quadro 8.B.1). Nem em todos os casos fica claro em que a responsabilidade incide, uma vez que a palavra-chave aparece sem mais nenhum esclarecimento adicional (em F08, F13, ML01, ML07, M09). Para além destes casos, destacam-se três tipos específicos de responsabilidade: responsabilidade pela integridade física da criança e a necessidade de assumir um comportamento responsável e a responsabilidade da educação da criança. No primeiro caso, o conceito de responsabilidade, expresso pela palavra-chave ou não, acompanha processos que referem necessidades básicas como “alimentar” (F10), “tratar”, “cuidar” (M06), “manter” (ML07), cujo ator é a mulher e cujo beneficiário é a criança.

Em dois casos, (F10 e F12) as mulheres, ao referirem esta responsabilidade, utilizam vocabulário que remete para o mundo animal, com o intuito de sublinhar a natureza básica e elementar da questão:

F12: pensamos em função de outro ser que está ali dependente de nós. (*hum*) ã: primeiro que tudo, não é? (*hum*) e eu acho que é isso, a principal diferença é isso. primeiro o bem estar da[:] nossa cria [riso] (*hum*) entre aspas (*hum*) e depois o nosso,

O excerto acima mostra também um outro aspeto interessante: mostra que o aparecimento de um novo elemento familiar pode ser integrado de duas formas distintas. Primeiro, ele pode impor-se numa escala de prioridades, ocupando o primeiro lugar, empurrando a mãe para o segundo, como acontece no exemplo acima (“primeiro o bem estar da[:] nossa cria (...) e depois o nosso”). Esta constelação hierárquica está em oposição com uma outra que é construída, por exemplo, por ML07:

ML07: olha, deixei de ser só eu, não é? (*hum*) passei pelo menos a sermos dois (...) passei a ser duas pessoas!

ML07 descreve a integração da criança como um alargamento da sua própria identidade. Ela desdobra-se, a criança passa a ser parte integrante dela própria.

Na entrevista com FL11, aparecem os outros dois tipos de responsabilidade: a de assumir um comportamento responsável e a de educar a criança.

FL11: para já passamos a ser responsáveis, não é. eu pelo menos no meu caso. não sei, as outras pessoas se calhar já (*E: [riso]*) eram responsáveis antes. (*E: [riso]*) mas eu não. começa-se a ter horários, não é. as pesso-- começamos a ter horários, eu aprendi a fazer sopa, quando a [nome da filha] nasceu, nem sabia fazer sopa. (*E: [riso]*) comprava tudo congelado e metia no micro ondas, (*E: [riso]*) e jantava à hora que me apetecia, (*hum*) praticamente não havia regras. e depois de ter filhos nós temos a tendência para incutir algumas regras. até porque as crianças precisam de algumas rotinas, porque senão é uma confusão na vida delas. (...) para já ã: começamos a ter a responsabilidade de educar alguém, não é. (*hum*) e de nos preocuparmos com alguém, porque até aí as pessoas só se preocupavam connosco. (*hum*) e depois somos nós.

Na entrevista com FL11, como em mais nenhuma, a falante constrói a sua identidade de Ainda-não-mãe como estando em clara oposição com a de Mãe, no que diz respeito à responsabilidade. O comportamento pré-maternidade assume uma avaliação ligeiramente negativa, apresentando-se como deficitário (“nem sabia fazer sopa”). Como na maioria das entrevistas, grande parte das alterações que integram o comportamento responsável de mãe são apresentadas em processos relacionais, o que as constrói como simplesmente aparecendo, sem que a mãe tivesse algum papel ativo na sua constituição (“passamos a ser responsáveis”, “começa-se a ter horários”), somente no “incutir algumas regras”, a mulher aparece como agente da mudança. Geralmente, as mudanças descritas não são questionadas pelas mulheres; em vez disso, apresentam-se como inevitáveis. Também não são moduladas por algum tipo de obrigação (à exceção de FL15 e F10), o que reforça o seu carácter natural e automático. Valores que, em teoria, seriam opcionais (educar, tratar, cuidar, assumir um comportamento responsável para não prejudicar o processo de educação, etc.) assumem um carácter obrigatório, uma vez que só uma falha do automatismo natural pode levar ao seu não funcionamento. Eles também estão diretamente ligados, como no exemplo de FL11, ao bem-estar da criança (“até porque as crianças precisam de algumas rotinas”), a garantia do qual a falante assume como um objetivo de qualquer mãe que é construída como garante deste bem-estar. O aparecimento de um sentido de responsabilidade, em todas as suas facetas, antes inexistente, torna-se numa norma e num elemento indispensável da identidade de mãe.

Na sua resposta, FL11 oscila entre formas verbais da 1ª pessoa do singular (eu) a 1ª pessoa do plural (nós) e o “se” impessoal. Ela constrói generalizações a partir da sua própria experiência e constrói um grupo de mães no qual ela se inclui claramente. Sobretudo as entrevistadas da geração das mães têm uma maior tendência para a generalização e a abstração, utilizando mais formas da 3ª pessoa do singular (“a mulher/mãe”), enquanto no discurso das filhas o sujeito é tendencialmente mais personalizado. Ou relatam uma experiência própria (eu), individualizando a questão, ou constroem um grupo no qual se incluem de forma clara (nós, se). Sendo assim, as mães têm maior tendência de fechar a identidade de mãe a uma única, normativa que serve de referência para o bom desempenho do papel de mãe, enquanto as filhas admitem mais facilmente a existência e validade de outras experiências. Esta diferença geracional explica-se, eventualmente também, pelo facto do momento da mudança, no caso das mulheres mais velhas, já ter ficado muito para trás no tempo, o que pode ter levado a uma idealização da maternidade que as filhas ainda não fazem, uma vez que a experiência ainda é (mais ou menos) recente. Estando ainda a experienciá-la a mesma, são capazes de ver a sua complexidade, que para as mães já ficou simplificada.

Preocupação

Outra novidade descrita por um número considerável de mulheres é o aparecimento de um sentimento de preocupação, inexistente antes de serem mães. Seis entrevistadas referem-no, sem que a distribuição por grupo de mulheres (segundo nível educacional e idade) fosse significativa (Apêndice 8.B., quadro 8.B.2).

O processo mental ‘preocupar’ exige dois participantes, quem se preocupa e o alvo da preocupação. Em três entrevistas (FL07, FL11, ML02), a maternidade provoca uma mudança do alvo de preocupação, que antes era a própria mulher, enquanto depois do seu nascimento o alvo passa a ser @ filh@. No caso das entrevistas com FL07 e ML02, a mulher ‘ainda-não-mãe’ preocupa-se, essencialmente, com ela própria, representado assim a mudança como uma passagem de uma postura egocêntrica para uma posição altruísta. Tendo em conta os valores da sociedade em questão, esta passagem pode ser considerada uma mudança pela positiva. FL11, no exemplo acima, representa uma passagem de um estado em que o mundo se preocupa com a mulher ainda-não-mãe para um estado em que a mulher agora-mãe se preocupa com @ filh@. Trata-se de uma inversão do papel da mulher, que se liberta de uma identidade tida

como característica pela infância (em que todos se preocupam com ela) para assumir uma identidade adulta. Também esta mudança pode ser vista como carregando uma avaliação positiva.

Emoções positivas

Um aspeto surpreendente durante a análise das entrevistas foi descobrir que a mudança provocada pela maternidade só num número reduzido de entrevistas leva ao aparecimento de emoções positivas. Só oito mulheres representam este tipo de novidade emocional, sendo que a maioria delas pertence à geração mais velha (ver tabela apêndice 8.4). Apesar da sua natureza diferenciada, decidi juntá-las todas numa única categoria, para terem alguma expressão e não se diluírem por completo.

As emoções presentes podem ser caracterizadas da seguinte forma:

Tipo de emoção	ID entrevista
Amor	F13, M10, M13
Realização	FL07, M12, ML11
gostar de mais uma pessoa	F01, ML03
felicidade	ML11

Tabela 8.3.
Tipos de emoção positiva

No que diz respeito ao amor, gostaria de destacar as representações de M10 e M13

M10: em todos os aspetos. aspeto da[:] afetividade, aspeto da gente-- sei lá, ter ali uma coisa, um amor, porque eu costumo dizer, há três amores, mas nenhum amor é igual. (*hum*) o amor de pais, (*hum*) o amor de marido, e o amor de filhos. são tudo amores muito grandes, mas nenhum amor é igual, eu acho que o amor-- são todos grandes como eu digo mas o amor dos filhos, não há nada como ele. (*hum*) não há nada.

M13: muda. muda aquele-- vá, é o amor de mãe, o instinto de mãe. (*hum*) também acho que sim. (*hum*) é-- o instinto de mãe é-- aquilo é[:] uma coisa que muda logo. (*E: é?*) nalgumas pessoas não[:] diria tanto-- nalguns casos-- por exemplo eu conheço um caso de uma afilhada minha que o-- a paternidade para ela foi um suplício. (*hum*) ela não gostou de ser mãe. (*hum*) não gostou de ser mãe. (*hum*) mas pronto ela é doente. tem um problema. tem. não é normal, não é. (*hum*) quase todas as mulheres gostam, não é? e ela não foi-- não gostou de ser mãe.

Entre três tipos de amor (pais, marido e filhos), M10 identifica o “amor de filhos” como o maior, incomparável a qualquer outra emoção ou experiência. M13 constrói o aparecimento deste amor como uma norma cujo incumprimento adquire um carácter patológico. A afilhada dela que não cumpre esta norma é representada como “doente”, o que sugere a necessidade de intervenção médica. Esta avaliação não se estende só ao aparecimento de uma emoção positiva, cujo alvo são os filhos (“amor de mãe”), mas também é construída uma norma de sentimento cujo alvo é a própria maternidade (“quase todas as mulheres gostam (...) de ser mãe”).

Três mulheres constroem o ser mãe como uma realização (FL07, M12, ML11). O “vazio” (FL07), o “trauma” (M12) e a infelicidade (ML11), como emoções claramente negativas, foram superados com a maternidade e substituídos por sentimentos de realização (M12, ML11) e preenchimento (FL07). Em todos os casos, é evidente que a maternidade é a chave única e indispensável para a superação dos estados emotivos negativos, sendo que este processo é descrito sempre na 1ª pessoa do singular, i. e., como pessoal, sem nunca ser generalizado.

Os processos de “aparecimento de algo inexistente” acima descritos (preocupação, responsabilidade, emoções positivas) destacam a identidade de mãe de outras identidades relacionais. Um papel muito menos exclusivo é atribuído à maternidade por F01 e ML03:

F01: alteração-- é que tenho uma coisa muito[:] fixe em casa [riso]

ML03: passei a gostar de mais uma pessoa, que era a minha filha.

Ao contrário de todos os exemplos descritos acima, nestas entrevistas a maternidade não assume um papel de exclusividade, mas a emoção positiva nova é perfeitamente aplicável a outras “coisas” (F01) ou “pessoas” (ML03). Nos dois casos, o aparecimento de uma emoção do tipo “gostar” acompanha uma negação do potencial modificador da maternidade. O riso no fim do excerto de F01 mostra consciência de que a sua representação da maternidade é excecional. Ao contrário das outras ‘aparências’, as emoções descritas têm um retorno para as mães. Para além de “preocupar-se” ou “sentir-se responsável” remeterem para emoções mais ou menos negativas, são processos mentais unidireccionados, fluindo das mães para os filhos, enquanto em processos mentais como “amar” ou “gostar”, as mães beneficiam desta emoção positiva.

Sacrifício

Outro tema que pretendo discutir brevemente é o aparecimento de um espírito de sacrifício. Este tema ocorre exclusivamente nas entrevistas com as mães (Apêndice 8.B., quadro 8.B.5.) e de forma muito pronunciada na entrevista com M10. Em muitos momentos, o discurso desta mulher deixa transparecer uma vida de muitas dificuldades a nível das necessidades mais básicas, que forçosamente influenciam a sua experiência de ser mãe e a identidade de mãe que ela constrói para ela própria no âmbito da entrevista. Ela separou-se do marido violento, tendo de sustentar os dois filhos pequenos sozinha, sem poder contar com a ajuda da própria família de origem, que vivia na província. Apesar de M10 utilizar ferramentas linguísticas de generalização (“a gente”), o extremo do sacrifício dela pelos filhos tem de ser visto como resultado desta situação pessoal de pobreza.

M10: e a gente muda em tudo, depois há-- “só tenho isto, ah, não vou comer, vou guardar para os meus filhos.” e então quando as dificuldades são muitas, (*hum*) porque eu falo por mim, e acho que há mais mães, que não sou única que[:] por exemplo, eu trabalhei aí, trabalhava aí a dias, a trabalhar aqui e ali em senhoras, que me deixavam às vezes papelinhos escritos a dizer “[M10], fica aqui este bifinho” ou “fica isto, fica aquilo, fica para o seu almoço, pode levar ou pode comer”, eu não comia, e levava para os meus filhos, porque eu sabia que eu precisava daquele bocadinho para lhes dar, (*hum*) e eu-- por exemplo, ia a qualquer lado, lá me davam umas bolachas, eu não comia, levava para os meus filhos, (*hum*) porque sabia que eles-- que eu não tinha possibilidade das comprar, (*hum*) ao passo que não fazia--

Há outras entrevistas em que as mulheres constroem um recentrar do foco da vida da mulher, dela própria para os filhos, mas sem nunca atingir o grau de sacrifício descrito por M10. FL15, por exemplo, fala na exigência da mãe de ver os filhos felizes e satisfeitos e na necessidade de, para este objetivo, “ter que se dar tudo por tudo”. No caso de M10, esta mesma exigência implica um sacrifício pessoal físico que no discurso de FL15 não aparece, tendo em conta que as necessidades básicas estão asseguradas e a mulher tem de abdicar ‘somente’, por exemplo, do descanso ou de atividades de que gosta (ver Capítulo 8.2.2., ‘Desaparecimento de algo preexistente’, a seguir), mas não do almoço ou de umas bolachas. Tendo em conta o panorama social e económico de Portugal no período em questão, o sacrifício descrito por M10 não deixa de ter alguma

representatividade, aliás, deve ter sido a norma em demasiadas famílias pelo país fora, que viviam numa pobreza severa (Mónica 1996⁷⁴).

8.2.2. Desaparecimento de algo preexistente

Do lado oposto do esquema apresentado no início deste capítulo, encontramos o ‘desaparecimento de algo preexistente’. Estão na base da formulação deste grupo todos os trechos de entrevista em que as mulheres referem que, antes de a mulher ser mãe, fazia coisas, era e sentia coisas que, depois do nascimento do filho, já não faz, é ou sente. A natureza deste algo varia, sendo que – a meu ver – os diferentes tipos podem ser agrupados da seguinte forma:

- (1) Desaparecimento de outras identidades (12)
- (2) Desaparecimento de espontaneidade (10)
- (3) Desaparecimento de necessidades básicas (4)

Entre as ‘necessidades básicas’ que desaparecem, o “sono” e o “descanso” são as mais frequentes. Também este desaparecimento, apesar de mexer com as necessidades básicas, é aceite e frequentemente acompanhado por risos, como é o caso de M12 (“deixa-se de ter descanso durante uns meses [riso]”), mostrando uma certa impotência perante a perda da possibilidade de satisfazer estas necessidades.

Em ‘desaparecimento de espontaneidade’ incluem-se trechos em que as falantes contrastam, por um lado, vontade, liberdade e atitudes positivas relativamente a determinadas ações (FL12: “gostava de fazer uma viagem”) e, por outro lado, por exemplo, às mesmas ações acompanhadas pela negação da possibilidade da sua execução (ML12: “não podemos ir quando queremos”), ações acompanhadas por obrigatoriedade (M03: “a gente tem que pensar”), etc. Tendo em conta o foco desta tese em questões de construção identitária, o desaparecimento de outras identidades é analisado de forma mais pormenorizada de seguida.

⁷⁴ Explica a mesma autora que o Estado Novo tinha uma forma peculiar de ver os pobres: “Para o regime, os pobres constituíam um facto inescapável, cuja causa não devia ser procurada em factores de ordem económica, mas moral. Os pobres que tanto chocavam os estrangeiros eram-no, não por falta de trabalho, mas por razões psicológicas.” (Mónica 1996: 221)

Desaparecimento de outras identidades

Relembrando o quadro de tipos de identidade traçado no Capítulo 6, podemos dizer que todas elas estão sujeitas à possibilidade de desaparecer com o surgimento da nova identidade de mãe. O quadro seguinte mostra em que entrevistas algumas das identidades são dadas como desaparecidas:

Identidades	ID entrevistas
Amiga	FL06, F01, F06, ML14
Praticante de atividades de lazer	FL06, FL12, F02, M02
Indivíduo geral, sem especificação	FL12, F07, M07
Casal/Cônjuge	FL12, F01, (M01), M03, ML12
Profissional	ML14, M07

Quadro 8.4.
Identidades desaparecidas

As únicas identidades não afetadas pela maternidade são aquelas ligadas às atividades domésticas. Isto pode indicar que, ou de facto não são afetadas, ou que o seu desaparecimento não é sentido como algo negativo, o que confere um valor positivo às identidades cujo desaparecimento é, de facto, representado.

No caso de FL12, o desaparecimento de uma série de identidades é representado de forma bastante drástica.

FL12: ã: e deixei de[2:] ter vida. a minha vida atualmente-- e está a melhorar um bocadinho, é apenas de sobrevivência. (*hum*) porque eu acabo por não conseguir dar vazão a todas as necessidades ã: mais primárias que elas possam ter. (*hum*) porque é o vir do-- começando pela parte do vir do trabalho. é o vir do trabalho e ter que lhes dar banho em contra relógio, ter que ir fazer o jantar em contra relógio, ter que as ir pôr a dormir cedo em contra relógio, (*E: [riso]*) e[:] o tempo começa sempre a derrapar, eu às vezes dou por mim às onze da noite ainda sem ter conseguido pô-las a dormir, (*hum*) ã: e então eu deixo de existir completamente. (*hum*) portanto, não há o mínimo espaço para mim, não há o mínimo espaço para o casal, (*hum*) ã:[:] e ser mãe muda muito. (...) a forma como a gente vê o mundo. (*hum*) portanto, deixamos de estar focados em nós, portanto eu antes de ser mãe era-- gostava de ir fazer uma viagem aqui ou apetece-me ir ao cinema ali, eu gostava de ir ver isto, ou (*hum*) ver aquilo, ou hoje apetece-me ficar em casa, portanto era eu eu eu eu. (*hum*) quando elas nascem a gente ã: passa ã: passa a focar a atenção é[:] nelas. (*hum*) portanto. é o que é que elas precisam, o que é que é melhor para elas, se calhar é melhor não sairmos porque elas é só comer e dormir e também é aqui em casa, ou se calhar é melhor sairmos para não estarem tão fechados em casa, ou (*hum*) ã: eu até me apetecia frango no churrasco, mas se calhar vou fazer um peixinho que é melhor para elas, (*hum*) ã: é a vida muito-- ou seja abstrai-me completamente de mim e passei a pensar ã: neles.

O discurso de FL12 mostra um estado de coisas em que a mulher-mãe abdica totalmente das suas vontades, necessidades e identidades em benefício das filhas. Mas nem isso é suficiente para ela desempenhar a sua função de mãe da forma ideal, porque acaba “por não conseguir vazão a todas as necessidades ã: mais primárias que elas possam ter”. O que lhe parece estar a faltar é tempo, o que a obriga a desempenhar as suas funções “em contrarrelógio” (“ter que lhes dar banho em contrarrelógio”). Esta deficiência no desempenho da sua função de mãe só é aceitável caso ela não desperdice tempo desnecessariamente, ocupando todo o tempo só com coisas estritamente necessárias. Enquanto o trabalho faz parte das coisas fundamentais, assim como as tarefas ligadas às filhas, o tempo para ela própria, a sua identidade individual não se inclui nesta categoria. Ela descreve a sua identidade individual, antes da maternidade, envolvendo-se como agente em processos materiais de lazer (“fazer uma viagem”, “ir ao cinema”,...) modulados por processos mentais que expressam atitudes positivas (“gostava”, “apetece-me”).

Antes de ser mãe, ela fazia as coisas de que gostava, sendo que o panorama depois de ser mãe três vezes num espaço curto, é totalmente diferente. Por um lado, estão as tarefas ligadas às necessidades básicas das filhas moduladas por obrigação (“ter que lhes dar banho...”, “ter que ir fazer o jantar...”). Por outro, podemos observar que certas vontades persistem, mas que elas são contrariadas conscientemente, pelo que a falante acha que é melhor para as filhas (“até me apetecia frango no churrasco, mas se calhar vou fazer um peixinho que é melhor para elas”). FL12 descreve uma vida familiar que é totalmente focada nas crianças em que não são os filhos que acompanham a vida dos pais, mas sim os pais que giram à volta das crianças. Sendo rigorosos, teríamos que dizer que é a mãe que gira a volta das crianças, uma vez que o pai das filhas, apesar de fazer parte do agregado familiar, está notoriamente ausente da descrição que FL12 faz do seu dia-a-dia com as crianças.

Estamos perante uma terceira forma de incorporar as crianças na vida da mulher: o desaparecimento da mesma. Apesar deste quadro muito restritivo e limitador, espera-se, em vão, por uma avaliação negativa do mesmo. FL12 descreve a mudança não como uma perda, mas como uma mudança na “forma como a gente vê o mundo” e, com a mudança de perspetiva, as vontades e desejos do indivíduo deixam de ter relevância e desaparecem. Desta forma, não satisfazer as identidades anteriormente relevantes (Indivíduo, Cônjuge...) não cria nenhum problema, transtorno ou conflito identitário entre estas e a nova identidade dominante de mãe.

A influência da identidade de mãe nas identidades individuais é descrita também por outras mulheres, sendo que a última sai sempre vencedora de um eventual conflito. F06 também descreve a sua identidade de não-mãe de forma muito parecida com a de FL12: ela “gostava de sair”. Isto muda com o nascimento da filha:

F06: gostava de sair, estar com os meus amigos, aquelas histórias todas. que toda a gente gosta. (...) depois da [nome da filha] nascer, saí pra aí aos (.) seis ou sete meses (.) depois, fui jantar fora, com os amigos, e depois íamos a qualquer lado. eu não[2:] passei do [:2] (...) do jantar. porque eu saí do restaurante e disse “meus amigos, lamento, mas eu vou para casa ter com a minha filhota” [riso] (*E: [riso]*) não conseguia. (*hum*) opa, como é que tu explicas isto, não sei explicar. (*hum*) mas a tua cabeça está ali, só dez por cento. porque os ou-- os outros noventa está em casa. (...) é-- opa, não sei, é uma coisa que te puxa. (*hum*) epá isso aí muda completamente. (...) é assim. é as coisas são assim. epá não-- é a natureza.

Antes de ser mãe, ela era uma pessoa igual a “toda a gente”, gostando das mesmas coisas de todas as outras pessoas; o ser mãe agora distingue-a, torna-a especial. Relativamente ao desaparecimento da identidade ‘amiga’, este não lhe causa qualquer transtorno, porque o que ela gosta agora, mais do que tudo o resto, é estar perto da filha: aliás, ela descreve-se como psicologicamente nunca tendo saído de perto dela (“a tua cabeça está ali, só dez por cento”). O que lhe causa incómodo é a tentativa da manutenção desta identidade, não o seu desaparecimento. Perante a dominância da identidade ‘mãe’, a identidade ‘amiga’ acaba por ser uma interferência, pelo que F06 se sente incapaz de se envolver nas atividades necessárias para a sua manutenção. A mudança no sentido do desaparecimento de algo existente anteriormente é descrita como total e automática, sendo a sua origem atribuída à “natureza” depois de alguma hesitação. Trata-se de uma força que nem F06 nem outra mãe controlam (“é uma coisa que te puxa”).

Como acontece nos dois exemplos acima, enquanto se trata de perdas de identidades próprias, as mulheres não criticam esta perda. Tons críticos encontram-se, sobretudo, quando falam da postura de outras mulheres, como no caso de M03:

M03: as mulheres mudam, e[:4] ou dedicam-se só à maternidade que não é-- também temos que nos dedicar aos filhos, mas não nos podemos esquecer do marido.

No exemplo em cima, há duas identidades relacionais em conflito e “as mulheres” são construídas como esquecendo uma por cima da outra. M03 não explicita qual a sua solução do conflito, mas utilizando o agente abstrato “as mulheres” na primeira parte do

excerto e o “nós” inclusivo na segunda, ela fará forçosamente parte do segundo grupo, enquanto poder-se-ia querer construir como não fazendo parte do primeiro. A utilização do elemento modal expressando proibição (“não podemos”), na segunda parte, confere um carácter negativo à dedicação exclusiva à maternidade. M03 estaria desta forma a criticar a postura das mulheres citadas acima (FL12 e F06), valorizando mais do que estas a importância de outras identidades.

A única mulher que é crítica em relação à sua própria postura é M07

M07: eu fui talvez ã: [riso] demasiado-- assim-- ã: a dona de casa. (*hum*) vá lá. (*hum*) e preocupada sempre, quando eles vinham da escola, tinham sempre a frutinha e o queijinho arranjado, e depois vinham do ã: às seis e meia tinham o lanchinho, e tinha as coisinhas todas orientadas, (*hum*) sei lá. fui assim uma pessoa. (...) a-- hoje se me perguntar se eu estou arrependida, houve uma certa altura da minha vida que me arr-- não foi arrepender. foi, não ter ã: visto a maneira melhor de eu poder dar assistência aos meus filhos, e também fazer mais qualquer coisa para mim. aí estou arrependida. (*E: hum, sim*) aí estou muito arrependida.

Antes do excerto acima transcrito, M07 relata que “teve que” deixar o trabalho, quando os filhos nasceram, e todo o discurso dela é marcado por uma dedicação total à família: pela assistência dada aos pais, aos sogros, ao marido e aos filhos. No excerto acima transcrito, é interessante reparar o detalhe da descrição da sua ação em relação aos filhos. Não só se lembra que preparou “frutinha” e “queijinho” para eles, sendo o segundo particularmente curioso por não representar um grupo de alimentos mas um alimento específico, como também se lembra do horário no qual ela “tinha as coisinhas todas orientadas”. A utilização do diminutivo repetido transmite a ideia de um cuidado especial na preparação das “coisinhas” e um cuidado com os detalhes da preparação. Na segunda parte, a falante introduz o julgamento crítico do seu comportamento por meio de uma pergunta hipotética “se me perguntar se eu estou arrependida...”, conferindo legitimidade a esta pergunta e respondendo à mesma a seguir. Mesmo perante esta dedicação total e a perda de outras identidades (trabalhadora, indivíduo), ela inicialmente evita falar em arrependimento. Para além disso, mesmo agora, já reformada e com 71 anos, M07 continua a sacrificar as suas identidades individuais em prol do bem da família:

M07: hoje vá[:2] para[:] a universidade da terceira idade, tudo bem, vai-se para lá. o que é uma filha diz “ó mãe, preciso da mãe para ir buscar a [nome da neta] às cinco e meia e depois é levá-la às sevilhanas.” depois é “ó mãe, olha que as meninas vão hoje e não sei quê-- às seis horas eu estou aí.” é ã: (*hum*) e ando nisso disso. (*E: [riso]*) e ando nisso. maneira que me dizem “é assim”, “está bem” e eu

vou, ã: amigas minhas “ã: não vens, pateta, vem!” e não sei quê. eu vou, só que ã: apare-- quer dizer, não vou[:] perder aulas, vo-- vou faltar.

É interessante notar que os ‘pedidos’ de assistência das filhas são construídos num modo afirmativo, utilizando um processo mental a expressar necessidade (“ó mãe, preciso...”). O expressar de necessidade é suficiente para a mãe ir socorrer a filha na assistência aos netos⁷⁵. O outro ‘pedido’ é feito em jeito de constatação: “às seis horas eu estou aí”. Perante esta imposição das filhas, M07 sente-se na obrigação de satisfazer as necessidades, e só perante a mera possibilidade de elas virem pedir ajuda, M07 abdica das suas atividades individuais.

Todas as mulheres constroem identidades essencialmente diferentes para mulheres-mães e mulheres-não-mães. A grande diferença entre as duas é a redefinição do centro de vida da mulher que acontece de forma automática e inevitável com a maternidade. Por um lado, ela ganha características como responsabilidade, preocupação e espírito de sacrifício, cujo alvo é a criança, por outro, outras identidades como amiga ou cônjuge perdem a sua relevância, provocando um foco ainda mais na identidade de mãe. Apesar desta caracterização da mãe ter, certamente, o intuito de lhe atribuir uma identidade positiva, ela raramente contém um benefício direto para a mulher. A vida dela não fica necessariamente melhor com o assumir da identidade de mãe.

8.3. Ser mãe e ser pai... Discursos de igualdade e diferença

Como as identidades são construídas de forma mais acentuada e clara na demarcação de outras identidades, não é de estranhar que seja na comparação com a identidade de Pai, provocada pela primeira pergunta de recurso, que surgem construções muito marcadas da identidade de Mãe. Estas construções podem ser divididas em dois grupos: o primeiro grupo constrói as experiências de maternidade e paternidade como iguais; o segundo constrói-as como sendo diferentes⁷⁶. Os dois discursos reúnem um consenso alargado entre as mulheres entrevistadas, mais ainda o discurso de diferença

⁷⁵ Um caso parecido foi descrito no capítulo 7, quando o pai de F01 não precisava expressar uma proibição diretamente, mas um ato de fala indireto era suficiente, dadas as relações de poder na família em questão.

⁷⁶ Não são considerados todos os discursos que se localizam entre os dois extremos, por exemplo, discursos que atestam um desenvolvimento no sentido de maior igualdade da geração das mães para a geração das filhas, mas nunca afirmam que existe, de facto, igualdade hoje em dia.

do que o da igualdade (31 e 23 ocorrências respetivamente; para a análise quantitativa completa vejam-se as tabelas do apêndice 8.C). Outro aspeto que salta à vista é a coocorrência dos dois tipos de discurso numa série de entrevistas. Aliás, é mais frequente as mulheres construírem discursos de igualdade e diferença ao longo das suas respostas do que construírem só um deles. Das entrevistas que só constroem um tipo de discurso – igualdade ou diferença – são mais frequentes as que só constroem a diferença (10 ocorrências) do que as que constroem igualdade (4).

Tirando quatro entrevistas (FL01, F03, F12, M09), os discursos de diferença aparecem em respostas à pergunta de recurso. As construções espontâneas são ligeiramente mais frequentes entre os discursos de igualdade (FL07, FL12, F03, M03, ML01, ML03), i. e., são mais as mulheres que afirmam igualdade entre pai e mãe sem que lhes tivesse sido pedido para fazer algum tipo de comparação, do que as que, nas mesmas condições, afirmam a diferença. Considera-se que as ocorrências espontâneas dos discursos mostram uma maior presença e importância dos mesmos no imaginário das mulheres do que quando são produzidos após a provocação lançada pela pergunta de recurso, que exige explicitamente uma tomada de posição.

Nas páginas seguintes, irei discutir primeiro os discursos de diferença, seguidos pelos de igualdade, sem perder de vista a frequente coocorrência dos dois.

8.3.1. Pais em desvantagem – Discursos de diferença

Na maior parte das respostas à P4, que constroem maternidade e paternidade como diferentes, na comparação das duas experiências, a maternidade sobressai em termos de intensidade. Vinte e duas das mulheres afirmam a maternidade como a experiência mais forte e mais envolvente em comparação com a paternidade (Apêndice 8.D).

Só quatro mulheres (FL02, M06, M07, ML03) consideram a hipótese de o pai ter um elo mais forte com as crianças do que a mãe. Em dois destes casos, os homens/pais em questão são caracterizados como “mãe” ou “mulher”:

FL02: eu já conheci mulheres que são de facto mães fantásticas e homens que estão absolutamente ausentes. claramente no meu caso a minha mãe foi uma mãe brutalmente fantástica e o meu pai *not so much*. (*hum*) mas também já conheci o inverso. (*hum*) em que o pai é ã[:] uma mãe fantástica, (*hum*) e um pai fantástico, e a mulher está muito mais ausente.

M06: também. também. (*hum*) e[:] eu conheço pessoas que as mulheres partiram para o outro mundo, e os pais tratam os filhos como se fossem as mulheres. (*hum*) cuidam deles e têm todo o carinho e todo o cuidado

Apesar de, aparentemente, se corrigir mais à frente, a formulação de FL02 mostra que a maior intensidade da experiência faz parte do conceito de maternidade, não do de paternidade. O mesmo pode ser observado no discurso de M06, quando esta diz que “os pais tratam os filhos como se fossem as mulheres”. Podemos imaginar que ‘tratar dos filhos como os pais’ construiria uma relação completamente diferente, envolvendo claramente menos “carinho” e “cuidado”. Apesar de M06 atestar aos homens/pais as características ou competências necessárias para desenvolver uma relação de cuidador com os filhos, este papel não faz parte da identidade principal de Pai, mas é um empréstimo do ‘ser mãe’. Para além disso, o pai só assume este tipo de relação em casos excepcionais (“conheço homens que...”) e de emergência (“que as mulheres partiram para o outro mundo...”).

FL02 faz questão de construir igualdade seja na possibilidade de presença, seja na possibilidade de ausência dos dois progenitores, mas podemos observar que a ausência da mãe é diferente da do pai. Enquanto o pai pode estar “absolutamente ausente”, a mãe só o é “muito mais”, sem no entanto nunca desaparecer por completo. Também a representação da presença dos dois pode ser interpretada como diferenciada. Os dois podem ser fantásticos, mas enquanto a mulher pode ser “uma mãe (brutalmente) fantástica”, o homem pode ser uma mãe fantástica e um pai fantástico. Esta construção é interessante, porque parece pressupor que – mais uma vez – a ideia de proximidade e envolvimento faz parte do conceito de “mãe” e não do conceito de “pai”, pelo que, para o homem ser fantástico na relação com os seus filhos, não é suficiente ser só um pai fantástico, mas tem de ser também uma “mãe” fantástica. A caracterização do pai é claramente negativa, tendo a utilização do inglês a função de suavizar o impacto deste julgamento.

Inspirado na classificação dos processos propostos pelo sistema de transitividade, descrito no Capítulo 6 (Halliday 2004), a construção de uma diferença entre mãe e pai, em que a mãe assume um lugar destacado, acontece principalmente de duas formas: ou a mãe *sente/tem* algo que o pai não sente/tem ou a mãe *faz* algo que o pai não faz. Já as designações destas duas categorias refletem um aspeto importante da caracterização do papel do pai nas entrevistas: em comparação com a mãe, ele é descrito como deficitário, como alguém a quem faltam determinadas características,

experiências e sentimentos e que não executa uma série de ações. Uma vez que estas características, experiências, ações e estes sentimentos são representados como estando na base da relação próxima (ou descrevem a própria relação) da mãe com os seus filhos, não tendo/sentindo ou fazendo o que a mãe tem/sente ou faz, o pai não tem hipótese de ser igual à mãe.

A mãe sente/tem algo que o pai não sente/tem

Estão incluídos nesta categoria, essencialmente, processos mentais e relacionais, mas também alguns processos existenciais.

O primeiro aspeto que as mulheres referem como sendo próprio e exclusivo da mãe é a (maior) ligação psicológico-emocional com os filhos, construída, entre outros, no excerto seguinte:

F08: eu acho que o vínculo em-- do-- das crianças mais ã: na-- nas idades mais[:]
pequeninas, quando são bebés e quando nascem o vínculo afetivo é muito mais
próximo com a mãe. (*hum*) porque nem que seja pelo facto delas estarem de-- para
já porque nós começamos a sentir os filhos (*hum*) não é? e isso cria logo um laço,
nós já estamos a criar laços com eles e eles connosco.

No primeiro enunciado deste excerto, o “vínculo afetivo muito mais próximo” é construído como uma propriedade “das crianças”; são elas que, por causa da proximidade física, criam uma proximidade afetiva com a mãe que não criam com o pai. Na segunda parte, as mães são construídas como Experienciadoras de uma sensação física que está na origem de uma relação mais próxima com as crianças, constituindo assim a relação como recíproca, ou seja, como partindo seja da criança, seja da mãe. A gravidez é identificada como ponto de partida desta relação, sendo uma experiência física exclusiva da mulher; ao pai é negada qualquer possibilidade de atingir um estatuto de igual, nem terá a criança a possibilidade de sentir a mesma ligação ao seu pai que sente em relação à sua mãe. A inevitabilidade deste estado de coisas é descrita de forma muito enfática por F09:

F09: independentemente de todo-- de tudo o que nós possamos fazer, no início,
quando eles são muito pequeninos, os bebés dependem muito das mães. (*hum*)
dependem. ã: nascem no seu ventre, crescem ã: a ouvir o batimento cardíaco, a
sentir-lhes o cheiro, (*hum*) acalmam-se mais rapidamente quando é a mãe a pegar,
porque reconhecem. (*hum*) eles não sabem quem é. mas reconhecem aquilo. (*hum*)
“isto eu sei o que é, eu[:]
conheço este ritmo cardíaco, eu conheço este cheiro.”

(hum) “eu conheço esta voz.” ã: e acalma-se logo automaticamente com isso. (hum) e isso faz com que, nos primeiros meses, de facto nós criam-- acabamos por criar uma relação muito íntima, muito (hum) ã: muito próxima.

Note-se a insistência de F09 em enunciar todos os elementos gramaticais, mesmo os redundantes (nós), e em dar a entender a completude da impotência do indivíduo perante o panorama descrito (“independentemente de (...) tudo”). A relação entre mãe e filhos é alargada por mais um elemento que cria uma maior proximidade: a dependência física dos filhos da mãe que é negada ao pai. O conhecimento físico (“conheço este cheiro”) leva uma reação psicológica imediata e automática desejada (“acalma-se logo automaticamente com isso”). Isto torna as ações da mãe relativamente à criança muito mais eficazes do que as do pai (não-conhecimento físico -> falta de automatismo e de prontidão da reação psicológica desejada), o que, por sua vez torna a mãe na pessoa ideal para assumir o cuidar das crianças e consequentemente na cuidadora principal.

No caso de F09, esta exclusividade da relação mãe-filhos reduz-se ao início da vida. Sobretudo em casos em que a direccionalidade da relação decorre da mãe para os filhos, ou seja, a mãe é Experienciadora do processo mental, há uma tendência para a relação privilegiada inicial se eternizar, constituindo assim a gravidez um ponto de partida para uma desvantagem que nunca desaparece, como acontece no discurso de FL12.

FL12: a gente ganha um amor às crianças ainda durante o período da gravidez. (hum) estamos ali durante nove meses que eles só estão a olhar para nós, sabem que se passa ali qualquer coisa, mas não sentem o que a gente sente. (...) e depois pomos cá o bebé fora e achamos que o bebé é nosso. (hum) pronto. tem um pai, mas o bebé é nosso. (...) e o pai: pronto, tem que começar do zero naquele momento em que a gente já lhe ganhou nove meses. (hum) ã: (E: *está em desvantagem*) portanto ele vai estar sempre (E: *[riso]*) em desvantagem. a não ser que a mãe seja uma má mãe, (hum) ele está sempre em desvantagem. (hum) porque ele vem sempre muito mais tarde

Maternidade e paternidade ganham um carácter de competição em que a mãe “ganha” ao homem que está e estará sempre “em desvantagem”, porque “vem (...) muito mais tarde”. Só no caso de a mãe não desempenhar bem o seu papel, o pai tem hipótese de ajustar as contas. Mas uma boa mãe não deixaria as coisas chegar a esse ponto. Para além da componente física/biológica, FL12 ainda refere outra razão para a existência de uma relação próxima entre mães e filhos: a postura da mulher, expressa em processo relacional projetado por processo mental (“achamos que o bebé é nosso”). Esta relação de posse (processo relacional atributivo possessivo) é assim atirada para o

nível da imaginação da mulher (processo mental) e contribui para a manutenção da relação privilegiada. Teoricamente, se a mãe assumisse outra postura, o que, de forma igualmente teórica, seria perfeitamente possível, a posição do pai também mudaria, possivelmente num sentido de uma maior envolvimento. Mas esta hipótese mantém-se meramente hipotética uma vez que a relação mais próxima entre mãe e filhos é um elemento fundamental da identidade de mãe para muitas mulheres.

Outra maneira utilizada pelas mulheres de construir uma diferença entre mãe e pai é a atribuição de características à primeira e negá-las ao segundo ou, pelo menos, atribuí-las em menor grau. Este é o caso, entre outros, da entrevista com F10, que constrói as mulheres como mais afetuosas, emocionais, carinhosas, ou na entrevista com M09, que atesta às mulheres maior inteligência e abertura. Estas duas mulheres referem as características em questão como sendo ‘das mulheres’, isto é, a diferença não é construída entre mãe e pai, mas antes entre homem e mulher, o que a torna tão insuperável como aquela causada pela gravidez. Todas as características referidas por F10 e M09 carregam uma avaliação claramente positiva da mulher/mãe e, comparativamente, uma menos positiva do homem/pai. De um modo geral, a identidade de mãe é caracterizada de forma mais positiva do que a do pai.

A mãe faz algo que o pai não faz

Na categoria ‘a mãe faz coisas que o pai não faz’ reuni, principalmente, processos materiais nos quais ou a mãe ocupa o lugar de agente ou o pai aparece na posição de agente num processo de polaridade negativa, como quem *não* faz. Entre as coisas que a mãe faz e o pai não, encontram-se muitas tarefas ligadas às necessidades básicas das crianças (mudar fraldas, dar banho, fazer papa, etc.). É interessante notar que, ao contrário dos pais, as mães são raramente representadas envolvidas em processos que indicam uma atividade específica. Daí podermos deduzir que elas fazem tudo, enquanto os pais só fazem coisas isoladamente. Para além disso existe para os pais a possibilidade de *não* mudar fraldas (F01), de *não* fazer a papa e de *não* dar banho (F03), de *não* fazer tudo (FL12, F06, M10, ML05, ML12) – opção que, para as mulheres, não existe. Da mesma forma como a mãe não é referida fazendo coisas específicas, ela também não aparece recusando tarefas específicas. Mais do que uma mulher refere que as mães têm um papel organizador na vida da criança (ex. F08, M09, M10), aspeto que nenhum pai

tem em momento algum. Há algumas atividades em que o pai aparece como agente e em que a mãe não é representada como no exemplo seguinte:

FL11: mas é[:] inesquecível, a pessoa alimentar o filho do[:] seu próprio corpo, não é, (*hum*) essa relação física até, (*hum*) eles nunca têm, não é. no máximo o que fazem é dar um biberon. pronto.

Na representação de FL11, o pai dá um biberon, a mãe não. Mas a razão de ser desta diferença é clara: está à disposição da mãe (e não do pai) uma forma muito mais nobre de chegar ao mesmo objetivo, ou seja, de alimentar a criança: “alimentar o filho do[:] seu próprio corpo”. Comparado com a experiência inesquecível de amamentar, “dar um biberon” acaba por ser uma tarefa claramente menor. A utilização do singular “um biberon” pode ser interpretada de duas formas: pode dar a entender que se trata de uma ação esporádica, não regular ou pode representar a ação como isolada, ou seja, independentemente da frequência com que o pai executa esta tarefa específica, entre todas as outras tarefas possíveis e imaginárias relacionadas ao cuidar de uma criança, dar o biberon é a única que ele executa. Na contraposição dos processos “alimentar” e “dar um biberon” fica claro que o primeiro constitui a ação da mãe como sendo muito mais abrangente, pondo até em causa a possibilidade de o segundo ser capaz de assegurar as necessidades da criança. Mais provavelmente trata-se de um mero recurso de emergência.

Outras atividades que são exclusivas dos pais da geração mais velha estão ligadas ao sustento da família. Assegurar o lado económico da vida familiar era, no passado, o papel dominante do homem/pai em relação aos seus filhos. Ao mesmo tempo, era precisamente esta atividade que o afastava do espaço familiar, no qual se construíam as relações mais próximas entre progenitores e filhos. O facto de as mulheres/mães não aparecerem nunca neste papel reflete as estatísticas sobre as percentagens de mulheres trabalhadoras e não trabalhadoras na geração mais velha.

ML03: porque no fim as crianças eram muito mais nossas do que dos pais. (*hum*) os pais n-- ã: quê-- davam para lá o dinheiro para[:] a gente comprar as latas da comida.

Torna-se claro, nesta parte da entrevista com ML03, que a vida dos homens/pais se desenvolvia noutro lugar que não junto da família. Esta caracterização refere-se ao passado, sendo que para a atualidade a falante constrói uma partilha maior. Também é interessante notar que o beneficiário da ação do pai não é a criança, mas a sua ação incide sobre a mãe como intermediária, ou seja, o pai não compra as “latas da comida”

para a alimentação da família, mas dá dinheiro à mãe para esta o fazer. A ação do homem/pai acaba onde o espaço familiar começa. As outras atividades nas quais só os homens/pais aparecem como agentes e as mães não, referem-se ao abandono dos filhos, ao afastamento ou, ainda, a comportamentos criticáveis como dormir a noite toda, enquanto a mãe interrompe o seu sono quando as crianças choram (M12), direcionando, apesar da polaridade positiva, o foco novamente para a não-ação do homem/pai. Pontualmente, o abandono das crianças também é referido como possível por parte das mães, mas estas mães são representadas como uma minoria (F06, F10), não como algo tão aparentemente normal como no caso dos pais.

F06: /deve haver\\ deve haver um[:]- uma percentagem menor de (.) crianças abandonadas por mães do que por pais. (...) mas mesmo a nível de (...2.0) de uma separação [coff] ou que seja, normalmente a criança fica sempre com a mãe. (*hum*) também não também falo assim, também não se faz os-- não[:] se procura ver se aquela mãe é indicada para estar com a criança, porque às vezes o pai é melhor que a mãe. atenção! (*hum*) ã: e o pai vê a criança de quinze em quinze dias e uma vez por semana que é. (.) a sociedade também leva ao afastamento. às vezes. (*hum*) mas isso não implica que as pessoas não deixem de fazer-- do que fazer-- fazer outras coisas de outra forma (.) ma:s mas acho que[:] o os[:2] eles li- os[:] pais desligam mais.

No excerto acima, o processo de ‘abandonar’ consta como passivado, mas neste caso, F06 faz questão de indicar o agente (que na passiva seria possível eliminar) para levar a cabo a comparação entre mulheres e homens, da qual os homens, enquanto grupo, saem julgados negativamente por exibirem mais frequentemente um comportamento desprezível. Mais à frente, o “afastamento” dos homens/pais dos seus filhos é causado pela “sociedade”, cuja configuração é tal que favorece a permanência dos filhos com as mães no caso de uma separação. Esta situação é criticada pela falante (e também, de forma diferente, por FL15). O único processo onde os pais aparecem como fazendo algo que a mãe não faz, ou faz em menor grau, é o de ‘desligar’, que interpreto não tanto como ação física, mas como ação mental, fazendo novamente referência a uma predisposição mental dos homens/pais, que influencia a sua relação com os filhos no sentido negativo, julgando negativamente o comportamento dos homens enquanto grupo.

8.3.2. Igualdade

Vinte e três das mulheres entrevistadas constroem maternidade e paternidade como iguais em algum aspeto, em vários ou em todos. Como mostram os quadros do Apêndice 8.C, a distribuição por grupo geracional e/ou educacional é muito homogênea. A igualdade é referida em relação a aspetos variados da experiência de maternidade/paternidade, que podem ser agrupados da seguinte forma:

Área de igualdade	ID entrevistas
Existência de uma mudança para os dois	FL01, FL03, FL07, FL12, FL15, F13, ML01, ML02, ML06
Gostar (e outras emoções positivas) de forma igual	F10, FL12, M01, M06, M08, M10, ML01, ML03, ML07
Fazer igual	FL03, FL07, F03, M03, ML03
Igual importância do progenitor	F03, M03, FL14, FL02
Igual qualidade do progenitor	ML11, ML01
Outros	FL03, FL07, F07, F09, M09

Quadro 8.5.
Áreas de Igualdade

Mudança para os dois

Nove mulheres referem que as experiências de maternidade e paternidade são iguais, no sentido de o nascimento de um filho provocar uma mudança na vida do pai e da mãe. Predominam neste grupo as filhas com grau de escolaridade elevada (FL01, FL03, FL07, FL12, FL15), enquanto nos grupos das mães com os níveis educacionais mais baixos e mais elevados, respetivamente, este discurso de uma mudança igual para ambos os progenitores é inexistente. É de notar que a maior parte das mulheres fica-se pela constatação da existência da mudança, sem construir, porém, igualdade na qualidade da mudança, ou seja, a mudança existe para os dois, mas não será necessariamente a mesma mudança. É relativamente frequente, aliás, a coocorrência deste tipo de discurso com algum tipo de discurso de diferença, sendo assim a igualdade mais que relativa.

FL15: mas também é uma experiência que muda. (*hum*) que muda o homem, também.

Gostar igual

Outra área de igualdade que reúne algum consenso entre as mulheres é representada pelo processo de ‘gostar’, sendo mães e pais iguais Experienciadores deste processo, cujo alvo são as crianças.

M08: creio que o meu marido goste tanto da filha como eu gosto, (*hum*) não tenho - não há diferenças. (...) eu acho que aí o ser pai e mãe e gostar dos filhos incondicionalmente é igual.

São, sobretudo, as mulheres da geração das mães que referem igualdade nesta área, como é o caso de M08 no excerto acima. Das nove mulheres que constroem este tipo de igualdade, só uma (ML01) nunca recorre a algum tipo de discurso de diferença ao longo da sua resposta. Perante um panorama tendencialmente menos igualitário na geração mais velha, no que diz respeito à envolvimento dos dois progenitores, uma explicação para esta predominância pode ser que estas mulheres mais velhas, ao construírem igualdade de ‘gostar’, procuram um contrapeso para as outras diferenças, ou seja, os pais, apesar de não estarem tão envolvidos, não são maus pais, porque *gostam* das crianças. Torna-se, assim, este processo uma condição mínima para o bom desempenho de um pai.

M06 também constrói igualdade de ‘gostar’, mas de uma forma muito diferente:

M06: muda na maneira de (...3.0) de[:] ter um objeto, a qual ela pretende olhar a todo o momento para ali. (*hum*) porque quando se tem um filho, quando ele começa a andar, a mexer, (dentro de nós), nós já temos a certeza que vem aí uma coisa que é para a gente orientar. (*hum*) que é para a gente tratar. que é para a gente cuidar. (*hum*) que é para não se perder de vista, (*hum*) e para ter todo o empenho no[:] que está ali (.) a crescer.

E: *hum. (...2.0) e esta[:] experiência, a experiência de ser mãe será comparável ou igual à de ser pai?*

M06: (.) também deve haver pais que ficam felizes, de vez em quando até falam nisso

A utilização de “também” constrói o paralelismo entre a experiência de ser mãe e a de ser pai, mas torna-se claro, logo a seguir, que este paralelismo, para M06, tem um carácter absolutamente excecional ou até hipotético. É normal as mães ficarem felizes com o nascimento dos filhos e, nos poucos casos em que o pai sente o mesmo, podemos presumir que existe algum tipo de igualdade. Mas o carácter excecional da emoção positiva do homem/pai atribui um carácter excecional também à igualdade entre pai e mãe.

Fazer igual

Outra forma de construir igualdade é a representação dos dois participantes (mãe e pai) como agentes nos mesmos processos materiais, ou seja, em processos em que eles aparecem como fazendo alguma coisa de forma igual. As ocorrências não são muitas, cinco no total (FL03, FL07, F03, M03, ML03), sendo que três das mulheres que referem igualdade de ‘fazer’ pertencem à geração das filhas e uma das mães constrói igualdade na representação das ações da sua filha e do genro em relação ao filho dos dois. Mãe e pai assumirem o papel de agente nos mesmos processos relacionados com as crianças torna-se, deste modo, uma característica das mulheres e dos homens da geração mais nova. Apesar de o número reduzido de entrevistas nesta categoria não permitir falar de uma tendência, é interessante observar a elevada correspondência nos pares mãe–filha (FL03 – ML03; F03 – M03).

Síntese

Neste capítulo, apresentei uma proposta de análise da construção de identidades de mãe no *corpus* sob análise. Na primeira parte tornou-se evidente que o potencial transformador da maternidade resulta numa valorização da mulher-mãe em comparação com a mulher que (ainda) não é mãe. A primeira é caracterizada por uma maior responsabilidade, espírito de preocupação e sacrifício que a segunda não experiencia, para além de sentir emoções positivas que só a maternidade proporciona. Estes processos de transformação são representados como ocorrendo naturalmente com a maternidade e a sua não ocorrência é descrita como um desvio ou uma patologia. O desaparecimento de outras identidades, nomeadamente das identidades individuais, é desvalorizado pelas mulheres e raramente referido de forma crítica.

Na segunda parte do capítulo, ficou clara a caracterização diferenciada entre a experiência de ser mãe e a experiência de ser pai. Em comparação com a mãe, o pai é construído como deficitário, que não faz ou não sente uma série de coisas que a mãe faz e sente. São raras as ocorrências de construções de igualdade entre mãe e pai.

Apêndice 8

Apêndice 8.A – Qualificação da mudança provocada pela maternidade

Não muda/ depende...	Muda um bocadinho	Muda.	Muda muito	Muda completamente	
F01a, FL05, M07	M09	F01b, F02, F03, F07, F09, F10, F12, F13, FL01, FL03, FL06, FL07, FL12, FL14, FL15, M01a, M03, M06, M08, M10, M13, ML01, ML02, ML03, ML06, ML07, ML15	ML12, ML14	F06, F08 FL02, FL11 M01b, M02, M12 ML05, ML11, ML12	
3	1	27	2	10	42

8.A. – Qualificação da mudança provocada pela maternidade

Apêndice 8.B. – Aparecimento de algo novo

	F	FL	MI	MII	MIII	MIV	
ID entrevista	F08 F09 F10 F12 F13	FL01 FL11 FL12 FL15	M06 M12	M09 ML01		ML07	
Nº Total	5	4	2	2	0	1	14
	9		5				

8.B.1. – Ocorrências do tema ‘Responsabilidade’ por grupo geracional/educacional

	F	FL	MI	MII	MIII	MIV	
ID entrevista	F06	FL07 FL11	M12	ML01	ML02		
Nº Total	1	2	1	1	1	0	6
	3		3				

8.B.2. – Ocorrências do tema ‘Preocupação’ por grupo geracional/educacional

	F	FL	MI	MII	MIII	MIV	
ID entrevista	F01 F13	FL07	M10 M12 M13		ML11	ML03	
Nº Total	2	1	3	0	0	2	8
	3		5				

8.B.3. – Ocorrência de ‘Emoções positivas’ por grupo geracional/educacional

	F	FL	MI	MII	MIII	MIV	
ID entrevista			M10		ML11	ML03	
Nº Total	0	0	1		1	1	3
	0		3				

8.B.4. – Ocorrências do tema ‘Sacrifício’

Apêndice 8.C – Discursos de igualdade e diferença

	F	FL	MI	MII	MIII	MIV	
ID entrevista	F01 F03 F06 F07 F08 F09 F10 F12	FL01 FL02 FL06 FL07 FL11 FL12 FL14 FL15	M01 M06 M10 M12	M07 M08 M09	M03 ML02 ML11 ML12	ML03 ML05 ML07 ML14	
Nº Total	8	8	4	3	4	4	31
	16		15				

8.C.1. – Discursos de diferença

	F	FL	MI	MII	MIII	MIV	
ID entrevista	F03 F07 F09 F10 F13	FL01 FL02 FL03 FL07 FL12 FL15	M01 M06 M10	M08 M09 ML01	M03 ML02 ML06 ML11	ML03 ML07	
Nº Total	5	6	3	3	4	2	23
	11		12				

8.C.2 – Discursos de igualdade

	F	FL	MI	MII	MIII	MIV	
ID entrevista	F03 F07 F09 F10	FL01 FL02 FL07 FL12 FL15	M01 M06 M10	M08 M09	M03 ML02 ML11	ML03 ML07	
Nº Total	4	5	3	2	3	2	19
	9		10				

8.C.3. – Discursos de diferença e igualdade em simultâneo

	F	FL	MI	MII	MIII	MIV	
ID entrevista	F13	FL03		ML01	ML06		
Nº Total	1	1	0	1	1	0	4
	2		2				

8.C.4. – Discursos de igualdade em exclusivo por grupo geracional/educacional

	F	FL	MI	MII	MIII	MIV	
ID entrevista	01 06 08 12	06 11 14	M12	M07	ML12	ML05 ML14	
Nº Total	4	3	1	1	1	2	17
	7		5				

8.C.5. – Discursos de diferença em exclusivo por grupo geracional/educacional

Apêndice 8.D – Intensidade da relação

	A mulher/mãe	O homem/pai ou a mulher/mãe	Atribuição incerta
ID entrevista	F01, F03, F06, F07, F08, F09, F10, FL01, FL06, FL07, FL11, FL12, FL15 M01, M03, M08, M09, M12, ML02, ML05, ML11, ML12	FL02, M06, M07, ML03	F12 FL14, M01, M10, ML07, ML14
Nº Total	22	4	6

8.D. – Quem tem a relação mais forte?

Capítulo 9 – Discussão

Neste último capítulo, pretendo reunir os resultados mais importantes da proposta de análise apresentada nesta tese, identificando os pontos que considero fulcrais relativamente às identidades da mulher, no âmbito do seu posicionamento perante o trabalho e a maternidade. Na primeira parte, pretendo traçar um panorama geral, de forma a evidenciar o potencial crítico do trabalho levado a cabo. Procurarei identificar aspetos na construção das identidades de trabalhadora e de mãe que contribuem discursivamente para a manutenção de desigualdades de género, seja através de discursos tradicionalistas, seja através de discursos supostamente reivindicativos. Na segunda parte, apresentarei alguns resultados relativamente à influência das variáveis idade e nível educacional sobre as construções identitárias. Por último, irei ainda lançar um olhar crítico sobre a metodologia utilizada para chegar aos resultados obtidos e identificarei alguns aspetos potencialmente interessantes que não entraram na análise e concluo o capítulo com um balanço final.

9.1. Ordens de género em Portugal contemporâneo

Enquanto autora desta tese, assumo abertamente uma conceção da igualdade de género, não como um estado ideal, último, na organização das sociedades mas antes como um estado transitório num processo cujo objetivo final é a degenderificação (Connell 2002). Parto do princípio de que na base de qualquer discriminação de género, seja de homens ou de mulheres, estão as próprias categorias de género, ou seja, as categorias de ‘homem’ e ‘mulher’ e o facto de só haver estas duas categorias (cf. Capítulo 2). A igualdade plena de género parece-me um objetivo de difícil concretização, uma vez que a persistência das categorias de género cristaliza os significados diferenciados que lhes estão associados, sendo assim muito difíceis de eliminar (Foucault 2005). Manter as categorias, por um lado, e exigir igualdade, por outro, leva a conflitos que são de difícil solução. Assim sendo, considero as tentativas discursivas, frequentemente associadas às reivindicações feministas de tornar a mulher igual ao homem, tão problemáticas como certas conceções que atribuem lugares específicos a homens e mulheres na sociedade, ou seja, os discursos tradicionalistas,

conservadores. Ambos estes discursos estão presentes no *corpus*, servindo ambos, maioritariamente, para valorizar as identidades femininas neles inerentes, ao passo que discursos de desconstrução e degenderificação são praticamente inexistentes.

Cada um no seu lugar – Discursos tradicionalistas

Designo como ‘discursos tradicionalistas de género’ aqueles que atribuem um lugar predefinido aos indivíduos com base no seu género. Estes discursos são frequentes no *corpus* e estão sobretudo ligados às identidades de mãe. Estas identidades de mãe são construídas em oposição às de mulher ainda-não-mãe e às de pai e distinguem-se claramente destas duas. Na comparação com estas duas, a identidade de mãe sai valorizada. De uma forma talvez exagerada, pode dizer-se que ser mãe é melhor do que não o ser (ainda) e melhor do que ser pai. A mulher-mãe é menos egocêntrica, mais adulta e mentalmente mais crescida, ao mesmo tempo que experiencia um amor especial, etc.

Pressupondo que qualquer pessoa tentará construir uma identidade o mais positiva possível e sendo a maternidade a chave para se atingir esse fim, o ‘ser mãe’ assume carácter de norma social, porque só a maternidade permitirá alcançar este estado mais positivo. Mas só ser mãe não é suficiente, é também preciso sê-lo corretamente, ou seja, ser uma boa mãe. A boa mãe tem um elevado sentido de responsabilidade, experiencia emoções positivas, seja perante os seus filhos, seja perante a experiência da maternidade em si e aceita, com grande naturalidade, as limitações das suas próprias identidades individuais. Aliás, estas perdem relevância perante a identidade de mãe (cf. FL06, F06). Exige-se de uma boa mãe precisamente este comportamento, caso contrário está em causa o bom desempenho do seu papel. “Uma mãe que se preze faz tudo até à exaustão com os filhos”, como diz M10; ela abdica dela própria, e é dotada de amor e responsabilidade relativamente aos seus filhos. Qualquer outro comportamento é tratado como uma patologia. A relação mãe-filh@s adquire um carácter especial, incomparável com outras relações que podemos imaginar, o que por sua vez justifica o papel dominante da mãe na vida dos filhos, comparado, por exemplo com o papel do pai.

Enquanto nas teorizações pós-modernas esta identidade de mãe acima traçada constitui UMA hipótese de relacionamento e posicionamento da mulher perante a maternidade, no *corpus*, esta identidade, claramente, não é construída como tal. Dada a

nossa constante exposição a discursos sobre a maternidade como uma experiência positiva, única, desafiante, etc., dificilmente conseguimos imaginar outros discursos alternativos como sendo igualmente válidos. É-nos difícil aceitar que, como qualquer outra relação entre seres humanos, a relação entre mãe e filhos pode não ser bem-sucedida e que como qualquer outra experiência que a mulher possa ter na sua vida, a maternidade não tem de ser forçosamente fonte de emoções positivas. A dificuldade de aceitação que estes discursos alternativos colocam, torna-se evidente na classificação clínica de um comportamento alternativo, como ‘depressão pós-parto’, para indicar uma falta de vínculo afetivo da mãe com a criança (cf. M13). A inexistência deste vínculo não é resultado de uma relação mal sucedida entre dois seres humanos, mas de um malfuncionamento da mulher, ou seja, de uma doença que precisa de ser curada, de forma a que a mãe possa assumir o comportamento normal e esperado. Não é uma possibilidade declarar o fracasso da experiência e abandoná-la. Fica assim claro o poder de classificação de palavras que Foucault (2005) identificou.

Já na (im)possibilidade de abandonar a criança, a mãe é distinguida claramente do pai. Apesar de ser julgado negativamente, os abandonos pelos pais são mais frequentes e menos inesperados, tornando-se assim mais ‘normais’ do que os abandonos pelas mães. Mas há outras diferenças nas identidades normativas construídas para mães e pais. A mãe é construída como sendo mais próxima, tendo uma ligação mais forte com as crianças. Ela sente sensações que o pai não sente, faz coisas que o pai não faz. Esta identidade é tanto mais normativa e incontornável, porquanto se baseia em ‘factos’ biológicos como a gravidez, o parto e o aleitamento, os quais são referidos frequentemente como estando na origem de um vínculo mais próximo (FL07, FL11). Também esta diferença entre homens e mulheres é utilizada para valorizar a mulher-mãe perante o homem-pai. Enquanto a primeira ocupa um lugar de destaque, o segundo é um mero ator secundário. Mas esta construção de diferença, como, aliás, qualquer construção de diferença, é problemática, e não só no que diz respeito à relação com as crianças no seio da família. Como, por exemplo, Aboim (2008) escreveu, é só com o abandono da associação da mulher à natureza e à reprodução, que acontece, por exemplo, numa associação da experiência física a uma relação mais próxima entre mães e filhos, que a mulher consegue adquirir maiores direitos. Na verdade, isto é válido não só para as mulheres, mas também para os homens: os dois saem prejudicados desta forma de valorização da mulher. A identidade de mãe como estando mais próxima das crianças, predestina a mulher para ser cuidadora principal dos filhos, deixando o pai em

segundo lugar, na melhor das hipóteses. Sendo cuidadora principal, a ação da mulher noutras áreas é condicionada; as suas identidades individuais e de trabalho sofrem cortes inevitáveis. Sendo a mãe melhor a cuidar dos filhos, será ela que terá de prescindir de outras dimensões da sua vida, seja faltando ao trabalho, seja abdicando das suas atividades de lazer, quando as necessidades dos filhos o exigem. Ao mesmo tempo, ao homem é negado o acesso a um papel igualmente central perante os seus filhos: por razões biológicas é-lhe impossível adquirir a mesma perícia no cuidar que a sua companheira adquire de forma natural. Mantém-se, assim, o posicionamento de homens e mulheres fixado nos mesmos lugares como há trinta anos atrás: a mulher continua a estar associada à esfera privada, perto dos filhos, enquanto o homem figura como ator principal na esfera pública, necessariamente mais afastado dos filhos. A atribuição a esta ordem de uma avaliação positiva elimina, à partida qualquer potencial de conflito, dissimulando a natureza opressiva desta mesma ordem (Lazar 2005).

Outra diferença entre homens e mulheres com um benefício para as últimas é construída em relação à domesticidade em *part-time*, ou seja, em relação às tarefas domésticas quando elas não constituem a ocupação exclusiva da mulher. As mulheres são geralmente referidas como assumindo a maior parte destas tarefas e apesar de esta construção ser acompanhada em alguns casos por recursos de julgamento negativo, a construção da identidade à qual chamei de ‘Supermulher’ avalia de forma positiva a capacidade de *multitasking* que é referida como sendo característica das mulheres, e é negada aos homens. Se pressupusermos que a mulher tem esta capacidade e o homem não, estamos, inevitavelmente, perante um ponto final nas relações de género, eternizando o *status quo* em que a mulher acumula mais tarefas do que o homem. Se a mulher sabe fazer três coisas ao mesmo tempo e o homem não, qual é a organização alternativa? Não existe e tudo fica na mesma.

Há algumas tentativas de avaliar positivamente os homens mas que raramente resistem a uma análise mais pormenorizada a nível semântico. A fonte desta valorização é a sua participação nas tarefas domésticas. Mas esta participação é quase sempre parcial e secundária (processo ajudar), restrita a determinadas atividades excluindo outras (cozinhar sim, mas passar a ferro não). Só num único caso, o homem é representado como fazendo mais do que a mulher, mas isto acontece, “às vezes” e resulta de uma situação definida como sendo de sorte para a mulher, criando para ela própria uma ilusão de privilégio:

FL03: eu tenho-- eu também ã: aqui tenho sorte porque o meu marido é muito[:] presente e faz-me-- faz tanta-- faz as coisas como eu faço- às vezes até faz mais,

Em todos os outros casos, apesar do homem fazer pontualmente mais do que a mulher, somando as tarefas, no balanço final, a mulher assume um maior número de tarefas.

Estes discursos, apesar de terem o objetivo de valorizar um ou outro elemento do sistema binário homem–mulher (sendo que no caso da caracterização positiva do homem podemos pressupor também a expectativa da falante de alguma valorização da sua própria imagem, sobretudo quando o julgado é o próprio marido, uma vez que foi ela que escolheu um homem tão evoluído), de uma forma ou de outra, eternizam uma ordem de género tradicional, atribuindo aos indivíduos lugares específicos com base na sua pertença a um dos dois géneros previstos nesta mesma ordem.

Discursos reivindicativos

Outro tipo de discurso é caracterizado pela reivindicação de um lugar para a mulher nivelado com o do homem. Estes discursos encontram-se sobretudo à volta das identidades de Trabalhadora: nas críticas à domesticidade em exclusivo e nas críticas à discriminação contínua das mulheres no mundo do trabalho.

O primeiro ponto importante a reter é a avaliação positiva da transição da maioria das mulheres da condição de doméstica para a de trabalhadora assalariada, levando à atribuição de valor positivo ao trabalho realizado fora de casa. A análise demonstrou que ao lado do trabalho doméstico representado como limitado, insatisfatório, parado ou como a opção mais fácil, o trabalho fora de casa adquire um valor totalmente positivo de algo que é dinâmico, ativo, satisfatório, desafiador.

Já desde muito cedo, nos estudos feministas, o trabalho tem sido identificado como a chave para a emancipação da mulher e como uma hipótese que lhe é dada de se equiparar ao homem, como transparece, por exemplo em mais uma célebre frase de Simone de Beauvoir no seu livro *O Segundo Sexo*: “É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta”. Acontece que, perante o trabalho fora de casa, o trabalho dentro de casa acaba por ser menosprezado, como ‘não-trabalho’ e tem-se vindo a verificar que os homens não entraram no mundo doméstico na mesma medida

em que as mulheres entraram no mundo do trabalho assalariado (Aboim 2008). Se o objetivo for uma distribuição mais igual das tarefas domésticas, perante esta caracterização das mesmas, coloca-se, obviamente, a questão de se saber porque razão haveriam os homens de querer assumir trabalhos com tão pouco valor social. É nesta constante (re)construção da diferença de valor entre trabalho dentro e fora de casa que se (re)constroem e se reafirmam também as estruturas patriarcais. A distinção entre público e privado, originária do século XIX e mais claramente vivida nas sociedades burguesas das cidades no início da era industrial (Aboim 2008), tem vindo a ser identificada pelos estudos feministas como uma fonte de discriminação de género (Pateman 1983). Como autores feministas argumentam (ex. Pateman 1988), as sociedades atuais estão construídas com base na referência masculina, o que as leva a valorizar o lado público sobre o lado privado, desvalorizando este, tal como transpareceu das entrevistas. O facto de serem as mulheres, supostamente vítimas desta distinção, a reconstruí-la como algo positivo, mostra a hegemonia destes discursos. Para além disso, também pesa o facto de o carácter das gratificações dos dois trabalhos ser diferente: enquanto o trabalho dentro de casa assume carácter de dádiva, o trabalho fora de casa é assalariado (Connell 1987). Numa ordem social em que o dinheiro tem um papel central, isto, obviamente, desvaloriza o trabalho doméstico. Também aqui, o que pode trazer mudança é entender esta representação do trabalho doméstico como UMA possibilidade de representação entre várias. Um discurso que valorizasse este mesmo trabalho seria possível teoricamente, mas dificilmente concretizável, dada a associação do trabalho doméstico a um carácter limitado em termos de realização pessoal. A existência e aceitação destes discursos alternativos poderão tornar a execução das tarefas domésticas numa opção não só para as mulheres, como também para os homens, o que, neste momento, conforme mostra a análise, não se verifica. Neste momento estamos mais perante um panorama em que nem homens nem mulheres querem assumir as tarefas domésticas, sendo que as mulheres acabam por as assumir, porque, na ausência de alternativas vem ao de cima a associação que ao longo da História existiu entre as elas e este tipo de tarefas, porque a tradição diz que “sempre assim foi”. Como vimos, os homens mantêm o privilégio de escolherem, entre todas as tarefas não assalariadas, associadas à vida familiar, aquelas que ainda têm algum potencial criativo, como cozinhar.

Outro constrangimento que identifico em relação às representações do trabalho feminino e às identidades a ele associadas é o facto de as mulheres, reconhecendo o

potencial emancipador do trabalho assalariado, na medida em que garante à mulher a independência relativamente aos maridos, no sentido de Beauvoir, só num caso (FL14) referirem o trabalho como fonte de realização pessoal. Deste modo, o trabalho é apenas assumido como um garante da sobrevivência, como uma forma de assegurar o bem-estar da família. Poderá ser esta a razão que leva sobretudo as mulheres da geração mais nova a produzir, ou reproduzir, discursos saudosistas, segundo os quais as mulheres ambicionam regressar à sua condição anterior de doméstica. Dado o carácter meramente instrumental que o trabalho tem para as mulheres, existe sempre a hipótese de estas o largarem assim que a sua subsistência e sobrevivência passam a estar asseguradas por outra via.

Ligado a este entendimento do trabalho como mera forma de assegurar a sobrevivência está a questão da falta de agência das mulheres na transição do estado de ‘não-trabalhadora’ para o de ‘trabalhadora’. O que levou as mulheres a entrarem no mercado de trabalho, na maior parte das mulheres entrevistadas, não foi a sua própria iniciativa. Elas representam-se como tendo sido obrigadas a assumirem esta nova identidade por circunstâncias externas ligadas às necessidades económicas, não por elas próprias entenderem que as suas identidades anteriores eram, de facto, limitadoras, tal como são representadas no *corpus*. Isto reforça a ideia apresentada no Capítulo 4 de que o projeto emancipador da sociedade portuguesa, do qual a reivindicação do trabalho feminino fazia parte, era um projeto de uma elite, não de uma maioria de cidadãos ou cidadãos (Monteiro 2010). Há ainda duas mulheres que, no âmbito do seu papel de mãe, se tornam agentes de mudança (M01, M02), criando condições para as suas filhas poderem estudar mais tempo e criarem, à partida, melhores condições para a sua entrada no mercado de trabalho.

Valores conflituantes

Nos parágrafos acima concentrei a minha atenção na identificação das facetas mais críticas das identidades de Mãe e Trabalhadora construídas na situação de entrevista. Se olharmos para os dados, este procedimento não oferece, obviamente, mais do que uma perspetiva unilateral e simplificada da realidade do discurso das mulheres, uma vez que para além dela é possível entrever, por um lado, uma série de tensões entre diferentes identidades (Mãe vs. Trabalhadora; Trabalhadora vs. Indivíduo) e, por outro

lado, entre diferentes tipos de valores inerentes a estas identidades (igualdade vs. diferença). Ou seja, as identidades descritas não existem isoladamente e apresentam tensões internas.

Na relação entre as diferentes identidades podemos observar que as identidades de Mãe e Trabalhadora conferem lugares diferentes às mulheres. Em relação aos filhos (e ao trabalho doméstico), as mulheres assumem e atribuem a si próprias uma posição dominante perante o homem, ao passo que às identidades de Trabalhadora está associado um lugar de vítima de entidades raramente identificadas, nas quais presumivelmente também se incluem os homens. Enquanto esta posição subordinada que as mulheres assumem na esfera profissional é avaliada de forma negativa, a posição de superioridade no que diz respeito à maternidade é avaliada de forma positiva, ou seja, a diferença é posta ao serviço do falante, sendo construída de forma positiva ou negativa conforme as conveniências da entrevistada. Relativamente ao trabalho doméstico, o caso é dúbio, porque ao mesmo tempo que o papel dominante da mulher pode ser interpretado como expressão de uma posição superior, na medida em que, enquanto organizadora do trabalho doméstico, veda ao homem o acesso a esta dimensão, o mesmo papel pode também ser interpretado como uma extensão da dominação do homem que limita a mulher ao espaço privado. De qualquer das formas, observa-se uma tensão entre valores de igualdade e de diferença, que confirma as observações de Amâncio (2007: 190):

Se, a nível dos valores, se verifica uma clara adesão à norma da igualdade entre os sexos e à ideia de que o trabalho constitui uma fonte de autonomia para as mulheres, a fusão da feminilidade com a maternidade e a família, assim como a ideia de que as crianças sofrem quando as mães trabalham, continuam a suscitar a concordância de uma parte significativa da população portuguesa.

Na maior parte das entrevistas, esta tensão não é construída como tal, mas a coexistência dos diferentes valores não é questionada. Para isto contribuiu, certamente, o facto de as áreas trabalho e casa serem construídos em relação a perguntas diferentes, ou seja, enquanto os discursos de igualdade/feministas aparecem mais nas respostas à P1 e P2, os discursos de diferença são mais claramente construídos nas respostas à P4. Mais do que haver uma discrepância entre diferentes planos, entre o 'ideal' e o 'real', os discursos reinam em diferentes áreas da experiência feminina, sem que as falantes mostrem consciência do paradoxo latente e da inter-relação entre estas áreas.

9.2. A influência das variáveis idade e nível educacional

As características das mulheres entrevistadas permitiriam, em teoria, uma série de análises comparativas (cf. Capítulo 5). Na prática, a variável ‘nível educacional’ mostrou ser um campo minado e a forma como ela foi levantada confere-lhe um potencial explicativo extremamente reduzido. A informação que se apurou dizia respeito somente ao nível educacional em termos formais, isto é, a anos de escolaridade o que dá uma visão muito redutora das competências, da ‘instrução’ ou da ‘educação’ das falantes, uma vez que não tem em conta todos os outros meios de aquisição de conhecimentos e competências, nem do facto de as mulheres, apesar de terem concluído o mesmo grau de escolaridade poderem ter tido percursos em termos educacionais muitíssimo distintos. Por esta razão, importa formular os resultados relativamente a esta variável o mais cuidadosamente possível para não se resvalar para conclusões deterministas.

Assim sendo, pode ser observada uma correlação entre grau de educação formal e número de categorias identitárias construídas, ou seja, as mulheres com um grau de educação formal mais baixo constroem um número mais reduzido de categorias identitárias. Esta tendência é mais evidente na comparação dos dois grupos das filhas do que dos grupos das mães. No grupo das mães, existe uma diferença entre os dois grupos de nível educacional mais baixo e os dois grupos de nível educacional mais elevado.

	P1	P2	P4
F	33	24	26
FL	46	28	32
Total F	79	52	58
MI	21	11	11
MII	18	13	21
MIII	23	11	18
MIV	22	14	20
Total M	84	49	70

Quadro 9.1.

Número de categorias identitárias construídas por grupos de mulheres

Pode-se dizer que as mulheres com menos instrução formal/institucional têm acesso a menos identidades do que as outras. Na comparação entre mães e filhas (M vs. F), as mães, tendencialmente, constroem mais categorias e mais identidades, dado que merece uma análise mais aprofundada.

Ainda olhando para a análise quantitativa das categorias identitárias, podemos observar algumas diferenças interessantes comparando a frequência com que os diferentes grupos de mulheres constroem identidades relacionais e acionais, conforme está resumido no quadro em baixo. Para poder efetivamente comparar a frequência das categorias, o número de ocorrências de uma categoria foi posto em relação com o número total de categorias num grupo de mulheres, resultando em números percentuais.

	P1		P2		P4	
	IDs relacionais	IDs acionais	IDs relacionais	IDs acionais	IDs relacionais	IDs acionais
F	27,3	57,6	18,2	39,4	51,5	15,2
FL	28,3	52,2	15,2	34,8	39,1	26,1
Total F	27,8	54,4	25,0	55,8	60,3	32,8
MI	57,1	33,3	45,5	36,4	81,8	9,1
MII	38,9	50,0	23,1	46,2	57,1	33,3
MIII	43,5	39,1	36,4	45,5	72,2	22,2
MIV	27,3	54,5	42,9	42,9	45,0	35,0
Total M	41,7	44,0	36,7	42,9	61,4	27,1

Quadro 9.2.
Distribuição de identidades relacionais e acionais por grupo de mulheres

Comparando as duas gerações de mulheres (M e F), podemos observar que o total das mulheres da geração M tende a construir mais identidades relacionais (Pais, Filhos, Cônjuge...) e menos identidades acionais (Trabalhadora, Doméstica, Atividades de lazer...) do que o total das mulheres da geração F, correspondendo, desta forma mais à imagem da mulher tradicional que é vista e se vê ela própria como, em primeiro lugar, cuidando dos outros. Michelle Lazar identificou este centramento no outro (“other-centeredness”) como sendo uma representação frequente de mulheres em geral e de mães em particular, a qual veicula a ideia de que “as energias das mulheres para realizar os seus interesses pessoais (...) são canalizadas para procurar realização quase inteiramente através de outros” (Lazar 2002: 112)⁷⁷. Esta observação parece confirmar-se também ao nível do tipo de identidades que as mulheres consideram relevantes nas suas respostas às perguntas P1 e P2, mas a diferença apresenta-se menos expressiva na passagem de uma geração para a outra. Já em relação à P4, as duas gerações são muito parecidas, dando claramente prioridade às identidades relacionais.

⁷⁷ Tradução minha do original inglês: “I argue that implicit in the main conceptualisation of heterosexual femininity in the ads is the principle of other-centredness. By this, I refer to the systematic cultivation of an acute consciousness and devotedness to men (boyfriends and husbands) and children in the achievement of a woman’s own self-identity (Lazar 2000). What this means is that women’s energies in realising their personal interests, including the pursuit of a career outside the home, are channelled towards seeking fulfilment almost entirely in and through others.”

A variável nível educacional parece provocar algumas diferenças dentro dos grupos geracionais. Enquanto nas respostas à P1 e à P2, no que diz respeito à distribuição das identidades relacionais e acionais, os grupos F e FL sendo muito parecidos, distinguem-se na pergunta sobre a maternidade, com o grupo das filhas com 12 anos de escolaridade a construírem consideravelmente mais identidades relacionais do que as filhas com educação superior. No grupo das mães, a influência da variável nível educacional aparentemente não é tão linear. O grupo apresenta-se bastante heterogéneo, mas as diferenças localizam-se sempre entre grupos diferentes. Podemos ainda identificar uma correlação entre um nível educacional baixo e uma maior ocorrência de identidades relacionais. As mulheres do grupo MI constroem uma maior percentagem de identidades relacionais, em relação a todas as perguntas, por comparação com todos os outros grupos M e pelo menos em relação às perguntas P1 e P4, as percentagens do grupo MIV apresentam-se muito parecidas, niveladas com a média das do grupo de filhas como um todo.

Direcionemos agora o nosso foco sobre alguns aspetos de categorias identitárias específicas na sua correlação com as variáveis idade e nível educacional. As duas gerações de mulheres aparentam ter uma visão diferente relativamente à situação profissional da geração mais velha, sendo que a representação feita pela geração mais nova está mais próxima dos dados estatísticos do que a representação da geração mais velha ou seja, as mulheres da geração mais nova caracterizam mais frequentemente a geração mais velha como doméstica, representando as suas próprias mães como exceções à regra. Tendo em conta que todas as mães, em algum momento nas suas vidas, exerceram uma atividade profissional, esta caracterização surpreende, mas corresponde largamente às estatísticas. Os dados disponíveis sobre a taxa de atividade das mulheres, antes de 1974, são de difícil interpretação, uma vez que diferentes estatísticas definem os critérios de ‘atividade’ ou ‘empregado’ de formas diferentes (cf. Capítulo 4). Não sendo o presente *corpus* necessariamente representativo no que diz respeito à taxa de mulheres empregadas, segundo Barreto (1996), é possível constatar que ainda nos anos 70 aquela taxa rondava os 19% do total da população ativa.

A geração F mostra-se, geralmente, mais consciente da discriminação das mulheres no mundo do trabalho. No discurso que estas mulheres veiculam, podemos entrever a presença da ideia de discriminação geral, da existência de menos oportunidade para as mulheres, assim com da ideia de discriminação relativamente à maternidade. Em conjunto, estas representações ocorrem mais frequentemente na

geração F do que na M, sendo mais frequente no discurso das mulheres mais novas com alto nível de instrução formal (FL) e totalmente inexistente no discurso das mulheres da geração mais velha com menor grau de instrução (MI). Tal como todos os indicadores estatísticos sugerem (cf. Capítulo 4), as diferenças entre homens e mulheres têm vindo a esbater-se no espaço da passagem da geração M para a geração F. Isto quer dizer que apesar da discriminação efetivamente ser menor hoje em dia, a sensibilidade em relação a ela tem vindo a crescer. Esta sensibilidade aparece ligada seja à variável da idade, seja à da instrução formal. Na mesma direção aponta o facto de só no discurso das mulheres mais velhas (4M) encontrarmos discursos que constroem representações de igualdade entre homens e mulheres no atual mundo do trabalho.

No que diz respeito à acumulação de tarefas, há mais mulheres da geração F a invocá-la do que mulheres da geração M. Isto pode ter a sua razão de ser no grau de especialização mais elevado do trabalho das mulheres mais novas que lhes exige mais tempo no trabalho, deixando menos tempo para as tarefas domésticas, que, no entanto, não diminuem, o que torna esta acumulação mais visível.

A um nível mais linguístico foi possível identificar uma maior tendência para a construção de normas através da generalização da experiência, na geração mais velha (M), enquanto as filhas (F) tendem mais a individualizar a experiência, deixando espaço para outras experiências alternativas consideradas igualmente válidas. Isto aponta para um mergulhar mais profundo nas expressões do mundo pós-moderno, da sua desconstrução de categorias universais e do fim das grandes narrativas. Há, aparentemente, entre a geração mais nova, uma maior tendência para ver o indivíduo na sua especificidade e uma maior hesitação em enquadrá-lo num grupo maior.

No que diz respeito à maternidade, as diferenças entre grupos educacionais e geracionais tendem a esbater-se, indicando, eventualmente, um grau elevado de continuidade na construção das identidades de Mãe e pouca influência do nível de instrução sobre estas identidades. Em termos geracionais, a geração mais nova (F) representa com maior frequência a ideia de uma associação entre a maternidade e o surgimento de uma responsabilidade nova ou diferente (9F vs. 5M), enquanto na geração mais velha, e dentro dela, entre as mulheres de nível educacional baixo, a associação da maternidade a emoções positivas é mais frequente. Outra diferença interessante é a permanência da ligação da identidade de mãe à ideia do sacrifício presente na geração mais velha e que parece ter desaparecido totalmente na geração mais nova. Já nenhuma mulher mais nova faz este tipo de associação.

Nem a variável idade, nem a variável nível educacional parecem influenciar a consciência que as mulheres apresentam acerca da capacidade do discurso construir realidades de uma forma ou de outra, sobre o poder que as palavras têm para representar uma ‘realidade’ de uma ou de outra forma. Podemos encontrar casos de presença desta consciência em todos os grupos de mulheres: F07 que faz questão de referir o trabalho doméstico como “trabalho”, ML15 que recusa o verbo “ajudar” e prefere “participar” para descrever a diferença de envolvimento dos homens no trabalho doméstico, na atualidade, etc. Mas mais do que testemunhos desta consciência linguística (Fairclough 1999), encontramos frequentemente testemunhos precisamente do contrário, ou seja, de desconhecimento a cerca da origem e das consequências das escolhas linguísticas feitas ou, como disse Fairclough (2013: 39): “How can it be that people are standardly unaware of how their ways of speaking are socially determined and of what social effects may cumulatively lead to”?

O próximo passo a partir do trabalho aqui desenvolvido será elaborar uma forma de sensibilizar as mulheres participantes neste estudo precisamente para este poder do discurso, das palavras e das estruturas gramaticais, de não só construir mas também mudar a sociedade que nos rodeia. O objetivo será encontrar uma linguagem capaz de ultrapassar a barreira entre academia e restante sociedade, demonstrando o poder indutor de mudança social que as nossas escolhas discursivas encerram.

9.3. Um olhar crítico

Em primeiro lugar, o método escolhido para a recolha de dados permitiu tornar visível a enorme diversidade que podemos encontrar no grupo das pessoas que, facilmente, classificamos como ‘mulheres’. As mulheres entrevistadas para este projeto têm percursos de vida totalmente distintos, que só explorei muito superficialmente. Se é verdade que as suas experiências de vida se cruzam em alguns aspetos, mal se comparam noutros. Desta diversidade surgiram construções identitárias muito distintas, sem que fosse muitas vezes possível identificar qual variável terá qual tipo de impacto sobre estas construções. Muitas vezes não pude ir além da mera constatação de que uma determinada representação existe, descrevendo as suas possíveis consequências sociais, sem, no entanto, chegar às razões que estariam por detrás. Isto poderá representar uma desilusão para certos leitores que nesta tese esperavam encontrar este tipo de respostas.

Para além da diversidade de experiências, as falantes têm à sua disposição uma variedade muito grande de formas linguísticas para representarem estas mesmas experiências. Estando a construção discursiva condicionada por uma série de fatores, inclusive os discursos que estão à sua disposição (Capítulo 3), a diversidade a este nível é praticamente inevitável. Esta diversidade presente em dois níveis (experiência e representação da mesma) fez com que os resultados apresentados raramente mostrassem evidências muito expressivas ou tendências muito claras. Se quanto ao nível dos temas abordados ainda se conseguem identificar tendências, quanto mais a fundo se entra na análise a nível linguístico, mais estas tendências parecem evaporar-se e mais a diversidade se torna predominante. Revelou-se, por isso, muito difícil lidar com esta diversidade, ainda para mais com uma quantidade de dados tão grande. Assim sendo, uma análise linguística pormenorizada só me foi possível ao nível de determinados excertos, mas não com o *corpus* como um todo.

Como também já foi referido na parte teórica deste trabalho, nenhuma análise de qualquer discurso será alguma vez exaustiva, sendo que a presente análise não constitui nenhuma exceção. Ficaram por analisar muitos aspetos potencialmente interessantes, ficaram por fazer cruzamentos de dados que pudessem ter tido capacidade explicativa, ficaram de fora variáveis suscetíveis de serem analisadas, ficaram perguntas por fazer, aos sujeitos mas também aos dados, cujas respostas poderiam ter sido interessantes. Um projeto que de forma demasiado ambiciosa começou com intenção de explicar a situação das mulheres em Portugal, acabou por conseguir explicar, se tanto, só uma pequena parte da experiência feminina.

Nunca é demais sublinhar que os dados obtidos não devem ser entendidos como a expressão de alguma verdade ou realidade extralinguística, mas como representações discursivas que surgem de uma situação enunciativa específica. A maneira como a mulher se representa nesta situação comunicativa, ou seja, as identidades que ela constrói, dependem não só da situação com todas as suas constituintes, mas também de variáveis que vão para além deste contexto. As representações feitas tiveram objetivos igualmente específicos, ligadas à situação em que ocorreram, e podem, mas não necessariamente têm que, corresponder àquilo que as mulheres realmente fazem ou pensam ou são.

9.4. O que ficou de fora

Como referi na introdução deste trabalho, este projeto de investigação partiu com o objetivo de explicar uma parte significativa da experiência de ser mulher em Portugal, de encontrar resultados inequívocos e respostas claras. Ao longo do processo de investigação a pretensão explicativa foi diminuindo na medida em que me fui apercebendo da exagerada ambição do projeto inicial, sobretudo tendo em conta as minhas limitações em termos de tempo e meios, tendo sido necessário redirecionar várias vezes o foco deste trabalho. Consequentemente tiveram que ficar de fora desta tese alguns aspetos que considero relevantes e pertinentes, mas cuja abordagem iria gerar um conjunto de dados que ultrapassaria claramente a minha capacidade de processar qualitativamente toda a informação que daí resultaria. Quero mencionar alguns desses aspetos.

Em primeiro lugar, ficou de fora a análise da relação mãe-filha em termos de construção de identidades. Ao entrevistar mães e filhas, um dos objetivos iniciais era tentar perceber se esta relação tinha alguma influência sobre a construção identitária. Em diferentes momentos, tentei abordar esta relação numa análise comparativa, mas sem que os resultados me tivessem parecido relevantes, interessantes ou significativos. Um ângulo diferente de análise poderá certamente trazer à luz estes resultados, mas tal não me foi possível no âmbito deste trabalho.

Outro aspeto que, ao contrário do mencionado acima, foi surgindo e se oferecendo para ser analisado ao longo do processo de investigação, foram as identidades que no capítulo 6 designei como identidades de Género, ou seja, representações de mulheres e homens assentes numa diferenciação essencialista. Fora das questões da maternidade, estas identidades revelaram-se muito relevantes para as próprias mulheres. Uma abordagem superficial demonstrou que elas têm potencial de carregar significados ideológicos prejudiciais ao projeto da igualdade e/ou desconstrução do género.

Tal como os dois aspetos referidos outros terão ficado de fora deste trabalho de análise. Cada leitor, olhando para os dados, identificará pontos de partida diferentes para uma análise das relações de género ou até de outros aspetos. A análise aqui apresentada é a minha proposta de uma possível forma de lidar com os dados, não pretendendo ser a única, nem a última.

9.5. Balanço final

Neste trabalho, em vez de trabalhar as macrocategorias ‘homem’ e ‘mulher’, debrucei-me sobre identidades específicas, na sua versão feminina: Trabalhadora e Mãe. Ficou claro que, uma mais do que a outra, são construídas de forma mais ou menos dependente da categoria ‘género’. Também me parece evidente que quanto mais estas identidades dependem do género, mais normativas elas ficam e mais atuam no sentido da limitação do livre desenvolvimento dos indivíduos com base em escolhas livres e informadas, conforme teorizado nas perspetivas pós-modernas das identidades (cf. Capítulo 1). O conceito das identidades, na sua versão não essencialista, pode ter um enorme potencial libertador neste sentido porque proporciona precisamente a ideia da diversidade e da escolha. Entendendo as nossas identidades de Trabalhadora ou Mãe (ou outras) como formas específicas e localizadas e, sobretudo, direcionadas para um objetivo comunicacional, entenderemos que a sua genderificação também é uma opção e que ao mesmo tempo existem outras opções de construção. É desta desconstrução que ainda estamos longe, como espero ter demonstrado com a análise proposta neste trabalho.

Conclusão

Nesta tese, propus-me investigar as identidades de mulheres portuguesas de duas gerações: uma geração de mulheres nascidas por volta do ano da Revolução do 25 de Abril de 1974, e a geração das suas mães. Na primeira parte da tese, expus e discuti os principais conceitos teóricos que estão na sua base: Identidade (Capítulo 1), Género (Capítulo 2) e Discurso (Capítulo 3), procurando construir relações entre todos estes conceitos e construí um enquadramento sociológico da situação da mulher em Portugal (Capítulo 4). Na segunda parte do trabalho, apresentei a metodologia utilizada, ou seja, a realização, gravação e transcrição das quarenta entrevistas semidireccionadas, caracterizei o *corpus* (Capítulo 5) e apresentei as principais categorias analíticas, antes de propor uma forma de classificação das identidades identificadas (Capítulo 6). Na terceira parte descrevi a análise das identidades de trabalhadora (Capítulo 7) e mãe (Capítulo 8) de uma perspetiva crítica. No Capítulo 9 resumi os principais resultados, analisei a influência das variáveis idade e nível educacional sobre a construção das identidades e faço um balanço crítico do trabalho desenvolvido.

Regressando as perguntas iniciais, podemos concluir o seguinte: as mulheres portuguesas na atualidade vêem-se muito como mães e muito como trabalhadoras, ou seja, as identidades de Mãe e Trabalhadora são fundamentais na experiência feminina. A identidade de Trabalhadora está fortemente ligada a valores de mudança e igualdade, enquanto, seja a identidade de Doméstica seja a de Mãe estão ligadas à ideia de permanência e desigualdade. No caso da identidade de Doméstica, estes valores são expressos de forma explícita e crítica, enquanto na identidade de Mãe, permanência e desigualdade assumem um carácter positivo, de privilégio, que as mulheres guardam relativamente aos homens-pais. As desigualdades vividas enquanto Mães, assumem assim um carácter natural e desejável, escondendo a sua dimensão negativa no âmbito do projeto da desconstrução do género. Relativamente à influência das variáveis idade e nível educacional sobre a construção das identidades, os resultados não permitem uma leitura linear ou simples. Não posso concluir que as mulheres mais velhas, geralmente, constroem relações de género mais tradicionais do que as mulheres mais novas, nem que de uma forma geral, as mulheres com um mais elevado grau de instrução institucional construam relações de género mais igualitárias do que as mulheres com um grau de escolaridade mais baixo. Observaram-se tendências neste sentido, mas os dados não são generalizáveis nesse sentido.

Espero ter sido capaz de demonstrar que a experiência de ser mulher em Portugal é muito diversificada e que a diversidade das representações aumenta com o grau de pormenorização da análise. As representações caracterizam-se por processos de mudança e de permanências, por igualdades e desigualdades, apresentando contradições frequentes, co-construções de categorias, etc., características da fala não planeada mas que também mostram um grau elevado de inconsciência no que diz respeito ao potencial de significação de palavras e estruturas gramaticais ou à capacidade das mesmas construírem realidades que contribuem mais ou menos para o projeto da igualdade de género e da desconstrução da categoria género.

O trabalho aqui apresentado é o resultado de uma série de escolhas teóricas, metodológicas e analíticas feitas ao longo do caminho e como tal deve ser entendido. Muitos outros caminhos poderiam ter sido escolhidos e teriam sido igualmente válidos. A validade dos resultados aqui apresentados dependerá da apreciação do caminho tomado como mais ou menos válido pelos leitores.

Neste balanço final, é preciso ainda fazer um reparo importante. Considero necessário enfatizar que proceder a uma Análise Crítica de Discurso não é sinónimo de criticar as pessoas produtoras do discurso analisado nem a sua *mundivisão*. Não foi, nem poderá nunca ser minha intenção lançar críticas sobre as mulheres em si ou a maneira como falam, uma vez que qualquer tipo de texto é sempre o resultado de uma conjugação complexa de variáveis cuja alteração nem sempre está diretamente ao alcance dos indivíduos. Procurei sim, identificar elementos linguísticos que carregam algum potencial crítico e cuja substituição, essa sim, está ao alcance das falantes, disponibilizando-lhes deste modo ferramentas úteis num processo de mudança social.

Referências bibliográficas

- Abels, H.** (2010). *Identität*. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften.
- Aboim, S.** (2008). Género e modernidade. A construção pública do privado. In M.V. Cabral *et al.* (orgs.), *Itinerários. A Investigação nos 25 anos do ICS*, pp. 561-582. Lisboa: ICS.
- Alexandre, M.F.** (2012). *Representação e legitimação do conhecimento científico e suas áreas de especialidade: análise crítica de entrevistas com cientistas portugueses*. Lisboa: [s.n.] - Tese de doutoramento, Área de Literaturas, Artes e Culturas, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Almeida, A.N.** (org., 2004). *Fecundidade e Contraceção. Percursos de Saúde Reprodutiva das Mulheres Portuguesas*. Lisboa: ICS.
- Amâncio, L.** (2007). Género e divisão do trabalho doméstico – o caso português em perspetiva. In K. Wall & L. Amâncio (eds.), pp. 181-210.
- Angouri, J.** (2011). We are in a masculine profession...': Constructing gender identities in a consortium of two multinational engineering companies. *Gender and Language*, 5(2), pp. 373–403.
- Austin, J.L.** (1985). *Zur Theorie der Sprechakte*. Stuttgart: Reclam.
- Baker, P.** (2006). *Using Corpora in Discourse Analysis*. London, New York: Continuum.
- Bakhtin, M.M.** (1986). *Speech Genres and other late essays*. Austin: Texas University Press.
- Barker, C. & Galasinski, D.** (2001). *Cultural Studies and Discourse Analysis. A Dialogue on Language and Identity*. London: Sage.
- Bartky, S.** (1997). Foucault, Femininity, and Modernization of Patriarchal Power. In K. Conboy, N. Medina & S. Stanbury (org.), *Writing on the body. Female Embodiment and Feminist theory*, pp. 129-151. New York: Colombia University Press.
- Barreto, A.** (2004). Mudança Social em Portugal, 1960 – 2000. In A.C. Pinto (org.), *Portugal Contemporâneo*, pp. 137-162. Lisboa: Dom Quixote
- Barreto, A. et al.** (1996), *A situação social em Portugal 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Baumann, Z.** (2011). From Pilgrim to Tourist – or a Short History of Identity. In S. Hall & P. du Gay (eds.), *Questions of Cultural Identity*, pp. 18-36. London: Sage.

- Baumann, Z.** (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Beauvoir, S.** (2011). *Das andere Geschlecht*. Hamburg: Rowohlt.
- Beck, U.** (1986). *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- Beck, U. & Beck-Gernsheim, E.** (2002). *Individualization. Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*. London: Sage.
- Beechy, V.** (1979). On Patriarchy. *Feminist Review* 3, pp. 66-82.
- Benwell, B. & Stokoe, E.** (2006). *Discourse and Identity*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Billig, M. et al.** (1988). *Ideological Dilemmas: A Social Psychology of Everyday Thinking*. London: Sage.
- Bourdieu, P.** (1991). *Language and Symbolic Power*. Cambridge: Polity Press.
- Briggs, C.L.** (1986). *Learning how to ask. A Sociolinguistic Appraisal of the Role of the Interview in Social Science Research*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bryman, A.** (2016). *Social research methods*. Oxford: Oxford University Press.
- Bucholtz, M. & Hall, K.** (2010). Locating Identity in Language. In C. Llamas & D. Watt (eds.), pp. 18-28.
- Bucholtz, M. & Hall, K.** (2004). Theorizing Identity in Language and Sexuality Research. *Language in Society* 33, pp. 469-515.
- Butler, J.** (2001). *Psyche der Macht: Das Subjekt der Unterwerfung*. Frankfurt/Main: Suhrkamp.
- Butler, J.** (1990). *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. London, New York: Routledge.
- Butler, J.** (1993). Imitation and Gender Subordination. In H. Abelove & M. A. Barale & D. M. Halperin (eds.), *The Lesbian and Gay Studies Reader*, pp. 307-320. New York, London: Routledge.
- Butler, J.** (1993). *Bodies that matter. On the discursive limits of 'sex'*. New York, London: Routledge.
- Cameron, D.** (2001). *Working with spoken discourse*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage.
- Cameron, D.** (1997). Theoretical debates in feminist linguistics. Questions of sex and gender. In R. Wodak (ed.), pp. 21-36.

- Cameron, D.** (1992). Review of Tannen. *Feminism and Psychology* 2, pp. 475-478.
- Casaca, S.F.** (2010). A (des)igualdade de género e a precarização do emprego. In V. Ferreira (ed.), pp. 261-291.
- Castells, M.** (2007). *A sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Chomsky, N.** (1994). *O Conhecimento da Língua: Sua Natureza, Origem e Uso*. Lisboa: Caminho.
- Chouliaraki, L. & Fairclough, N.** (1999). *Discourse in late modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Clark, H.H. & Brennan, S.E.** (1991). Grounding in communication. In L.B. Resnick; L.M. John; S.D. Teasley (eds.), *Perspectives on Socially Shared Cognition*, pp. 127-149. Washington: American Psychological Association.
- Condor, S.** (2011). Sense and sensibility: The conversational etiquette of English national self-identification. In A. Aughey & C. Berbech (eds.): *These Englands: A conversation on national identity*, pp. 29-55. Manchester: Manchester University Press.
- Connell, R.W.** (2002). *Gender*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, R.W.** (1987). *Gender and Power*. Cambridge: Polity Press.
- Cova, A. & Pinto, A.C.** (2002). Women under Salazar's dictatorship. *Portuguese Journal of Social Science* 1(2), pp. 129-146.
- Crompton, R. & Lyonette, C.** (2007). Família, género e articulação entre trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português. In K. Wall & L. Amâncio (eds.), pp. 93-128.
- DeFrancisco, V.** (1997). Gender, power and practice: or, putting your money (and your research) where your mouth is. In R. Wodak (ed.), pp. 37- 56.
- Delphy, C.** (1980). The Main Enemy. *Feminist Issues* (Summer 1980), pp. 23-40.
- Derrida, J.** (1983). *Grammatologie*. Berlin: Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft.
- Dubar, C.** (2006). *A Crise das Identidades. A interpretação de uma mutação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Dubar, C.** (1991). *La socialisation – construction des identités sociales et professionnelles*. Paris, Armand Colin.
- Duden, B.** (1993). Die Frau ohne Unterleib. Zu Judith Butlers Entkörperung. *Feministische Studien* 11, pp. 24-33.
- Durkheim, E.** (1989). *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença.

Eckert, P. & McConnell-Ginet (2003). *Language and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press.

Eckert, P. & McConnell-Ginet, S. (1992a). Think practically and look locally. Language and gender as community-based practice. *Annual review of Anthropology* 21, pp. 461-490.

Eckert, P. & McConnell-Ginet, S. (1992b). Communities of practice. Where language, gender and power all live. In K. Hall, M. Bucholtz & B. Moonwomon (eds.), *Locating Power. Proceedings of the 1992 Berkeley Women and Language Conference*, pp. 89-99. Berkeley: Berkeley Women and Language Group.

Edley, N. (2001). Analysing Masculinity: Interpretative Repertoires, Ideological Dilemmas and Subject Positions. In M. Wetherell, S. Taylor & S.J. Yates (eds), *Discourse as Data. A Guide for Analysis*, pp.189-228. London: Sage.

Edley, N. & Litosseliti, L. (eds., 2010). *Research Methods in Linguistics*. London: Continuum.

Edley, N. & Litosseliti, L. (2010). Contemplating Interviews and Focus Groups. In L. Litosseliti (ed.), pp. 155-179.

Eggins, S. (1994). *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. London: Pinter.

Eggins, S. & Slade, D. (1997). *Analysing Casual Conversation*. London: Equinox.

Fairclough, N. (2014). *What is CDA? Language and power twenty-five years on*. Disponível em: https://www.academia.edu/8429277/What_is_CDA_Language_and_Power_twenty-five_years_on (consultado a 12/11/2015)

Fairclough, N. (2013). *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. New York: Routledge.

Fairclough, N. (2003). *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. London, New York: Routledge.

Fairclough, N. (2001). *Language and Power*. Harlow: Longman.

Fairclough, N. (1999). Global capitalism and critical awareness of language. *Language Awareness* 8(2), pp. 71-83.

Fairclough, N. (1993). Critical Discourse Analysis and the Marketization of Public Discourse: The Universities. *Discourse Society* 4(2), pp. 133-168.

Fairclough, N. (1992). *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity.

Faria, I.H. (1986). Mulheres agentes de discurso. Alguns aspetos das orientações para os significados. *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986-3.º-4.º, pp. 547-555.

- Ferreira, V.** (ed., 2010). *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal. Políticas e Circunstâncias*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Ferreira, V.** (1999). Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 199-227.
- Ferrera, M.** (1999). A reconstrução do Estado social na Europa meridional. *Análise Social*, 34(2,3), pp. 457-475.
- Ferro, A.** (1933). *Salazar*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Fingerman, K.L.** (2001). *Aging Mothers and Their Adult Daughters: A Study in Mixed Emotions*. New York: Springer.
- Firestone, S.** (1971). *The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution*. London: Paladin.
- Foucault, M.** (2005). *A arqueologia do saber*. Coimbra: Almedina.
- Foucault, M.** (2002). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M.** (1997). *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Foucault, M.** (1994). *História da sexualidade*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Freitas, T.** (2010). Gravando e transcrevendo o Português falado. Um guia teórico e prático. In M. Oliveira (ed.), *Estudos de corpora – Da teoria à prática*, pp. 15-66. Lisboa: Colibri.
- Giddens, A.** (2007). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, A.** (1991). *Modernity and Self-identity – Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge: Polity Press.
- Gouveia, C.A.M.** (2014). Compreensão leitora como base instrumental do ensino da produção escrita. In W.R. Silva, J.S. dos Santos & M.A. de Melo (orgs.), *Pesquisa em língua(gem) e demandas do ensino básico*. Campinas: Pontes Editoras.
- Gouveia, C.A.M.** (2009). Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistémico-Funcional. *Matraga*, 16(24), pp. 13-47.
- Gouveia, C.A.M.** (2005). Assumptions about gender, power and opportunity: gays and lesbians as discursive subjects in a Portuguese newspaper. In M.M. Lazar (ed.), pp. 229-250.
- Gramsci, A.** (1994). *Letters from prison*. New York: Columbia University Press.
- Hall, E.J. & Rodriguez, M.S.** (2003). The Myth of Postfeminism. *Gender & Society* 17 (6), pp. 878-902.

- Halliday, M.A.K.** (2005). *On grammar*. London: Continuum.
- Halliday, M.A.K.** (2004). *An introduction to functional grammar*. London: Hodder Education.
- Halliday, M.A.K.** (1987). Spoken and written modes of meaning. In R. Horowitz & J. Samuels (eds.), *Comprehending Oral and Written Language*, pp. 55-87. San Diego: Academic Press.
- Halliday, M.A.K.** (1978). *Language as a Social Semiotic*. London: Edward Arnold.
- Hardiman, R. & Jackson, B.** (1997). Conceptual foundations for social justice courses. In M. Adams, L.A. Bell & P. Griffin (eds.), *Teaching for diversity and social justice*, pp. 16-29. New York: Routledge.
- Hellinger, M.** (2004). Empfehlungen für einen geschlechtergerechten Sprachgebrauch im Deutschen. In K.M. Eichhoff-Cyrus (ed.): *Adam, Eva und die Sprache. Beiträge zur Geschlechterforschung*, pp. 275-291. Mannheim: Dudenredaktion.
- Hellinger, M. & Bußmann, H.** (eds., 2001). *Gender across languages. The linguistic representation of women and men*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- hooks, b.** (2015). *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism*. New York: Routledge.
- Holmes, J.** (2006). Politeness strategies as linguistic variables. In K. Brown (ed.), *Encyclopedia of Language and Linguistics*. Volume 9, pp. 684–697. Amsterdam: Elsevier.
- Holmes, J.** (1986). Functions of "you know" in women's and men's speech. *Language in Society* 15, pp. 1-21.
- Holstein, J.A. & Gubrium, J.F.** (1995). *The active Interview*. Thousand Oaks: Sage.
- Ivanic, R.** (1998). *Writing and Identity*. Amsterdam: John Benjamins.
- Jakobson, R.** (1960). Linguistics and Poetics. In T. Sebeok (ed.), *Style in Language*, pp. 350-377. Cambridge: M.I.T. Press.
- Klann-Delius, G.** (2005). *Sprache und Geschlecht. Eine Einführung*. Stuttgart: Metzler.
- Keating, M.C.** (2001a). Linguagens relocalizadas. Percursos discursivos de duas mulheres portuguesas em Londres. In M.I. Ramalho & A.S. Ribeiro (orgs.), *Entre ser e estar. Percursos e discursos de identidade*, pp. 87-113. Porto: Afrontamento.
- Keating, M.C.** (2001b). *Routes through Literacy: The lived experiences with literacy of Portuguese women in London*. Tese de doutoramento, Department of Linguistics and Modern English Language. Lancaster University, Lancaster.

- Keating, M.C.** (1994). A Construção da Polêmica da Hegemonia e da Diferença nos Estudos sobre Linguagem e diferença sexual. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 40, pp. 173-189.
- Krebber, M.** (2013). 'A independência que criaram à volta da mulher...': Aspetos de agência no discurso sobre a mudança na vida das mulheres em Portugal. In A. Merlan & J. Schmidt-Radefeld (eds.), *Das Portugiesische als Diasystem innerhalb und außerhalb des lusofonen Raums*, pp. 147-162. Frankfurt am Main: Peter Lang Verlag.
- Kress, G.** (2010). *Multimodality: a social semiotic approach to contemporary communication*. London: Routledge.
- Kress, G.** (1996). Representational resources and the production of subjectivity. Questions for the theoretical development of Critical Discourse Analysis in a multicultural society. In C. R. Caldas-Coulthard & M. Coulthard (eds.), *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*, pp. 15–31. London: Routledge.
- Lakoff, R.** (1975). *Language and women's place*. New York: Harper and Row.
- Lalanda, P.** (2012). Transições familiares e identidades das mulheres. In K. Wall (ed.), *Famílias em Portugal*, pp. 363-391. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lalanda, P.** (2000). „A minha vida são eles“. A individualização na construção identitária da mulher. *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra.
- Lave, J. & Wenger, E.** (1991). *Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lazar, M. M.** (2007). Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis. *Critical Discourse Studies*, 4(2), pp. 141-164.
- Lazar, M. M.** (2005). Politicizing gender in discourse: Feminist Critical Discourse Analysis as a political perspective and praxis. In M.M. Lazar (ed.), *Feminist Critical Discourse Analysis. Gender, Power and Ideology in Discourse*, pp. 1-30. London: Palgrave.
- Lazar, M. M.** (2002). Consuming personal relationships: The achievement of feminine self-identity through other centeredness. In Litosseliti & Sunderland (eds.), pp. 111-128.
- Lee, Y.-L. & Roth, W.-M.** (2004). Making a scientist: Discursive "doing" of identity and self-presentation during research interviews. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research* 5(1), Article 12.
- Lindemann, G.** (1993). Wider die Verdrängung des Leibes aus der Geschlechtskonstruktion. *Feministische Studien* 11, pp. 44-54.
- Litosseliti, L.** (2006). *Gender and Language. Theory and Practice*. London: Hodder Education.

- Litosseliti, L. & Sunderland, J.** (2002). Gender Identity and Discourse Analysis. Theoretical and empirical considerations. *In* Litosseliti & Sunderland (eds.), pp. 3-39.
- Litosseliti, L. & Sunderland, J.** (eds., 2002). *Gender Identity and Discourse Analysis*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Llamas, C. & D. Watt** (eds., 2009). *Language and Identities*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Lopes, M.C. & Perista, H.** (2010). Trinta anos de educação, formação e trabalho: convergências e divergências nas trajetórias de mulheres e homens. *In* V. Ferreira (ed.), pp. 191-216.
- Luhman, N.** (1986). The individuality of the individual. Historical meanings and contemporary problems. *In* T. Heller, M. Sosna, D. Wellbery (eds.), *Reconstructing individualism. Autonomy, individuality and the self in western thought*, pp. 313-328. Stanford: Stanford University Press.
- Lyotard, J.-F.** (2003). *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva.
- Maltz, D. & Borker, R.** (1998). A cultural approach to male-female miscommunication. *In* J. Coates (ed.), *Language and Gender: A reader*, pp. 417-434. Oxford: Blackwell.
- Martin, J.R.** (2014). Looking out: Functional linguistics and genre. *Linguistics and Human Sciences* 9(3), pp. 307–321.
- Martin, J.R.** (2000). Beyond Exchange: Appraisal Systems in English. *In* S. Hunston & G. Thompson (eds.), *Evaluation in Text*, pp. 142-175. Oxford: Oxford University Press.
- Martin, J.R. & White, P.R.R.** (2005). *The Language of Evaluation. Appraisal in English*. New York: Palgrave Macmillan.
- Mitchell, J.** (1974). *Psychoanalysis and feminism*. London: Allen Lane.
- Mónica, M.F.** (1996). A evolução dos costumes em Portugal, 1960-1995. *In* A. Barreto *et al.*, pp. 215-231.
- Monteiro, R.** (2010). Genealogia da lei da igualdade no trabalho e no emprego desde finais do Estado Novo. *In* V. Ferreira (ed.), pp. 31-56.
- Morgan, D.L.** (1988), *Focus Groups as qualitative research*. London: Sage.
- Oakley, A.** (1986). Interviewing women: A contradiction in terms? *In* A. Oakley, *Telling the truth about Jerusalem*. Oxford: Basil Blackwell.
- Offen, K.** (2008). Erupções e fluxos: reflexões sobre a escrita de uma história comparada dos feminismos europeus, 1700-1950. *In* A. Cova (ed.), *História Comparada das Mulheres*, pp. 29-45. Lisboa: Livros Horizonte.

- Osborne, P. & Segal, L.** (1994). Gender as Performance. An Interview with Judith Butler. *Radical Philosophy* 67, pp. 32-39.
- Pateman, C.** (1988). *The sexual contract*. Cambridge Polity Press.
- Pateman, C.** (1983). Feminist critiques of the public/private dichotomy. In S. Benn & G. Gaus (eds.), *Public and Private in social life*, pp. 281-303. London: Croom Helm.
- Pedro, E.R.** (1997). Análise crítica do discurso: Aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In E. R. Pedro (ed.), *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*, pp. 19-46. Lisboa: Caminho.
- Pimentel, I.** (2001). *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas & Debates.
- Pintasilgo, M.L.** (1981). *Os novos feminismos: Interrogação para os cristãos?* Lisboa: Moraes Editores.
- Pinto, A.C.** (ed., 2004). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote.
- Potter, J.** (2002). Two kinds of natural. *Discourse Studies* 4(4), pp. 539-542.
- Potter, J.** (1996). Discourse analysis and constructionist approaches: theoretical background. In J. Richardson (ed.), *Handbook of Qualitative Research Methods for Psychology and the Social Sciences*, pp. 125-140. Leicester: BPS Books.
- Ramalho, V. & Resende, V.M.** (2011). *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes.
- Ravelli, L.** (2000). Getting started with functional analysis of texts. In L. Unsworth (ed.), *Researching Language in Schools and Communities: Functional Linguistic Perspectives*, pp. 27-64. London: Cassel.
- Renn, J.** (2010). Reflexive Moderne und ambivalente Existentialität – Antony Giddens als Identitäts-Theoretiker. In B. Jönissen & J. Zirfas (eds.), *Schlüsselwerke der Identitätsforschung*. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften. Kindle Edition.
- Resende, V.M.** (2009). *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico: Implicações interdisciplinares*. Campinas: Pontes.
- Ribeiro, S.M. & Coelho, Z.P.** (2009). Contradictions in the (still) gendered structure of Portuguese newspapers' production and discourse. *International Journal of Iberian Studies* 22(2), pp. 125-143.
- Ribeiro, S.M. & Coelho, Z.P.** (2006). Analisando os discursos de género das e sobre as imagens publicitárias de mulheres: Como articular a análise sociosemiótica com a análise das receção. In *Actas do VII Congresso Internacional de Comunicación Lusófona*, LUSOCOM, 21-22 April 2006, Santiago de Compostela, Spain.

- Richards, K.** (2003). *Qualitative Inquiry in TESOL*. New York: Palgrave Macmillan.
- Rodrigues, A. M.** (2012). La identidad de género en la Edad Media: uma questão polémica. In F. Sabaté (ed.), *Identitats*, pp. 43-57. Lleida: Pagès.
- Rodrigues, A. M. & Silva, M. S.** (2011). Women's and Gender History. In M. L. Rosa, B.V. Sousa & M.J. Branco (eds.), *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*, pp. 483-497. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.
- Rosas, F.** (1993). O Estado Novo: 1926-1974. In J. Mattoso (ed.), *História de Portugal*. vol. 7. Lisboa: Estampa.
- Seier, A.** (2001). Macht. In M.I. Kleiner (ed.), *Foucault. Eine Einführung in sein Denken*. Frankfurt/Main: Campus.
- Shannon, C.E. & Weaver, W.** (1949). *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois Press.
- Silvestre, C.** (2006). Gender professional values: the study of transitivity in their creation, maintenance and reproduction. In R. Gonzalez Ruiz, M. Casado Valverde & V. Romero Gualda (eds.), *Análisis del discurso: Lengua, Cultura, Valores*, pp. 2381-2397. Madrid: Arco/Libro S.L.
- Silvestre, C.** (2004a). Top positions in the Portuguese entrepreneurial context: a place of male and female inequalities. In C.A.M. Gouveia, C. Silvestre & L. Azuaga (eds.), *Discourse, Communication and the Enterprise: Linguistic Perspectives*, pp. 283-304. Lisboa: ULICES.
- Silvestre, C.** (2004b). Controlo e género: quando as reuniões são lideradas por homens ou por mulheres. *Revista Sociedade e trabalho* 22, pp. 65-76.
- Souza, G.S., Santos, A.R. & Dias, V.B.** (2013). *Metodologia de Pesquisa Científica. A construção do conhecimento e pensamento científico no processo de aprendizado*. Porto Alegre: Editora Animal.
- Sunderland, J.** (2004). *Gendered Discourses*. New York: Palgrave Macmillan.
- Talbot, M.** (1998). *Language and Gender. An Introduction*. Cambridge: Polity Press .
- Tannen, D.** (1990). *You Just Don't Understand. Women and Men in Conversation*. London: Virago.
- Taylor, C.** (1989). *Sources of the Self: The Making of Modern Identity*. Cambridge: Harvard University Press.
- Tavares, M.M.P.F.** (2007). *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. Lisboa: [s.n.] – Tese de doutoramento, Doutoramento em Estudos sobre as Mulheres, Especialidade em História das Mulheres e do Género. Universidade Aberta.

Thornbury, S.G. & Slade, D. (2006). *Conversation: from description to Pedagogy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Van Dijk, T. (2001a). Critical Discourse Analysis. In D. Schiffrin, D. Tannen & H. Hamilton (eds.), *Handbook of Discourse Analysis*. Blackwell Publishing, 2007. Blackwell Reference Online. 03 March 2007
<http://www.blackwellreference.com/subscriber/book?id=g9780631205968_9780631205968>

Van Dijk, T. (2001b). Multidisciplinarity CDA: a plea for diversity. In R. Wodak & M. Meyer (eds.): *Methods of Critical Discourse Analysis*, pp.95-120. London: Sage.

Vieira, J.A. (2002). As abordagens críticas e não-críticas em Análise do Discurso. In D.E. G. da Silva & J.A. Vieira (eds.), *Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos*, pp. 143-161. Brasília: Editora Plano.

Voloshinov, V.N. (1986). *Marxism and the Philosophy of Language*. Cambridge: Harvard University Press.

Wall, K. (ed., 2012). *Famílias em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, K., Aboim, S. & Cunha, V. (eds., 2010). *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Wall, K. & Amâncio, L. (eds., 2007). *Família e Género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Whelehan, I. (1995). *Modern feminist thought: from the second wave to post-feminism*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Whorf, B.L. (2008). *Sprache, Denken, Wirklichkeit. Beiträge zur Metalinguistik und Sprachphilosophie*. Reinbeck bei Hamburg: Rowohlt.

Wodak, R. (2011): Critical Discourse Analysis. In K. Hyland & B. Paltridge (eds.). *Continuum Companion to Discourse Analysis*, pp. 38-53. London, New York: Continuum.

Wodak, R. (ed., 1997): *Gender and Discourse*. London: Sage.

Woodward, K. (2008): Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T.T. da Silva (ed.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Sociais*, pp. 7-72. Petrópolis: Vozes.